



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI Nº 71 TERÇA-FEIRA, 24 DE MAIO DE 2016



BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)

1º Vice-Presidente

Vago

2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-T0)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)

2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

3º Secretário

Senadora Ângela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

- 1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
- 2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
- 3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
- 4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – 79ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 23 DE MAIO DE 2016

1.1 – ATA	6
1.1.1 – ABERTURA	6
1.1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (vide item 1.2)	6
1.1.2.2 – Realização de sessão	
Realização de sessão conjunta do Congresso Nacional amanhã, às 16 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada a leitura de expedientes, apreciação de vetos e projetos de lei	6
1.1.2.3 – Mensagem do Presidente da República, interino	
Nº 51/2016 (nº 271/2016, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. ILAN GOLDFAJN para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil.....	6
1.1.2.4 – Oradores	
SENADORA ANA AMÉLIA - Considerações sobre o diálogo entre Sérgio Machado, ex-diretor da Braspetro, e o Ministro do Planejamento, Romero Jucá, divulgado hoje pelo jornal Folha de S. Paulo	7
SENADOR PAULO PAIM - Insatisfação com a possível tentativa de barrar a Operação Lava Jato, supostamente evidenciada no diálogo entre Sérgio Machado, ex-diretor da Braspetro, e o Ministro do Planejamento, Romero Jucá; e outros assuntos.....	9
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN - Comentários sobre a noticiada tentativa de paralisação das investigações na Operação Lava Jato; e outros assuntos.	27
SENADOR TELMÁRIO MOTA - Considerações sobre a notícia veiculada hoje pelo jornal Folha de S. Paulo dando conta de supostas manobras promovidas pelo Senador Romero Jucá com vistas a deter a Operação Lava Jato.	31
SENADOR ALVARO DIAS, como Líder - Críticas à nomeação, pelo Presidente da República interino, de Ministros investigados na Operação Lava Jato; e outros assuntos.	35
SENADOR LINDBERGH FARIAS - Defesa da noticiada tentativa de paralisação das investigações da Operação Lava Jato como indício da inexistência de viabilidade jurídica do <i>impeachment</i> da Presidente da República; e outro assunto.	39
SENADOR JORGE VIANA – Críticas ao teor do diálogo divulgado pelo jornal Folha de S. Paulo , entre Sérgio Machado, ex-diretor da Braspetro, e o Ministro do Planejamento, Romero Jucá.....	46
SENADOR WELLINGTON FAGUNDES – Considerações acerca da importância da viabilização de rotas que priorizem o potencial de navegação dos ramais hidroviários dos Rios Madeira, Amazonas e Tapajós; e outros assuntos.....	52
SENADOR HÉLIO JOSÉ – Relato da participação de S. Ex ^a em reunião da Comissão do Parlatino, realizada na Cidade do Panamá; e outro assunto.....	57
1.1.2.5 – Transferência de sessão	
Transferência de sessão conjunta do Congresso Nacional destinada a leitura de expedientes, apreciação de vetos e projetos de lei para amanhã, às 11 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados	59
1.1.2.6 – Oradores (continuação)	
SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Defesa da PEC que prevê a antecipação das eleições gerais; e outros assuntos.	60
SENADOR PAULO PAIM – Insatisfação com a suposta intenção de o Governo Federal regulamentar e ampliar a terceirização do trabalho; e outro assunto.	62
SENADOR JOÃO CAPIBERIBE – Reflexão acerca do aprofundamento das crises política e econômica em decorrência da admissibilidade do processo de <i>impeachment</i> da Presidente da República.	67
SENADOR WALDEMAR MOKA – Críticas à PEC que prevê a antecipação de eleições gerais; e outros assuntos.....	70
1.1.3 – ENCERRAMENTO	72

1.2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS**1.2.1 – EXPEDIENTE****1.2.1.1 – Comunicações**

Da Liderança do Bloco Moderador no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão de Serviços de Infraestrutura (Ofício nº 25/2016)	73
---	----

Da Liderança do Bloco Moderador no Senado Federal, de indicação de membro para integrar as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Educação, Cultura e Esporte (Ofício nº 27/2016)	75
--	----

Do Senador Ricardo Franco, que comunica o retorno de S. Ex ^a , primeiro Suplente, ao exercício do mandato, em virtude do afastamento da titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Ofício s/nº/2016)	77
---	----

1.2.1.2 – Mensagem do Presidente da República, interino

Nº 51/2016 (nº 271/2016, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. ILAN GOLDFAJN para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil	78
--	----

1.2.1.3 – Ofício da Câmara dos Deputados

Nº S/8/2016 (nº 726/2016, na origem), que encaminha cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados destinada a investigar os fatos determinados como maus-tratos de animais (vide item 2.1)	100
---	-----

1.2.1.4 – Projeto de Lei do Senado

Nº 217/2016, do Senador Telmário Mota, que <i>altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para determinar que, na construção de escolas indígenas, seja estabelecida margem de preferência para a aquisição de materiais e serviços produzidos ou prestados por fontes do próprio território étnico-educacional onde ela estiver localizada</i>	101
--	-----

1.2.1.5 – Requerimentos

Nº 366/2016, da Senadora Vanessa Grazziotin, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Rogélio Casado Marinho Filho	103
--	-----

Nº 367/2016, da Senadora Vanessa Grazziotin, de voto de censura ao Presidente Interino da República, Michel Temer	105
---	-----

1.2.1.6 – Término de prazos

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso para que o Projeto de Lei do Senado nº 298/2007-Complementar continue a sua tramitação	107
--	-----

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 205/2015 e ao Projeto de Lei do Senado nº 252/2014	107
--	-----

1.2.2 – MATÉRIAS DO CONGRESSO NACIONAL**1.2.2.1 – Comunicações**

Da Liderança do Bloco Moderador no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Ofício nº 26/2016). <i>Será feita a substituição solicitada</i>	107
---	-----

Da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Ofício nº 35/2016)	108
---	-----

Da Liderança do Bloco PTN/PTdoB/PSL na Câmara dos Deputados, de indicação de membros para integrar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Ofício s/nº/2016)	109
---	-----

Da Liderança do PR na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Ofício nº 176/2016). <i>Será feita a substituição solicitada</i>	110
--	-----

1.2.2.2 – Mensagens do Presidente da República, interino

Nº 8/2016-CN (nº 276/2016, na origem), que encaminha o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao 2º bimestre de 2016	111
--	-----

Nº 270/2016, na origem, que comunica a retificação da Medida Provisória nº 726/2016	166
---	-----

Nº 282/2016, na origem, que altera o Projeto de Lei nº 1/2016-CN, que <i>altera a Lei 13.242, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016</i>	166
--	-----

1.2.2.3 – Término de prazo

Término do prazo, em 22 do corrente, sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da adoção da Medida Provisória nº 695/2015. <i>Extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria</i>	191
---	-----

2 – SUPLEMENTO À PRESENTE EDIÇÃO**2.1 – COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS DESTINADA A INVESTIGAR OS FATOS DETERMINADOS COMO MAUS-TRATOS DE ANIMAIS**

Relatório Final

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO	192
-----------------------------	------------

4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	195
--	------------

5 – LIDERANÇAS	196
-----------------------------	------------

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	199
7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	220
8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES.....	230
9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	282

CONGRESSO NACIONAL

10 – COMISSÕES MISTAS	306
11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS.....	319

79ª Sessão, Não Deliberativa, em 23 de Maio de 2016

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência do Sr. Jorge Viana; da Srª Vanessa Grazziotin; dos Srs. Paulo Paim, Hélio José e Garibaldi Alves Filho.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 10 minutos e encerra-se às 19 horas e 13 minutos.)

ATA

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

Eu queria, antes de fazer a leitura de dois expedientes, lamentar que estejamos vivendo alguns problemas técnicos – eu espero que sejam só técnicos – na TV Senado, para haver transmissão do plenário da Casa. Eu estou esperando já há um certo tempo, o que não é comum, para que a TV entre ao vivo e transmita a sessão plenária do Senado. Peço aos diretores e aos técnicos que, por gentileza, possam fazer a devida correção, para que a TV esteja à disposição do Plenário, e não o Plenário à disposição da TV e da equipe que dirige a televisão no Senado Federal.

Eu quero, daqui a pouco, um contato com os diretores responsáveis pela área. Falo isso na condição de 1º Vice-Presidente do Senado.

A Presidência comunica às Srªs Senadoras e aos Srs. Parlamentares que está convocada sessão conjunta do Congresso Nacional, a realizar-se amanhã, dia 24 de maio do corrente, terça-feira, às 16h, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à deliberação dos Vetos nºs 53 a 64, de 2015, e nºs 1 a 12, de 2016, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1 de 2016, dos Projetos de Resolução do Congresso Nacional nºs 3, de 2013, e 2, de 2011, e de outros expedientes.

Eu faço só mais uma leitura, pedindo a compreensão dos colegas, porque tivemos esse atraso de mais de dez minutos.

Mensagem da Presidência da República nº 51, de 2016 (nº 271/2016, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. Ilan Goldfajn, para exercer o cargo de Presidente do Banco Central. Segue a matéria para a CAE. (**vide item 1.2.1.2 do Sumário**)

Vamos à lista de oradores inscritos. Aproveito para cumprimentar a todos que nos acompanham pela Rádio e TV Senado. E a primeira oradora é a Senadora Ana Amélia. Eu convido V. Exª para fazer uso da tribuna, Senadora Ana Amélia, desejando uma boa semana para todas as Senadoras, os Senadores da Casa e a todos que nos acompanham.

Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu fiz uma permuta com a Senadora Gleisi Hoffmann: ela foi para o sétimo, eu vim para o terceiro lugar. Mas, como eu tenho que abrir uma comissão às 14h30, eu, por precaução, se antes das 14h30 eu não conseguir falar, usarei a palavra como orador inscrito em comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem.

Desculpe, Senadora, V. Exª tem a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Hoje não é sessão deliberativa. Então, o tempo não é de dez minutos, parece-me, Senador Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu peço desculpas, havia colocado 20 minutos e troquei, mas são 20 minutos. E, obviamente, pela quantidade de Senadores, V. Exª, tendo necessidade, a Mesa levará em conta.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com a palavra V. Exª.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – É apenas um cuidado que a gente aqui tem que ter. E agradeço a V. Ex^a.

Senador Jorge Viana, caros Senadores e Senadoras, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, há duas semanas, precisamente, Michel Temer assumiu a Presidência da República com o afastamento, aprovado pela Câmara e pelo Senado, na admissibilidade do processo de *impeachment*. E, há duas semanas, nós estamos aí vivendo, hoje especialmente, o País mergulhado em uma inquietação enorme pela divulgação de um diálogo travado entre Sérgio Machado, ex-Presidente da Transpetro, e o Senador Romero Jucá, Ministro do Planejamento. Não há nenhuma dúvida, nesse caso, nesse aspecto, em relação à seriedade das informações ou do teor e conteúdo da conversa divulgada.

Não há, em nenhum caso – e eu sou de um partido que tem membros envolvidos na Operação Lava Jato –, Senador, como tergiversar, ter tolerância com isso. A régua moral que usamos para o nosso aliado, ou para o nosso amigo, deve ser a mesma para o nosso adversário ou para quem quer que seja. A lei é para todos igual; ninguém está acima da lei – ninguém! –, seja a Presidenta da República, o Vice-Presidente, o Presidente do Senado, o da Câmara, Senador, Deputado, Governador, Prefeito ou Vereador.

Diante dessa gravidade, além, é claro, do mandato que tem a zelar nesta Casa, a situação do Senador Romero Jucá – pela responsabilidade, pelo respeito que tenho por ele, pela capacidade técnica e pela grande responsabilidade que paira nos seus ombros, para aqui, no Governo de Temer, promover um processo de re-colocação do Brasil nos trilhos, comandando o Ministério do Planejamento, um dos mais importantes, junto com Henrique Meirelles, no Ministério da Fazenda, e José Serra, no Ministério das Relações Exteriores – é muito delicada a situação, do ponto de vista político, em relação ao nosso colega Senador Romero Jucá.

Eu não gostaria, sinceramente, de aqui estar abordando esse tema. Não é bom para o País que estaria, neste momento, preocupado exclusivamente em arrumar a casa, porque nós estamos com 11 milhões de desempregados, com uma inflação batendo quase à casa dos 10%, com juros de quase 15%, e não é possível que nós não tenhamos a capacidade de encontrar um rumo para o nosso País.

Mas é bom lembrar também que, em nenhum momento – e aí saúdo a declaração do Vice-Presidente, o Presidente em exercício Michel Temer, declarando o compromisso inarredável de não aceitar qualquer obstáculo às operações desencadeadas pela Operação Lava Jato, comandadas pelo Juiz Sérgio Moro, na chamada República de Curitiba –, essa posição pode ser alterada. Nós precisamos defendê-la sempre.

Aliás, a população foi às ruas no dia 13 de março para pedir exatamente o fim da corrupção. Na mudança de governo – e nós estamos ainda num processo de julgamento no Senado Federal –, não podemos tolerar qualquer ilícito, qualquer manifestação, qualquer atitude, qualquer comportamento que possa, de alguma maneira, levar à suspeita de que o Governo tenta abafar a Lava Jato. Não é aceitável, de nenhuma forma, esse procedimento.

Aliás, eu me lembro até de um episódio que aconteceu com o Itamar Franco na Presidência da República: o Henrique Hargreaves, Ministro da Casa Civil, um dos postos mais importantes, foi denunciado por ter participado ou manipulado o Orçamento daquela época. Imediatamente, Itamar Franco afastou Henrique Hargreaves daquele posto e disse que tudo seria apurado com profundidade. Feita a apuração, ele voltou ao seu cargo mais forte ainda, exatamente pela lisura do procedimento do Presidente da República e também do Ministro Henrique Hargreaves.

Quando Antonio Palocci estava naquele processo no Ministério da Fazenda, com as informações relativas ao seu escritório em São Paulo, com todo o processo, com ameaça de uma CPI nesta Casa, aqui mesmo na tribuna estava o então Senador Jarbas Vasconcelos, agora Deputado e seu colega, Edinho Bez, falando sobre o episódio Antonio Palocci. E eu, lá onde está o Senador Paulo Paim – era uma segunda-feira, lembro bem disso; éramos uns dois ou três Senadores que estávamos aqui –, levantei este caso de que a Presidente tinha na mão uma oportunidade para repetir aquele gesto do Itamar Franco. E até hoje isso ficou para a história brasileira como o bom exemplo de um grande gestor com responsabilidade, honestidade e compromisso com a ética pública.

Foi usado isso, os jornais reproduziram aquele diálogo daquela segunda-feira em relação à relevância da atitude tomada por Itamar Franco. A Presidente, naquele processo de faxina, acabou demitindo o Antonio Palocci do Gabinete Civil da Presidência da República.

Nós agora estamos – e tenho a convicção de que Michel Temer, que por três vezes presidiu a Câmara federal, tem capacidade política para entender os rumores não do Congresso Nacional, mas os humores da sociedade que estão com os tambores rufando, por quê? Por exigir um novo comportamento.

Nós temos que olhar no mundo o que está acontecendo – uma negação da política tradicional. O que acontece na eleição americana é muito o retrato deste desgaste que a política tradicional está representando para a sociedade, seja nos Estados Unidos, seja na Europa, seja aqui na América Latina. E é exatamente por isso que nós temos que ter, cada vez mais, caros colegas Senadores, uma responsabilidade não apenas com

as nossas atitudes, mas também com o que nós dizemos, com o que nós fazemos e com o que nós pensamos em relação à política.

Então, eu quero que o Senador Romero Jucá, Ministro do Planejamento, tenha uma explicação plausível e razoável para isso, senão ele próprio saberá que não pode permanecer para não contaminar o Governo, que tem duas semanas e que tem pela frente uma missão extraordinariamente difícil, que é exatamente tentar, vindo aqui amanhã votar uma proposta de uma nova meta fiscal com um déficit de R\$170 bilhões – R\$170 bilhões! Então, nós não podemos pensar que estamos aqui fazendo de conta que não enxergamos as coisas.

O meu Partido, o PP, tem alguns políticos envolvidos neste processo, e, para eles, a mesma avaliação eu tenho; a mesma regra tem que ser usada. Não dá para tolerar. Lamento profundamente. Não gostaria que nenhum tivesse, nenhum, de nenhum outro partido, para que a política brasileira e os políticos brasileiros fossem respeitados, mas nós não podemos tapar o sol com a peneira. Assim é a realidade, e é assim que nós estamos vivendo.

A questão do exercício do poder – e Michel Temer deve ter a consciência disto: não permitir a contaminação, levar um problema para dentro do Palácio do Planalto. Ele precisa, com a urgência e a brevidade possíveis, primeiro, dar uma resposta à sociedade e também uma resposta ao Congresso Nacional.

Eu queria também dizer que, no balanço da Operação Lava Jato, que hoje teve a 29ª fase, foram 207 acusados; desses, 105 já foram condenados na primeira instância. As penas somam 1.133 anos, 7 meses e 11 dias. Em dois anos de Lava Jato, mais de R\$3 bilhões foram recuperados. E, se mais anos forem necessários para passar verdadeiramente o nosso País a limpo, é preciso que os juízes, a Polícia Federal, o Supremo Tribunal Federal – e aí louvo a atitude do Ministro Teori Zavascki, que tem agido com absoluto rigor, absoluta isenção, absoluta autonomia, absoluta responsabilidade, usando sempre a Constituição e a legislação em vigor para os julgamentos e para as iniciativas que tem tomado, inclusive aquelas envolvendo o afastamento do Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha.

Assim é que nós temos só motivos hoje para reafirmar,ressaltar, valorizar e defender intransigentemente o papel que o Supremo Tribunal Federal, um Poder que não se curva a nenhum tipo de pressão, qualquer que seja, por maiores que sejam as tentativas e o desejo de alguns, mas o Supremo não tem se curvado. Precisamos fazer justiça aos Srs. Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Da mesma forma também o Ministério Público, através da Procuradoria-Geral da República, não tem, de nenhuma maneira, se sujeitado a qualquer tipo de influência ou de interferência.

E eu fico muito preocupada, porque, no programa lançado pelo Partido dos Trabalhadores, há um item que fala que houve uma desatenção em relação à dotação ou à escolha dos membros de áreas que são fundamentais, como a Controladoria-Geral da União ou a própria Procuradoria-Geral da República, ou até em relação às instituições que têm se comportado também de maneira absolutamente adequada neste momento difícil da vida nacional, que são as Forças Armadas de nosso País. E ali já houve uma quebra de hierarquia, porque foi feita uma lei em que a promoção de generais deixava de ser do comandante da arma, do Exército, da Marinha ou da Aeronáutica, para ser uma promoção assinada pelo Ministro da Defesa, portanto, um ministro com caráter político, mas não representando aquilo que a instituição militar estava pensando ou pretendendo fazer. Então, isso também suscita uma dúvida, um questionamento e até quais eram os interesses em relação a fragilizar as instituições, tornando-as também não a serviço da República, não a serviço do País, da Nação, mas a serviço do interesse partidário.

Felizmente, o cenário está mudando e mudando com a expectativa de que, a cada dia que passa, a convicção de que, mobilizada pelas redes sociais, a sociedade vem reafirmando esses valores, reafirmando a sua vontade e querendo realmente a construção de uma Nação que seja respeitada lá fora.

A Operação Lava Jato não ganhou apenas o respeito da cidadania brasileira, mas ganhou, sim, o respeito internacional, porque é comparada à Operação Mão Limpas. E é exatamente nessa medida que nós, aqui no Senado Federal, temos a responsabilidade de continuar valorizando, respeitando e estimulando as ações que fazem essas instituições, em apoio não só à operação Lava Jato, como eu já disse, ao próprio Supremo Tribunal Federal, ao papel que o jovem Juiz Sérgio Moro está desempenhando, à Polícia Federal e ao Ministério Público, na figura do Dr. Rodrigo Janot.

Não temos outro caminho a não ser passar a limpo o Brasil, que, neste momento, está mergulhado numa aguda crise econômica, política e uma crise moral. E por isso não podemos tergiversar, não podemos tolerar, não podemos ser complacentes com nenhum ato que seja desonroso à atividade política, nenhum ato que possa, em algum momento, levantar dúvidas sobre a relevância que tem a Operação Lava Jato.

Nós confiamos na Justiça, e eu confio na frase que disse o Presidente Michel Temer, reafirmando hoje o seu compromisso com as investigações da Operação Lava Jato, que fez um bem ao País, e que, se houver embargos pela frente, eles serão retirados.

Então, cumprimento o Presidente Michel Temer, que sabe, sem dúvida, da urgência e da emergência em que está o País, e, portanto, tem a consciência também da responsabilidade que está em suas mãos, para, no menor prazo possível, evitar que essa crise política que agora está consumindo as atenções dos Senadores, relacionada à Operação Lava Jato, não contamine o seu trabalho no Palácio do Planalto. É tudo de que o Brasil não precisa agora. O Brasil precisa trabalhar muito, mas com tranquilidade, separando o joio do trigo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu cumprimento a Senadora Ana Amélia pelo pronunciamento.

Convido para fazer uso da tribuna... Vou chamar a Senadora Vanessa e, em seguida, V. Ex^a, Senador. Senadora Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – Mas sou eu?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Paulo Paim.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – Senador, ele tem a Comissão de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Jorge, Vice-Presidente desta Casa, eu dizia pouco tempo atrás – pouco, porque é muito pouco tempo mesmo – que teríamos momentos muito difíceis nos próximos seis meses. E olha que não sou pessimista. Eu me considero uma pessoa otimista. Mas, Sr. Presidente, está pior do que eu imaginava, e bem pior.

Primeiro, se pegarmos os jornais de hoje, *Folha de S.Paulo*: bomba com gravação de telefonemas entre Ministro do Planejamento e ex-Presidente da Transpetro. Sr. Presidente, nessa gravação publicada, que está sendo investigada, para mim ficou muito claro que o objetivo do *impeachment* é muito bem definido. O processo de *impeachment* contra a Presidenta foi uma operação abafa a Lava Jato. E eu pergunto, Sr. Presidente: e o povo brasileiro, que não sabia disso? Quem lê a gravação não tem outra interpretação. Eu pergunto até se muitos Senadores aqui não estão se sentindo enganados, porque está aqui, a gravação é clara, o objetivo, só há uma saída: afastar a Presidenta para que a Operação Lava Jato não continue.

Mas, muito mais do que eu, Sr. Presidente, que li e fiquei preocupado com relação a isso que aconteceu, eu recebi de um cidadão do Rio de Janeiro, ainda agora de manhã, em forma de *hip hop*, a seguinte questão:

E agora, Senadores?

E agora, José?

A casa caiu.

Não tem volta não.

A festa acabou.

A luz apagou.

O telefone tocou.

O dia virou noite.

A noite fugiu.

E agora, João?

Que situação, Senadores!

A palavra é de vidro.

A mentira é refrão.

E agora, Maria, você sabia?

Na noite anterior, a máscara caiu.

Não é maldade, não, Senador.

É pura verdade.

Conforme dizia Noel, onde está a honestidade?

Sr. Presidente, além dessa questão gravíssima para mim, gravíssima, que foi tudo uma costura para barrar a Operação Lava Jato, Sr. Presidente, eu ainda pego os jornais de hoje, como o *Jornal do Commercio*. É toda uma análise demonstrando a flexibilização da CLT – há comentários meus aqui – e o fim do próprio Ministério da Previdência.

Eu estou aqui há tanto tempo. Já fiz inúmeros debates sobre os temas, mas não sobre acabarem com o Ministério da Previdência.

Zero Hora, Sr. Presidente: terceirização vem aí. Governo Temer vai propor flexibilizar a CLT. Isso não é invenção. Não estou nem falando mais da chamada “Ponte para o Futuro”. Está aqui nos jornais.

E onde vão flexibilizar? Na questão da saúde do trabalhador, Fundo de Garantia, férias, previdência, décimo terceiro, licença-maternidade, entre outros. Está pior do que eu imaginava. Nem a “Ponte”, Senador Telmário Mota, nem a “Ponte para o Futuro” falava isso que estão falando abertamente. E há palavras aqui, inclusive, do atual Ministro do Trabalho, que vão na mesma linha.

Então, estou ficando cada vez mais preocupado com tudo isso que poderá acontecer em prejuízo dos os trabalhadores.

A Folha de S.Paulo vai no mesmo sentido.

O Globo vai no mesmo sentido.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em seguida.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para citar os jornais.

O Estado de S.Paulo vai na mesma linha.

Não há nenhum jornal que não esteja comentando que vão mexer de forma, para mim, até covarde. Por que não disseram isso na hora da votação do *impeachment*? Eu duvido que muito Senador votaria se eles dissessem o que estão dizendo hoje nos jornais.

E essa chamada gravação bomba que a *Folha de S.Paulo* publica? Era esse o objetivo? Eu não acredito que os Senadores que votaram pelo *impeachment* votariam pelo *impeachment* se o objetivo fosse travar a Operação Lava Jato. Não interessa se é o PP, se é o PT, se é o PMDB, seja quem seja. Cito três Partidos que estão com mais destaque – e estou citando inclusive o meu. Não importa. A Operação Lava Jato não pode parar. E me assustou. Eu li e ouvi toda a gravação. É assustadora. É assustadora.

Lembrou-me, Senadora Vanessa, da questão do Delcídio. E todo mundo sabe como eu votei aqui contra o Senador do meu Partido.

Concedo o aparte a V. Ex^a, Senadora Vanessa Grazziotin. Em seguida, ao Senador Telmário Mota.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Nobre Senador, serei muito breve, mesmo porque, depois de V. Ex^a, irei à tribuna falar deste mesmo assunto. Mas apenas complemento o que V. Ex^a fala em relação ao encerramento, ao fechamento de Ministérios importantes. Aliás, não foi preciso mais do que uma semana para a população brasileira ver o que está acontecendo no País e quais os verdadeiros objetivos. O maior deles foi divulgado no dia de hoje. Nós todos sabíamos, Senador Paim – V. Ex^a, eu –, qual era o verdadeiro objetivo desse golpe que está em curso, porque não é *impeachment*. É um golpe que está em curso. Mas, para complementar o que disse V. Ex^a, trago outra notícia. Esta do jornal *O Estado de S.Paulo*: “Governo [de Michel Temer] suspende novas vagas para Pronatec e Fies”.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O ensino técnico tão sagrado para todos nós.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E também do Fies. A Pátria Educadora – porque eles acham que esse foi o símbolo dado pela Presidente Dilma – querem destruir. Só que com isso eles não destroem um símbolo de uma Presidente; eles destroem um País e toda a perspectiva e a esperança de uma juventude. Parabéns, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado, Senadora Vanessa, pelo aparte.

E permita, Senadora Vanessa, que eu diga – e vou passar para o Senador Telmário Mota – que eu tive a alegria de ser convidado pela CTB, Central com que V. Ex^a é identificada diretamente, para um grande evento em São Paulo. E foi unanimidade nesse grande evento: o que nós estamos falando aqui hoje eles falaram lá. Pode ter certeza, Senador, de que eles vão mexer em todos os direitos dos trabalhadores e dos aposentados. Só não sabíamos dessa gravação bomba.

Então, meus cumprimentos à CTB.

Fica aqui um documento para registro. Estiveram palestrando comigo lá: a Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, Delaíde Arantes; Décio Bruno Lopes, da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip), que demonstra claramente que não é extinguindo o Ministério da Previdência, e, sim, aumentando a fiscalização. Também estiveram palestrando comigo: a Srª Jane Lucia Berwanger, do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário; Ronaldo Ferreira dos Santos, Presidente do Conselho Nacional de Saúde, que está indignado também pela forma que eles estão mexendo nas verbas destinadas à saúde; o Daisson Portanova, advogado especialista em previdência, do Rio Grande do Sul; Celina Arêas, Secretária da Formação da CTB; Magnus Farkatt, advogado também especialista nessa área.

Senador Telmário Mota, fica também este registro.

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Primeiro, muito obrigado por me conceder esse aparte. Mas eu queria, tendo a liberdade, começar iniciando minha fala parabenizando aqui a Senadora Ana Amélia, uma pessoa por quem eu tenho muito carinho, muito respeito. Ela sempre se colocou bem, graças a Deus, acima do bem e do mal aqui. Eu ouvi agora ela fazer um pronunciamento demonstrando que as digitais dela, a votação dela pelo *impeachment* não foi para esse procedimento em que hoje o Ministro do Planejamento se posicionou. Daí o pedido dela para que o Ministro reveja sua posição e não crie mais constrangimento ao Presidente, porque o Presidente não tem força de tirá-lo. Hoje, o Cunha só não é ministro e Presidente, porque o Supremo afastou, se não era um de um lado e outro do outro. Mas ele se sente sem força, e, nesse momento, claro, uma voz como a da Senadora Ana Amélia pode ajudar o Presidente a ter forças para afastar essa praga que está hoje implantada como Ministro do Planejamento. Ele está maculando a República brasileira, ferindo de morte a nossa democracia e, sem nenhuma dúvida, mais uma vez colocando esta Casa em um grande cheque, porque, se o Jucá não for cassado, é melhor voltar o Delcídio, porque a fala do Delcídio pega aula na fala de Jucá. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Lindbergh, por favor.

Obrigado, Senador Telmário Mota.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senador Paulo Paim, eu acho que o problema é o Senador Romero Jucá – e é o Senador Romero Jucá –, mas é o atual Presidente interino Michel Temer. O que vimos nesse processo? Primeiro, nós dizíamos que o processo começou com Eduardo Cunha, com desvio de finalidade, não só por vingança, mas ele ali construiu uma nova maioria parlamentar para se livrar do Conselho de Ética. Agora, quem é o Senador Romero Jucá aqui? É o Presidente em exercício do PMDB; o principal articulador aqui no Senado desse processo de *impeachment*. Um dos homens fortes de Michel Temer. E eles se aproveitaram de manifestações legítimas da sociedade, para assaltar o poder. E está claro aqui. Veja um trechinho, Senador Paulo Paim. O Sérgio Machado diz: "Rapaz, a solução mais fácil era botar o Michel." Aí o Jucá disse: "Só o Renan está contra isso, porque não gosta de Michel, porque Michel é Eduardo Cunha." Ele reconhece aquilo que também nós dizíamos, que Eduardo Cunha manda no Governo de Michel Temer. Aí continua. O Sérgio Machado falou: "É um acordo. Botar Michel num grande acordo nacional." O que diz Jucá? "Com o Supremo. Com tudo." Ele tem que dizer aqui quem são esses ministros do Supremo que estão participando desse acordo. Vai mais além. Diz o seguinte, em voz baixa, o Jucá: "Conversei ontem com alguns ministros do Supremo. Os caras dizem: 'Ó, só tem condições sem ela. Enquanto ela estiver ali, a imprensa, os caras querem tirar ela. Esse negócio não vai parar nunca. Entendeu?' Então, estão conversando com os generais, comandantes militares: 'Está tudo tranquilo. Os caras dizem que vão garantir.' A partir de amanhã, nós vamos ter a reunião da Comissão do *Impeachment*. Nós achamos que essa Comissão tem que ser suspensa. Isso tem que ser investigado. Está claro o desvio de finalidade. Nós vamos obstruir a sessão do Senado, da Câmara, do Congresso Nacional. Nós não vamos aceitar alteração da meta fiscal. Essa meta foi proposta pelo Senador e atual Ministro de Planejamento, Romero Jucá. Inclusive, Senador Paulo Paim, eu encerro, dizendo isso com muito cinismo, porque eles afastaram a Presidenta Dilma com um discurso, o discurso de que ela não cumpriu a meta fiscal, de que ninguém podia gastar mais do que arrecada. Na outra semana, eles mudam de opinião. Ampliaram gastos. E estão dizendo que o rombo dos R\$170 bilhões é da Dilma. Sabe qual é o déficit nos três meses, janeiro, fevereiro e março? Quinze bilhões. Com abril, o cálculo é que chegue a 20 bilhões, em quatro meses. Os outros 150 são deles. Eu pergunto: o que é que está por trás dessa conta? Estão querendo pagar a conta do *impeachment*? Nós não vamos aceitar que haja reunião do Congresso Nacional no dia de amanhã. Vamos comunicar isso hoje ao Presidente, Renan Calheiros. E eu encerro, dizendo que é um grande escândalo o que nós estamos presenciando. E esse não é um escândalo que envolve apenas o Senador Romero. É o Governo. É a essência do Governo interino de Michel Temer. Por isso, nós denunciamos sempre que é um Governo ilegítimo. É a prova cabal. O Senador Romero Jucá não falou nenhuma vez de pedaladas, de crédito suplementar. Era só um tema: paralisar as investigações da Lava Jato. Muito obrigado, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem revisão do orador.) – Muito bem, Senador Lindbergh. Como sempre, com competência, deixando claro para o povo brasileiro o que está acontecendo.

Permitam-me que eu diga isto: eu duvido que os Senadores que votaram pró-*impeachment* concordariam, se ficassem sabendo disso tudo, inclusive da extinção do Ministério da Previdência. Eu questionei quase todos os Presidentes, mas eu questionava sobre o aumento do aposentado. Se eu imaginasse! Eu nunca iria imaginar que viria um governo para acabar. Por que não disseram isso na "Ponte para o Futuro", claramente? "Vamos acabar com o Ministério da Previdência". Lá eles insinuaram algumas coisas que aqui eu ouvi dizer que não eram verdades. O pior é que agora é verdade. É sim. O Ministro do Trabalho está dizendo: "Nós queremos flexibilizar." É negociação acima da lei. A lei fica para lá. "Só vou respeitar o que está na Constituição." É o que eles dizem. A CLT não vai existir mais?

Telmário Mota, e o nosso PDT e o nosso PTB, de tantas histórias contadas sobre a CLT de Brizola, de Getúlio, de Pasqualini?

Eu duvido que os Senadores tinharam claro que era esse o quadro que se ia apresentar.

Quanto ao Ministério da Cultura, meus cumprimentos aos artistas, aos atores, aos intelectuais, que se mobilizaram em todo o País, e o Governo teve que recuar.

O Ministério da Previdência não pensem que vocês vão levar de barbada. No dia 31, vai haver manifestação em todo o País, dizendo-se "Devolvam o Ministério da Previdência para os trabalhadores aposentados e tire do mercado, como será no Ministério da Fazenda".

Aqui, no Petrônio Portela, será uma análise com técnicos, com líderes, que virão de diversas partes do País, para mostrar que a Previdência pode ser viável, sim, e que não se vai resolver, extinguindo-se o Ministério.

Então, meus cumprimentos àqueles movimentos de todo o País. Liderados por associações, sindicatos, federações, confederações, estarão fazendo movimento e mobilização em todo o Estado, em defesa do Ministério da Previdência, em defesa dos trabalhadores, dos aposentados e dos pensionistas.

Aqui, para o Petrônio Portela, queremos convidar todos os Deputados e Senadores. Estarão aqui mais de uma dúzia de especialistas nessa área, que mostrarão que é um equívoco, uma confusão, uma lambança nunca vista esta história de mandar uma parte do Ministério da Previdência para uma área e outro pedaço para outra área, em prejuízo, com certeza, do interesse dos trabalhadores.

O próprio salário mínimo que o aposentado tem... Quem está aposentado, quem está na ativa tem o mesmo salário mínimo, e agora já falam que haverá dois salários mínimos: um menor para quem está aposentado.

Sr. Presidente, no dia 31, teremos um movimento que vai continuar – como foi a questão do Ministério da Cultura –, em defesa do Ministério da Previdência, ou seja, em defesa da segurança social.

Peço a V. Exª que considere, na íntegra, os meus pronunciamentos, porque tenho que abrir, agora mesmo, mais uma audiência pública, que vai discutir o desemprego, na visão, naturalmente, dos democratas.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUIM, NA ÍNTGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, quero registrar, que na sexta-feira passada, dia 20, eu fui um dos palestrantes do Seminário "Reforma da Previdência, Saúde e Terceirização promovido pela Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), na cidade de São Paulo, com a participação de lideranças sindicais de todos os estados da federação.

Fiz uma ampla análise de conjuntura, especialmente sobre previdência social e projetos que estão tramitando no Congresso Nacional que vão de encontro aos direitos dos trabalhadores, aposentados e pensionistas.

Falo da terceirização, do negociado acima do legislado, da desvinculação do salário-mínimo, da própria 'Ponte para o Futuro', entre outras verdadeiras 'bombas'.

Agradeço o convite da CTB e parabenizo a todos os seus dirigentes pelo importante evento realizado. Parabéns presidente Adison Araújo.

Da mesma forma registro alguns palestrantes: Ministra Delaídes Arantes, do Tribunal Superior do Trabalho; Décio Bruno Lopes, da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (ANFIP); Jane Lúcia Berwanger, do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário; Ronaldo Ferreira dos Santos, presidente do Conselho Nacional de Saúde; e Daisson Portanova, advogado e consultor previdenciário.

Celina Aréas, secretária de Formação da CTB; Magnus Farkatt, advogado da CTB.

Fica aqui um convite às outras centrais para que também realizem um seminário como o da CTB. O momento requer muita união entre o movimento.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, hoje pela manhã eu postei a seguinte frase no twitter:...

Ficou claro que o processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff foi uma operação abafa a lava jato.

Eu pergunto para aqueles que votaram favorável ao impeachment. E agora? E agora? E agora?

Pois eu recebi um e-mail de um cidadão do Rio de Janeiro agora há pouco em forma de hip hop...

E agora José? // A casa caiu // Não tem volta não ...

A festa acabou // A luz apagou // O telefone tocou ...

O dia virou noite // A noite fugiu // E agora João? ...

Eu pergunto para aqueles que votaram favorável ao impeachment. E agora? E agora? E agora?
Pois eu recebi um e-mail de um cidadão do Rio de Janeiro agora há pouco em forma de hip hop...
E agora José? // A casa caiu // Não tem volta não ...
A festa acabou // A luz apagou // O telefone tocou ...
O dia virou noite // A noite fugiu // E agora João? ...
Que situação // A palavra é de vidro // A mentira é refrão ...
E agora Maria? // Você sabia? // Na noite anterior // A máscara caiu...
Não é maldade não // É pura verdade // Dizia Noel // Onde está a honestidade?
Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTOS ENCAMINHADOS PELO SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

Matérias referidas:

- Anexos.

23.05.2016

FOLHA de SP

Bomba. Com gravação de telefonemas entre o ministro interino de Planejamento, Romero Jucá, e o ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado.

Nas conversas, Jucá, reproduzidas parcialmente em Em gravação, Jucá sugere pacto para deter Lava Jato para “estancar a sangria”. Em outro trecho, Machado diz que se ele “descer”, numa referência a Curitiba, “fodeu”.

Há 1h15m de diálogos entre ambos, gravados “semanas antes” da votação do impeachment na Câmara contra a presidente Dilma Rousseff.

Ministros do Supremo também são mencionados, como garantias de Jucá de quem acesso a eles. O único nominalmente citado como exceção, é o “cara fechado” Teori Zavascki.

A segunda reportagem Ministro afirma que ‘caiu a ficha do PSDB’ sobre operação traz Machado dizendo que “o primeiro a ser comido é Aécio Neves – seguido do comentário: “O Aécio não tem condição, a gente sabe disso, porra. Quem que não sabe? Quem não conhece o esquema do Aécio? Eu, que participei de campanha do PSDB...”

Também há referências de que circulou dinheiro para a eleição de Aécio Neves para a presidência da Câmara, em 2001.

Na terceira reportagem, o advogado de Jucá, Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, tenta minimizar o impacto das revelações em Conversa não traz nada ilegal, diz advogado.

JORNAL do COMÉRCIO – Edgar Lisboa

O futuro pelo Senado

Os três senadores gaúchos acabam representando, com certa elegância, o que o Senado pensa sobre o futuro do governo do presidente interino Michel Temer (PMDB). Paulo Paim (PT) é a representação dos pessimistas, que acreditam em pelo menos seis meses péssimos. Ana Amélia Lemos (PP) está na outra ponta do espectro futurológico, acreditando que Temer irá vencer a crise. Lasier Martins (PDT) representa aí o grande centro, que vê a possibilidade de grandes sucessos e de desastres.

Nenhuma luz

"Gostaria de estar errado sobre o futuro", diz o senador Paulo Paim, mas ele espera o pior do governo Temer. "Pelo que estão anunciando, os setores mais vulneráveis da população vão sofrer. A situação de fato é complicada e não se vê nenhuma luz."

O senador gaúcho citou diversas propostas que fragilizam a vida de trabalhadores e aposentados, como a terceirização indiscriminada, a definição do trabalho escravo que invalida o combate à prática, o desejo de colocar o negociado sobre o legislado em relações de trabalho e a reforma da Previdência. Paim inclusive critica o ministro do Trabalho, o gaúcho Ronaldo Nogueira (PTB). "São uma série de questões que vão na contramão do que o PTB acreditava." Depois da admissibilidade do impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT), diz Paim, "começaram a vender terreno na lua, falando que o desemprego ia acabar, que tudo ia melhorar, que era só tirar a Dilma. Não foi bem assim".

Faltam novidades

A falta de novidades na primeira semana de Temer tirou um pouco do entusiasmo do senador Lasier Martins (PDT). "Esperava novidades que não vieram", disse. Ele se refere ao núcleo duro do governo, formado pelos ministros da Casa Civil, Eliseu Padilha (PMDB), do Planejamento, Romero Jucá (PMDB), e da Secretaria do Governo, Geddel Vieira de Lima (PMDB). Os três participaram de todos os últimos governos. Por outro lado, Lasier ficou satisfeito com os ministros da área econômica. "Mas os outros setores deixam a desejar." O gaúcho também questiona a indicação de André Moura (PSC-SE) para a liderança do governo na Câmara. "Erro brutal", diz Lasier sobre o parlamentar réu da Lava Jato e acusado de tentativa de homicídio. Lasier se diz preocupado com a fusão dos ministérios de Comunicações e Ciência e Tecnologia. "O setor sofreu um absoluto descaso nos últimos governos."

Enfrentamento da crise

A senadora Ana Amélia (PP) é mais otimista. Ela cita os 11 milhões de desempregados, número que pode chegar a 14 milhões até o final do ano. "O governo assumiu faz pouco mais de uma semana. O que desejo é que, em pouco tempo, consigam minimizar a crise", diz. Para a senadora, o trio de notáveis com Henrique Meirelles no Ministério da Fazenda, Romero Jucá (PMDB) no Planejamento e José Serra (PSDB) nas Relações Exteriores é uma "garantia de enfrentamento da crise". Sobre a crise política, a senadora critica a política vigente. "Os partidos têm que deixar os interesses partidários de ir atrás de espaços políticos e pensar no interesse do Brasil."

ZERO HORA – Carolina Bahia

Recuar para sobreviver

O Ministério da Cultura volta a existir não por convicção do Planalto, mas porque o governo Temer quer abafar o movimento dos artistas, o único foco de reação com impacto

junto à opinião pública. Como ainda não engrenou na área econômica – medidas voltadas à geração de emprego devem ser anunciadas amanhã –, Temer preferiu ceder para tentar apagar o incêndio. A decisão não foi unânime. Ministros contrariados argumentam que ceder às pressões pode desmoralizar o enxugamento da máquina. E, de fato, a reforma administrativa está meio bagunçada. Temer, no entanto, nunca foi um político do embate e sempre preferiu partir para a conciliação. Mas não basta ter um ministério. O importante é saber, afinal de contas, quais são os rumos das políticas públicas para a Cultura.

TUDO TEM LIMITE

Apesar da pressão do Solidariedade, o Desenvolvimento Agrário não voltará a ser ministério, mas sairá do guarda-chuva do Ministério do Desenvolvimento Social. Será uma secretaria especial ligada à Presidência da República. O partido do deputado Paulinho da Força (SP) indicará o secretário, que não terá status de ministro.

SEM CONFUSÃO

O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, entra em campo para que as centrais sindicais não declarem guerra ao governo de transição. Diante das informações de que Temer poderá propor flexibilização da jornada e de salários, Nogueira avisa que nenhuma medida será tomada sem que os trabalhadores participem.

– Ninguém será surpreendido. E também não há pressa – ameniza o ministro.

QUEM TOPA?

As rodadas de renegociação das dívidas dos Estados com a União começam assim que o governo resolver a mudança da meta fiscal no Congresso. O ministro Henrique Meirelles (Fazenda) vai impor medidas duras de ajuste aos governadores. Quem cumprir terá melhor tratamento na negociação.

TERCEIRIZAÇÃO

O senador Paulo Paim (PT-RS) entrega o relatório sobre o projeto da terceirização em agosto. Ele vai propor ao plenário do Senado uma mudança radical no texto aprovado na Câmara. O principal ponto é que a atividade-fim não poderá ser terceirizada.

ZERO HORA

Governo Temer vai propor flexibilizar CLT

OBJETIVO SERIA AUMENTAR a produtividade da economia e reduzir os custos dos empresários

Além das mudanças na Previdência, o governo do presidente interino Michel Temer pretende colocar em prática uma reforma trabalhista, conforme o jornal O Globo. A intenção seria flexibilizar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com possibilidade de acordos coletivos, para fomentar a produtividade da economia e reduzir os custos dos empresários em novos investimentos. Mas a medida, segundo a publicação, deve manter os direitos assegurados aos trabalhadores pela Constituição.

A proposta deve restringir as negociações coletivas à redução de jornada e de salários. Acordos relativos às normas de segurança e saúde dos trabalhadores devem ficar de fora. Assim, FGTS, férias, Previdência, 13º salário, licença-maternidade, entre outros benefícios, serão flexibilizados.

As partes, empregadores e sindicatos das categorias, poderão colocar em negociação, por exemplo, o parcelamento do 13º salário e a redução do intervalo de almoço de uma para meia hora, com alguma contrapartida para os funcionários. O tempo gasto no transporte que contar como jornada de trabalho (nos casos em que a empresa oferece condução) também poderá ser objeto de negociação.

A conclusão da votação do projeto que trata da terceirização também faz parte da proposta da reforma trabalhista. O texto, já aprovado pela Câmara e em avaliação no Senado, prevê a contratação de trabalhadores terceirizados em atividades-fim.

O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, já iniciou as discussões sobre a medida com o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Ives Gandra Filho, defensor da flexibilização das leis trabalhistas. A ideia é ampliar a todos os setores acordos que foram realizados pela Corte para algumas categorias do mercado, que preservaram direitos básicos, fazendo, assim, uma alteração na CLT. Entre os acordos de flexibilização que contam com o respaldo da Constituição, segundo o TST, estão redução nas horas de transporte, dos intervalos intrajornada, cálculo do adicional noturno e redução do intervalo de almoço.

ZERO HORA

Mais impostos para reduzir o rombo

COM DÉFICIT PROJETADO de R\$ 170,5 bilhões nas contas da União, analistas consideram inevitável novo aumento de tributos

Ao divulgar a revisão da meta fiscal para 2016, com a projeção de déficit de R\$ 170,5 bilhões nas contas da União, o novo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, confirmou, na última sexta-feira, o que analistas de mercado já vinham alertando com frequência: o problema nas finanças públicas no país é maior do que o estimado dois meses atrás pelo governo Dilma Rousseff. Propostas para tentar diminuir, ao menos em parte, o rombo, serão anunciadas amanhã.

Com dificuldade de cortar despesas, especialistas estimam que o fôlego deva chegar por meio de aumento de tributos. A equipe econômica do governo do presidente interino Michel Temer tem evitado falar em alta de impostos, mas não nega que essa possa ser uma alternativa a curto prazo.

Três deles estão na mira. Além da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) – medida de maior impacto na arrecadação federal –, não estão descartados taxação de lucros e dividendos e aumento na Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) da gasolina. As duas têm menor repercussão nas contas do governo, mas poupariam camadas mais pobres de um tarifaço.

– Com um déficit dessa magnitude é difícil não falar em aumento de imposto, por mais que politicamente haja um custo. Com a recessão profunda que atravessamos, é impraticável sair cortando despesas. Sem contar que o orçamento federal é bastante engessado. Impede redução brusca de gastos – afirma Alexandre Espírito Santo, economista da Órama Investimentos.

PROJETOS PERMANECEM PARADOS NO CONGRESSO

Propostas para o retorno da CPMF e a taxação de lucros e dividendos já circulam pelo Congresso desde o ano passado, mas, com o acirramento da crise política entre Executivo e Legislativo, ambas seguem paralisadas. A estimativa é de que, se aprovado, o “imposto do cheque” renda até R\$ 80 bilhões aos cofres públicos. A taxação de lucros e dividendos em 15%, outros R\$ 12 bilhões. A Cide, que depende apenas da caneta do presidente interino, geraria receita extra de R\$ 15 bilhões – se mantido o plano de aumentar a cobrança de R\$ 0,10 para R\$ 0,60 por litro de gasolina.

– Projetos para elevar a arrecadação já estão na mesa. A dúvida do mercado é se haverá manutenção das propostas que estão aí ou se serão ajustados para fazer frente a uma perspectiva de déficit maior. No caso da CPMF, pode ser até uma alíquota maior que 0,38% – estima João Ricardo Costa Filho, economista da Pezco Mycroanalysis.

A redução em R\$ 21,2 bilhões do contingenciamento de R\$ 44 bilhões previsto pela gestão Dilma reforça a dificuldade do governo em diminuir despesas. Quase 80% dos gastos previstos no orçamento de 2016 são despesas obrigatórias. O Planalto não tem a opção de deixar de realizar o pagamento, a menos que as leis que regem as despesas sejam alteradas.

– O governo já anunciou redução de 4 mil vagas no serviço público, mas não sabe quanto vai economizar. Vai precisar apresentar propostas mais claras – afirma Raul Velloso, especialista em finanças públicas.

FOLHA de SP - Painel

Quem irá ceder?

O governo

Temer irá cruzar a lista de beneficiários do Bolsa Família com duas novas bases de dados: a de sócios de empresas e a de aposentados do INSS. Osmar Terra (Desenvolvimento Social) diz que o programa não sofrerá e "as gorduras serão reinvestidas". Bruno Araújo (Cidades) também garante que o Minha Casa, Minha Vida só irá melhorar. Um auxiliar do presidente interino, porém, reforça a mensagem da equipe econômica no sábado: "Sem imposto, nos resta cortar gastos".

Desatadora de nós

A nova presidente do BNDES, Maria Silvia Bastos, terá de ajudar o governo a resolver o imbróglio dos acordos de leniência. Sem eles, empreiteiras da Lava Jato não terão acesso ao banco, o que pode dificultar sua sobrevivência.

Parou de pingar

Entre 2003 e 2015, essas empresas tomaram US\$ 14 bilhões em empréstimos para a exportação de bens e serviços. Desde então, o cofre está fechado, embora elas não tenham sido ainda declaradas inidôneas.

Démodé

A equipe de comunicação de Michel Temer não gosta de pronunciamentos em rede nacional. Considera o modelo antiquado e engessado. Por isso, o presidente interino só deve fazê-los em momentos muito solenes.

De olho

O chanceler José Serra quer todo o foco no mercado consumidor do Irã após acordo do país com os EUA.

Aproveita e faz

De olho na animação de Serra com a política comercial, a CNI quer emplacar adidos da indústria nas embaixadas no exterior. Pede 16 deles. O setor agrícola já tem os seus.

Fezinha

Agraciado com 12 cartelas premiadas na loteria federal em 1997, que lhe renderam R\$ 123 mil, Fernando Giacobo (PR-PR) não parou mais de jogar. Agora espera que a sorte lhe sorria novamente e se torne substituto de Waldir Maranhão.

Sem escala

O presidente afastado da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), deve retornar a Brasília nesta segunda (23), mas seguir direto para a residência oficial — sem passar, portanto, pelo Congresso.

À espera

O peemedebista foi orientado por sua defesa a aguardar novas provocações ao STF sobre sua situação antes de retornar à Casa. Seus advogados entrarão, nos próximos dias, com novos recursos contra seu afastamento.

Pra já

O procurador-geral do Ministério Público de Contas, Paulo Bugarin, pediu que o TCU averigue os indícios de irregularidades cometidas pelo governo Dilma em 2016 de forma "célere e urgente".

Balcão?

Ele justifica o pedido em denúncias feitas por "diversos movimentos sociais" de que o governo ofereceu cargos, emendas e até dinheiro para evitar que o impeachment fosse aprovado.

Olhe bem

O deputado Arthur Virgílio Bisneto (PSDB-AM) pedirá ao governo Temer que analise a venda da Petrobras Argentina, fechada a poucos dias da votação do impeachment na Câmara. Vê risco de prejuízo à estatal.

Guloso

Para auxiliares de Dilma, antes de criticar a petista por ter levado cargos de alta remuneração para o Alvorada, Temer deveria abrir mão dos 40 postos que detinha como vice-presidente.

Na pele

Em visita a Belém, o presidente da Comissão de Segurança Pública, Alexandre Baldy (PTN-GO), sofreu uma tentativa de assalto. Os bandidos atiraram em seu carro. Ninguém se feriu.

Novo ponto

O governador Pedro Taques (PSDB) quer tornar Cuiabá um "hub" internacional. Há conversas com a Azul para criar um voo com destino a Miami (EUA).

Quase isso

Em Nova York, após apresentação a investidores, Taques explicava porque o café brasileiro é melhor que o colombiano: "É mais saboroso, dizem os barítonos", declarou, querendo dizer, na verdade, "baristas".

Presidente

afastado da Câmara, Eduardo Cunha é beneficiário de um trust. E Michel Temer é dependente de um traste. - HUMBERTO COSTA (PT-PE)

Passou a faixa

Criticado pelo deputado Júlio Delgado (PSB-MG) por ter assumido uma vaga no Conselho de Ética para, teoricamente, ajudar a livrar Eduardo Cunha (PMDB-RJ) da perda de mandato, André Fufuca (PP-MA) decidiu reagir. No plenário da Câmara, fez um discurso enérgico, defendendo-se das afirmações do colega.

Ao final da sessão,

o peemedebista Carlos Marun (MS), conhecido como o capitão da defesa do presidente afastado no colegiado, procurou Fufuca.

A sós com o colega, afirmou em tom jocoso:

— Fufuquinha, depois de hoje, vou transferir para você o título de chefe da tropa de choque do Eduardo!

O GLOBO – Anselmo Gois

Só tem artista na política

A recriação do Ministério da Cultura, sábado, atrapalhou os planos de Renan Calheiros. A sua equipe estava preparando uma grande caravana de artistas para um encontro com ele, amanhã, em Brasília. Imagina só a imagem e a foto. A ideia era o Senado mexer na MP de reforma ministerial e garantir a continuidade do MinC. É como se diz em Frei Paulo: em política, quem menos corre, voa.

Bandeira branca, amor Ontem, no Rio, o novo ministro Marcelo Calero se reuniu com a "classe" na casa da produtora Paula Lavigne.

Mão fechada Calero,

que recebe de Juca Ferreira um MinC falido como, de resto, o país, talvez venha pedir dinheiro a empresários para bancar eventos culturais. Mas não é tarefa fácil. Certa vez José Serra contou para um amigo que, na época em que governava São Paulo, recebeu um pedido de uma banqueira para patrocinar determinada exposição. Ele respondeu naquele padrão Serra de delicadeza: "Mas por que o banco não patrocina?". E ela: "É porque esgotamos nossa cota de apoio com incentivo fiscal".

No mais

Os artistas foram protagonistas de uma página bonita de luta pela recriação do Ministério da Cultura com a ocupação de espaços do ministério. Mas chama atenção a declaração, isolada, diga-se, de Ivan Sugahara, diretor da cia. Os Dezequilibrados, de que "temos que ocupar mais prédios públicos, como o da Petrobras". A minha dúvida é se ele defendeu, por coerência, igual proposta, quando veio à tona o assalto bilionário ao cofre da estatal, dinheiro, meu, seu, nosso, revelado pela Lava-Jato.

Não é só Pedro Parente

Este ano também vai vagar a direção-geral da ANP. A atual diretora, Magda Chambriard, não pode ser mais reconduzida.

A outra Lava Jato

Beira a 200 o número de funcionários investigados no sistema Eletrobras.

Dinheiro meu, seu, nosso Os gastos autorizados pela Mesa Diretora com o deputado afastado Eduardo Cunha somam R\$ 536.485,63 por mês! O levantamento foi feito por técnicos a pedido do PSOL.

PONTO FINAL

Eduardo Cunha, quando saiu a lista dos políticos envolvidos na Lava Jato, reclamou da ausência de Delcídio Amaral. Disso ele entende. Agora seu alvo é Renan. Já imaginou uma delação completa do Cunha? Seria bom demais. Iria espalhar mais lama do que a explosão da barragem da Samarco. O país teria a chance de conhecer, talvez, o mais completo documento das tenebrosas transações que envolvem parte do mundo político e empresarial. Vamos torcer, vamos rezar.

O GLOBO – Ricardo Noblat

Dilma saiu, as Organizações Tabajara, não. Sua proeza recente foi a extinção do Ministério da Cultura, agora recriado

Houston, temos um problema!

O Comitê Olímpico Internacional

guarda em segredo o número de autoridades de países que virão ao Rio de Janeiro para a cerimônia de abertura, no próximo dia 5 de agosto, das Olimpíadas 2016, a ser assistida pela televisão por algo como 4,5 bilhões de pessoas no mundo todo. Sabe-se, porém, que será um mínimo de 70 chefes de Estado e um máximo de 170. A depender... A depender do quê mesmo?

DA SITUAÇÃO POLÍTICA

interna do Brasil. Setenta chefes de Estado confirmaram sua vinda independentemente de qualquer coisa. Mas, pelo menos 100 condicionam sua presença no Rio à evolução do processo de impeachment de Dilma. Eles nada têm a ver com isso. Não estão interessados. E não se incomodariam em ser recebidos por Dilma ou pelo presidente interino Michel Temer.

APENAS NÃO SE SENTIRIAM

à vontade em ter de cumprimentar em tal ocasião dois presidentes da República de um mesmo país – um afastado e à espera de ser julgado, e o outro na condição de interino. Entre os 100 que reservaram vagas em hotéis ainda sujeitas a confirmação, estão o presidente dos Estados Unidos e os primeiros-ministros da Alemanha, Inglaterra e Japão.

ANTES DE TROCAR A ADRENALINA

do Palácio do Planalto pelo isolamento do Alvorada, Dilma reservou 35 apartamentos em hotéis do Rio para si e sua comitiva. Ex-ministros ouviram dela que está disposta a comparecer à cerimônia de abertura dos Jogos no Maracanã. Diz não temer vaias, quando nada, porque as provou no próprio Maracanã durante a Copa do Mundo.

NÃO PASSA PELA CABEÇA

do presidente interino abrir mão de ser visto no Maracanã ao lado de autoridades máximas de outros países, de preferência as principais. Na prática, presidir a abertura dos Jogos Olímpicos seria para Temer uma espécie de ato de reconhecimento internacional do seu governo, não importa se provisório ou se já abençoadão em definitivo pelo Senado.

QUANTO AO RISCO DE SER vaiado...

Dilma já não foi? E Lula, também? Lula foi vaiado cinco vezes na festa de abertura dos Jogos Pan-Americanos de 2007, no Maracanã, menos de um ano depois de ter sido reeleito. Faltou-lhe coragem para declarar os jogos abertos – quem o fez foi o presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Carlos Nuzman. Lula referiu-se às vaias como "molecagens".

DEPOIS, MAIS CALMO, GARANTIU: "Elas não refletiram o pensamento do Rio de Janeiro". Temer sempre poderá dizer a mesma coisa. No caso dele, as vaias serão quase certas, seja porque seu governo carece de apoio popular, seja porque o PT e seus aliados darão um jeito de providenciá-las. O mais preocupado com que tudo saia bem é o comando do Comitê Olímpico Internacional.

ALGUNS DOS SEUS MEMBROS COGITAM

fazer uma consulta informal ao ministro Ricardo Lewandowski. Como presidente do Supremo Tribunal Federal, cabe a ele presidir a última fase do processo de impeachment de Dilma que começou com o afastamento dela e será concluída em um prazo de até 180 dias. Quer dizer: poderá terminar antes se o Senado e Lewandowski concordarem.

TEMER AGE PARA LIVRAR-SE RÁPIDO

da sombra de Dilma. Em setembro, Lewandowski transferirá a presidência do Supremo para a ministra Cármem Lúcia e, por isso não tem pressa. A não ser que surja um eventual convite para ser embaixador do Brasil na Europa... E Dilma? Contra o desejo de Lula, do PT e da maioria dos brasileiros, ela sonha em voltar à Presidência.

ESTADOP de SP - Coluna

Contratos públicos têm que ser transparentes

O setor da construção vai pedir ao presidente Michel Temer que seu governo adote medidas para garantir mais transparência nos processos de licitação que envolvam obras com dinheiro público. O presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins, diz que a Lava Jato mostrou que a medida é essencial no combate à corrupção. A entidade, que representa 81 sindicatos patronais, lançará em junho um manual com regras de ética e compliance, incluindo dicas como não pagar almoço a agentes públicos.

Impactos da Lava Jato

A Lava Jato mostra claramente o problema que a concentração e a falta de transparência pode gerar. Explicitou que, quando você deixa na mão de meia dúzia, você realmente estimula que se formem cartéis.

Corrupção

Direcionamento de licitações, atraso de pagamento, falta de transparência na ordem cronológica da liberação das verbas públicas, projetos de má qualidade e, o principal deles, de concentração. Vamos levar isso ao Temer.

Concorrência.

Por que eu tenho que fazer uma licitação de 1000 km de concessão em lote único? As obras não precisam ser tão grandes se elas puderem ser menores. Nada impede de uma empresa grande pegar vários lotes. Isso estimula a concorrência.

Contratos leoninos

Existe um lado do contrato que é muito poderoso, que é o do agente público. Ele pode muito. E não é punido se não cumprir o contrato. É ai que surge o problema. Ele pode querer tirar algum tipo de vantagem em troca de cumprir o contrato.

Contrato ideal

O contrato tem que ser correto, transparente, executado. E deve existir uma fiscalização muito forte de que aquele contrato foi realizado dentro dos critérios que foi licitado, tanto na parte quantitativa quanto na parte de especificação de qualidade do serviço.

Mudanças

À luz da nova lei anticorrupção, estamos elaborando manuais para capacitar as empresas para que tomem muito cuidado e adotem diretrizes de ética e compliance. Vamos lançar no dia 15 de junho.

Postura

Eu acho que em qualquer segmento existem distorções. As pessoas têm que entender que ética e compliance têm que estar na gestão. É uma pré-condição para uma gestão eficaz hoje em dia.

Manual

Vamos orientar para que se o empresário for jantar com um agente público, cada um pague a sua conta. Deve-se evitar dar presente ou pagar algum tipo de viagem. Se você tem uma conversa com um servidor público, se retire da sala se ouvir algo que não for aceitável e relate a seu superior.

Obra sem corrupção

O Brasil mudou e de repente um determinado tipo de influência não existe mais. A gente tem que fazer com que este mercado volte à sua normalidade.

Minha Casa, Minha Vida

Nós achamos que foi de muita responsabilidade a suspensão de contratos pelo governo Temer. Sabe-se perfeitamente que o que tem em caixa hoje, praticamente, no limite paga o que está contratado. Não existe mágica.

Declínio do setor

Ninguém compra uma casa nova, faz uma indústria nova, monta uma loja se não tiver confiança no futuro. E ninguém mais acreditava nesse País. Com esse novo governo, o humor já mudou.

Crescimento da economia

Se o Brasil reaquecer a economia, vai faltar imóvel. A curva mostra que diminuiu a venda, mas a queda do lançamento é muito maior. O estoque é histórico, porém a venda está baixa. Então, se a economia melhora, começa a ter uma velocidade de venda muito grande. Ninguém está vendendo isso.

Projeções para 2016

Não tenho a menor ideia. Não sei quando as pessoas vão voltar a ter confiança de que continuarão empregadas. Isso é o que manda. No momento de baixa da economia, você reprime a demanda e ela vai ser feita ali na frente. Quando isso vai acontecer? Vai depender de como a economia vai rodar.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO
(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

–“Guerreiro Menino” – Autoria: Luiz Gonzaga Júnior (Gonzaguinha).

“Guerreiro Menino”

Autoria: Luiz Gonzaga Júnior (Gonzaguinha).

Um homem também chora // Menina morena // Também
deseja colo // Palavras amenas // Precisa de carinho //
Precisa de ternura // Precisa de um abraço

Da própria candura // Guerreiros são pessoas // São
fortes, são frágeis // Guerreiros são meninos // No fundo do
peito // Precisam de um descanso // Precisam de um
remanso // Precisam de um sonho // Que os tornem refeitos

É triste ver este homem // Guerreiro menino // Com a
barra de seu tempo // Por sobre seus ombros // Eu vejo que
ele berra // Eu vejo que ele sangra // A dor que traz no peito
// Pois ama e ama

Um homem se humilha // Se castram seu sonho // Seu
sonho é sua vida // E a vida é trabalho // E sem o seu
trabalho // Um homem não tem honra // E sem a sua honra
// Se morre, se mata

Não dá pra ser feliz // Não dá pra ser feliz // Não dá pra
ser feliz // Não dá pra ser feliz

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu cumprimento V. Ex^a e passo imediatamente a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, como oradora inscrita.

V. Ex^a, Senadora, tem a palavra.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, quero, Senador Jorge Viana, cumprimentar V. Ex^a, a Senadora Ana Amélia, que acaba de se pronunciar também, o Senador Telmário, o Senador Lindbergh e dizer que lamento que, neste momento da sessão e neste dia tão importante, tão revelador para o País, tenhamos em plenário tão poucos Senadores, Senador Jorge Viana.

Gostaria muito que aqui estivessem os Líderes do PSDB, os Líderes do DEM, com quem debatemos em profundidade, sobretudo, aqui, no plenário do Senado Federal. Seria importante que eles estivessem, mas não estão hoje.

Falaremos nós hoje e, amanhã, certamente travaremos um debate que precisa ser enfrentado, sem dúvida nenhuma.

Sr. Presidente, hoje, pela manhã, bem cedo, nós acordamos, o Brasil inteiro amanheceu com uma notícia bombástica. Confesso que, já de madrugada, o meu telefone, cujo som eu retiro – fica no silencioso –, acendia muitas vezes as luzes, e, às cinco e pouco da manhã, eu já estava recebendo a notícia.

Sr. Presidente, não me refiro à 29^a fase da Operação Lava Jato, fase em que foram o centro da investigação dirigentes ou ex-dirigentes do Partido Progressista, o PP, e que deverá tirar a liberdade, mais uma vez, do Sr. João Cláudio Genu, ex-tesoureiro do PP, que, em fases anteriores de investigações, já estava extremamente envolvido. Não foi com essa notícia... Aliás, é bom registrar, Presidente, que, depois de 42 dias – eu prestei bem atenção, porque ouvi essa notícia, cedo, pelos telejornais –, depois de 42 dias, a Operação Lava Jato realizou hoje a 29^a fase.

Presidente, eu aqui estou me referindo, como fato bombástico, ao fato que o Brasil inteiro já deve ter tomado conhecimento, aliás, não só o Brasil, mas o mundo, porque acabo de receber também cópia de uma matéria publicada hoje no *New York Times* falando do problema que envolve o Ministro do Planejamento e Senador do PMDB, Romero Jucá. Sem dúvida nenhuma, eu creio – e ouso falar – que, desde que se iniciou a Operação Lava Jato, talvez esta seja uma das fases mais reveladoras – eu diria importantes e reveladoras.

Vejam o que diz a manchete da capa do jornal *Folha de S.Paulo*: “Em gravação, Jucá sugere pacto para deter Lava Jato.” Sr. Presidente, a manchete do jornal, por si só, Senador Telmário, já fala tudo. Vamos repeti-la aqui – V. Ex^a gosta muito de dar ênfase a algumas coisas, e, às vezes, eu acho que isso é muito importante: “Em gravação, Jucá sugere pacto para deter Lava Jato.” São duas páginas de matéria, duas páginas de um conteúdo extremamente grave. São conversas que foram gravadas – tudo indica – dentro de uma operação. Eu digo “tudo indica”, porque nós não dispomos ainda dessa informação. É uma conversa, segundo noticia o jornal *Folha de S.Paulo*, de uma hora e quinze minutos, e há indicativos também na matéria de que essa conversa tenha sido extraída de uma investigação formal, de uma investigação legal, cujo conteúdo é dos mais estarrecedores, repito, que nós já vimos.

Vejam: possivelmente é uma gravação de um diálogo em um ambiente, e não por telefone, uma conversa entre o Senador Romero Jucá, Ministro do Planejamento do Senhor Michel Temer, que chegou ao Palácio do Planalto através de um golpe que está sendo promovido aqui no Congresso Nacional, e o ex-Senador Sérgio Machado, que foi presidente da Transpetro por quase 11 anos, Srs. Senadores.

Uma conversa, repito, muito reveladora, que precisa ser analisada em todos os seus aspectos. Além de eu considerar isso uma das questões mais graves, quero ler aqui uma parte pequena, Senador Jorge Viana, do pronunciamento que fiz, aqui desta tribuna, no dia 11 passado, dia em que nós iniciamos uma sessão que acabou no dia 12 com a admissibilidade da abertura do processo de *impeachment* contra a Presidente Dilma por 55 votos contra 22.

Eu subi aqui à tribuna, apesar de muitos dizerem: “Senadora, a senhora está na contramão. Os seus eleitores não vão entender”. Eu digo: pode ser até tarde, mas eu tenho certeza, convicção absoluta de que não só os meus eleitores, mas o povo brasileiro, Senador Lindbergh, um dia entenderá tudo o que está acontecendo no País. E agora eu confesso: eu não sabia que viria tão cedo. Eu não sabia que viria tão cedo! E está vindo, porque aqui está revelado todo o esquema de que nós falamos por dias e dias, semanas e semanas, meses e meses a fio, desta tribuna e de todas as Comissões.

Mas vamos lá. Eu falei assim: Quanto hipocrisia, quanta mentira! O que eles querem, Sr. Presidente, é também acabar com a Lava Jato, porque dizem que a Presidente não teve pulso para acabar com isso que está atingindo frentes poderosas. A imprensa internacional já percebeu do que se trata. Há em curso a tentativa espúria de retirada de uma Presidente honesta, proba, legitimamente eleita, por questiúnculas contábeis, que

sequer caracterizam ilícitos fiscais. Ou seja, está em curso não um processo de *impeachment*, mas um golpe. Tentativa essa em curso desde as eleições de 2014. Não ganharam no voto, mas seguiram seu propósito de tomar o poder a qualquer custo, aproveitando-se do momento de fragilidade do País, da dificuldade na economia, das revelações dos atos de corrupção para tirar a Presidente Dilma. Espalham mentiras e vendem ilusões de que tudo é culpa da Presidente e sua saída iria melhorar a situação do País. Quanta hipocrisia, quanta mentira! O que eles querem é também acabar com a Operação Lava Jato.

Senador Jorge Viana, estas foram as palavras que eu falei desta tribuna na noite do dia 11. E hoje quem confirma essas palavras não é ninguém mais do que o próprio Senador e Ministro ilegítimo Romero Jucá, em uma conversa publicada hoje, repito, pela *Folha de S.Paulo*.

Vou passar a ler alguns trechos para que quem não teve ainda a oportunidade de ler entenda o que está acontecendo. Essa conversa, segundo se noticia, foi gravada no mês de março, Presidente. Não vai dar para ler toda, e nem toda ela foi publicada, mas os trechos publicados são tantos que eu não terei espaço e tempo aqui para falar de todos. Por isso, peguei aqueles que considero mais importantes.

Então, veja. Diz-se aqui sobre a gravação: O Senador Romero Jucá sugeriu ao ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado que uma mudança no governo federal resultaria em um pacto para estancar a sangria representada pela Operação Lava Jato, que investiga ambos. Então, foi o Senador Romero Jucá, na conversa, que sugeriu essa questão ao ex-presidente da Transpetro e ex-Senador Sérgio Machado.

Prossigo: "Os diálogos entre Machado e Jucá ocorreram semanas antes da votação na Câmara que desencadeou o *impeachment* da Presidente Dilma."

As conversas, como eu já disse aqui, somam mais de uma hora. "Em um dos trechos, Machado disse a Jucá: 'O Janot está a fim de pegar vocês. E acha que eu sou o caminho. [...] Ele acha que eu sou o caixa de vocês'."

Veja, o Sr. Sérgio Machado, ex-Senador, diz isso. E, na sequência, faz a seguinte revelação. Ele fez também uma ameaça velada e pediu que fosse montada uma estrutura para protegê-lo. O ex-Senador pediu ao Senador Romero Jucá que ele e outros dirigentes do PMDB montassem uma estrutura para protegê-lo. Por quê? Porque ele estava com medo de que a investigação dele passasse e fosse dirigida a Curitiba.

O Senador Romero Jucá disse que seria necessária uma resposta política para evitar que o caso caísse nas mãos do Moro. E, aspas, aspas porque foi ele, Jucá, quem disse isso: "Se é político, como é a política? Tem que resolver essa..." Aqui ele fala um palavrão que não vou repetir. "Tem que resolver essa" coisa. "Tem que mudar o governo para estancar essa sangria."

Senador Lindbergh, "Tem que mudar o governo para estancar essa sangria", disse o Jucá.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – A sangria é Lava Jato, não é?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É óbvio que a sangria é a Lava Jato. Eles estão falando desse assunto. Eles não estão falando do problema do desemprego. Aliás, aqui eles falam sobre isso nos microfones, mas, quando estão no privado, a conversa não é sobre a crise econômica. No privado, a conversa é outra, é como estancar a Operação Lava Jato. Então, ele diz que tem que mudar o governo para estancar essa sangria. Ou seja, ele que – todo o Brasil sabe – foi um dos grandes articuladores do *impeachment*, ou seja, do golpe contra a Presidente Dilma.

O Ministro concordou, então, que o envio do processo para o Juiz Moro não seria uma boa opção. E chamou o Moro sabe de quê? Sabe a que o Jucá comparou o Moro? À Torre de Londres, em referência ao castelo na Inglaterra onde ocorreram torturas e execuções entre os séculos XV e XVI. Segundo ele, os suspeitos eram enviados para lá para confessar. Então, ele fez essa comparação. O Senador Romero Jucá fez essa comparação. E segue: "(...) Acresentou que um eventual governo de Michel Temer deveria construir um pacto nacional, 'com o Supremo, com tudo'." E foi quando o Machado disse: "(...) aí parava tudo". Fazer esse grande pacto que "aí parava tudo". E o Jucá responde: "É. Delimitava onde está, pronto". "É. Delimitava onde está, pronto". Ou seja, quem foi pego já foi e quem não foi não será mais. E quem não foi não será mais!

Veja isso aqui está na gravação, divulgada hoje no jornal *Folha de S.Paulo*.

O Senador Jucá ainda relatou que havia mantido conversas – essa é a gravidade. O Senador Lindbergh já leu. Olhem a gravidade, Srs. Senadores, Senador Alvaro! Olhem a gravidade: "O Senador relatou ainda que havia mantido conversas com os 'Ministros do Supremo', os quais não nominou. Na versão de Jucá ao aliado, eles teriam relacionado a saída de Dilma ao fim das pressões da imprensa e de outros setores pela continuidade das investigações da Lava Jato."

E eu sigo aqui atrás, onde está divulgada a íntegra dessa fala. Em voz baixa, o Jucá disse o seguinte: "Conversei ontem com alguns ministros do Supremo. Os caras dizem 'ó, [os caras dizem, reparem] só tem condições de [inaudível] sem ela. Enquanto ela estiver ali, a imprensa, os caras querem tirar ela, essa coisa não vai parar nunca'."

Ou seja, é o senador Romero Jucá dizendo aqui que, em conversa com vários Ministros, porque ele disse que tem contato com a maioria, ele trata os Ministros de "os caras", que eles acham que nada vai parar enquanto ela continuar. Então, por isso é que tem que mudar o Governo, por isso eles estão dizendo que tem que mudar o Governo aqui.

Ele segue afirmando que há poucos caras ali, no Supremo, aos quais não tem acesso, e um deles seria o Ministro Relator do processo, o Ministro Teori Zavascki. E ainda critica a Presidente Dilma dizendo que foi ela que o nomeou, Senador Jorge, um burocrata, ela que nomeou esse burocrata.

Há coisa mais grave do que isso, senhoras e senhores? Não há, porque isso aqui é a prova, isso aqui é a digital. Eu, há pouco, vi a coletiva concedida pelo Senador Romero Jucá, Ministro, e vários partidos já estão pedindo a saída dele. Estão pedindo, alguns partidos, já acionando o Ministério Público Federal, o Supremo Tribunal Federal, para que algo seja feito imediatamente, com a agilidade que o caso requer. Senão vejamos: o Senador Delcídio Amaral foi preso com qual denúncia? Denúncia de atrapalhar as investigações da Lava Jato, porque estava oferecendo fuga a investigados da Operação Lava Jato. Ele foi preso, ele perdeu o mandato – ele perdeu o mandato de Senador.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Exatamente, Senador Jorge Viana, é isso que V. Ex^a fala daí, exatamente isso.

Então, vejam, perdeu o mandato. Aí o Senador Romero Jucá tem divulgada uma fala dele com um ex-Senador, um dirigente importante do Sistema Petrobras, em que ele diz que tem que acabar com a Lava Jato e a saída é tirar uma Presidente. E, de fato, seguiram nesse processo.

Eu quero levantar e destacar o que disse aqui, Senador Lindbergh, o Senador Paim. V. Ex^a se referiu à sessão do Congresso amanhã. Eu já dei a minha opinião para imprensa que me procurou, eu acho que o próprio Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, deverá ter a responsabilidade de cancelar a reunião amanhã. Não só pela insegurança desse projeto que chega agora.

Como é que pode? Quem, ano passado, não admitiu aprovar um orçamento deficitário? Foram eles que não admitiram, ano passado, porque a Presidente Dilma mandou para cá um orçamento deficitário. Não admitiram criar um superávit de R\$30 bilhões. A Presidente mandou para cá um projeto de mudança de meta para R\$97 bilhões de déficit orçamentário, nunca Eduardo Cunha reuniu a Comissão Mista de Orçamento para analisar.

Agora, eles vêm, chamam a reunião da Comissão Mista para hoje e passam o déficit orçamentário, como disse V. Ex^a, de R\$97 bilhões para R\$170 bilhões. O que é isso? Como nós vamos votar às pressas um projeto que vem de alguém que confessou, perante o seu amigo, que tudo isso era uma trama, esse *impeachment* não é *impeachment*, é uma trama, é um golpe, para tirar a Presidente da República do poder. Essa é a grande verdade, Senador Jorge Viana.

Até há pouco tempo nós falávamos sozinhas, então, aqui eu resgato o que disse o Senador Paim: muito Senadores, muitas Senadoras, muitos Deputados e Deputadas, eu tenho certeza que não votaram a favor da abertura do processo nessa linha, na linha revelada agora pelo Senador Romero Jucá, cujo objetivo é acabar com a Lava Jato, além das maldades na economia contra o trabalhador e contra o povo brasileiro.

Porque são duas medidas provisórias, as primeiras assinadas: uma muda o ministério, acaba com o Ministério da Cultura, acaba com o Ministério da Previdência, acaba com tudo, com o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, que vai lá para o Ministério da Justiça, cujo Ministro é advogado de Eduardo Cunha, que também indicou o Líder do Governo. Ou seja, quem manda na República é Eduardo Cunha.

Eu até li algo interessante. Não sabem se chamam Eduardo Temer ou Michel Cunha, porque é ele quem manda. É verdade, é ele quem manda. E aqui está dito, em algumas partes da gravação, é o Senador Jucá quem disse. O Renan era contra, o Presidente do Senado. Primeiro foi difícil, a gente luta desde o final das eleições.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – V. Ex^a me concede um aparte?

(Soa a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Vou conceder.

Mas a primeira barreira foi lá no PMDB, porque o Senador Renan é contra. Contra porque acha que o Michel é o Eduardo. Então foi difícil.

Aí depois outra barreira no PSDB. Aí é interessante que se leia, antes de conceder o aparte a V. Ex^a. Permite-me, Senador, é muito interessante que se leia.

Sérgio Machado diz o seguinte: "A situação é grave, porque, Romero, eles querem pegar todos os políticos."

Aí segue: "Isso, e pegar todo mundo. E o PSDB, não sei se caiu a ficha já?".

Aí o Jucá diz: "Caiu. Todos eles, Aloysio, Serra, Aécio...".

Aí o Machado diz: "Ah, então caiu a ficha. Tasso, também caiu a ficha do Tasso."

Aí o Jucá: "Também. Todo mundo na bandeja para ser comido."

Isso aqui, para quem não entende, da Lava Jato. Para ser engolido pela Lava Jato.

"O primeiro a ser comido vai ser o Aécio." – isso o Machado dizendo. E segue: "É aquilo que você diz. O Aécio não ganha nada.... Tem um palavrão aqui que não vou dizer. "O Aécio não ganha nada, não ganha nenhuma."

Aí o Jucá diz: "Não, não, esquece. Nenhum político desse tradicional ganha eleição, não."

E Machado diz: "O Aécio, rapaz, o Aécio não tem condições; a gente sabe disso. Quem que não sabe? Quem não conhece o esquema do Aécio? Eu que participei da campanha do PSDB."

Então, pronto, olha quantas revelações nós precisamos saber. Qual é esse esquema do Aécio a que eles se referem? Isso precisa ser dito, o Brasil precisa saber disso. Que esquema foi utilizado? Que mecanismo eles usaram?

Senador Lindbergh, antes de conceder o aparte a V. Ex^a, eu digo o seguinte: nem todos os Deputados e Senadores e Senadoras e Deputadas votaram pela abertura do processo com essa opinião, de acabar a Lava Jato. Eles foram usados. Eles foram manipulados, assim como a Nação brasileira foi e tem sido manipulada e usada. A ela são vendidas ilusões para coletar apoios, dizendo o seguinte: "Não, a Dilma tem que sair porque ela não tem apoio, porque a economia vai mal, a economia não vai bem, ela é culpada de tudo isso. Ah, mas ela não cometeu crime. Não, ela cometeu crime, as tais das pedaladas." Ou seja, o *impeachment* é a desculpa de que eles precisavam, para o qual, vamos lembrar, foram pagos pelo PSDB R\$45 mil.

Então, nós não precisamos de mais nada, está tudo muito claro, Srs. Senadores.

Eu concedo, Senador Lindbergh, um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senadora Vanessa, só para parabenizar V. Ex^a. V. Ex^a sabe o quanto considero a sua atuação parlamentar aqui como uma guerreira combativa, sempre defendendo as causas justas. O que acontece hoje aqui, na verdade, é um escândalo, caiu a máscara. O que sempre argumentamos nesse período foi confirmado. E foi confirmado, volto a repetir, pelo Presidente do PDMB em exercício, o maior líder desse processo de *impeachment* aqui. Ele, no Senado; Eduardo Cunha, na Câmara dos Deputados. Na gravação, o Senador Romero Jucá não fala de pedaladas, não fala de créditos suplementares, fala só daquilo, de paralisar investigações, fala de conversas com Ministros do Supremo que precisam ser esclarecidas. Eu acho que esse Governo interino de Michel Temer não se sustenta três meses. Eu, na sexta-feira, tive a honra de participar de um ato em frente ao Ministério da Cultura do Rio de Janeiro, Senadora Vanessa, com algo em torno de 20 mil pessoas, com a presença de Caetano Veloso e de muitos artistas protestando não só contra o fechamento do Minc, porque no momento em que o Presidente interino Michel Temer disse que iria abrir o Minc, sabe o que é que todas as ocupações disseram? "Nós vamos continuar a ocupação, porque o que a gente quer é a saída desse Governo." É um Presidente fraco, vacilante, muda de posição a cada hora, não tem firmeza e está sitiado.

(Soa a campainha.)

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Ele iria, no domingo, ao Rio de Janeiro para inaugurar o VLT com o Prefeito Eduardo Paes, desmarcou porque houve lá uma manifestação de 10 mil pessoas. E olha que as pessoas já sabiam que ele não iria. Ele não está indo para lugar algum do País e vai crescer, porque o programa dele, Senador Jorge Viana, é um programa de retirada de direito de trabalhadores, que ele não está tendo força para implementar, porque é vacilação todo dia. Eles mudam de opinião todo dia. Eu nunca vi! A marca dessa estreia desse Presidente, em menos de duas semanas, é hesitação, fraqueza. E nós... Eu falo uma coisa aqui. O Senador Romero Jucá tem que dar todas as explicações aqui. Nós queremos a saída do Romero Jucá, mas nós queremos a saída do Temer, porque o Temer assumiu essa Presidência da República de forma ilegal. É um Presidente ilegítimo, e o que eu tenho escutado de movimentos sociais, de professores, de artistas, é que por onde ele andar vai haver mobilização dizendo que ele é um Presidente golpista, como ficou claro hoje nessas gravações envolvendo o Senador Romero Jucá e o ex-Senador Sérgio Machado. Muito obrigado, Senadora Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu agradeço e peço, Senador Jorge Viana, apenas uns pouquíssimos minutos para concluir.

Nessa linha que V. Ex^a levanta, Senador.

Primeiro, nós estamos aqui falando do Senador Jucá, agora não é um problema que envolve o Senador Jucá, é um problema que envolve o Presidente interino, Michel Temer. O que está sendo revelado aqui, o que ele revelou foi todo o esquema, como eles trabalharam para tirar uma Presidente e ocupar o lugar dela e quais os objetivos que eles tiveram.

Falei aqui do *New York Times*, que divulgou hoje e fala também da entrevista que ele deu, dizendo que foi divulgado apenas parte das conversas. Imagina quando for divulgada toda a conversa? Imagina quando toda a conversa for divulgada, o que é que não vai acontecer?

Então, é isso. Não é apenas, não adianta punir o Jucá. E eu digo isso por quê? Porque partidos que estiveram ao lado, tramando, fazendo esse tal de *impeachment*, que é golpe, agora já pedem o afastamento. O DEM, nesse seu oportunismo, já vem, vamos pedir para afastar, o Michel Temer tem que demitir o Ministro do Planejamento, Senador Romero Jucá.

Não basta isto, não basta! Isto é muito pouco. O que nós temos que fazer é desnudar tudo o que está sendo feito no País e temos que rever tudo o que o Congresso Nacional vem analisando, um processo de *impeachment*, que agora como foi dito e revelado, não é processo de *impeachment*.

Eu me preocupo, sinceramente: ou tomamos providências emergentes, rápidas, corretas ou, como disse o Senador Lindbergh, o Brasil vai viver um momento de muita dificuldade.

Ou será que o povo que está na rua desde a hora em que Michel Temer assumiu o poder... E não é militante do meu Partido, o PCdoB, só, não é militante do PT, do PDT, não é meia dúzia de artistas, não, é muita gente que, no primeiro domingo em que Michel Temer foi falar, começou a apitar. É fato, a Presidente Dilma vivia e vive um momento de baixa popularidade, porque a crise econômica pegou o nosso País, porque o povo não suporta,...

(Soa a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... de forma justa, ouvir tanta notícia de corrupção.

Mas e eles estão entrando para quê? Para corrigir a economia? Para acabar com a corrupção? Não! Eles estão entrando para acabar com a investigação da corrupção; eles estão entrando para acabar com o Brasil; com os direitos dos trabalhadores; para acabar com as empresas públicas que nos restam, as estatais, e voltar ao período da privatização. Repito: a segunda medida provisória assinada foi qual? Aquela que viabiliza e acelera todo o processo de privatização, Senador Telmário.

Então eu quero dizer que eu, como tantos brasileiros e brasileiras, estou indignada, porque a nossa vida não tem sido fácil. A vida do povo não tem sido fácil, Senador. Onde a gente anda, muita gente questiona nossa posição, porque acha que o correto seria afastar a Presidente para o Brasil andar nos trilhos. Mas que trilhos? A gente dizia, o trilho em que eles querem botar o País não é o trilho do desenvolvimento, não é o trilho da correção, não é o trilho da ética. E está aqui, quem prova isso é o próprio Senador Romero Jucá, um dos articuladores desse golpe e que está lá ocupando uma função estratégica nesse Governo biônico do Presidente Michel Temer, Presidente biônico.

Mas, Sr. Presidente, eu concluo dizendo, como diz o velho ditado: a verdade tarda, mas não falha. E conhecendo e sabendo das boas intenções do nosso colega, eu tenho certeza absoluta de que nós não vamos permitir que se consuma um golpe, que não é só contra uma Presidente, mas é contra o País, contra a democracia, e cujos reflexos, não só para o Brasil, mas para o mundo inteiro, poderiam ser danosos, se nós não conseguirmos acabar com isso ainda de forma viável.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu cumprimento V. Ex^a, Senadora Vanessa.

E o Senador Telmário, como orador inscrito.

Senador Telmário, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, que muito honra os votos dos acríanos, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, hoje mais uma vez ficou claro para o País – eu acho que definitivamente – que todo esse processo de *impeachment* não foi por crime de responsabilidade fiscal, não foi por pedaladas, não foi absolutamente por nada de erro da Presidente Dilma. Eu disse aqui que a Presidente Dilma não roubou, não desviou dinheiro e não praticou nenhum crime de responsabilidade fiscal. Existia um pano de fundo nisso. Era um processo que nascia do revanchismo. Era um processo que nascia nas mãos do ódio. Era um processo que nascia na mão dos oportunistas.

Mas eu nunca imaginei que, maior do que tudo isso, e grave, para rasgar a Constituição, para destruir uma democracia tão nova como a nossa, houvesse uma coisa muito maior, que agora vem à tona através do jornal *Folha de S.Paulo*, um jornal de grande credibilidade, um jornal que, pode doer a quem doer, procura trazer sempre a verdade para as pessoas. Hoje ele traz aqui uma gravação na qual o Senador licenciado Romero Jucá sugere um pacto para deter a Operação Lava Jato.

Vejam os senhores: agoniados que estavam, sentindo que a Presidente Dilma não ia de jeito nenhum usar o seu Governo para interferir nessa investigação tão importante para transformar, para limpar as coisas erra-

das deste País, eles precisavam tirar a Presidente Dilma para, a partir daí, usar o Executivo para tentar interferir e paralisar a Operação Lava Jato naquele estágio em que se encontrava, porque só assim seriam protegidos aqueles que estavam chegando com a corda no pescoço – e muitos deles estavam até o bigode envolvidos em corrupção.

O Senador Romero Jucá, em uma conversa semelhante à conversa do ex-Senador Delcídio, tenta mostrar que o *impeachment* é necessário para obstruir a Justiça, mais do que isso, fazer um pacto com a Justiça, como se os Ministros do Supremo Tribunal – como ele fala que conhecia muitos – fossem fazer pacto com corruptos, proteger a corrupção. É inacreditável, inadmissível, impossível até, mas ele entendeu como coordenador, principalmente aqui no Senado, da campanha pró-*impeachment*, junto com Cunha, lá na Câmara. Então, foram duas pessoas importantes nesse contexto, tão importante que está aí o Presidente interino, o Presidente tampão, sem forças sequer de demiti-lo, de exonerá-lo do cargo. Não tem. Não tem nenhuma força. Hoje, o Cunha não está sentado na cadeira de Presidente de uma vez porque o Supremo não deixou, mas ele é o Vice-Presidente na linha de sucessão. E o outro estava no Planejamento.

Quando o Senador licenciado Romero Jucá foi licenciado para ser o Ministro do Planejamento, Senador Cristovam, eu entrei com uma ação popular na Justiça, dizendo que era impossível aquele senhor ser Ministro do Planejamento se ele já responde por seis inquéritos no Supremo: formação de quadrilha, corrupção passiva e um bocado de outros, porque não entendo de crime, estavam lá.

Responde por uma dívida junto ao Basa, uma instituição financeira federal, de R\$30 milhões do dinheiro que ele tomou emprestado, dando como garantia umas fazendas que ele não tinha, fantasmas. Esse processo caducou no Supremo.

E aqui eu começo a ficar preocupado, porque o processo da Funai desse Ministro caducou. Quando ele foi Presidente da Funai, houve denúncia de que ele vendia as madeiras dos indígenas. O processo do Basa também prescreveu. E mais seis outros processos dele estavam parados, e passaram 12 anos parados.

Então, eu entendia que, pelos princípios da moralidade, da ética, da transparência da coisa pública, ele não poderia ser Ministro. É Senador, porque para o Senado vem pelo voto. E eu sei como é que ele se elege, tanto é que, na eleição passada, a Polícia Federal encontrou, em frente à casa dele, um carro parado, quando foi encostar no carro, o cara jogou R\$100 mil para fora da janela, e isso foi resolvido na Justiça às portas fechadas.

Ora, ele se acostumou a negociar com a Justiça, acredito. Será isso? Será que seus processos caducam? E ele acha que pode falar com um denunciado em corrupção, que ele pode conversar com o Supremo, para fazer um pacto com a Justiça, para proteger investigações, para parar investigações?

Qual a diferença entre um Senador e um Ministro do Planejamento? No caso do Senador, as decisões são tomadas, Presidente Jorge, colegiadamente. Aqui as nossas decisões são tomadas nas comissões, aqui no plenário.

É exaustivamente debatida qualquer posição ou sugestão nossa e de qualquer Senador. Já com relação a Ministro, não. O Ministro tem a força da caneta. Ele tem a força da caneta de decidir de forma quase sumária. Então, ele pode, sim, ainda mais no Ministério do Planejamento, ele pode, sim, interferir, ele pode prejudicar um processo dessa magnitude que é o processo da Lava Jato.

Ora, e ele vai mais longe. Ele entra em alguns detalhes já aqui exaustivamente colocados por vários Senadores e Senadoras desta tribuna. E fala, numa linguagem bem popular, que o Senador Aécio seria o próximo a ser “comido”, caso o *impeachment* não saísse – é a linguagem dele, entre aspas –; que o PSDB está consciente de que tem de defender o processo de *impeachment*, de que os Líderes do PMDB também. Isso causa uma preocupação enorme no Parlamento brasileiro.

As pessoas foram às ruas pelo chamado da mídia, da direita, da burguesia. Enfim, todos chamaram a população, alegando questão de emprego, alegando inflação e, sobretudo, a corrupção – sobretudo a corrupção! E aí hoje sai essa bomba, sai essa matéria, essa denúncia, essa conversa, sobre a qual não paira nenhuma dúvida acerca de o processo não ser legítimo.

Eu fico pensando no Senador Cristovam, que tem um nome a zelar, que tem uma história, tem uma reputação, e foi a favor do *impeachment*. E hoje vê esse Governo tampão protegendo, debaixo das suas asas, um procedimento que não é republicano; um procedimento que envergonha a Nação brasileira; um procedimento que macula a nossa democracia, a nossa República; e, sobretudo, deixa claro aquilo em que sempre nós batemos aqui: o processo de *impeachment* é um golpe; é um golpe para parar as investigações. Esse é o maior propósito. Caiu, como dizem uns, a casa, como caiu a máscara, e o pano de fundo está bem descoberto, bem claro, numa linguagem bem popular, sem nenhuma dúvida de que está extremamente bem esclarecido.

Falta de aviso que não foi, porque o que não serve para Roraima não serve para o Brasil – o que não serve para Roraima não serve para o Brasil! E eu dizia isso aqui. Esse Senador não serviu para Roraima e não serviu para ser Ministro da Previdência; ele não pode servir para ser Ministro do Planejamento brasileiro. Hoje está aí.

Abraham Lincoln dizia, Senador Lindbergh e Senadora Gleisi: "Você pode enganar uma pessoa por muito tempo; algumas por algum tempo; mas não consegue enganar todas por todo o tempo." Pronto. É o que estamos vendo.

Senador Cristovam com a palavra.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senador Telmário, faz já algum tempo que aqui muitos de nós têm falado de um Fla-Flu que havia entre, de um lado, o Governo, PT, PCdoB, PDT e PMDB, que a gente esquece; e, do outro lado, PSDB, Democratas. Parece que agora, Senador Jorge Viana, o que a gente tem é o segundo tempo. O Fla-Flu continua; mudou-se de lado. O que estava de um lado do jogo, do campo, agora está do outro lado. O PMDB e o PSDB, de repente, não falam sobre Lava Jato; calam-se diante de Ministros sob suspeita; não emitem juízo sobre as notícias de hoje da gravação do diálogo do Ministro Jucá. Eram dos Partidos que mais, aqui, defendiam Lava Jato. Por outro lado, o PT, em uma semana, passou a denunciar o quadro que nós temos de economia, sem levar em conta a responsabilidade que tem diante desse quadro. E quantos debates tivemos aqui alertando sobre isso? Talvez esse seja o maior problema brasileiro. É claro que o que a gente mais vê é essa angústia de haver dois Presidentes, dois Presidentes da Câmara, dois da República; a judicialização permanente das coisas; o risco de se perderem projetos sociais dos Governos do Presidente Lula e da Presidente Dilma. Ao mesmo tempo, há a necessidade de cortes, diante dos gastos excessivos que ocorreram. É claro que o que nós vemos é isso. Mas, Senadora Gleisi, há algo mais profundo que está provocando tudo isso: o Brasil está fora de sintonia com aquilo que é necessário fazer para construir um bom futuro. Alguns filósofos falam da ideia de um espírito do tempo, aquilo que está aí. E, se nós fizermos de acordo com esse espírito do tempo, nos transformaremos em uma grande Nação. Se não fizermos, ficaremos para trás. Por exemplo: nós ficamos para trás depois da primeira Revolução Industrial, lá atrás, no século XIX, quando surgiu uma revolução tecnológica e a industrialização, e nós "preferimos" – entre aspas, obviamente – continuar escravocratas rurais, exportadores de bens agrícolas. Perdemos o bonde da História. Nos anos 50, no século passado, o Juscelino trouxe a ideia de que nós estávamos pegando o bonde, corretamente, da industrialização, mas já estava ali surgindo a outra revolução industrial, que é a do conhecimento. Ali já estavam as raízes que 20 anos depois apareceram, da revolução da robótica, da informática, da invenção dessas coisinhas todas que caracterizam a economia de hoje. Perdemos outra vez o bonde da História. Ficamos fora de sintonia com o espírito do tempo. E isso está acontecendo agora: o Brasil está ficando para trás. Independentemente de ser o Governo Lula-Dilma ou o Governo Temer, estamos ficando para trás e não estamos aprofundando as verdadeiras causas da nossa crise. Somos um País de 220 milhões de habitantes, com recursos imensos, que não se sintoniza com aquilo que caracteriza o espírito do tempo, para construir o futuro. Por isso, nós ficamos na superficialidade desse Fla-Flu. Até o mês passado era um lado contra o outro. Agora, é o outro lado contra um. Agora, é uma aliança do PMDB com o PSDB e Democratas – que se opunham –, e, na oposição, o PDT, o PT e o PCdoB, em vez de estarmos procurando encontrar um caminho radicalmente diferente do que está aí. E, quando eu digo radicalmente, não é quem vai ser o Presidente. Eu me refiro às características disso. Eu continuo procurando a minha coerência. Talvez, eu esteja iludido, até porque a maioria diz que eu estou de um lado ou do outro. As pessoas cobram... Eu estou do mesmo lado, mas esse lado não se define mais pelas siglas. É preciso definir o lado por aquilo que nós propomos para o futuro do Brasil, e não pela sigla na oposição e a sigla no poder. Até um cara, com a dimensão do Paulo Coelho... Eu tenho me divertido com os e-mails dele, cobrando-me. Eu tenho me divertido, porque receber crítica de Paulo Coelho é uma glória. Por quê? Porque eu não consigo sair do rumo em que eu venho ao longo dos anos. E eu não saio. Agora, esse meu destino não se define por siglas, porque eu acho que elas estão vazias de propostas claras. Não estão a favor nem contra o espírito do tempo. Estão sem considerar isso de espírito do tempo. Por isso, quero dizer que o Presidente Temer está traindo muitas coisas que o PSDB aqui defendia, que era levar adiante a Lava Jato, da maneira mais radical possível, o que continuo defendendo. Por isso, defendo, sim, que o Ministro Jucá tem que sair, para poder explicar essas gravações, se é que elas têm explicação, e que os outros suspeitos também têm que sair, porque era isso que diziam, quando queriam tirar a Dilma. E agora fazem desse jeito? Por outro lado, insisto: é um erro o PT querer silenciar, diante da responsabilidade que tem pela realidade que estamos vivendo, atravessando na economia, no desemprego, na falta de perspectiva, por essa desilusão geral, que está tomando conta do Brasil inteiro e da juventude, sobretudo. Enquanto isso, Senador Lindbergh, a gente não está falando do que para mim é o mais importante de hoje: o fato de que um número imenso de escolas estão ocupadas por meninos e meninas. Isso, sim, é que me dá esperança. Essas meninas e esses meninos que estão ocupando as escolas pelo Brasil afora me dão esperança. E o Governo continua sem querer trazer para o seu colo – o Governo Federal – o problema da educação, achando que isso é coisa de prefeito e governador. Não é. Isso é uma questão nacional. Vai haver dezenas de milhares de escolas ocupadas, é questão de tempo.

(Soa a campainha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Esse é um problema nacional, não é um problema local. Mas não está querendo perceber isso e vai terminar sendo atropelado também o Governo interino. Vai ser atropelado, sim, como terminou sendo, pelo menos nesta fase, o Governo da Presidente Dilma. Precisávamos debater as coisas substanciais, fundamentais. Nós estamos discutindo as coisas superficiais. E o fundamental é como o Brasil se sintoniza com o espírito do tempo da história de hoje, para construir o nosso futuro. Isso estão perdendo. Eu acho que esses meninos que estão ocupando escola, intuitivamente, sem saber, eles, sim, têm uma sintonia com o futuro, uma sintonia com o espírito do tempo, que é a educação que eles estão lutando para melhorar.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Obrigado, Senador Cristovam.

Sr. Presidente, conceda-me mais um tempo.

Eu ouvi atentamente V. Ex^a, sempre gosto de ouvir o raciocínio de V. Ex^a, de ler as entrelinhas. O espírito do tempo do atual Presidente é o espírito do tempo da continuidade fácil no Governo, porque o PMDB foi sócio majoritário de tudo o que aconteceu no Governo do PT e não deixou o Governo do PT concluir o seu mandato. Isso é o espírito do tempo.

O espírito do tempo do Governo de Temer é cortar as conquistas sociais. O espírito do tempo do Governo de Temer é criar um constrangimento diplomático com os países vizinhos da América do Sul. O espírito do tempo do Governo Temer é salvar o Cunha e o Jucá. O espírito do tempo do Governo de Temer é governar com aqueles que sempre estiveram do lado dele, governando.

Senador Cristovam, o espírito do tempo desse Governo se acabou hoje. O Jucá botou um ponto final nele. É hora de o povo ir para a rua e de dizer: "Epa! Nós o colocamos, nós fomos, não para fazer isso. Queremos outro país. Queremos um país diferente. Queremos um país rapidamente."

Eu acho que se tem que devolver o Governo a quem de direito, a quem foi eleito nas urnas. Eu acho que a Presidente da República tem que vir e convocar uma eleição direta, uma assembleia constituinte temática, fazer uma reforma política séria, e não esses arranjos, para poder fortalecer políticos nas suas áreas paroquiais.

Senadora Vanessa.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Primeiro, Senador Telmário, quero agradecer-lhe e dizer o quanto V. Ex^a tem sido sincero, honesto e leal no exercício de seu mandato. Isso é muito raro, Senador. V. Ex^a vem lá do Estado de Roraima, o mesmo Estado do Senador Romero Jucá.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Não, do mesmo Estado, não. Ele é de Pernambuco, com todo o respeito aos pernambucanos e ao Senador Cristovam. (Risos.)

Ele caiu lá de paraquedas e chegou levando a corrupção da Funai na mala. Foi um desastre o que Sarney fez com Roraima.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E foi só governador, o que V. Ex^a...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Não, foi também nomeado. O povo não o queria para governador e nem vai elegê-lo governador.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, eu queria dizer exatamente que ele foi nomeado e que V. Ex^a, possivelmente, ainda será eleito diretamente com o voto do povo de Roraima. Senador, o que eu dizia na tribuna quero repetir para V. Ex^a. Muita gente nos pressiona. Se o Senador Cristovam reclama dos e-mails que recebe, imagine nós, que somos uma minoria da população que não queria que o processo se instalasse. A maioria queria. Por quê? Porque mentiram para o povo, iludiram o povo. O que a imprensa brasileira, o que o jornal *Folha de S.Paulo* revela hoje desmascara essa mentira, desmonta todo esse golpe tramado. E um dos coordenadores quem é? O Senador Romero Jucá. Então, Senador, eu quero cumprimentar V. Ex^a pelo pronunciamento e dizer que Roraima tem que ter orgulho, assim como o Brasil, do Parlamentar que V. Ex^a é, da sua coragem e de como V. Ex^a se posiciona sempre do lado correto e do lado da Justiça. Eu tenho certeza de que, depois do que aconteceu hoje, vamos poder, sim, botar o País nos trilhos certos. A forma, nós vamos ver. Certamente não será com eles, porque eu acho que o objetivo que já era claro para nós, mas não para o Brasil, está mais do que claro agora. O objetivo deles, além de acabar, de retroceder nos avanços sociais conquistados no País, é reiniciar todo o processo de privatização. Está aí a segunda medida provisória já encaminhada ao Congresso Nacional. A primeira trata da reforma do ministério e a segunda trata de acelerar as privatizações.

(Soa a campainha.)

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Além disso, o objetivo principal é acabar com a Operação Lava Jato. É lamentável! Mas, Senador, a vida segue, e V. Exª tem sido, no Senado, um grande incentivador de todos nós para que sigamos na luta, por mais difícil que seja. Parabéns, Senador!

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Obrigado, Senadora Vanessa. V. Exª é Senadora por um Estado vizinho, um Estado-mãe, o Amazonas, e, com certeza, V. Exª representa muito bem aquele Estado.

Só me conceda mais um tempo, Sr. Presidente, para concluir.

Eu queria agora conversar com o Presidente interino.

Presidente Michel Temer, o mínimo que Vossa Excelência tem que ter é respeito pelo povo brasileiro. O mínimo que Vossa Excelência tem que fazer é proteger a democracia brasileira. Vossa Excelência não tem o direito de macular, de manchar a República brasileira. Vossa Excelência tem a obrigação moral – se é que Vossa Excelência tem força – de tirar, imediatamente, esse Ministro, para que ele possa explicar, fora do poder da caneta, a sua fala hoje trazida pelo jornal *Folha de S.Paulo*.

Como fui Relator da cassação do Senador Delcídio, vejo uma semelhança muito grande entre os dois procedimentos. Aliás, a situação do Senador Romero Jucá é muito mais grave, porque ele quer fazer um pacto com a Justiça num todo para proteger uma série de pessoas que ele citou na sua gravação.

Portanto, amanhã, o meu Partido, o PDT, está entrando com uma ação aqui, no Conselho de Ética – já está pronta a denúncia –, pedindo a cassação do mandato do Senador Romero Jucá, que, neste momento, representando o Estado de Roraima, envergonha o meu Estado e humilha o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Telmário, cumprimento V. Exª.

Agora, para fazer uso da tribuna, pela Liderança do PV, o Senador Alvaro Dias. Em seguida, o Senador Lindbergh Farias.

Com a palavra V. Exª.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, Srs. Senadores, Sras Senadoras, hoje o Partido Verde reuniu-se em Brasília, trazendo para a Capital 53 membros da Executiva Nacional – continua reunido o dia todo – para discutir a conjuntura nacional, e deliberou, ainda pela manhã, por aclamação, adotar uma postura de independência em relação ao Governo Temer. Ou seja, o Partido Verde não participa da Base aliada do Governo. Poderão me perguntar: mas há um Ministro filiado ao Partido Verde! Realmente, Sarney Filho foi escolhido pelo Presidente Temer para o Ministério do Meio Ambiente, mas não houve deliberação partidária; foi uma escolha pessoal do Presidente. E a sugestão que se fez hoje de manhã, na reunião do Partido Verde, foi a da licença do Ministro para que o Partido possa se posicionar de forma mais confortável e coerente em relação ao atual Governo.

Desde o primeiro momento, manifestei-me favoravelmente a essa postura, já que é simples: na democracia, quem se elege governa, e quem perde fiscaliza, faz oposição. O Governo Temer foi eleito com Dilma em 2014. Portanto, cabe governar. As circunstâncias levam o Vice a assumir a Presidência, mas o Governo é o mesmo eleito em 2014. A nós que perdemos as eleições cabe o papel de fiscais do Governo. E, nessa circunstância, mais importante do que ocupar um cargo no Governo é exercer a fiscalização. O País necessita, nesta hora, de fiscais, porque a cultura política brasileira é a do adesismo fácil. Foi o que se verificou, nos últimos dias, com muitos correndo desesperadamente para a sombra do poder. Os partidos maiores, sobretudo, disputaram espaço nesse latifúndio do poder.

Cabe, portanto, ao Partido Verde esse papel de lealdade ao País, fiscalizando quem governa, sobretudo porque nós não compactuamos com esse modelo. O sistema de governança não foi substituído. O Presidente interino não fez a leitura correta desse manifesto de protesto escrito nas ruas do País pelo povo brasileiro. O povo não pediu apenas a substituição de um Presidente por outro; pediu a substituição desse sistema de governança, que é promíscuo e que abriu as portas para a corrupção.

O que verificamos foi a manutenção do modelo com investigados na Operação Lava Jato nomeados Ministros de Estado.

E o dia de hoje nos apresenta um capítulo a mais nessa crise interminável: as denúncias que envolvem o Ministro do Planejamento, Romero Jucá.

O Presidente já deveria ter decidido pela manhã com o afastamento do Ministro. Ou o Presidente afasta o Ministro ou ele transfere para todo o Governo a suspeição que sobre ele pesa. Passa a ser o Governo suspeito tanto quanto é o Ministro denunciado.

É evidente que, se o Presidente não adota providências com urgência, o desgaste se aprofunda. E, com o aprofundamento do desgaste, não se conquista credibilidade para a efetivação das reformas importantes, exigência do povo brasileiro. Portanto, Sr. Presidente, não resta outra alternativa.

Em primeiro lugar – nós já dissemos isso várias vezes –, não devia o Presidente interino nomear figuras sob suspeita. Ao nomear os suspeitos, a suspeição é transferida para o Governo como instituição, que é o que está ocorrendo.

Sra Presidente Vanessa, eu concluo, afirmando que a postura que vamos adotar e que já anunciei há poucos dias é a da independência.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Alvaro, se puder, depois, me conceder um aparte.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Vou conceder. Vou apenas concluir.

Evidentemente que, com uma postura crítica, aprovando os acertos do Governo, como fizemos já na semana passada quando defendemos os nomes escolhidos para a equipe econômica. Consideramos adequada a escolha feita pelo Ministro Meirelles. São técnicos qualificados, que merecem um voto de confiança na busca de alternativas e de solução para a crise econômica que se aprofundou, promovendo uma crise social sem precedentes, já que a inflação e a recessão vêm promovendo um desemprego que se alarga de forma assustadora no País.

Portanto, nós teremos aqui um posicionamento crítico em relação ao Governo, mas com o desejo de que ele acerte, apoiando os seus acertos e condenando implacavelmente o erro, porque essa é uma exigência da nossa gente.

Eu repito: não se fez a leitura correta das manifestações gigantescas, as maiores da nossa história. O que a população brasileira exigiu nas ruas foi uma ruptura com esse modelo. Esse modelo está condenado definitivamente. E eu não tenho nenhuma dúvida de que, sem a substituição desse modelo, o País não alcançará os índices de crescimento econômico compatíveis com as suas potencialidades.

Concedo o aparte ao Senador Jorge Viana com satisfação.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu queria, Senador Alvaro Dias, cumprimentar V. Ex^a. O que V. Ex^a traz aqui é muito importante para o País tomar conhecimento. O PV é um partido que tem uma história no País, tem V. Ex^a aqui, tem vários Deputados Federais, tem um certo protagonismo em algumas questões, e todos nós achávamos que o Presidente interino havia conversado com o partido e convidado o PV a ajudar a governar o País nesta interinidade. V. Ex^a está dizendo: “Não, foi um convite pessoal feito ao Deputado Zequinha”. E, agora, hoje, o PV, oficialmente, toma uma posição – só estou aqui reproduzindo porque acho que é um posicionamento importante para a sociedade brasileira – de que o PV está independente deste Governo e pede – mais grave ainda – que o Deputado Ministro Zequinha Sarney se licencie do Partido para não criar um ambiente de desconforto para a decisão da direção nacional do Partido. Isso para mim, por si só, mostra quão precipitada tem sido a montagem deste Governo interino.

É bom que se diga que só amanhã começa – ou deverá começar, vamos ver, diante dos fatos de hoje – a se reunir a Comissão do Impeachment para iniciar o processo de julgamento do *impeachment*. Mas V. Ex^a traz aqui uma posição também muito firme. Todos os Senadores e Senadoras que falaram até agora pediram o afastamento do Ministro do Planejamento, Romero Jucá.

(Soa a campainha.)

O Sr. Jorge Viana (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O problema: será que o Presidente Michel Temer tem caneta para demitir Romero Jucá? Romero Jucá é o Presidente Nacional do PMDB, não é qualquer Senador. É o mais operoso e ligeiro Senador que há nesta Casa. E eu não estou aqui desmerecendo o Senador Romero Jucá, mas confesso que uma conversa daquela... Quem estava do outro lado conversando com ele? Primeiro, não foi a oposição, não foi o PT. O Senador Cristovam, ainda há pouco, falava algo, e ele não estava errado, falando desse Fla-Flu, o PT-PSDB. Eu acho que sempre foi muito ruim. Faço coro com V. Ex^a. Só que não é bem assim, não houve uma inversão. Quem está governando o País hoje é o PMDB. O PMDB, que sempre deu escora para o PT e o PSDB, resolveu assumir o Governo e assumiu...

(Interrupção do som.)

... sem passar pelas urnas. Isso é um jeito terrível. Não é a primeira vez que o PMDB vai. O último candidato que ele teve a Presidente foi Orestes Quérzia, que já faleceu. É absolutamente legítimo o PMDB ter candidato, apresentar um plano, disputar a eleição e, se ganhar, governar. Mas não foi isso o que nós vimos. Nós vimos um *impeachment*, e essa gravação faz a narrativa de que é *impeachment* o que nós estamos vivendo na Câmara e aqui no Senado, que vai começar a julgar. A narrativa da motivação foi dada pelo Senador, hoje Ministro do Planejamento, Romero Jucá, Presidente Nacional do PMBD. Veja a situação. Como é que Michel Temer vai demitir? É quase como pedir que ele afaste o Eduardo Cunha. Ele não tem força para isso – lamento dizer –, com todo o respeito ao Presidente interino. Então, para concluir, veja só, o Romero Jucá entrou no Governo provi-

sório como a pessoa mais influente do Governo para fazer a engenharia econômica do novo Governo. Agora, ainda há pouco, aqui, na conversa que foi tornada pública hoje, ele assume que pode resolver as coisas com o Supremo, que pode resolver as coisas com a imprensa, que pode resolver tudo para simplesmente dar um outro rumo para a Lava Jato. O Senador Delcídio foi cassado por este Plenário, pelo Conselho de Ética, porque estava tentando fazer uma operação para livrar um réu da Lava Jato. E o Senador Romero Jucá está dizendo que resolve todo o processo da Lava Jato. E é ele que, amanhã, iria trazer aqui – não sei se ainda vai vir – o tal do corte. Olha bem, é o tal do rombo, o déficit, mas está liberando 21 bilhões para ele administrar, quem sabe aí, liberando para cá, liberando para acolá.

(Soa a campainha.)

O Sr. Jorge Viana (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Então, a situação é muito grave. Acho que o Presidente interino Michel Temer, em uma semana, dez, doze dias de governo, já tem uma situação em que, do jeito que vai, todos os Senadores que foram à tribuna até agora pediram a saída do Ministério de Romero Jucá. Eu agradeço a V. Ex^a, mas, pelo que tenho lido na imprensa, os grandes articulistas, jornalistas experientes que acompanham as crises há muito tempo, já, já nós vamos ter de volta um Senador. Eu dei posse para o suplente dele na quinta, e parece que ele já vai voltar ainda nesta semana para o Senado. Mas temos que ver se o Presidente Michel Temer tem caneta para tirar o Presidente do PMDB, tirar o Ministro operoso da Economia do Governo dele, no caso o Ministro do Planejamento, e já criar uma grande crise para o Governo provisório dele.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Senador Jorge Viana, tem que ter caneta. Quem assume a Presidência da República tem que agir com coragem, tem que agir em respeito à sociedade e, obviamente, não pode titubear. Não pode ser tolerante diante do fracasso e do erro. Aliás, a intolerância diante do fracasso e a indignação devem ser, sem dúvida, as armas de quem governa um país em crise como o nosso.

O que se precisa distinguir bem é o erro que é praticado por quem governa circunstancialmente, neste caso eventualmente, como consequência de um processo de *impeachment*, e a motivação que a população teve para exigir o *impeachment* da Presidência. O fato de o Governo titubear em determinados momentos não nos autoriza a dizer que houve um golpe. O fato de um ministro de Estado articular uma pressão sobre a Operação Lava Jato para comprometer a sua eficiência não autoriza ninguém a afirmar que houve um golpe. Porque a deliberação sobre o *impeachment* da Presidente se deu...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – ... depois de amplo debate e se deu exatamente em razão da constatação de que houve crime de responsabilidade. Os pilares essenciais da Lei de Responsabilidade Fiscal foram golpeados em algumas ações desenvolvidas pelo Governo e, especialmente, pela Presidência da República, apesar do alerta reiterado de servidores técnicos do Tesouro Nacional.

Portanto, a condenação que parte do Tribunal de Contas da União, extremamente qualificada tecnicamente, autorizou o Congresso, sim, a propor um processo de *impeachment* legalmente constituído e juridicamente perfeito.

Não há o que questionar, nem mesmo há por que discutir a eventual suspensão desse processo, como não há como discutir retrocesso em relação à Operação Lava Jato. Um governo não pode interferir, e de forma nenhuma, na justiça do país.

Portanto, este Governo, que é provisório e que pode se constituir definitivo a partir do julgamento da Presidente, não tem autoridade política para interferir na Operação Lava Jato, comprometendo a sua eficiência. Gravações, suposições, especulações, desejo de investigados, isso não autoriza ninguém a pressupor que haverá sucesso nessa tentativa estapafúrdia de comprometer a eficiência da Operação Lava Jato.

Portanto, se o Presidente autorizar, eu concedo um aparte ao Senador Cristovam.

A Sr^a Vanessa Grazzotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pelo tempo que ele concedeu, acho que é possível, mas eu serei bem breve.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Primeiramente, o Senador Cristovam; depois, V. Ex^a, pela ordem.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senador, eu quero continuar um pouco na linha do que falou o Senador Jorge Viana, mas lembrando um fato no qual ele não tocou e que para mim é o mais forte para justificar o Presidente Temer a mudar o seu Ministro do Planejamento. É que, hoje, um fator fundamental da economia é a credibilidade, e o Senador Jucá perdeu essa credibilidade. Perdeu. Ele até tem que se explicar, é capaz de ter explicações, mas, enquanto isso não ficar claro, ele não tem a credibilidade necessária para conduzir a economia do Brasil. Ele é o condutor junto ao Meirelles, mas, quando aparece na televisão, eu acho que ele tem aparecido até de forma muito mais forte e até, vamos falar com franqueza, mais

articulado do que o próprio Meirelles. Então, eu creio que se o Presidente Temer não fizer um gesto desses, ele vai ferir algo que justificou até a sua chegada, que é o fato de que a economia precisava ter credibilidade na sua condução. Hoje, independentemente de qualquer coisa, a credibilidade do Senador Jucá desapareceu ou ficou muito pequeninha por alguns que ainda estão esperando a sua explicação. Essa, para mim, é uma razão para, como o senhor disse, haver o uso da caneta, a sua ênfase. Eu creio que, hoje, é mais do que a ênfase da caneta; é a necessidade da credibilidade na economia. Economia não se faz mais com os fatores de antigamente, que eram capital, trabalho, matéria-prima, depois tecnologia. Hoje, há um quinto fator fundamental: credibilidade. O Ministro Jucá, com esse noticiário, com essa gravação, perdeu essa credibilidade.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Tem razão V. Ex^a.

No seu discurso inicial, o Presidente Temer usou a palavra confiança como palavra-chave. Nós podemos usar a palavra “credibilidade”, nesta hora, como palavra-chave. Não basta repreensão; é preciso substituição. Isso já deveria ter sido feito pela manhã. Um governante que demora para decidir, quando decide compromete a eficiência da sua decisão. O desgaste é inevitável.

Aliás, deveria aproveitar o ensejo e pedir aos demais investigados que deixem também o Governo. E, sobretudo, pedir ao Ministro da Fazenda, Meirelles, que indique o nome de um técnico qualificado para ocupar a Pasta do Planejamento, porque o Brasil não pode esperar decisões para superar essa crise econômica que se aprofundou dramaticamente.

Se há um apelo neste País, é pela recuperação econômica, porque a falência está aí, batendo às portas de micro e pequenas empresas; o desemprego é angustiante, e é preciso adotar medidas com urgência. Em primeiro lugar, deve estar realmente o interesse público, que coloca como razão direta das suas aspirações neste momento o início da recuperação econômica do País, para minimizar os efeitos da crise e o sofrimento do povo.

Eu concedo um aparte à Senadora Vanessa, com a autorização do Presidente.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu serei bem breve, Senador.

Apenas para cumprimentar a decisão do Partido Verde. Como já dito aqui, o Partido Verde é um Partido de longa tradição de luta não só no Brasil, mas no mundo inteiro e aqui, em particular. Eu acho que a tomada de decisão nesse momento tão delicado é muito importante. Agora, Senador, concordo. Acho que ele perdeu as condições; o Senador Romero Jucá perdeu a credibilidade de continuar à frente do Ministério, mas o que eu entendo, Senador, é que nós precisamos conhecer, saber o que de fato está acontecendo, porque tudo o que foi revelado hoje não envolve somente o Senador Romero Jucá. Ele fala de muita gente, ele fala de muita coisa, ele fala de trama. No meu entendimento, atinge até o Presidente Michel Temer. No meu entendimento. Então, eu acho que seria um passo, sem dúvida nenhuma, a saída dele, mas isso não resolve o problema. É preciso que venha a público o que falta vir a público.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Certamente virá.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A imprensa está especulando, Senador Alvaro Dias, que isso seria parte de uma delação premiada. Não sei se é verdade. Há especulação pela imprensa de que seria parte de uma delação premiada. Então, muita coisa virá. Eu acho que é preciso.

(Soa a campainha.)

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Veja V. Ex^a, Senador Alvaro: se for verdade tudo isso? Se ficar comprovado que há uma trama para tirar a Presidente do poder? E aí, como fica o Brasil? Como fica o Parlamento? Ainda bem que nós estamos no início do processo. Temos muito tempo para, ao lado do povo brasileiro, buscar as saídas e ver que caminho tomar. Cumprimento o Partido de V. Ex^a, o Partido Verde, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Obrigado, Senadora.

Não concordo com V. Ex^a de que houve trama para tirar a Presidente. Não, esse é um processo legalmente constituído, com a instauração dos procedimentos de forma legal, com o cumprimento do itinerário imposto pelo Supremo Tribunal Federal, respeitando-se a Constituição e o Regimento e, sobretudo, levando-se em conta a existência de fatos preponderantes que justificam o *impeachment*, sobretudo o desejo, a aspiração e a exigência da maioria esmagadora do povo brasileiro.

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Em relação ao atual Governo, para concluir, Sr. Presidente, a nossa postura é aquela já anunciada há alguns dias: o desejo de que o Governo acerte, o desejo de que o Governo promova reformas importantes para o País. E terá o nosso apoio, mas, certamente, não contará conosco. Não compactuaremos com eventuais erros, sobretudo não compactuamos com a preservação desse sistema de

governança. Se a opção foi por obter apoio no Congresso Nacional, essa opção pode custar o apoio popular, e, sem apoio popular, não há governo capaz de ter êxito, sobretudo quando se exigem mudanças radicais no País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Vanessa Grazziotin.)

(Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, a Srª Vanessa Grazziotin deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu cumprimento V. Ex^a, Senador Alvaro. Passo a palavra para o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje nós tivemos não um fato qualquer, mas um grande escândalo, que desmoraliza mais ainda o processo do *impeachment*, esse golpe contra uma Presidente eleita por 54 milhões de brasileiros e brasileiras. Um processo que já estava desmoralizado, porque começou com Eduardo Cunha, que foi o grande condutor daquele processo na Câmara dos Deputados.

Eduardo Cunha começou aquele processo por vingança, no dia em que os Deputados do PT decidiram que votariam pela sua cassação no Conselho de Ética. A partir dali, ele manobrou uma nova maioria na Câmara dos Deputados, para fugir do Conselho de Ética, e presidiu aquela sessão horrorosa da Câmara dos Deputados, onde Parlamentares declararam voto por sua família, por Deus; o Deputado Jair Bolsonaro homenageou um torturador, o torturador Brilhante Ustra. Vimos o impacto disso no mundo inteiro, a repercussão internacional nos principais jornais do mundo. Não estou falando de jornais de esquerda; estou falando do *The New York Times*, do *The Guardian*, na Inglaterra, de jornais da Alemanha.

E a situação piorou depois, aqui, no Senado, porque, para quem estudou o assunto, fica claro que não há crime de responsabilidade. As pedaladas fiscais, no caso do Plano Safra, e os seis decretos de créditos suplementares são argumentos que surgiram sem base de sustentação jurídica alguma. E aí vem o Governo interino do Presidente Michel Temer, que montou um Ministério de homens brancos, ricos, sem mulher, sem negros, sem diversidade, acabando com Pastas importantíssimas. Não foi só a Cultura, mas o Desenvolvimento Agrário, colocando a Previdência Social atrelada à Fazenda, Ciência e Tecnologia.

Agora, esse fato, que volto a dizer que é um escândalo, porque nós estamos desnudando, para o mundo e para o Brasil, para a sociedade, o que estava por trás do golpe. Eu sempre falei nesta tribuna que o velho PMDB estava se aproveitando de manifestações legítimas do povo contra o Governo para assaltar o poder. E nós víamos aqui nos bastidores que a discussão do *impeachment* não eram as pedaladas fiscais; era outra. Nós sabíamos que havia um bocado de gente que estava achando que, se se mudasse o governo, poderia haver uma outra coalizão de forças, e poderiam perder força as investigações da Lava Jato.

Mas essas eram teses que nós defendímos aqui. Só que agora, não, Senador Cristovam. Está na boca do maior condutor do *impeachment* do Senado Federal. O atual Ministro do Planejamento, Romero Jucá, era Presidente em exercício do PMDB. Todos que conhecem o Senado sabem que foi a peça mais importante nas articulações, na conversa um a um com os Senadores.

Eu posso resumir dizendo o seguinte: foram os grandes condutores, na Câmara, Eduardo Cunha, no Senado Federal, Romero Jucá, que, volto a dizer, era Presidente em exercício do PMDB. Quantas reuniões nós vimos aqui, neste Senado Federal, nessas cadeiras, conversas, articulações, para convencer Senadores a votarem a favor do *impeachment*?

Eu sei que todo mundo já sabe, mas quero ler aqui alguns trechos da conversa, alguns pequenos trechos que acho que são mais relevantes. Primeiro, diz Jucá para o ex-Senador Sérgio Machado, que, inclusive, foi Senador pelo PSDB: "Você tem que ver com seu advogado como é que a gente pode ajudar. Tem que ser política. Advogado não encontra [inaudível]. Se é político, como é a política? Tem que resolver [aí tem um pavão] esse negócio. Tem que mudar o Governo pra poder estancar essa sangria." Aí continua o ex-Senador Sérgio Machado: "Rapaz, a solução mais fácil era botar o Michel." Vocês vejam que eles estão discutindo aqui Lava Jato. O ex-Senador Sérgio Machado diz: "A solução mais fácil era botar o Michel." O Jucá diz: "Só o Renan que está contra esse negócio. 'Porque não gosta do Michel, porque o Michel é Eduardo Cunha'."

Finalmente, alguém reconhece que Michel é Eduardo Cunha, porque Eduardo Cunha está mandando, sim, neste Governo. Ele nomeou o Ministro da Justiça, essa Alexandre de Moraes, que alguns pensam que foi o Alckmin, porque era Secretário de Segurança do Alckmin. Mas sabe por que ele foi nomeado por Eduardo Cunha? Porque foi seu advogado particular. Mas ele não nomeou só esse. Ele nomeou o Líder do Governo na Câmara, contra, segundo os jornais, a posição majoritária no entorno de Michel Temer. Ele impôs o Líder. Há

mais: indicou o segundo homem da AGU, indicou o Secretário de Assuntos Jurídicos da Casa Civil. Tudo que tem a ver com justiça passa por Eduardo Cunha.

E está aqui o Jucá dizendo: "Só o Renan que está contra esse negócio [ele não fala esse negócio, ele fala um palavrão]. 'Porque não gosta do Michel, porque o Michel é Eduardo Cunha'."

Aí continua. Diz Sérgio Machado: "É um acordo, botar o Michel, num grande acordo nacional." O que diz Jucá? "Com o Supremo, com tudo." Um acordo com o Supremo. Olha que coisa gravíssima, Senador Capiberibe. Aí Sérgio Machado diz: "Com tudo, aí parava tudo." Aí conclui o Senador Romero Jucá: "É. Delimitava onde está, pronto."

Mas continua. Há hora em que ele fala do PSDB. O ex-Senador Sérgio Machado diz: "O Aécio, rapaz... O Aécio não tem condição, a gente sabe disso. Quem que não sabe? Quem não conhece o esquema do Aécio? Eu, que participei da campanha do PSDB..." Acho que o Senador Aécio tem que entrar com alguma representação para se defender. Que esquema é esse que fala aqui? Aí o Jucá diz: "É. A gente viveu tudo." Aí continua. Isso aqui é gravíssimo.

Eu espero, Senador, que o Supremo vá reagir a isso. Ou o Senador Romero Jucá vai ter que citar quem falou isso, porque ele diz o seguinte, em voz baixa, sussurrando: "Conversei ontem com alguns Ministros do Supremo. Os caras dizem 'ô, só tem condições sem ela. Enquanto ela estiver ali, a imprensa, os caras querem tirar. Essa [também um palavrão] [esse negócio] não vai parar nunca! Entendeu? Então... Estou conversando [também] com os generais, comandantes militares." E fala isso. Isso aqui não é qualquer coisa. Por isso que eu digo: há muita gente falando na saída do Romero. Eu acho uma boa, tem que sair. Mas não é só o Romero. Tem de sair o Governo ilegítimo de Michel Temer. Não tem legitimidade. Foi fruto de um golpe. Vai entrar para a história assim. Não tem jeito. As pessoas vão ver.

Nesse julgamento, Senador Cristovam, V. Ex^a teve uma posição de dizer: "olha, estou votando a favor da admissibilidade. Eu quero e vou analisar com muito rigor o julgamento".

No julgamento, Senador Capiberibe, a gente vai trazer comitivas de juristas do mundo inteiro. Há gente da Alemanha, de Portugal, da Espanha, para acompanhar, porque eu sei, fiz parte daquela Comissão e estudei o assunto: não há crime de responsabilidade. Mas, com esse fato de hoje, imaginem a repercussão na imprensa internacional no dia de amanhã. Vai ser gigantesca. Na sociedade brasileira também.

Eu passei esse final de semana com várias agendas no Rio de Janeiro, fui à Baixada Fluminense e, Senador Cristovam, eu me pergunto por que não saem pesquisas de avaliação sobre expectativas em relação ao Governo Temer. Com quem eu conversei, existe uma grande desconfiança. Gente que não era a favor da Dilma, que era contra a Dilma, mas o povo está desconfiado. O povo está olhando esse processo todo que está acontecendo e está vendo. Eu acho que era fundamental haver alguma pesquisa. Não sei por que os institutos não trazem pesquisa neste momento, porque é fácil de perceber. O clima vai mudar e está mudando.

Eu participei, no Rio de Janeiro, na sexta-feira passada, de um ato no Ministério da Cultura. O Ministério da Cultura está ocupado. São 18 ocupações pelo Brasil afora. E vale dizer que, depois do recuo do Presidente interino Michel Temer, nenhum foi desocupado, porque todos disseram: nós estamos aqui contra este Governo ilegítimo. Mas, no Rio de Janeiro, houve um evento de mais de 20 mil pessoas, com a presença de Caetano Veloso e de outros artistas. Você sente um clima diferente no ar.

E eu falo o seguinte: o Presidente interino Michel Temer parece um Presidente acovardado, sitiado. Ele ia inaugurar o VLT do Rio de Janeiro no domingo, marcaram manifestações. Desmarcou. Não está indo a lugar algum. Onde eu converso, são professores, artistas, é um movimento muito mais amplo. Não é movimento de partidos. Estão se propondo a ir às ruas protestar contra este Governo ilegítimo. Mas ele está acuado. É um presidente frágil, muda de posição a cada momento.

Agora mesmo o Senador Jorge Viana falou uma coisa: será que ele tem tinta na caneta para demitir Romero Jucá? Eu não sei se tem tinta. Tinta na caneta ou coragem para enfrentar Eduardo Cunha ele não teve. Tanto que Eduardo Cunha impôs goela abaixo dele, Presidente da República, a indicação do Líder do Governo. O Líder do Governo é nomeado pelo Presidente. Nomeou o maior aliado do Sr. Eduardo Cunha, hesitante. Já está claro. Se você grita, se você faz isso, ele recua. Não sabe o que fazer.

Eu, sinceramente, acho que este Governo não se sustenta por três meses, porque vai tentar impor um programa antipopular, esse povo vai se levantar, vai ter junção de vários setores nas ruas, e as pessoas vão perceber. E eu acredito ainda que, no julgamento final da Presidenta Dilma, a gente possa reverter aquela votação do *impeachment*.

Mas eu quero, para encerrar, entrar num ponto que é muito sensível ao Senador Cristovam. Eu passarei para ele logo depois. Trata-se do seguinte: nós do PT vamos tentar defender a tese de que nós não podemos realizar a reunião nesta semana da Comissão do *Impeachment*. Temos que suspender o trabalho, no meio desta crise, para haver uma apuração dessas declarações do Senador Romero Jucá. Mas mais do que isso: nós vamos

obstruir a pauta no Senado, na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional, porque entra aqui a discussão da mudança da meta fiscal.

Senador Cristovam, V. Ex^a acompanhou esse debate, conhece esse debate.

No debate do *impeachment*, o centro de toda argumentação era a responsabilidade fiscal, no relatório do Senador Anastasia. Há um trecho do relatório do Senador Anastasia que diz o seguinte:

Os novos crimes que ingressaram no ordenamento jurídico nacional protegem um bem jurídico claro: o equilíbrio das contas públicas, a saúde fiscal do Estado. O sentido último desses crimes poderia ser resumido em duas admoestações ao administrador público: 1) é proibido gastar mais do que se arrecada; 2) é proibido comprometer o orçamento mais do que está permitido pelo Poder Legislativo.

O Relator do Orçamento do ano passado é o atual Ministro da Saúde, Ricardo Barros, que fez questão de botar uma meta superavitária, porque ele dizia que é um crime ter uma meta deficitária. E colocaram uma meta superavitária. A Presidenta Dilma, em fevereiro, já enviou para o Congresso Nacional a possibilidade de mudança da meta, falando de um déficit de quase R\$100 bilhões – R\$96 bilhões.

O que aconteceu? Eles afastam a Presidente Dilma em cima do discurso da responsabilidade fiscal e o que eles fazem, Senador Cristovam? Na semana depois, eles esquecem esse discurso e fazem uma mudança da meta aumentando para R\$170 bilhões; aumentando gastos. Tentam jogar a culpa na Dilma. Aí eu falo: sabe qual é o déficit destes três meses – janeiro, fevereiro e março? R\$15 bilhões. Mês de abril sempre é um mês bom, tem ajuste de imposto de renda. Se for ruim, vai chegar a R\$20 bilhões em quatro meses. Os outros R\$150 bilhões são deles.

E estão colocando esses R\$150, Senador Cristovam, sabe como? A Dilma tinha contingenciado R\$43 bilhões; eles estão descontingenciando R\$21 bilhões. Estão ampliando gastos em despesas obrigatórias. Então é de um cinismo total.

Para mim, nós não podemos votar. Quem fez isso foi o Senador Romero Jucá, atual Ministro do Planejamento. Para mim, pode estar nisso aqui um pouco da conta do *impeachment*, porque em que serão esses gastos a mais? A Dilma, quando fez isso, fez para ampliar gasto social. Aqui não; aqui é para fazer negociação com Governador de Estado, com emendas de Parlamentares, e algumas empreiteiras ganham muito.

Nós precisamos discutir. Por que votar de afogadilho? Eles dizem: "Ah, não, porque se nós não cumprirmos, dia 30 vai ter que ter um contingenciamento". Senador Cristovam, a Presidenta Dilma tem a mudança da meta desde fevereiro. Ela está contingenciando até agora. Diminui a receita – não é isso que Lei de Responsabilidade Fiscal diz? –, corta. Eles não.

E eu fico impressionado com a imprensa, porque, se fosse a Dilma que tivesse ampliado o déficit para R\$170 bilhões, era um escândalo. Um escândalo! Agora eles fazem e tudo bem.

Eu, sinceramente... Já houve gente que falou para mim que houve uma disputa do Romero Jucá com o Meirelles, não sei o que houve. Mas o fato é que eu acho que é um escândalo. E essa discussão da votação da meta não pode acontecer de afogadilho, no dia de amanhã.

Eu passo para o Senador Cristovam, depois para a Senadora Gleisi, depois para a Senadora Vanessa.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senador Lindbergh, primeiro, o meu total acordo com essa preocupação com a continuação do Senador Jucá no Ministério do Planejamento. Isso tira a credibilidade do Governo, que é algo fundamental para o Brasil independente do partido que estiver no Governo. Agora, eu quero voltar a insistir que esse, sim, é o argumento correto, do ponto de vista político, do debate, neste momento, e não essa insistência no golpe, porque é uma narrativa que foi criada – a qual não nego que, do ponto de vista político, está tendo até um certo efeito aqui dentro. Lá fora, pelo que eu tenho avaliado, com pessoas que eu conheço, não está pegando tanto –, mas não vai demorar muito. Eu, quando vou a uma repartição, vejo fotos. Eu vi uma foto, na primeira página de um jornal, com um ministro dando uma entrevista. Ao lado, a foto da Presidente Dilma. Está em todas as repartições. Continua morando no Palácio da Alvorada. E tudo isso eu acho certo. Eu defendo isso, porque ela está apenas suspensa, como Presidente. Ela não foi impedida. Está no Palácio da Alvorada; tem as fotos em todas as repartições; mantém, obviamente, corretamente, o salário; tem um número grande de assessores, de nível até ministerial; usa avião da Força Aérea Brasileira. Não teve nada contra a legalidade. Não teve nada que atrapalhasse o funcionamento das instituições. O senhor mesmo há pouco falou, e todos, que há movimentos sociais nas ruas, em todos os lugares. Eu até falei aqui que as escolas estão sendo ocupadas pelos jovens, o que eu acho extremamente positivo para o Brasil, até porque eles estão sendo muito responsáveis no cuidado com o patrimônio: ninguém viu uma destruição de patrimônio, pelo menos ainda. Então, essa ideia do golpe, a meu ver, embora tenha um efeito positivo para as grandes massas e até para a militância, atrapalha aqui dentro, porque os 55 Senadores que votaram pela admissibilidade – e eu sou um deles, com convicção – terminam sendo confundidos com golpistas. Então, eu

acho que isso não é um bom discurso, numa perspectiva do julgamento no momento correto. Mas não tenha dúvida, Senador, de que a perda de credibilidade do atual Governo, pela manutenção do Ministro Jucá e de outros suspeitos na Lava Jato também – porque nós estamos esquecendo isso; há outros também –, isso aí, sim, é um discurso político correto, e o senhor faz muito bem em trazê-lo para cá.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senador Cristovam, eu vou passar a palavra para a Senadora Gleisi e a Senadora Vanessa, mas agora nós escutamos um barulho, aqui, de protestos. Parece que é contra o Presidente interino Michel Temer. Infelizmente, Senador Cristovam, eu vejo que isso vai ser uma realidade em todo o Brasil.

Quanto ao que V. Ex^a disse, esse debate sobre a questão do golpe, eu estou convencido de que é golpe, porque eu estudei o assunto aprofundadamente. Não há base jurídica e não há crime de responsabilidade fiscal. No parlamentarismo, você pode afastar um presidente se houver uma maioria parlamentar contra. É o voto de desconfiança. No presidencialismo, não. Há um mandato popular. Só se houver crime. Agora, nós tivemos a fase inicial. V. Ex^a sabe... Sempre que me perguntam sobre V. Ex^a, eu digo o seguinte: "O Senador Cristovam é uma figura muito honesta nas suas posições e vota de acordo com suas posições mesmo."

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – É o protesto. É o protesto.

E eu acredito muito, Senador Cristovam, na posição do senhor, mais à frente, porque o senhor vai estudar o tema. É o julgamento. É outra etapa. E eu coloco muita fé em vários Senadores aqui. V. Ex^a sabe do respeito e admiração que tenho por V. Ex^a. Às vezes temos posições diferentes. Temos muitas posições diferentes na economia, mas eu considero o senhor um dos melhores Senadores desta Casa e tenho um grande respeito por V. Ex^a.

Eu passo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Lindbergh. Na realidade, é mais para dar uma informação. Eu vim agora da Presidência da Casa. O Presidente está com uma comitiva de Deputados e Senadores, Ministros também, à espera do Presidente Michel Temer, que vem trazer, exatamente, a formalidade da alteração da meta, porque, na sexta-feira, já ficou público para o País que a meta vai ser de um déficit de R\$170,5 bilhões. O Presidente chegou agora – até V. Ex^a falou dos apupos que o aguardavam –, e o que preocupa é que isso vai entrar em votação agora, na Comissão Mista de Orçamentos. Às 17h, há reunião. O Relator desse projeto, que foi o relator da meta enviada pela Presidenta Dilma, do déficit de R\$96 bilhões, o Deputado Dagoberto, do PDT de Mato Grosso do Sul, preparou o seu parecer, deu entrada no parecer e vai fazer a mudança para R\$170 bilhões agora, no momento da reunião da CMO. Ou seja, nós não vamos ter condições sequer de avaliar por que estão fazendo um redimensionamento da receita, porque estão mexendo nas receitas, inclusive, que a Presidenta Dilma mandou para cá. Por que estão mexendo nas receitas? Por que estão colocando outras despesas? Nós não temos como fazer essa avaliação. Embora muitas questões já tenham sido colocadas pela equipe do Ministro Nelson Barbosa – e a meta precisava ser revista –, o fato é que vão fazer isso na pressa, de sexta-feira para cá. E o Presidente Renan falou agora...

(Soa a campainha.)

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – ... que vai levar essa discussão para o Plenário do Congresso Nacional amanhã. Só para terem ideia do que estamos falando: desde o início de março, a Presidenta mandou para o Congresso Nacional um projeto de lei, fazendo a alteração da meta fiscal, e a Comissão Mista de Orçamentos sequer foi nomeada. Então, esse projeto está lá desde março. Foi isto que foi levantado, inclusive, para incriminar a Presidenta no processo de *impeachment*: que ela não tinha responsabilidade fiscal, que não cumpria com a meta, que fazia alterações orçamentárias sem alterar a meta. Inviabilizaram o governo da Presidenta durante esses dois meses, impedindo que se pagassem políticas públicas essenciais, Senador Cristovam. Nós ficamos com credores sem receber, porque o Congresso não fez a alteração da meta. E, agora, assim, em menos de 24 horas úteis, vamos receber uma meta totalmente diferente, que é quase o dobro do déficit que tínhamos, e isso vai para a votação, agora, na CMO e, amanhã, no Congresso Nacional. Eu acho que aqui nós temos que ter uma posição muito clara – não só os Senadores do PT, mas todos os Senadores que têm responsabilidade com a questão orçamentária e fiscal – de não permitir que isso seja votado amanhã – nem votado hoje, na CMO, nem votado amanhã. Nós precisamos entender o que estamos mudando dessa meta, principalmente porque há uma crise no Ministério do Planejamento, que é o Ministério condutor desse processo. Então, acho que nós tínhamos que tirar, Presidente Jorge Viana... Nós tínhamos que ter um encaminhamento, para pedir ao Senador Renan Calheiros que não chamassem ou que suspendesse a sessão do Congresso amanhã. Não há como realizar essa sessão do Congresso, porque é uma sessão em que não temos como debater a mudança que se está pedindo. Então, acho que, se pudesse haver, por parte das Lideranças de Bancada que

estão aqui, não só do PT, mas do PCdoB, do PSB e de outros partidos, uma solicitação ao Senador Renan para que isso não acontecesse... E também, agora, na Comissão Mista de Orçamentos, um posicionamento claro, para não votar essa alteração. Obrigada.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito obrigado, Senadora Gleisi, que nos lidera na Comissão Mista de Orçamentos.

Nós vamos lá, também, daqui a pouco. Está marcado para as 17h, não é?

Senadora Vanessa.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senador Lindbergh, acho que o pronunciamento de V. Ex^a e os apartes que acaba de receber já resumem bastante o meu aparte. Eu e a Senadora Gleisi estivemos, há pouco, com o Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros. Eu disse a ele – inclusive, falei duas vezes no plenário – que confiava muito na responsabilidade do Presidente do Senado e do Congresso Nacional de que não convocaria sessão para amanhã diante dos fatos ocorridos, não só pelas revelações do dia de hoje, que, como dito aqui, envolvem diretamente o Ministério do Planejamento, mas também por esta nova meta, que discutimos desde a semana passada: um dia, seriam R\$120 bilhões; noutro dia, R\$130 bilhões de déficit; até que mandaram uma meta de R\$170 bilhões. Baseado em que mesmo? V. Ex^a já lembrou aqui o que aconteceu no ano passado, quando a Presidente Dilma, de forma realista... E, aí, ouvir o Senador Romero Jucá, na televisão, dizendo que acabou a mentira daqui para frente? Quando houve mentira? A Presidente, no ano passado, mandou um Orçamento deficitário, e o Congresso não quis aprová-lo. O que eles queriam? Cortar no Bolsa Família, cortar em todos os programas sociais. A Presidente não concordou, de forma correta. Assim, com toda a sua responsabilidade, ela encaminhou, no início do mês de março, um projeto prevendo um déficit de R\$97 bilhões que a Comissão nunca debateu. E agora, eles querem mudar para R\$170 bilhões? É impossível...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Presidente, está difícil por causa do barulho da manifestação.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pena que o som não seja tão bom assim para captar o barulho lá. O Presidente biônico Michel Temer chegou, e há muita gente ali fora. Fizeram muitas barreiras. Eu não sei de onde vem tanta gente, mas há muita gente que o está recebendo com cartazes de que o golpe não vai se concretizar e tudo o mais. Enfim, acho que nós não podemos...

(Soa a campainha.)

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Quero só lembrar um episódio, para concluir, Senador Lindbergh. Antes de todo o processo se dar, Michel Temer solicitou uma reunião com o Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros. Para que ele pediu aquela audiência? Porque ele já sabia que seria aprovada a admissibilidade e que ele iria assumir a Presidência. O que ele veio pedir? Para o Presidente Renan pautar a matéria. O que foi que o Presidente Renan disse a ele? "O senhor bateu na porta errada. Vá à porta do Eduardo Cunha, porque, até hoje, a Comissão de Orçamentos não se reuniu, porque o Eduardo Cunha não deixou a Presidente se reunir." Ou seja, desde março até agora, a Comissão não se reúne, e ele quer que Senado e Câmara, num único dia, votem tudo sem sabermos o que é isso, para que são os recursos. E a credibilidade do Brasil fica onde? Então, acho que precisamos continuar insistindo com o Presidente do Congresso, Renan Calheiros: há dois fatores, dois elementos que não permitem que amanhã votemos essa matéria. Parabéns pelo pronunciamento, Senador Lindbergh!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senadora Vanessa, sou eu que agradeço. Estamos nessa batalha juntos.

Concedo um aparte, primeiro, ao meu Líder, Senador Paulo Rocha, e, depois, ao Senador José Pimentel.

O Sr. Paulo Rocha (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador Lindbergh, Presidente Jorge Viana, é grave o que está acontecendo no nosso País. Não quero entrar no termo agora provocado pelo nosso companheiro Cristovam: se é golpe; se o golpe incomoda alguns; se é insensível ou muito sensível para outros. O fato é que nós estamos vivendo o resultado de uma conspiração política que se iniciou com os derrotados nas urnas de 2014, que foi se somando aos interesses do Presidente da Câmara, um chantagista, no mínimo, e que foi se somando a insatisfações em relação ao modo como a Presidenta tratava na política, enfim,...

(Soa a campainha.)

O Sr. Paulo Rocha (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – ... até que se somou aos traidores e se formou essa maioria política que, ao final, golpeou não só o nosso governo, mas a democracia do nosso País. Acho que isso é proveniente de um processo, como disse o Senador Cristovam em sua fala – desculpa, Senador Cristovam, estar sempre tocando nisso –, de comportamento, em determinados momentos, que faz com que misturemos democracia com ingenuidade. O republicanismo que estabelecemos no País, com certa dose de ingenuidade...

Nos grandes momentos de força política maior – por exemplo, no período do Governo Lula –, deveríamos ter feito a reforma política ou quem sabe até a reforma agrária. Acusam-nos de que não conseguimos fazer no País nem uma reforma mais forte. Eu queria me lembrar de uma poesia aqui para dar razão ao seu pronunciamento. Mas não estou me lembrando de toda ela. Quando iniciamos na política, contra a ditadura militar, repetíamos o seguinte trecho de “No caminho com Maiakóvski”:

[...]
Na primeira noite eles se aproximam
e roubam uma flor
do nosso jardim.
E não dizemos nada.
Na segunda noite, já não se escondem;
pisam as flores,
matam nosso cão,
e não dizemos nada.
Até que um dia,
o mais frágil deles
entra sozinho em nossa casa,
rouba-nos a luz e,
conhecendo nosso medo,
arranca-nos a voz da garganta.
E já não podemos dizer nada.
[...]

Por isso acho que, embora pareça forte o seu discurso, é fundamental que, neste momento, não pequemos nem pela omissão, muito menos pela resistência a esse processo.

O SR. LINDBERGH FARIA (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito obrigado, Senador Paulo Rocha. V. Ex^a citou um trecho de uma poesia de Bertolt Brecht.

Passo a palavra ao Senador, nosso sempre líder, José Pimentel.

O Sr. José Pimentel (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Quero, Senador Lindbergh, parabenizá-lo pelo pronunciamento e registrar que esse processo de impedimento da Senhora Presidente da República se inicia, como V. Ex^a sempre lembra, pela compra de um parecer por R\$45 mil. Se analisarmos como se iniciou o processo do impedimento do Presidente Collor, veremos que se iniciou do resultado de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, em que se identificou um conjunto de irregularidades e depois presidentes de várias entidades da sociedade civil apresentaram, ao Congresso Nacional, o pedido de impedimento. Portanto, nascem totalmente diferenciados: um, resultado da compra de um parecer. Em seguida,...

(Interrupção do som.)

O Sr. José Pimentel (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – ... este parecer não foi acolhido pelo principal jurista, que o partido que comprou o parecer queria que subscrevesse. E aí aquela que fez o parecer foi obrigada a assinar, apresentando, no dia 1º de setembro, esse pedido de impedimento, sem qualquer fundamento efetivamente existente. É feita uma leitura dessa apresentação, numa reunião, no início de outubro, no dia 3 de outubro, no Rio de Janeiro, entre o Presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha, o Líder do PSDB na Câmara e também o Líder do DEM, Deputado Rodrigo Maia. Esses três Deputados analisam essa peça, já sabendo que não havia embasamento legal, e solicitam um aditamento. Esse aditamento é feito e é protocolado na Câmara Federal no dia 15 de outubro, aí trazendo os dois itens: o que trata da equalização da taxa de juros da safra agrícola de 2015 e mais os seis decretos editados em 2015, porque a Lei Orçamentária autorizava. Esse processo fica nas prateleiras da Câmara Federal, e o Sr. Eduardo Cunha chantageando – o termo é este: chantageando! – ora o nosso Partido, o Partido dos Trabalhadores, ora o PSDB. Para eles dizia que, se porventura eles não apoiassem determinadas medidas, ele não acolheria o pedido de impedimento da Senhora Presidenta; e para o nosso Partido condicionava: “Se vocês não me defenderem no Conselho de Ética, eu vou abrir o processo.” Corretamente o nosso Partido decide por admitir o processo no Conselho de Ética.

(Soa a campainha.)

O Sr. José Pimentel (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – E logo em seguida, no mesmo dia, no dia 4 de dezembro – nós estávamos votando o PLN nº 5, aliás, já tínhamos votado o PLN nº 5, que alterava toda a Meta Fis-

cal –, ele resolve acolher e, a partir dali, inicia-se esse processo. Portanto, o pronunciamento no café da manhã na casa do hoje Ministro do Planejamento foi feito, exatamente, dentro desses abusos, dessa falta de respeito ao Estado democrático de direito. E é por isso que, naquela gravação, ele usa determinadas palavras, determinados termos que V. Ex^a não tem coragem de pronunciar e nem deve fazê-lo aqui no plenário, porque não são dignos de serem utilizados por um pai de família. Parabéns pelo pronunciamento.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu que agradeço a V. Ex^a, Senador Pimentel.

E eu encerro o meu pronunciamento...

Ah! Senador Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu não gosto desse negócio de art. 14. Mas, de qualquer maneira,... (*Risos.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – V. Ex^a, sempre que pedir....

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu queria responder ao querido amigo Senador Paulo Rocha. Olha, eu tenho medo de que se use essa expressão de golpe de uma maneira tão liberal que comecem a usá-la também para o fato de a Presidente ter sido eleita com um discurso e ter governado com outro. Isso é golpe também? Pode ser considerado golpe, mas fica uma leviandade grande. Afinal de contas, baixou a tarifa de luz antes da eleição e aumentou logo depois; acusou os adversários de que iriam governar com os banqueiros e colocou, de ministro, um banqueiro; fez desonerações fiscais altíssimas para permitir certo consumo, o que aumentou o número de votos, e depois, diante do rombo, começa a fazer medidas de cortes, necessárias, por causa dos erros anteriores.

(*Soa a campainha.*)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Então, termina, assim, podendo-se dizer que a Presidente Dilma foi golpista; ela deu um golpe nos eleitores. Eu prefiro não dizer isso, porque, para mim, golpe é militar; para mim, golpe é botar tanque na rua; é prender; é exilar; e, daí a algum tempo, ter que torturar. Isso, sim, seria golpe. O que houve aí foi o uso de um processo previsto na Constituição, com manipulações ou não. E vai se demorar muito para ver isto, quais as manipulações para conseguir quase 80% dos Deputados, que é um escore muito alto, e 55% dos Senadores, que é um escore muito alto também. Eu acho que vale a pena, sim, analisar se houve ou não manipulação, mas a palavra golpe é muito perigosa, porque ela pode ser usada para coisas muito diferentes e termina deixando de significar aquilo que eu gostaria que a juventude...

(*Interrupção do som.*)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Aí eu encerro – que a juventude tivesse como presente, de fato: o golpe rasgando a Constituição como foi feita, com violência militar barrando as instituições e as liberdades. Isso não houve, e eu tenho certeza – certeza ninguém pode ter de nada –, mas eu não vejo nenhum risco adiante. Vejo risco, sim, de ter Ministro na Lava Jato. Fica a dúvida, sim, se se vai ou não querer dificultar a Lava Jato – essas suspeitas eu acho que é preciso tê-las presentes.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senador Cristovam, V. Ex^a sabe do respeito que tenho por você. O problema é o seguinte: não existe só golpe militar; existe golpe parlamentar também. Recentemente, inclusive, houve dois aqui na América Latina: o caso do Presidente Lugo, no Paraguai; e o do Zelaya, em Honduras. Aqui porque, para você afastar um presidente eleito no presidencialismo – eu volto a dizer que no parlamentarismo, não, se você tem maioria no Parlamento, derruba –, tem de haver crime de responsabilidade. Se não há crime, é golpe.

E aqui eu pergunto: o que foram as pedaladas? Plano Safra. Um plano que existe desde 1992, que a Presidente nem assina. Não há ato. Já viu crime sem ato? Não estou nem discutindo conduta, dolo. Não há ato da Presidente. E os decretos de créditos suplementares não alteram o esforço fiscal. Isso é o decreto de contingenciamento. Então, aqui não tem desses.

Na verdade, se fizerem isso, se afastarem uma Presidente sem crime de responsabilidade, é um golpe. Um golpe feito por uma maioria parlamentar liderada por Eduardo Cunha, junto com o Sr. Romero Jucá, com o Vice-Presidente Michel Temer, que negociou o tempo todo cargos já no futuro governo. É uma situação completamente diferente da de Itamar Franco, que eu vivi. Como presidente da UNE, eu quis me encontrar com Itamar Franco. Ele disse: "Eu não posso, porque eu tenho minhas responsabilidades institucionais".

(*Soa a campainha.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Então, eu só concluo dizendo isso: a gente vai ter tempo para a discussão desse tema no julgamento. Eu encerro dizendo que talvez quem estiver nos assistindo na TV Senado esteja se perguntando: “Puxa, mas só estão esses Senadores? Cadê os Senadores do Governo? Cadê os Senadores do PSDB? Cadê os Senadores do PMDB?” Sumiram deste debate hoje aqui.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Do DEM.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Do DEM! Cadê o Senador Ronaldo Caiado? Cadê o Senador Cássio Cunha Lima? Cadê os Líderes do PMDB? Num dia tão importante como este? Saíram do plenário, sumiram? Olha que defensiva eles estão vivendo neste momento!

Eu concluo dizendo isso e falando dessa manifestação aqui contra o Presidente biônico Michel Temer. Olha, ele é capaz de achar: “Ah, é coisa do PT”. Vai se enganar. Eu estive domingo no Rio, houve manifestação na sexta e no domingo. Gente do PT é pouca gente. Havia 20 mil pessoas com Caetano.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas a televisão disse que tinha menos de mil...

(Interrupção do som.)

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... pessoas, Senador.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Havia um mar de gente lá. No domingo também, uma manifestação com movimentos de moradia.

Eu só espero que ele se acostume, porque, por onde ele for neste País vão levantar o grito de golpista e usurpador.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu cumprimento V. Ex^a.

Senadora Vanessa, como eu estou inscrito e ainda não consegui usar a tribuna, se V. Ex^a pudesse presidir, para que eu usasse a tribuna. Senadora Vanessa, por gentileza.

(O Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Vanessa Grazziotin.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Seguindo a ordem dos oradores, eu convido, com muito prazer, para fazer o seu pronunciamento, o Senador Jorge Viana.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, colega Senadora Vanessa, Senadoras, Senadores, todos que nos acompanham pela Rádio Senado e pela TV Senado, estamos iniciando uma semana do pior jeito, do ponto de vista político.

Temos um Governo interino no nosso País. O Chanceler, nosso colega Senador Serra, faz a sua primeira viagem para a Argentina e vive manifestações em frente à nossa embaixada, coisa que há muitos e muitos anos não se via. Há pouco soubemos que o Presidente interino, Michel Temer, veio entregar sua proposta de ajuste fiscal – se é que podemos chamá-la de ajuste fiscal – ou desajuste fiscal para o Congresso Nacional. Mesmo sem ter avisado a ninguém, mesmo sem ter divulgado, foi recebido – não sei como, acho que é essa comunicação *on-line* que a gente tem agora – aqui com manifestação, gritos e pessoas. Foi tão alto que, inclusive, atrapalhou o andamento da sessão.

Mas tudo se agravou hoje com a notícia e a divulgação de grampo telefônico – não é grampo, mas gravação de conversa, porque não foi um grampo – de um ex-Senador, um importante Senador, Sérgio Machado, que foi Líder do PSDB aqui no Senado durante anos, influente, operoso. Depois, ele foi presidir a Transpetro, uma importantíssima companhia da Petrobras.

Por isso que não posso fazer coro com algumas avaliações. E que ninguém venha dizer que é o PT que está criando dificuldades. Quem gravou o Presidente do PMDB, Romero Jucá, não foi a Polícia Federal, a partir de um mandato judicial, não foi nenhum adversário. Quem gravou foi um importante aliado, uma das pessoas mais importantes do próprio PMDB. É isso o que nos choca.

Hoje tivemos mais uma operação da Lava Jato em cima do PP, o Partido Progressista. Fico impressionado que o pessoal do Partido Progressista (PP) vai para a televisão, faz programas convidando para se filarem, como se nada estivesse acontecendo. Hoje prenderam gente.

Não gosto, acho muito ruim esta fase, não quero o mal para ninguém, falo isso sinceramente. Mas, quando estou aqui na tribuna, fico pensando na juventude do Brasil, nas pessoas que esperam uma posição diferente da gente, que nos cobram uma solução para essa crise política e econômica que parece não ter fim e que se reflete na vida dos brasileiros.

Aqui se cassou um Senador. "Ah, nunca tinha acontecido antes!" Cassou-se com essa motivação, cassou-se. Pode haver outros, mas o problema, a crise se reflete na vida das pessoas, daqueles que não têm nada a ver com os confrontos políticos, partidários e com esse modelo.

Desculpem-me, com todo carinho e respeito ao Senador Cristovam, não há aqui nenhuma ofensa, de jeito nenhum, ao contrário. Se há algum Senador aqui que pode cobrar de um lado e de outro é V. Ex^a, mas eu também, com o respeito que temos, divirjo de V. Ex^a tranquilamente.

Senador, ouça! O senhor está incomodado, não gosta, acha inadequado, entende que pode pegar mal, que pode até criar algum desconforto nas relações aqui o uso da palavra "golpe". Está previsto na Lei nº 1.079 e na Constituição o *impeachment*, mas *impeachment* sem causa...

Eu acho que o mais grave dessa gravação que foi feita e tornada pública hoje é que o Presidente do PMDB... Foi desta tribuna. Eu estava sentado ali e vi o Senador Jucá fazendo um discurso meio sem pé nem cabeça, agressivo, porque ele é uma pessoa de bom trato aqui com todos nós, foi Líder dos nossos governos. Por que eu iria negar isso?

O PMDB tinha em muitos momentos a parte mais importante do nosso Governo. Eu era um dos que diziam: "Já não está ficando mais o nosso governo!", de tanta descaracterização dos programas. E V. Ex^a tem razão em criticar especialmente o nosso segundo mandato... (Pausa.)

Ouçam os gritos! E aqui é tudo fechado, vedado. Inclusive, há uma proteção acústica para o Plenário funcionar. Mas são os gritos de quem? Ninguém chamou manifestação aqui, não foi o PCdoB, não foi o PT. Eu nem sabia que o Presidente Michel Temer viria aqui. Os gritos estão aí fora. Não sei se a imprensa vai tornar público. Deve fazê-lo, eu espero.

Mas o que coloco com isso é que o PMDB é um Partido que durante anos governou este País dentro do Governo do PSDB e durante anos governou este País dentro do Governo do PT.

Então, quem está hoje no Ministério do Planejamento é o Senador Romero Jucá... (Pausa.)

É difícil. Esse som, essa situação é constrangedora de alguma maneira, mas talvez mostre o momento de dificuldade e de gravidade que estamos vivendo.

Senador Cristovam Buarque, eu queria só dizer a V. Ex^a: a íntegra, quando se ouve todo o diálogo entre duas pessoas importantíssimas do PMDB – um foi Líder do PSDB aqui e é um grande quadro do PMDB, Sérgio Machado, pessoa respeitada, Senador importante; o outro é o Senador Romero Jucá, Presidente Nacional do PMDB, hoje Ministro do orçamento, uma das pessoas mais próximas ao Presidente Michel Temer –, a conversa entre eles torna público que houve um golpe! Eles não discutiram em nenhum momento o *impeachment*, Senador Cristovam. Não existe essa palavra, o que existe é Lava Jato, controlar o Supremo – isso está colocado lá –, controlar o MST e fazer com que Renan Calheiros... Eles dizem lá que o Renan tem de entender que Michel é Eduardo Cunha – Michel Temer é Eduardo Cunha –, e o Presidente Renan, nós sabemos aqui, procurando ter uma posição de independência.

É nesse aspecto. Se V. Ex^a se dedicar e ler direitinho vai dizer: ali está – agora há uma palavra que está na moda no Brasil, narrativa, enredo –, se estava faltando, quem trouxe a narrativa do golpe não foi o PCdoB, não foi o PT, não foi nenhum jurista, não foi José Eduardo Cardozo, a narrativa do golpe foi trazida pelo Sr. Romero Jucá, Presidente Nacional do PMDB. Ele disse com todas as letras o que teria de acontecer, o que iria acontecer. Ele falou aquilo em março. Eu acho muito grave.

O Senador Delcídio – eu estou falando aqui tranquilo – virou delator, foi cassado no Conselho de Ética e cassado por este Plenário, porque tentou interferir na Lava Jato para tentar livrar o Sr. Cerveró. A conversa de Sérgio Machado e Romero Jucá é para livrar todos da Lava Jato. Isso é muito grave, dizer que fala com Ministros do Supremo – Ministros do Supremo! Eu acho que os Ministros do Supremo precisam vir a público tomar uma medida. Quando foi na hora do Delcídio – não estou pedindo prisão de ninguém –, prenderam o Delcídio.

O Presidente do PMDB, Ministro do Planejamento do Governo Michel Temer, disse que iria trabalhar com os Ministros do Supremo. Para quê? Para pôr fim a esse ambiente de investigação a que a política e os políticos estão submetidos.

É claro que o sistema político nacional faliu de financiamento de campanha, isso vale para todos nós. Eu não estou livrando ninguém, mas uma coisa é ter financiamento de campanha, é ter financiamento partidário, outra coisa é ter uma situação de «propineiros», negociação de contratos, ter uma situação de fazer cobrança de propina e de chantagem.

Eu não posso, eu não concordo de a gente ficar aqui botando o dedo e apontando seja para um partido, seja para outro. Eu acho que o PT, a gente sofreu tanto, e não foi sem razão: nós cometemos muitos erros no nosso governo e no PT. O Partido dos Trabalhadores começou agora a reconhecer isso. Isso é importante. Se a gente não reconhece também os erros que comete, como é que a gente pode estabelecer um diálogo com a

sociedade? Como é que a gente pode mudar o nosso comportamento? Nós erramos muito, mas me preocupa a situação em que nós estamos hoje.

Vieram aqui todos – eu vi a imprensa inteira –, todos pedem a saída do Senador Romero Jucá. Dos que eu li, os principais articulistas de *O Globo*, da *Folha de S.Paulo*, do *Estadão*, dos principais veículos que usam as redes sociais, e aqui matéria do *New York Times*, do *Washington Post*. Que segurança o País pode ter, gente, com essa situação?

Agora o impasse que fica é o seguinte: o Presidente Michel Temer – interino, como ele diz – reúne as condições para demitir o Presidente do PMDB do Governo? Olha, eu li ainda agora, por acaso, dois tuítes do Pastor Silas Malafaia. Eu não o conheço pessoalmente, eu só sei que ele é uma pessoa muito ativa, combate muito o PT. Eu não estou aqui fazendo juízo, mas sabe o que ele diz, Senador Cristovam? Ele diz que se o Governo Michel Temer recuou para o Ministério da Cultura e o trouxe de volta, agora tem que ir em frente e demitir Romero Jucá. Ele diz que o Governo Michel Temer não terá moral – quem fala é o Silas Malafaia – de seguir em frente. Ele é o mais importante aliado que eu vi, pelo menos que eu li nas redes sociais. Não quero fazer juízo das posições, mas ele está firme lá dizendo que o Romero Jucá não reúne as condições.

Veja a que situação nós chegamos. Sabe por que nós chegamos a essa situação? É porque eu acho que nós pegamos o caminho errado, de tentar fazer o *impeachment* sem tipificar o crime; aí divide mais o País ainda. Eu estou muito preocupado, Senador Cristovam e, quando eu uso essa palavra golpe, é como uma consequência de uma análise, não é para acusar ninguém, não. Eu não sou acusador, eu nunca participei dessas comissões que acusam, nunca. E nada contra quem participa, não vim para cá para isso. Eu vim para tentar, com um pouco da experiência, ver se ajudo o meu País.

Senador, por que é que, no Brasil, não há pesquisa? Nunca se falou tanto em opinião pública. Há uma censura, no Brasil, hoje. O Governo que tomou conta do Palácio do Planalto não permite que haja pesquisas feitas pelo Datafolha e pelo Ibope.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB - RN) – Senador Jorge Viana, V. Ex^a me permite?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Com todo prazer, Senador Garibaldi.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB - RN) – Estou sendo indelicado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Não, senhor. V. Ex^a jamais será indelicado.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB - RN) – Há uma pesquisa do Ibope. Eu acho que V. Ex^a tomou conhecimento. É uma pesquisa que realmente dá ao Governo Michel Temer uma dose de confiança, uma parcela de confiança, mas, diante deste momento tumultuado, também há aqueles que descreem do Governo. É uma pesquisa do Ibope.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Obrigado. Eu ouvi, parece que saiu uma notinha no Lauro Jardim, porque foi uma pesquisa fantasma do Ibope, a primeira que eu vi, porque ela apareceu e desapareceu. E eu não estou pedindo pesquisa para julgar o Governo Michel Temer, porque seria injusto. Ele recém assumiu, dez dias. Isso não cabe. É óbvio que, diante da crise econômica, vai dar um mau resultado. Eu queria a pesquisa neste momento, já que temos um novo Governo interino, era para ver o que é que a opinião pública pensa de saída para crise, só para isso, Senador Garibaldi, porque eu acho que seria importante nós sabermos o que a opinião pública quer.

Uma parcela não queria o governo da Presidenta Dilma e do PT, está bom, importante, foram às ruas. Outra parcela foi às ruas defender a democracia, milhares de pessoas, movimentos sociais. Trouxeram de volta algo que estava meio de lado, o sonho de um País plenamente democrático. E eu agradeço aos movimentos sociais, aos democratas que nos estão ensinando a ter mais e mais responsabilidade com a democracia. Por isso é que eu queria, não era para acusar ninguém, porque, certamente, o PT, o governo da Presidenta Dilma vai sair mal avaliado. Mas será que não era hora de nós construirmos juntos? Como é que fazemos?

Com todo respeito aos colegas, pessoas honradas que ocupam o PMDB, fui um daqueles que lutei muito para que esse nosso casamento pudesse encontrar um melhor desfecho – PT, PMDB –, mas acho que o modelo faliu, o modelo de governo de coalizão faliu. Não importa quem esteja governando, não se consegue governar com 35 partidos. É impossível! Nos Estados, não é muito diferente, mas, no plano nacional, é muito pior.

O que vamos fazer para superar isso? Qual é o caminho? Certamente não é tirando o poder da soberania do voto, como estamos fazendo no processo de *impeachment*. Nesse, há uma divergência: a soberania do voto, Senador Cristovam, tem que estar acima dessas nossas divergências. No limite, consultemos a opinião pública. Vamos apresentar uma proposta suprapartidária de ouvir se a população não quer uma Constituinte exclusiva para fazer a reforma política, que não sairá nunca com essa composição que temos na Câmara e até aqui, no Plenário do Senado Federal.

Isso é resposta segura e rápida, mas insistir, achar que botando um Governo que teve... E aqui também não estou fazendo juízo. Como vou fazer juízo de um Governo... Outro dia, o Senador Garibaldi acertadamente...

Como vou fazer juízo de um Governo que está há dez dias, onze dias? Não posso. Fui do Executivo, trabalhei na prefeitura e no governo, não tenho o direito de fazer isso. Tenho coragem de falar isto: não tenho o direito. Mas o governo que vimos na prática comprometeu boa parte dos Ministérios naquela votação do dia 17, na Câmara dos Deputados. Se o Romero Jucá sair, ficarão dois Senadores, o PMDB ficará com um. Havia três no nosso governo. É uma situação absurda, porque se insiste num remédio que não é remédio para governar, é veneno. Veneno não cura ninguém. A diferença, às vezes, do remédio para veneno é o tamanho da dose. Aí falaram o seguinte: "Não, o PT estava sofrendo com fisiologismo. Vamos botar mais fisiologismo dentro do governo." O Brasil não aguenta, não. E nós, como vamos ficar?

Falo assim, com toda sinceridade, acho que tínhamos que ter... Faço um apelo ao Datafolha, faço um apelo ao Ibope, não custa nada. Trocou-se um governo, derrubou-se um governo antes do julgamento no processo de *impeachment*, assumiu outro governo e não há uma pesquisa.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB - RN) – Senador Jorge Viana, desculpe. Há uma pesquisa do Ibope, é só pedir.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Foi feita quando, Senador?

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB - RN) – Recentemente, agora.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Não, é só um comentário de uma pesquisa velha, antiga, Senador. Só saiu uma notinha no Lauro Jardim.

Eu acho que seria bom para o País. Sabe por quê? Porque, se muitos votaram o *impeachment* por conta da opinião pública, pode ser que a opinião pública esteja dizendo: "Olha, nós queremos eleições diretas daqui a um ano ou daqui a seis meses ou daqui a um ano e meio." Pode ser. Só estou dizendo que pode ser, é meu direito. Só isso. Pode ser que o pessoal diga: "Olha, eu quero a Dilma fora, mas não aceito Michel Temer." Pode ser, só estou dizendo que pode ser. Mais nada!

Agora eu acho que o nosso País vai superar essa crise, com o nosso povo, com a união e a pacificação deste País, mas essa união e pacificação só virão quando o Brasil se reencontrar com a sua plena democracia. Não pode, na primeira viagem do Serra, chanceler novo, nosso colega Senador, ele ir para a Argentina e ser recebido com gente na rua, chamando o Serra de golpista, dizendo que ele não representa o Brasil. Gente, nós estamos plantando vento e vamos colher tempestade!

Eu ouço o Senador Cristovam.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senador, se V. Ex^a me permite.

(Soa a campainha.)

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É que acabou de ser noticiado pelo G1 que o Ministro do Planejamento, Senador Romero Jucá, acaba de solicitar licença do Ministério. Apenas para informar.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Vamos ter um Governo interino com um Ministro licenciado. Eu não estou entendendo mais nada.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Nós vamos ter dois Presidentes, dois Presidentes da Câmara, um Ministro do Planejamento...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – E um Ministro de Planejamento, da economia, de licença.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Na hora em que mais se precisa de credibilidade, de confiança, ninguém sabe quem é o Ministro do Planejamento. Essa é uma posição tímida do Presidente da República e que vai contra todo o projeto de retomar confiança e credibilidade na economia. Em qualquer outro Ministério era ruim ter dois, mas Planejamento e Fazenda é suicídio. É quase que ter dois do Exército em momentos de...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – De guerra.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ...conturbação e guerra. Senador, eu quero aqui primeiro dar apoio à ideia de...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Consultar.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ... pesquisa. Tem que haver pesquisa. Segundo, apoio à eleição. Nós defendemos... O senhor foi um. Embora alguns de nós tenhamos feito o documento pedindo eleições antecipadas, que muitos ridicularizaram, eu sei de alguns do PT que apoiaram, sim, e tentaram. E aí a Presidente perdeu o momento. Se ela tivesse, naquela época, apoiado isso, eu creio que o Vice-Presidente Temer ficaria tão acabrunhando e empurrado em uma quina da luta que ele teria sido obrigado a aceitar também. Se os dois aceitassem, aqui a gente encontrava o caminho para levar adiante as eleições

antecipadas. Eu continuo achando que pode ser uma saída, na medida em que vem o descrédito, como está vindo, sobre o Governo Temer, e que o Presidente Temer não recupera, pelo menos ainda...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Presidente Dilma.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Dilma. Eu disse quem?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Presidente Temer.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Temer!

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O senhor misturou os dois nomes.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Está certo, o gênero e... E a Presidente Dilma não se recupera, neste momento. Eu acho que, ao longo do tempo, pode, sim, acontecer, não descarto isso. Eu creio que voltar a falar em eleições pode ser uma saída, até porque um ponto o senhor falou aí, com que estou de acordo. A gente tem que se encontrar, o Brasil tem que se reencontrar. Através da manutenção do Fla-Flu, não se levará o Brasil ao seu reencontro, que a gente precisa fazer, sem intolerâncias, cada um sendo capaz de reconhecer seus erros, suas falhas e buscar um caminho.

(Soa a campainha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – E, finalmente, eu só quero lembrar o que muitos esquecem, que este Governo é quase todo composto de Ministros da Presidenta Dilma. O Vice-Presidente foi escolhido por ela. Ela pediu duas vezes que o povo votasse nele, porque, ao votar nela, votava nele. Eu recebi uma crítica, um dia desses, que disse: "A Presidente Dilma era para ser Presidente. Ele era para ser apenas Vice." Seria irresponsabilidade. Vamos tirar a Presidente Dilma. É irresponsabilidade um presidente escolher um vice sem acreditar que esse vice é capaz de fazer o trabalho perfeito, porque ninguém é imortal. Quando um presidente assume a República, pode acontecer qualquer tragédia que faça com que o vice tenha que assumir. E, no caso da história brasileira, o vice assumindo tem sido muito constante. Então, ao assumir, ao escolher o vice-presidente, o presidente tem que ter, nesse gesto, o máximo total de...

(Interrupção do som.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – As críticas que eu ouço hoje, dos que estavam ao redor da Presidente Dilma em relação a Temer, fazem-me perguntar: será que esse foi um crime de responsabilidade dela ao ter escolhido o Vice-Presidente Temer, ao ter pedido voto para ele, ao fazer com que 54 milhões votassem nele como Vice, sabendo que ela não é imortal, como o senhor nem eu, ou mesmo que a gente não morra pode ficar doente e ter que ser substituído? Eu acho que ela deveria ter levado em conta isso. Se não levou, foi uma irresponsabilidade. E, se ela levou, não dá para estar acusando tanto assim o Presidente. Eu me sinto à vontade para criticá-lo, porque não votei nele em 2014, mas quem votou nele pode até dizer: "Eu estava errado." Mas tem que dizer antes que estava errado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Cristovam, querido colega, V. Ex^a tem que também constatar algo: com a sua autoridade – eu lamentei, porque o senhor tem uma história junto com a gente e lamentei termos votado em separado na admissibilidade, estou sendo justo –, Senador Cristovam, quem votou pela admissibilidade afastou a Presidenta Dilma, ela está afastada. Ponto final. Agora, a discussão é o Governo que está e o que nós vamos fazer, porque o julgamento ainda nem começou.

Veja como essa Lei do Impeachment é uma insanidade: com maioria simples, afasta-se quem veio das urnas, e quem assume provisoriamente pode desmontar o Estado brasileiro todo, o Governo todo e fazer um governo antes de ter iniciado o julgamento daquele que veio das urnas. Essa é uma situação que nenhum país aguenta. Repito: nenhum país aguenta.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB - RN) – Senador Jorge Viana, permita-me.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Com certeza.

As manchetes dos jornais de hoje... Veja, está começando a segunda semana do Governo Michel Temer e eu tenho procurado, em vez de ficar encontrando ferida para pôr o dedo, ver como é que posso colaborar com o meu País, mas hoje das dez manchetes que vemos no UOL, no G1, onze são sobre essa crise da gravação que envolve o Sérgio Machado, ex-Senador, ex-Líder do PSDB aqui, do PMDB, que é uma pessoa importante, ex-Diretor, no nosso governo, de uma das mais importantes empresas do conglomerado da Petrobras, com o Senador Romero Jucá. Foi ele quem resolveu gravar. Eu não sei, mas parece que ele tornou pública essa conversa e dizem que ele tem outras que ele gravou, tentando buscar uma proteção contra Lava Jato.

Aqui está dizendo Mônica Bergamo: "Temer já pensa em sucessor". Ou seja, o Governo provisório do PMDB vai demitir o Presidente Nacional do PMDB. É isso que está ocorrendo. Olha que situação que nós estamos vivendo. Se era essa a ideia de passar alguma tranquilidade para o tal do mercado, de fazer um anúncio para o País, foi por terra. Vai ficar quem? O Meirelles? O Meirelles não tem o tal do lastro político que o Jucá se coloca como tendo. Então, sinceramente espero – vou passar para V. Ex^a, Senador Garibaldi – que o palco, o espaço, o Plenário para discutir a crise seja o Senado, na Lei do Impeachment e conforme a Constituição estabelece.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Tomara que o Senado tenha sabedoria e encontre um jeito, no diálogo, pensando o País, pensando a democracia, que encontre uma maneira de dizer não a esse caminho torto de botar um governo provisório, que não veio das urnas. Mas que também encontre uma maneira de lidar com o nosso governo, que, por seus erros, estava pondo em risco um legado importante, que eu tenho muito orgulho de ter acompanhado e realizado no nosso País, para ver como sair dessa quadra de enfrentamento, pacificar o nosso povo e fazer algo que possa ser melhor do que o que nós estamos vivendo.

Está ruim para o PMDB agora, que governa, mas estava ruim para nós, que governávamos até outro dia, ou seja, está ruim para todo mundo.

Eu ouço V. Ex^a, Senador Garibaldi.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB - RN) – Senador Jorge Viana, eu não estou aqui para tapar o sol com a peneira. Eu apenas esperei de V. Ex^a, que é um moderado como eu...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – V. Ex^a está vendo que eu estou bem moderado.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB - RN) – ...que V. Ex^a pudesse saudar...

(Soa a campainha.)

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB - RN) – ...esse pedido de licença do Senador Romero Jucá.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Mas é porque eu não confirmei, Senador. Eu não posso.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB - RN) – Não.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu quero saudar. Eu vou terminar meu discurso e vou saudar o ato do Presidente Michel Temer – eu quero encerrar com isso – de ter trazido de volta... Eu fiz um apelo aqui também. Ele não o fez me atendendo, mas quero elogiá-lo, porque o Presidente Michel Temer tomou uma medida importante no fim de semana, trazendo de volta o Ministério da Cultura. Eu pedi aqui e tenho que reconhecer isso, mesmo entendendo que não foi nada pelo meu pedido, mas por conta de um clamor nacional dos artistas, inclusive na Virada Cultural desse fim de semana.

Agora, eu só não me refiro a essa coisa do Senador Romero Jucá porque estou aqui, não tive acesso a isso. Mas acho que – e aí eu posso também já apresentar a minha opinião –, neste momento, o ideal é fazer como foi feito na época do Hargreaves, como foi feito pelo Presidente Itamar, do PMDB de V. Ex^a. Quando houve uma denúncia, salvo engano, de Antonio Carlos Magalhães contra o Chefe da Casa Civil Hargreaves, o Itamar Franco afastou o Hargreaves, que se defendeu, provou que não tinha culpa e voltou a ser o Chefe da Casa Civil.

Como o nosso colega Romero Jucá está em uma posição que é muito complexa nessa quadra desse governo provisório, o mínimo que ele tinha que fazer seria se afastar e provar que não está usando a influência de Ministro, Ministro do dinheiro. Romero Jucá hoje é o Ministro do dinheiro, o homem do orçamento e da liberação do dinheiro.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB - RN) – Mas foi o que ele fez.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Não. Eu não tenho certeza. Se V. Ex^a está dando certeza...

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB - RN) – Não.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu recebi aqui uma informação da Senadora Vanessa.

Se foi, ele tomou a atitude correta. No mínimo tem que se afastar do cargo para poder se defender. Para se defender. Eu não estou acusando ninguém.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB - RN) – Na verdade, o noticiário dá conta...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – É porque eu não tive acesso agora.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB - RN) – ...de que ele pediu licença para provar que está certo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Mas licença do mandato de Ministro?

(Soa a campainha.)

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB - RN) – Do cargo de Ministro do Planejamento.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – E quem vai ser o Ministro neste período? A gente não sabe ainda.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB - RN) – Eu não sou...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – É porque eu não tomei conhecimento.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB - RN) – Mas eu não me chamo Michel Temer.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Se se chamasse, eu acho que nós estaríamos melhor um pouco, Senador. Mas eu agradeço.

Realmente, acho que é o mínimo que o Senador Romero Jucá, diante desse turbilhão que movimenta tudo...

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB - RN) – Não. Mas eu queria, sem ferir V. Ex^a, dizer o seguinte: se o Romero Jucá não tivesse pedido essa licença, V. Ex^a estaria condenando-o vigorosamente. Agora que ele pediu...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Não. Não é assim.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB - RN) – Eu acho que V. Ex^a...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Não, Senador. Eu só estou dizendo que o que o diálogo dele...

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB - RN) – Agora que ele pediu, V. Ex^a não o saúda.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Não, não. Eu estou aqui na tribuna.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB - RN) – Na atitude.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu não estou lendo jornal, não estou vendo internet.

Estou aqui fazendo o meu pronunciamento também ... (*Fora do microfone.*) Não, mas V. Ex^a ainda está tranquilo aí, pode dar uma olhada numa notícia. Eu, nem isso. Eu estou na tribuna. Eu tenho que respeitar a tribuna.

Agora, o que ficou claro com a fala do Senador Romero Jucá, com a gravação divulgada por um correligionário dele é que, antes da votação da Câmara, tinha uma operação. Tinha uma operação para fazer um combate à Lava Jato, frear a Lava Jato. E o caminho dela era aprovar o *impeachment* na Câmara, vir para o Senado, afastar o governo e assumir um governo provisório. Esse governo provisório – essa é a narrativa – ir trabalhar no Supremo, na imprensa, no Judiciário e resolver o problema de todos que estão, de um jeito ou de outro – não estou acusando ninguém –, sendo investigados.

Eu não gosto, não quero nessa hora fazer uma ação contra o colega, Senador Romero Jucá.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu espero – e é uma atitude correta – o afastamento dele. Ele agora se defende, vem aqui, presta esclarecimento, torna público, mas acho lamentável que em apenas dez, doze dias de governo tantos vacilos, tantas idas e vindas.

E termino dizendo: acho importante a atitude do Presidente Michel Temer de trazer o Ministério da Cultura de volta. Isso é importante. O Ministério é do Brasil. Não era do PT, não é do Governo do PMDB. É do Brasil. E isso para mim merece o registro.

Obrigado, Sra Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A Mesa cumpri-menta o Senador Jorge Viana pelo belo pronunciamento e o convida para que S. Ex^a continue aqui, na direção dos trabalhos.

Senador Jorge Viana, passo a direção dos trabalhos a V. Ex^a. Devolvo.

(*A Sr^a Vanessa Grazziotin deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Com a palavra V. Ex^a, Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, eu quero aqui registrar, Sr. Presidente, que está conosco, na tribuna de honra, para a nossa satisfação, o meu primeiro Suplente de Senador Dr. Jorge Yanai, que já teve oportunidade de ser Senador, ocupando a vaga do nosso saudoso Jonas Pinheiro. Ele, que foi suplente, também foi Deputado pelo meu Estado. E foi extremamente importante tê-lo como companheiro de chapa para essa campanha muito difícil que vivemos agora, no Estado de Mato Grosso. Foi a minha primeira eleição como Senador, depois da experiência de 24 anos como Deputado Federal, mas uma eleição majoritária sempre é um grande desafio.

E quero cumprimentar também a nossa companheira de Partido Rosana Tereza Martinelli, Vice-Prefeita da cidade de Sinop e filha de pioneiros daquela cidade, que foram para lá na década de 70, desbravar o cerrado, transformando aquela região, sem dúvida nenhuma, em uma das que mais se desenvolvem no País. Por isso eu quero cumprimentá-la em nome da sua família, ela que é filha do Valentim Dallastra e da Sra Domicilde Gasperin Dallastra. O seu esposo, Osmar Messias Martinelli, foi Vereador da cidade de Sinop e ela foi Secretária de Indústria, Comércio, Turismo e Mineração de 2005 a 2008.

Está acompanhando também o nosso companheiro Júlio Borges, Presidente do Conselho de Desenvolvimento de Cáceres, cidade onde, desde a minha primeira eleição tive uma expressiva votação. Tenho procurado, representando o Estado de Mato Grosso e também a cidade de Cáceres, buscar recursos que possam ajudar no desenvolvimento daquela cidade e, é claro, da nossa cidade de Sinop, que hoje é administrada pelo Prefeito Juarez, tendo essa mulher companheira, lutadora, que tem ajudado muito a administração do Prefeito Juarez, uma das que mais se destacam hoje no Estado de Mato Grosso e, sem dúvida nenhuma, no Centro-Oeste brasileiro.

Sinop, Sr. Presidente, é resultado da política de ocupação da Amazônia Legal brasileira desenvolvida pelo Governo Federal, como eu disse, na década de 1970. De lá para cá, essa cidade se transformou numa potência e é, atualmente, polo de referência em todo o norte-mato-grossense. Para se ter uma ideia, Sinop tem mais de 4,5 mil empresas instaladas. Com quase 140 mil habitantes, é conhecida como a "Capital do Nortão" matogrossense.

A nossa Vice-Prefeita, filiada ao nosso partido, como eu disse, com seu espírito guerreiro e trabalhador, tem se destacado na sua função, auxiliando o Prefeito Juarez Costa. Ao lado do Senador Jorge Yanai, hoje mesmo, aqui em Brasília, tivemos algumas audiências na ANTT para discutir, principalmente, sobre obras da passagem urbana da cidade de Sinop.

Como eu disse, Sinop talvez seja a cidade que tem a maior travessia urbana do Centro-Oeste brasileiro e do Brasil. Sinop é uma cidade jovem que tem uma travessia urbana de, aproximadamente, 40km. A BR-163 é a estrada principal, o troncal para onde demanda toda a Região Amazônica. Tudo passa pela BR-163. E nessa audiência fomos discutir exatamente o processo de concessão, não só o já existente na divisa de Mato Grosso do Sul até a cidade de Sinop, mas também a próxima concessão a ser colocada na praça pelo Governo, que é a da BR-163 de Sinop até Miritituba, e também a possibilidade da construção da ferrovia, que vai ser fundamental para ligar aos portos do Arco Norte.

Aliás, Sr. Presidente, eu gostaria de tratar de dois temas conexos: a situação da logística no Brasil e o atual momento político e econômico que o Brasil está enfrentando.

Ao longo de minha vida como Parlamentar, tenho dedicado grande parte do meu trabalho à melhoria da infraestrutura logística no Brasil, até mesmo por uma questão de origem. Mato Grosso, onde nasci, Estado que tenho a honra de representar, se consolida cada vez mais como um dos principais polos brasileiros de produção, pelo segundo ano consecutivo, lidera o ranking do Valor Bruto da Produção Agropecuária, o chamado VBP. As lavouras e a criação de bovinos geraram, em 2015, a fenomenal cifra de R\$62 bilhões.

Na safra 2014/2015, Mato Grosso produziu 56,5% da produção brasileira de algodão. Além disso, foi responsável por 24,5% da colheita de milho do País e por 29% da safra total de soja. No trimestre abril/junho do ano passado, segundo dados do Ministério da Agricultura, o Estado abateu 1 milhão e 105 mil cabeças de gado, ficando à frente de Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e São Paulo.

Mato Grosso ainda apresenta relevante produção de frangos, constituindo-se em um dos setores produtivos que mais crescem no Estado. Da mesma forma, a produção de suínos.

Em contrapartida, toda essa capacidade de produção e geração de riquezas acaba sendo subtraída em sua competitividade por causa da logística ainda inadequada, produzindo, com isso, produtos mais caros não apenas para a produção, como também para a mesa do brasileiro.

A regra da boa logística, eficiente, baseada na multimodalidade, vale também para o Brasil, um país reconhecido pela sua enorme capacidade de produção no campo e também na própria indústria.

Mato Grosso, com sua espetacular produção agropastoril, precisa encontrar saídas efetivas, até porque o Estado tem condições de produzir o dobro de tudo o que se produz atualmente, sem derrubar nem um pé de árvore. Com isso, podemos ajudar ainda mais a economia nacional e a geração de oportunidades.

Nesse sentido, já há algum tempo estamos trabalhando pela viabilização do chamado Arco Norte da logística, com a exploração da capacidade portuária dos Estados de Rondônia, Amazonas, Amapá, Pará, seguindo até o Maranhão. Trata-se de rotas que priorizam e exploram o potencial de navegação dos ramais hidroviários dos Rios Madeira, Amazonas e Tapajós.

Esse projeto, Sr. Presidente, prevê que, em dez anos, algo próximo de 20 milhões de toneladas de grãos será escoado pelos terminais portuários desses Estados.

As perspectivas são ainda maiores. Uma vez efetivada a saída norte, o Brasil poderá elevar a sua capacidade de embarques para mais de 60 milhões de toneladas de grãos até 2025, fato que, seguramente, elevará o País ao patamar das maiores potências econômicas mundiais.

Hoje, os portos do Sul e do Sudeste já enfrentam relativo grau de estrangulamento. Todo ano, centenas e centenas de carretas ficam paradas por semanas à espera do momento de descarregar a produção. Tudo isso faz com que haja perda de competitividade e, consequentemente, da colocação de produtos no mercado internacional.

Estamos, portanto, Sr. Presidente, diante de uma situação preocupante e com duas hipóteses apenas: ou paramos de produzir, de aumentar a nossa produção, de fazer aquilo que mais sabemos, aquilo que é uma vocação brasileira, principalmente do Centro-Oeste, ou agimos para que a logística de transporte tenha, de fato, a prioridade necessária dos governantes,

Creio que não restam dúvidas sobre a nossa opção, a opção que devemos tomar. Mas quando tomá-la? O que entrava tanto a tomada das decisões e dos caminhos que devemos seguir?

O momento nacional é grave. Inflação, desemprego e retração econômica exigem de cada um de nós comprometimento e esforço ainda maior e mais elevado de todos, não de um Presidente, de um Ministro, de um dirigente de uma agência, dos Deputados ou dos Senadores, dos juízes ou de algum tribunal, mas de todos, indistintamente.

Preocupa-me muito uma avaliação feita pela *Folha de S.Paulo* recentemente em que diz que apenas 15% – isso mesmo! – do pacote de R\$200 bilhões de concessões se encontram prontos para serem licitados ainda neste ano. Outros R\$48 bilhões em investimentos podem ser destravados até dezembro, porque não dependem de leilões; basta que o Governo autorize as empresas que já têm concessões a darem início às obras. Estão nessa situação R\$32 bilhões em projetos de ferrovias e de rodovias que precisam solucionar trâmites burocráticos urgentemente. Se isso ocorrer de forma rápida, as empresas estarão habilitadas a iniciar obras até o fim deste ano.

No setor de portos, onde trabalhamos pela viabilização do Arco Norte, já foram autorizados R\$16 bilhões em obras novas, mas parte está ameaçada por problemas econômicos. Também foram feitos leilões de três novos terminais cujos investimentos previstos são da ordem de R\$600 milhões. Em condições de serem licitados ainda neste ano estão quatro aeroportos, quatro rodovias e nove terminais portuários. Se isso ocorrer, informa o jornal, eles só estariam, de fato, em obra a partir de 2017.

Portanto, isso reforça o entendimento de que precisamos colocar fim neste conturbado momento político e nos dedicarmos exclusivamente a fazer com que o Brasil volte a andar, volte a caminhar a passos largos, com eficiência e com dinamismo. Tenho dito: se não resolvemos essa questão política, dificilmente podemos avançar.

Sr. Presidente, V. Ex^a estava usando a tribuna agora há pouco, e colocaram a situação do nosso Ministro de Planejamento que acaba de assumir, e já temos dificuldade. E ele acaba de sair, como V. Ex^a aqui anunciou.

Estivemos agora há pouco na Presidência com o Presidente Renan. Lá estava o Presidente Michel Temer, o Ministro da Fazenda, o Ministro Padilha, o Geddel Vieira. Isso nos causou uma preocupação muito maior, porque vieram nos trazer a questão das nossas metas fiscais. Daqui a pouco, estaremos na Comissão de Orçamento, onde precisamos votar o Orçamento, e daí sempre vem a nossa preocupação, Sr. Presidente, porque não pode, em função de quem é governo, de quem está governando, o Parlamento ficar inerte em uma situação como esta. Até hoje, até este momento, não temos ainda a Comissão de Orçamento definida. Elegemos, na semana passada, o Presidente da Comissão, mas ainda não elegemos o Relator, não definimos a Sub-relatoria, ou seja, a Comissão do Orçamento ainda não está funcionando no País.

Fala-se em “pior recessão do século”, o que não deixa de ser verdade. Mas é preciso entender também que a retração de consumo e de investimentos se explica diante das incertezas neste momento. Em outras palavras, a atividade econômica se contrai diante da escassa confiança das empresas e dos consumidores, do elevado nível de incerteza a respeito da política interna, bem como da debilidade dos preços de exportações, do endurecimento das condições financeiras e da escassa competitividade no nosso País.

Quem está sendo prejudicado com este momento de dificuldades políticas, é claro, é o cidadão que está desempregado, que, às vezes, está querendo um serviço de qualidade e não o tem. Isso atinge o cidadão comum; o trabalhador; a dona de casa, responsável, na maioria das vezes, pela economia doméstica; o empreendedor também em todos os níveis, o pequeno, o médio e o grande; os estudantes. Isso prejudica quem precisa de atendimento em saúde, em educação, enfim, em todas as áreas do serviço público. Hoje, do que mais a população reclama? Temos uma carga tributária muito grande, mas a população reclama mais exatamente de serviços públicos de qualidade.

Empresas de diferentes setores confirmam que o clima político instável, a imprevisibilidade da economia e a falta de condições de financiamento adequadas ao investimento criavam obstáculos à realização de

leilões até agora. Parte dessas dificuldades, segundo informa a *Folha de S.Paulo*, evidencia a necessidade de estruturarmos leis que correspondam aos anseios de todos, mas que promovam a devida segurança jurídica para garantir a previsibilidade dos nossos negócios. Do contrário, os investimentos se transformam em riscos, e riscos ninguém quer correr, ainda mais quando se trata de valores tão elevados.

Temos de votar agora, logo, o PLN 001, que reajusta as metas fiscais, e acabar com essa criminalização da política fiscal, ato que acaba por vitimizar a população brasileira como um todo.

Portanto, Sr. Presidente, precisamos agir, e agir com rapidez! Estamos aqui para trabalhar pelo povo brasileiro. Afinal...

(Interrupção do som.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Com a honra de agora ser presidido pelo nosso companheiro Senador Paulo Paim, quero concluir meu pronunciamento.

Se as metas precisam ser votadas, então temos de priorizar esse debate urgentemente. Isso deve estar acima de qualquer discussão política, até porque, a meu ver, a realização de obras é a principal maneira de retomar o investimento e de conter o tombo do PIB nos últimos dois anos.

Há pouco, o Fundo Monetário Internacional (FMI) mostrou que o desempenho desastroso da economia no Brasil em 2015 vai se repetir este ano, segundo o relatório Perspectivas Econômicas. A projeção é de uma queda de 3,8% do Produto Interno Bruto, o mesmo resultado registrado no ano de 2015. O dado mais palpável dessa queda está no dia a dia das famílias, ou seja, pelo menos 1,5 milhão de brasileiros perderam seus empregos.

Apelo ao espírito público como a única condição a ser tomada neste momento como essencial, para que possamos fazer com que o País possa cumprir com seu papel, que é o de proteger o seu povo, melhorando as condições e a qualidade de vida a todo cidadão.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB - RN) – Senador Wellington, permite-me um aparte?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Pois não, meu Presidente.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB - RN) – Senador Wellington Fagundes, estou ouvindo atentamente o discurso de V. Ex^a e vendo que V. Ex^a está procurando, num momento como este, o que não é fácil, desenhar um cenário pelo menos dos mais otimistas, vamos dizer assim, tendo em vista que assumiu uma nova equipe econômica, tendo em vista que foram escolhidos nomes confiáveis para essa equipe econômica. O que nos deixa agora um pouco perplexos é essa nova e grave crise que acomete o nosso País com o pedido de licença do Senador Romero Jucá. Acredito que o Senador Romero Jucá dará todas as explicações necessárias neste momento. Confio que ele possa, realmente, fazer-se digno nesta hora que o País atravessa. O que, realmente, traz certa perplexidade é a incerteza do ponto de vista político, que gera desdobramentos do ponto de vista econômico. Estou vendo que V. Ex^a, que é um homem que provém de uma região cuja produção é das mais alvíssareiras, que representa o nosso Mato Grosso, que tem no agronegócio seu sustentáculo, vem nos infundir certo otimismo. É claro que aquela região, a despeito de tudo, continua com um índice de produção bastante satisfatório. Quero, neste momento, saudar pelo seu discurso V. Ex^a. Acredito que possamos encontrar uma saída para esses impasses...

(Soa a campainha.)

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB - RN) – ...políticos que se sucedem, para que uma região como a de V. Ex^a receba os incentivos necessários. Eu diria até que é uma região que não precisa de tantos incentivos. O que precisamos é de termos segurança jurídica, ao lado da segurança econômica, para que se possa produzir.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Ministro e nosso Presidente da Comissão de Infraestrutura, Senador Garibaldi Alves, V. Ex^a, que tem conduzido com tanta competência e dedicação aquela Comissão, sabe que, principalmente para nós, que vivemos em Mato Grosso, no centro do Brasil, no centro da América do Sul, o maior incentivo que o Mato Grosso e toda essa região precisa é exatamente de um investimento na nossa infraestrutura. As nossas distâncias são muito longas. Nós temos uma capacidade de produção das maiores do mundo, com índices de produtividade maiores ainda. Ou seja, temos lá tecnologia aplicada, com o espírito não só dos desbravadores que foram para lá – eu disse aqui do pai e da família da nossa companheira Rosana Martinelli –, mas também de todos aqueles que acreditaram no chamamento inicial do Governo Federal e para lá levaram suas famílias, investindo suor, sangue, coragem. Por isso, Mato Grosso é hoje o Estado que mais se desenvolve, mas, realmente, quando se fala em crise, é claro, isso nos traz muita preocupação.

Eu sempre disse nesta tribuna que, nesses 25 anos em que estou aqui como Parlamentar, já tive a oportunidade de viver crises isoladas, não duas crises, como vivemos hoje, a crise política, que agrava muito mais a crise econômica.

Eu me lembro bem da época em que sobre o Ministro Hargreaves houve uma denúncia. Ele, de forma muito rápida, pediu o seu afastamento. Creio que, em menos de 60 dias, tudo aquilo foi julgado, e ele voltou muito mais forte para o Ministério. Inclusive, sempre que tenho oportunidade, gosto de falar com o Ministro Hargreaves, exatamente pela sua experiência. Ele já relatou por várias vezes aquela angústia que ele viveu, mas ele mesmo disse que foi importante ele tomar aquela decisão. Inclusive, na época, o Presidente não queria que ele se afastasse, e ele entendia que era a melhor forma de ele trazer credibilidade não só a ele, mas, principalmente, ao governo.

Hoje o que nós precisamos, mais do que nunca, é trazer credibilidade para aqueles que querem investir no País. E aí temos de buscar o equilíbrio econômico e o equilíbrio político, sem dúvida alguma. Todos nós torcemos, queremos e vamos aqui fazer a nossa parte, sim, para que dê certo.

Hoje, infelizmente, vivemos uma interinidade. Temos dois Presidentes da República: a Presidente Dilma, na expectativa de um afastamento por até 180 dias; e o Presidente Michel, no seu compromisso constitucional, que é o de assumir. E nós, que precisamos dar resposta à população que está lá na ponta, que está a nos cobrar mais geração de emprego, é claro, precisamos aqui nos desvestir dessas pecuinhas partidárias e buscar solução para este País, trazendo, é claro, estabilidade política. Caso contrário, vamos levar a mais sofrimento milhões de pessoas.

Inclusive, quero aproveitar, Senador Garibaldi, porque também, mais uma vez, quero aqui cobrar de público por parte do Governo que ele defina a questão da Antaq, agência tão importante para a questão dos nossos portos e de todo o sistema aquaviário. A agência, que só tem três membros e que hoje está só com dois, porque venceu o mandato de um deles, não tem voto minerva. E o Governo está demorando muito para tomar essas decisões. Quanto aos portos do Arco Norte, está tudo pronto e definido para se fazer a licitação, mas, com uma agência sem ter condições de funcionar praticamente, tudo isso empeira. Por isso, quero aqui, mais uma vez, cobrar isso. Hoje já tive a oportunidade de falar com o Ministro Geddel Vieira, para que tome a decisão de mandar para o Congresso Nacional a indicação do nome. É claro que defendemos o nome do Dr. Mário Povia, porque ele é de carreira, porque é uma pessoa que tem conhecimento técnico e que tem o apoio tanto do setor empresarial como também dos funcionários. Espero que o Governo tome essa decisão.

Por isso, quero dizer, Sr. Presidente, ao encerrar, que só o espírito público, no mais elevado grau, é que restituirá as condições adequadas para a volta do crescimento econômico e para a geração de oportunidades. É isso que toda a população espera de todos nós.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Portanto, quero encerrar aqui, agradecendo-lhe, Sr. Presidente.

Vamos agora para a Comissão de Orçamento, para tentar fazer com que possamos oferecer ao País uma peça orçamentária, com que possamos votar aquilo que é necessário para que o Brasil possa pelo menos se movimentar. Não é possível que os setores não tenham os recursos mínimos necessários. O Governo até estava com dinheiro em caixa, como disse o Ministro anterior da Fazenda, Nelson Barbosa, principalmente para a nossa região produtora, com o Fundo de Compensação das Exportações. O recurso está pronto para ser liberado, e, infelizmente, não temos um orçamento na condição de poder fazer o País andar.

Então, quero agradecer.

Vamos agora já nos dirigir para a Comissão de Orçamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Wellington Fagundes, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Passamos a palavra, de imediato, ao Senador Hélio José, na tribuna.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Jorge Viana, pela ordem.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu queria antes – eu estava presidindo até agora – só dar um esclarecimento a todos que nos acompanham pela Rádio Senado e pela TV Senado.

No começo da sessão, nós tivemos um pequeno atraso em decorrência de um problema que – eu cheguei já com os dirigentes da Casa – foi tão somente um problema técnico. A equipe nossa que trabalha na TV Senado é muito qualificada.

Agora, nós estamos fazendo um grande investimento aqui, trocando equipamentos, porque fazia 20 anos que não havia investimentos. Foi um esforço do Presidente Renan, de toda a Mesa Diretora, eu me incluo nele.

A Virgínia, que é nossa Diretora, e os Diretores vieram comigo. Houve um pequeno problema – tivemos uma troca de turno –, mas nós vamos organizar, para que não haja nenhuma hipótese de atraso na entrada no ar aqui, do Plenário, da TV Senado, nas sessões de plenário.

Então, foi apenas uma questão que ocorreu hoje, que já está devidamente corrigida.

Eu, mais uma vez, agradeço aos que estão aqui, que nos ajudam na Rádio Senado e TV Senado, e aos que trabalham aqui, no Senado, e trabalham muito, para que possamos ter, na melhor qualidade de transmissão, a transparéncia das sessões e das atividades do Senado Federal.

Muito obrigado.

Eu agradeço à equipe técnica, à Direção também da Drª Virgínia, por me terem dado a satisfação, que eu passo a todos, porque, no começo da sessão, eu falei que iríamos identificar o que é que tinha ocorrido, que já está identificado e superado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Hélio José, com a palavra.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Quero cumprimentar o nosso Presidente, Senador Paulo Paim, cumprimentar nossos ouvintes da Rádio Senado e telespectadores da TV Senado, cumprimentar as Srªs e Srs. Senadores aqui presentes, cumprimentar todos os trabalhadores aqui, do Senado Federal.

Primeiro, antes de começar o meu pronunciamento de fato, que será sobre uma viagem que fiz ao Parlatino, quero comunicar aqui aos Srs. Senadores que fui surpreendido, na última sexta-feira, Sr. Presidente, por um fato envolvendo o meu motorista, Fernando Francisco Rocha, e a Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados, que acabou repercutindo nas redes sociais e na imprensa.

Todos os desentendimentos foram causados pela ocupação de uma vaga destinada a carros oficiais no estacionamento externo do Anexo II da Câmara dos Deputados.

O agente responsável pelo estacionamento nem sequer respeitou a natureza oficial do veículo de que minutos antes desembarquei. O agente exigiu a retirada imediata do veículo daquela vaga, um veículo devidamente identificado, num tom bastante desrespeitoso, mesmo se tratando de um veículo oficial daqui, do Senado Federal. Um despropósito aconteceu.

Segundo informações prestadas por meu motorista, os policiais legislativos, não satisfeitos, seguiram o carro oficial e exigiram novamente a sua retirada. Então, iniciou-se a confusão.

Analizando o vídeo, observei que o motorista foi agredido, apontaram arma de fogo para ele, que estava dentro de um carro do Senado Federal, e ainda causaram danos ao veículo oficial daqui, do Senado Federal.

Em seguida, deram voz de prisão ao motorista, que ficou no Departamento de Polícia Legislativa, em cárcere privado, das 9h30 até as 16h, para ser autuado em flagrante pelo crime de desacato e desobediência, e somente ser liberado após pagar fiança, um incidente desnecessário, desproporcional, lamentável e inaceitável.

Além disso, temos notícia de que o agente que prendeu o motorista o chamou de "negão" e falou que o "negão" iria se ver com ele. Só porque meu motorista é uma pessoa pobre, excluída, moradora de Planaltina, do bairro de Arapoanga, não pode ser discriminado por nenhum servidor desta Casa, nem da outra Casa, nem de lugar nenhum. Então, isso é inaceitável.

O Ministério Público vai tomar as providências, e espero também que o Senado Federal tome as providências junto à Câmara dos Deputados, porque o meu motorista estava num carro oficial, devidamente identificado, e jamais poderia ter sido abordado naquela violência, naquele despropósito que foi feito tanto pelo vigilante, quanto pelos dois agentes da Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados.

Todos os policiais legislativos aqui do Senado sabem o respeito e o carinho que tenho por todos – sempre os tratei de forma cordial e amistosa –, e também os colegas da Câmara dos Deputados, com quem sempre tivemos uma relação muito boa.

Quero deixar claro a todos os servidores da Câmara dos Deputados que esse incidente não envolve o coletivo da Câmara dos Deputados: envolve duas pessoas que tiveram atitudes totalmente desproporcionais e desrespeitosas com um veículo oficial aqui do Senado Federal. As motivações que os levaram a tomar tal atitude até agora desconheço.

Ora, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, a função da Polícia Legislativa é dar segurança e organizar os trabalhos dentro do máximo respeito aos Parlamentares, aos servidores e ao patrimônio das duas Casas. O motorista estava dirigindo um carro oficial do Senado Federal, cumprindo rigorosamente a sua função e, especificamente no caso, teria me deixado, minutos antes, para mais uma reunião de café da manhã com os Deputados e entidades, no Anexo II.

É importante assinalar que não foi a primeira vez que o carro foi estacionado naquele local, já que é reservado para autoridades. Existem atividades conjuntas nas duas Casas. É preciso respeitar a inda e vinda de todos e facilitar os trabalhos desenvolvidos pelas Sras e Srs. Deputados e Senadores. Solicito que sejam prestadas informações pela Câmara dos Deputados, pela Polícia Legislativa do Senado, para que os fatos ocorridos sejam apurados em sentido lato e que sejam responsabilizados todos entre os envolvidos que, porventura, tenham cometido ilícitudes e excessos.

Então, fica esse registro do ocorrido, na última sexta-feira. É uma vergonha para mim, que sou um defensor do servidor público, para mim, que sou servidor público concursado, que nunca deixei aqui de manifestar meu apoio a todos os servidores públicos do Brasil, inclusive da Câmara, do Senado e de outros órgãos, ver servidores públicos apontando arma para uma pessoa devidamente identificada, num veículo do Senado Federal, adentrando o veículo de forma violenta, como está nos vídeos gravados, fazendo uma invasão da privacidade de um Senador da República, porque o recinto do veículo jamais poderia ser invadido por um servidor da Câmara dos Deputados.

Então, aguardamos que todas as apurações sejam feitas e que possamos esclarecer por que tanta violência sem necessidade por parte desses despreparados, dessas duas pessoas que abordaram meu motorista, que ainda fizeram um ato discriminatório ao chamá-lo de “negão”, com uma total falta de respeito pelo nosso motorista do Senado Federal.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB - RN) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Permito sim, nobre Senador.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB - RN) – Estou ouvindo aqui, com muita preocupação, o relato de V. Ex^a e acho que V. Ex^a deveria pedir que apurassem os fatos.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Exato. A sua correta sugestão, nobre Senador Garibaldi, está acatada. Já fiz todo o relato à Polícia do Senado Federal, e esperamos que ela apure os fatos junto à Câmara dos Deputados.

As câmeras de vídeo estão todas aí para comprovar a agressão que meu motorista recebeu. Creio que talvez seja por isto: é negro, pobre, excluído e de Planaltina, DF. Talvez seja por isso que tenham agido com tanta violência. Se era um carro devidamente identificado com a placa do Senado, um carro dirigido por uma pessoa que estava de terno e com um crachá do Senado Federal, para que essa violência que foi feita contra o motorista? Não havia motivo. Todas as redes nacionais registraram isso. As fotos do jornal *Folha de S.Paulo* estão lá para comprovar as agressões que o meu motorista recebeu, com pescoço, “gravatada” etc., sem necessidade.

Isso vamos ver depois. Eu não quero ficar nessa briga e nessa confusão, até porque eu sou defensor do servidor público e acho que, por causa de erros de dois, não se pode penalizar a nós servidores públicos, nem os da Câmara, nem os do Senado, nem os servidores públicos federais. Não é nesse naipe.

Outro motivo que me traz aqui hoje, nobres senhores ouvintes da Rádio Senado e telespectadores da TV Senado, é relatar uma viagem à Cidade do Panamá com o objetivo de participar da reunião do Parlatino (Parlamento Latino-Americano).

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, gostaria de fazer um breve relato sobre a viagem que, na semana passada, realizei à Cidade do Panamá, que, como sabemos, é a capital da República do Panamá, principalmente por estar presente em reunião da Comissão do Parlatino (Parlamento Latino-Americano). Fizeram parte da delegação os Parlamentares brasileiros: o ilustre Senador Roberto Requião; e os eminentes Deputados Heráclito Fortes, que é o Vice-Presidente do Parlatino, Cabuçu Borges, Hiran Gonçalves, Juscelino Filho, Hildo Rocha e Marcelo Álvaro Antônio, todos Deputados Federais.

Relembro a todos que o Parlamento Latino-Americano foi criado em 1964 e tem como meta fundamental promover a integração latino-americana, sob a égide do regime democrático de governo, da independência e igualdade entre Estados e da solução pacífica dos conflitos entre nações, de acordo com o Direito Internacional. O Parlatino, nobres Sras e Srs. Senadores, é composto por Parlamentares indicados pelos respectivos países-membros da organização, Parlamentares que estão no exercício do mandato. Atualmente, eu ocupo a honrosa posição de 2º Vice-Presidente da Comissão de Energia e Minas do Parlatino.

Em reunião dessa Comissão, no dia 8 de abril, sob a presidência do Deputado Issa Kort, Parlamentar da República do Chile, apresentei proposição, que foi aprovada por unanimidade, no sentido de realizar uma reunião da Comissão na cidade de Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso, centro geodésico da América do Sul. Já tendo previamente angariado o apoio do Governador de Mato Grosso, Pedro Taques, para a reunião que foi aprovada, o meu objetivo maior, entre outros objetivos secundários, é discutir e aprimorar projeto de minha autoria, apresentado no Parlatino, que trata do desenvolvimento de fontes renováveis de energia, nobre Senador Garibaldi. Vou apresentar, na próxima quarta-feira, a V. Ex^a um cronograma de debate da nossa política pública exatamente sobre as energias renováveis.

Cuiabá, que é uma cidade que possui alto índice de insolação e que, por isso, é área apropriada para implantação de painéis fotovoltaicos, entre outras conveniências, conta com um belo aeroporto, reformado recentemente por ocasião da realização da Copa do Mundo de 2014, de que foi uma das sedes.

Devo registrar que tive a iniciativa de convidar para o encontro que será realizado o Sr. Manlio Covello, que é o Chefe da Unidade de Recursos Naturais e Energia da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), órgão da ONU.

Por fim, nobres Srs e Srs. Senadores, gostaria de dizer uma ou duas palavras sobre a bela cidade do Panamá, que se localiza no ponto onde o Oceano Atlântico fica mais próximo do Oceano Pacífico, separados tais oceanos por estreita faixa de terra, cidade ao lado da qual passa o famoso Canal do Panamá, inaugurado faz cem anos, em 1914.

Visitamos, nós da delegação, as Eclusas de Gatún, que atualmente estão sendo ampliadas e têm 140m de altura. O Canal, sem dúvida, é uma obra monumental de engenharia, que teve e tem, ainda hoje, muita relevância para o desenvolvimento econômico da República do Panamá.

Invariavelmente estivemos acompanhados da presença simpática e ilustrada do chefe da Embaixada do Brasil no Panamá, que nos forneceu amplo e imprescindível apoio em tudo, o Embaixador Adalnio Senna Ganem.

Aliás, em conversas sempre informativas, o Embaixador, entre outros assuntos de interesse, discorreu sobre alguns fatos e curiosidades pertinentes ao furo de reportagem internacional que tem o seu epicentro na República do Panamá, o caso conhecido pelo nome de *Panama Papers*.

Como foi amplamente divulgado pela imprensa nacional e internacional na última semana dessa reunião, o escândalo do *Panama Papers* envolve a atuação de 40 anos da empresa Mossack Fonseca, que é sediada na cidade do Panamá e tem escritórios espalhados pelos quatro cantos do mundo, mais precisamente em 39 cidades.

A atividade principal da Mossack Fonseca é constituir empresas offshore para clientes ricos, entre eles políticos, altos funcionários públicos, empresários, banqueiros, celebridades, astros dos esportes e bilionários em geral. Tal serviço costuma ser intermediado por alguns dos maiores bancos existentes e por algumas bancas de advogados entre as mais importantes do mundo.

Embora se faça a ressalva realmente necessária – e que tem sido feita pela imprensa – de que, em tese, não há ilegalidade nenhuma em alguém possuir uma empresa offshore num paraíso fiscal, desde que a empresa seja declarada no imposto de renda do proprietário e que os impostos devidos sejam recolhidos ao fisco do seu País, na verdade, tem-se também a suspeita fundada de que muitas dessas empresas offshore, possivelmente a grande maioria delas, sejam usadas para ocultar patrimônio oriundo de sonegação de impostos por parte de grandes contribuintes ou, pior ainda, para ocultar patrimônio oriundo de outras atividades criminosas, como corrupção, tráfico de drogas, tráfico de armas, terrorismo e atividades de máfias diversas.

Encerro aqui o meu pronunciamento, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, tendo trazido aos senhores o breve relato de uma profícua viagem que realizei à Cidade do Panamá, onde participei, juntamente com os membros da delegação de Parlamentares brasileiros, de reuniões do Parlatino, em que colhi algumas preciosas informações sobre assuntos da agenda nacional e internacional.

Faço sempre questão de relatar as reuniões do Parlatino, porque sei que temos que fortalecer os espaços de integração de nossos povos, especialmente o Parlamento Latino-Americano, um instrumento essencial para a consolidação dos valores democráticos de nossa região, tão marcada por trágicos períodos ditoriais. Sem democracia, não há desenvolvimento; sem desenvolvimento, não haverá independência e soberania. Continuemos a apoiar o Parlatino.

Era isso o que eu tinha que dizer, nobre Presidente.

Encerro por aqui o meu pronunciamento, não sem antes ter deixado de registrar o incidente ocorrido na Câmara com o meu motorista e essa minha viagem ao Parlatino.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Peço ao Senador Hélio José que assuma aqui a Presidência para que eu faça o meu pronunciamento. Senador Cristovam, tem uma alternativa: passo a palavra a V. Ex. Posso presidir, mas depois V. Ex^a preside para que eu possa falar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, não há problema algum. O Senador Cristovam está convidado a usar a tribuna.

Só quero dar dois avisos, antes de passar a Presidência ao Senador Hélio José.

A Presidência comunica às Srs e aos Srs. Senadores e Congressistas que a sessão conjunta do Congresso Nacional a ser realizada amanhã, terça-feira, dia 24 de maio do corrente, anteriormente convocada para as 16h, será realizada às 11h, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à deliberação dos Vetos nºs 53 a 64, de

2015, e 1 a 12, de 2016; do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1, de 2016; dos Projetos de Resolução do Congresso Nacional nºs 3, de 2013, e 2, de 2011; e de outros expedientes.

Por fim, ainda, Senador Cristovam, quero deixar registrado um pedido da fotógrafa aqui do Senado. Ela pediu-me que relembrasse, aqui, a mostra fotográfica Um Novo Olhar Sobre Brasília, que começou no dia 18 e vai até 3 de junho, na galeria do Senado Federal, no Congresso Nacional. Visitação todos os dias, feriados e fins de semana, às terças, quartas e quintas. A visitação deve ser agendada pelo telefone 3303-2994. A matéria nos foi passada pela fotógrafa Ana Volpe.

Passo a presidência dos trabalhos ao Senador Hélio José.

(O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Hélio José.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Passo a palavra ao nosso nobre Senador, querido aqui em Brasília, Prof. Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Hélio José. Obrigado também ao Senador Paim por ter me cedido a vez.

Senador Paim, embora não estivesse inscrito para falar hoje, não posso deixar de me referir ao que está acontecendo nessas últimas horas com a demissão do Senador Jucá.

É uma surpresa para todos nós; mas, Senador Paim, é uma surpresa esperada. Esse fato e outros desse tipo vão continuar acontecendo, felizmente – apesar de tristes, lamentáveis e difíceis para o Brasil. Difíceis porque atrapalham a nossa economia ainda mais, que já está ruim, pela quebra da credibilidade dos nossos agentes públicos.

O Ministro do Planejamento agarrado numa gravação falando coisas desse tipo, que, sem dúvida nenhuma, caracterizam obstrução da Justiça. O mesmo fato que levou o nosso colega Delcídio a ser preso e condenado. É uma surpresa, como foi a de Delcídio, mas uma surpresa que, tirando os detalhes, tem algo de previsível. E quantas mais virão? Isso, Senador Paim, para dizer que o Brasil precisa ser passado a limpo – e o senhor tem sido um dos que falam isso –, mas na máxima profundidade.

Quando eu votei, com convicção, pela admissibilidade do processo de *impeachment* da Presidente Dilma, foi porque isso, a meu ver, era importante na luta para passar o Brasil a limpo. Não podíamos simplesmente dizer: "Não aconteceu nada, continua tudo igual." Não, é preciso analisar profundamente se houve ou não crime; até mesmo é impossível não fazer um pouco da chamada análise do conjunto da obra – porque, nos *impeachments*, mesmo sendo uma questão basicamente jurídica, entra isso.

Agora, da mesma maneira que no caso da Presidente Dilma é além do jurídico o conjunto da obra, no caso do Presidente Temer, também – e isso, Senador Garibaldi, que aconteceu respinga profundamente no Governo interino, respinga muito. Além de que, se é fato o que se diz, que isso é o resultado de um pronunciamento... Como é que se chama isso?

O Sr. Paulo Paim (Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Um pacto.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Não, o pacto não. Não acredito nisso do pacto. Mas, se foi uma delação premiada e, portanto, há muito mais coisa gravada, nós vamos enfrentar momentos muito difíceis, muito difíceis nesses seis meses, no máximo.

E aí eu trago para cá. Nós não podemos continuar muitos meses nessa situação: dois Presidentes da República, dois Presidentes da Câmara; eu pensava dois ministros do planejamento mas, felizmente, parece que não é possível porque não há licença de ministro, me disseram. Mas, de qualquer maneira, não dá para ficar assim. É preciso algo mais profundo, mais radical, Senador Garibaldi. O senhor, com sua experiência – já foi Presidente desta Casa – é uma das figuras que pode nos ajudar a buscar um caminho.

Eu tenho defendido – e o Paim também – a ideia de eleições antecipadas. Eu acho que a Presidente Dilma perdeu uma chance de não ter tomado a iniciativa disso dois ou três meses atrás. Mas por que o Presidente Temer não toma essa iniciativa agora? Por que Temer, na posição de Presidente da República, embora interino, ele próprio não diz: "Olha, gente, o Brasil precisa de algo mais profundo, mais radical para permitir o reencontro do Brasil diante dessa intolerância geral, dessa perplexidade geral. Vamos ter um período, um debate eleitoral"? Ele poderia fazer isso. Eu duvido que a Presidente Dilma, nesse momento, não dê também aporte a essa situação; e, se os dois estiverem de acordo, diante da crise que nós vivemos hoje... Um projeto aqui, nós terminamos encontrando uma saída constitucional para isso, sobretudo se o sistema judiciário for também envolvido nas conversas nesse sentido.

O fato de hoje pode ajudar a apressar um encontro mais radical daquilo que a gente precisa: um grande encontro nacional. A meu ver, um caminho é a eleição direta antecipada, e a data está muito boa – outubro é

um período em que haverá eleições municipais. Mas, se não for outubro, pode ser um pouco depois. Faz em outubro para prefeito e vereador e faz depois, em novembro ou dezembro, para ter mais tempo para debate.

Já haveria um alívio no sentido de que vamos procurar uma solução definitiva, em vez de ficarmos nessa tragédia diária de suspeitas gerais – e comprovadas. A gente fala muito do caso do Senador Jucá, mas há ministros sob suspeição na Lava Jato.

É um momento em que a admissibilidade – pela qual eu votei, e estou convencido de que fiz o certo, nessa ideia de passar o Brasil a limpo – vem de uma desconfiança que temos em relação ao governo da Presidente Dilma. Hoje, essa desconfiança é igualmente profunda em relação ao Governo Temer.

E tem mais, Senador Paim: vamos analisar quem são as pessoas. São as mesmas nos dois governos. Não esqueçamos, o Presidente da República hoje, interino, foi Vice-Presidente por um período inteiro e mais um ano e meio do governo anterior. Os ministros ao redor dele foram ministros do governo Dilma ou Lula, no caso do Meirelles. O Senador Jucá foi o Líder dela aqui no Senado.

Ou seja, este Governo está imbricado com o anterior. Obviamente, agora com uns toquezinhos, uns condimentos de PSDB e Democratas – condimentos que colocaram ali. Mas é o mesmo modelo, é a mesma proposta imbricada e que não está dando conta. O que se esgotou não foi o governo Dilma, não foi o governo Temer: foi o modelo que nós tivemos nos últimos anos de governo no Brasil, que tem sido chamado de coalizão presidencial ou presidencialismo de coalizão.

Chame como quiser, mas é um modelo que se esgotou mais profundamente ainda do que a ideia de coalizão. Esgotou-se porque não conseguimos mais segurar a estabilidade monetária com o excesso de gastos que temos, e é difícil parar esses gastos, porque o modelo implica gastos. Esgotou-se porque a transferência de renda, as bolsas já não estão dando conta, porque não emancipam a população. Esgotou-se porque a democracia entrou em uma crise profunda: são 35 Partidos e nenhum deles representa uma identidade ideológica, uma identidade moral. Esgotou-se, meu caro Senador Wilmar, meu suplente que aqui está presente, porque o crescimento parou – e não parou apenas pelos erros da Presidente Dilma, uma das causas. Esgotou-se porque é baseado no agronegócio, cuja demanda externa já não satisfaz; é baseado no preço das *commodities*, que caiu; é baseado em uma indústria mecânica, cuja demanda interna já se esgotou, apesar dos altos custos de desonerações fiscais para poder manter as vendas altas, e nem assim se consegue.

Esgotou-se o modelo. Precisamos pensar um projeto novo para o Brasil. E isso, a meu ver, só com eleições diretas. Creio que a admissibilidade é um passo necessário para debatermos o Brasil e tentarmos passá-lo a limpo.

Mas não vai bastar, até porque não dá para esperar muito tempo mais diante do esgotamento do próprio Governo Temer, que, a meu ver, provavelmente começou hoje – embora ter que voltar atrás no equívoco de fechar o Ministério da Cultura tenha abalado, além de ter fechado o Ministério da Ciência e Tecnologia, a base do futuro. Não há mais o Ministério à disposição de trabalhar o avanço científico e tecnológico. Tudo isso está levando a que Brasil caminhe mais rapidamente do que previsto nesse esforço para ser passado a limpo.

Deixo aqui este apelo: que o Presidente Temer, nesta situação de hoje – que deve estar lhe angustiando, como a Presidente Dilma passou meses angustiada, e está se repetindo – tome a iniciativa, proponha algo mais avançado para conquistarmos, outra vez, a credibilidade. Acho que o Governo dele, isoladamente, vai ter dificuldade. Que ele mande para nós uma proposta de eleição antecipada e que a Presidente Dilma se manifeste favorável também.

Se eles dois se manifestarem, Senador Reguffe, creio que nós temos aqui competência de encontrar o caminho legal para fazer isso ser uma realidade. No caminho de passar o Brasil a limpo, novas eleições antecipadas para Presidente e Vice-Presidente.

Era isso, Sr. Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Hélio José deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho.)

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com relação a essas gravações hoje veiculadas pela imprensa, quero dizer que os fatos são absolutamente graves e precisam ser apurados a fundo.

Considero, Sr. Presidente, que uma das coisas que nós temos de fazer neste País é algo que eu já falei diversas vezes ali naquela tribuna: fortalecer as instituições, fortalecer o papel do Ministério Público e da Polícia Federal.

O Ministério Público é uma das melhores coisas que aconteceu nos últimos tempos neste País. O papel do Ministério Público é um dos fatores que fez com que muitas das coisas que nos últimos tempos a população não sabia hoje passe a saber.

Se há excessos ou desvios, que punamos os excessos e desvios, mas nunca poderemos enfraquecer uma instituição que é importante para a democracia, importante para o Estado democrático de direito – e também a Polícia Federal, que está agindo como órgão de Estado e não de governo, e todas as vezes que agir assim precisa ter o seu papel reconhecido.

Então, eu considero os fatos hoje muito graves; precisam de ser apurados a fundo. Não me interessa se envolvem o PT, o PMDB, o PSDB ou que partido seja. Se há algo errado, algo que lesou o contribuinte, seja quem for, precisa ter uma punição. Há que se ter o direito de defesa, claro, mas precisa haver uma punição, para o bem do contribuinte deste País.

Considero que é isso o que toda a população brasileira espera da Justiça e espera das suas instituições. A gente precisa acreditar nas instituições e defender, aqui nesta Casa, o seu fortalecimento, para o bem da democracia, para o bem do Estado democrático de direito.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu já falei na abertura dos trabalhos sobre esse tema, e tuitei hoje, pela manhã, dizendo que, se os Senadores e Senadoras soubessem – e V. Ex^a foi Ministério da Previdência – o que este Governo está fazendo, e com a denúncia de hoje dessas gravações, eu tenho dúvida se teriam votado pelo *impeachment* da Presidenta. Em nenhum momento, Senador Garibaldi – e estou me referindo a V. Ex^a não querendo lhe provocar, mas porque V. Ex^a foi Ministro da Previdência –, V. Ex^a foi informado de que eles iriam acabar com o Ministério da Previdência. Ninguém aqui foi informado de que eles iriam acabar com o Ministério da Cultura; ninguém aqui foi informado da questão da ciência e tecnologia, mas eu diria, mais uma vez, que ninguém foi informado de que a Previdência, que tem quase 80 anos, iria virar um departamento do Ministério da Fazenda, uma secretaria, que perde toda a sua visão humanitária e vai virar simplesmente o interesse do mercado dos números.

Sr. Presidente, com a denúncia que surgiu hoje – eu disse –, caiu a máscara, porque ali, quem vir, ouvir o que está dito, é o seguinte: nós vamos fazer um grande entendimento para evitar que a Operação Lava Jato continue – um grande engano, porque ninguém vai conseguir segurar, ela vai continuar, doa a quem doer. Isso está escrito e não vai mudar, Sr. Presidente.

Eu já havia alertado sobre isso tudo, Sr. Presidente. Estou muito tranquilo ao voltar à tribuna, Senador Cristovam. E não fui só eu, outros Senadores também alertaram. Essa situação não ia terminar simplesmente com a palavra *impeachment*, como se a palavra *impeachment* resolvesse. O conflito ia continuar, as denúncias iam continuar, os movimentos de rua. Quem não viu ontem em São Paulo 30 mil pessoas perto da casa do Presidente em exercício? No Rio Grande do Sul, no Brasil todo, os movimentos continuam, o povo brasileiro quer democracia, sofreu muito com o golpe de 1964 e, neste momento, ele não quer que a democracia seja agredida da forma como está sendo, até porque não é solução, Senador Cristovam.

Eu, junto com V. Ex^a, assinamos aquela PEC que é, na verdade, um gesto político sinalizando para o Executivo que a única saída seria uma grande concertação, dando a oportunidade de o povo, pelo voto direto, fazer aquilo que nós chamamos a união nacional. Isso não divide.

Eu recebi uma pesquisa feita pela internet que mostra que já está em 85% o número de pessoas que querem as eleições; não vê quem não quer. Eu me dirijo também ao Presidente em exercício Temer, no sentido de que ele entenda. Acho que não está sendo prazeroso para ele ver em toda a imprensa que o povo está dizendo “não, não quero o Temer”. É impossível que não veja! Eu vejo todo dia, toda hora, percebendo isso. Não é melhor nós sairmos por uma saída que sejam as eleições? Não dá, Sr. Presidente, não dá para aceitar.

Há ainda aquilo que, em um primeiro momento eu dizia, antes da votação do *impeachment*, e me diziam: “não, não é verdade”. Eu li aqui, hoje, nas manchetes de todos os jornais, o negociado sobre o legislado. Significa o quê, o negociado sobre o legislado? Significa que só rasgou a CLT; acabou, acabaram, e ali deixa bem claro que vão mexer no décimo terceiro – está escrito nas matérias –, vão mexer no Fundo de Garantia, na licença maternidade; no horário de almoço do trabalhador, que hoje é de uma hora, e poderá, como já há projeto aqui no Senado, virar quinze minutos. É isso! Não estou aqui inventando, não foi ninguém que me disse. Isso está tramitando dentro do Congresso e também está na grande imprensa.

Vão apelar para a tal de terceirização, Sr. Presidente. E aí, quero desenvolver um pouco mais essa questão porque sou Relator da matéria; como sou Relator também, Sr. Presidente, dessa ideia de quererem agora privatizar todos os presídios, como se isso fosse a solução.

Sou Relator – querem também fazer agora – da regulamentação do trabalho escravo. Onde é que se viu regulamentar trabalho escravo? É um retrocesso perante o mundo! Nós temos é que proibir o trabalho escravo.

Para que ninguém diga que não me debrucei sobre a matéria, vou fazer, nesses 14 minutos, Sr. Presidente – e vou ficar exatamente no meu tempo –, um relato dos últimos 12 meses.

Em nome da CDH, que presido pela terceira vez, viajei todo o País, fui aos 27 Estados para debater o PL nº 30, da terceirização. Lá, Sr. Presidente, estavam Deputados, Senadores, confederações de trabalhadores, sindicatos, empregadores, movimentos sociais, estudantes, especialistas, juristas, juízes, advogados, militantes populares, enfim, estava todo segmento da sociedade participando desse debate.

O que eles dizem, Sr. Presidente? Isso está no meu relatório, que estou fundamentando. A terceirização, Sr. Presidente, precariza e desorganiza o mundo do trabalho. Na prática, é o primeiro passo para o fim do direito dos trabalhadores consagrados na CLT e na própria Constituição de 1988. Cito, como exemplo, carteira de trabalho, previdência social.

Vejam só: eu brigava por reajuste aqui, fiz até greve de fome lá na Câmara por reajuste decente do salário mínimo e para os aposentados. Agora tenho que brigar para que não terminem com o Ministério da Previdência, pedindo que devolvam para a sociedade brasileira o Ministério da Previdência. Vai mexer em quê? No vale-transporte? Nas férias? No Fundo de Garantia? No décimo terceiro? No piso salarial?

Sr. Presidente, até um tempo atrás, quando me diziam isso, de que havia essa intenção velada no Congresso, eu dizia que era mentira. Dizia: "não, não é não, isso não está lá no Congresso, não existe!" Mas agora estou chegando à conclusão, para o azar do povo brasileiro e para a tristeza minha, de que é verdade, Sr. Presidente.

O caminho a seguir, Sr. Presidente, seria o inverso, seria regulamentarmos a situação de 13 milhões de terceirizados para que tenham simplesmente os mesmos direitos que outros trabalhadores.

Por exemplo, vejam os dados que recebi do Sinait (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho): em cada dez acidentes de trabalho, oito acontecem em trabalhadores terceirizados. De cada cinco mortes, quatro são de empresas de terceirização. O levantamento das centrais, por exemplo, mostra que o salário varia menor, de 30% a 50%, Sr. Presidente. Trabalham em média 3 horas a mais do que aquele que não é terceirizado.

Sr. Presidente, os terceirizados não podem ser tratados, como trabalhadores, como copo descartável de terceira ou quarta categoria. São seres humanos como nós. Seria voltar praticamente ao regime da escravidão. Que país é este? – alguém diria! Este não é o meu País, o País que eu quero, com que eu sonhei e por que vou continuar brigando.

Destaco aqui a posição do magistrado Paulo Luiz Schmidt, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra). Diz ele: "Caso o projeto venha a ser aprovado, vamos inaugurar uma era de insegurança jurídica. Levaremos uma década ou mais para consolidar o real alcance da lei." Antonio Baylos, catedrático de Direito do Trabalho e Previdência Social da Universidad de Castilla-La Mancha, na Espanha, afirma: "A terceirização é um dos grandes tumores do mundo do trabalho, sendo uma forma de evitar as responsabilidades básicas sobre os direitos trabalhistas por parte do seu empregador."

Sr. Presidente, nas audiências que realizei em todos os Estados, saiu de lá a carta de cada Estado, repudiando, condenando, pedindo, por amor de Deus, que eu não deixasse aprovar aqui essa tal de proposta da terceirização. Lembro aqui da carta de São Paulo. O que diz a carta de São Paulo, Sr. Presidente? Não é a capital, mas é o maior Estado em número de habitantes do País. Diz:

O Senador Paulo Paim, o Fórum Nacional de Defesa dos Direitos dos Trabalhadores, ameaçados pela terceirização, e todas as entidades aqui reunidas – a Assembleia Legislativa lotada, gente do lado de fora, como foi o caso do Rio Grande do Sul – nesta audiência pública, proposta pela Comissão de Direitos Humanos aqui, na Assembleia de São Paulo, afirmam seu repúdio a todas as formas de precarização das condições de trabalho, potencializadas pela técnica da terceirização, especialmente o conteúdo do PL nº 30, antigo PL nº 4.330.

É preciso compreender que capital e trabalho constituem uma totalidade – um complementa o outro, um não existe sem o outro. Não é possível perceber trabalho assalariado em uma racionalidade diversa daquela capitalista. Por isso, o trabalhador assalariado, Sr. Presidente, trabalha para receber, para manter a sua família. O pagador, no caso, é o empregador.

Sr. Presidente, diz a carta:

O capitalista é comprador da força de trabalho e vendedor da mercadoria. Ambos perseguem legitimamente o maior benefício nessa relação. Estão, portanto, caminhando, de uma forma ou de outra, juntos. Essa proposta de terceirização vai ser o confronto entre, aí sim, o capital e o trabalho.

Porque, Sr. Presidente, aí estarão colocados em lados totalmente opostos.

Sr. Presidente, regulamentar e ampliar a terceirização constitui medida que necessariamente atende apenas um dos lados dessa relação – quando o capital ganha, e o trabalhador perde tudo. O discurso de que regulamentar a terceirização é algo positivo para os trabalhadores parte do pressuposto do mal menor. Se a terceirização é um fato, e a realidade revela distorções na prática, como aqui já citei, nós estaremos caminhando para o trabalho escravo, como que dizendo: “É melhor ter o trabalho escravo do que não ter trabalho.” Olhem aonde nós chegamos.

A terceirização diz isso, como alguns levantam: “mas tem muito desemprego. No Governo anterior houve uma época que era 5%, mas agora está chegando a 10%, 12% que são dados da Grécia e de outros países”. Então, é melhor ter um trabalho sem salário, sem condições mínimas, com acidentes, do que não ter. Isso é trabalho escravo. Isso é inaceitável!

Por isso, Sr. Presidente, a carta reafirma: “em lugar da precarização, haverá vínculo direto com o verdadeiro empregador da força de trabalho.” Hoje, isso será chamado, queiram ou não queiram – repito – de trabalho escravo.

O PLC nº 30/2015, a despeito de prometer a efetividade dos direitos trabalhistas e de mais oportunidades de emprego, serve, na verdade, para dividir ainda mais os trabalhadores, a tal ponto de impossibilitar sua organização e mobilização sindical, favorecendo a redução concreta dos direitos dos trabalhadores. Portanto, a luta dos trabalhadores e da sociedade não deve ser pela modificação desse projeto, mas sim pela rejeição na íntegra.

Os cidadãos de São Paulo aqui reunidos [eu estava lá] reconhecem que estamos diante da possibilidade de optar entre a regulamentação da terceirização ou o seu combate intransigente. Aparentemente, são dois caminhos. Na verdade, porém, um deles conduz à reafirmação da Constituição de 1988 e dos parâmetros mínimos do convívio numa sociedade capitalista, que vêm sendo gestados pelo menos desde a criação da OIT, em 1919.

O outro conduz à barbárie. O PLC nº 30 permite a terceirização de qualquer atividade; permite a contratação de empresa individual para prestação de serviços estimulando inclusive [o que chamam de] “pejotização” e não limita o repasse da força de trabalho. Permite até mesmo a quarteirização aconteça. O direito do trabalho sempre foi um campo de luta.

A realidade da escravidão, a que já me referi aqui inúmeras vezes, do trabalho infantil, do adoecimento, do acidente de trabalho, Sr. Presidente, nós combatemos durante toda a nossa vida e vamos continuar combatendo. Vamos fazer esse enfrentamento, como alguém disse lá no evento de São Paulo, até a morte. Não aceitaremos.

As normas que regulam a relação entre capital e trabalho limitam os abusos que são inerentes ao sistema de produção que adotamos. [Com essa proposta acabou, não terá norma nenhuma, vai ser a lei do cão, a lei do mais forte. Por isso tudo, Sr. Presidente] o direito do trabalho precisa responder à realidade precarizante da terceirização com a reafirmação da racionalidade constitucional, dentro da qual a interposição de atravessadores na relação de trabalho não tem que ter espaço.

É preciso dizer não a qualquer forma de terceirização.

Por isso, exortamos todos os Senadores e Senadoras do País, Sr. Presidente, a dizerem NÃO ao PLC nº 30/2015!

Informo, por fim, Sr. Presidente, que amanhã assinaremos três requerimentos: um requerimento ao Ministro da Fazenda para que ele diga o que quer ao transformar o Ministério da Fazenda em um departamento daquele Ministério; Um outro, dirigido ao Ministro Trabalho, perguntando por que ele é a favor da terceirização, do negociado e do legislado e do fim da CLT, que foi obra do PDT, foi obra do PTB, que lembra o trabalhismo – e o Ministro atual vem do PTB.

Por isso, Sr. Presidente, farei outro requerimento a ser encaminhado também a outro gaúcho, o Ministro do Desenvolvimento Social, Osmar Terra, porque o INSS foi deslocado para lá.

O INSS foi deslocado para esse Ministério, a Previdência foi para outro Ministério. Eu diria que, no meio disso tudo, está também o Ministério do Trabalho, que atualmente é Ministério do Trabalho e da Previdência, que vai passar a nortear não sei o que a não ser a flexibilização dos direitos dos trabalhadores.

Felizmente, a sociedade está reagindo. Felizmente, percebo que há movimento em todo o Brasil contra essa proposta que não interessa a ninguém, não interessa sequer aos empresários sérios. Eu duvido que os empresários sérios sejam a favor disso. Os empresários que têm responsabilidade social não podem ser a favor disso.

Por isso, Sr. Presidente, agradeço a tolerância de V. Exª. Considere na íntegra esse documento, que fala muito sobre a Carta de São Paulo, aprovado no evento que tivemos lá. Nós estivemos no seu Estado, estivemos no Rio Grande do Sul, estivemos nos 27 Estados, não deixamos nenhum para trás. Em todos, eu diria que só não

foi unanimidade nos Estados em que houve um voto ou dois, em um plenário de 500, 600, 700 pessoas, como foi o caso de São Paulo, do Rio Grande do Sul e mesmo de outros Estados. Praticamente por unanimidade, as 27 unidades da Federação decidiram contra a terceirização.

Por isso, eu espero que este Plenário – no mês de agosto pretendo apresentar o relatório final – concorde com a tese de que nós temos é que melhorar a vida dos 13 milhões de terceirizados e não querer retirar direitos de 45 milhões de trabalhadores que têm direito à sua carteira de trabalho assinada.

Era isso. Obrigado, Presidente.

SEGUE, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, nos últimos doze meses, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal, a qual tenho a honra de presidir pela terceira vez, realizou audiências públicas em todas as unidades da federação, em parceria com as assembleias legislativas, para debater com as sociedades locais o Projeto de Lei nº 30 de 2015 que prevê a terceirização de qualquer setor de uma empresa, incluindo a atividade-fim.

Essas audiências tiveram a participação fundamental do Fórum Nacional em Defesa dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização, integrado por centrais sindicais, confederações, sindicatos de trabalhadores, movimentos sociais, estudantes, especialistas, advogados, juristas, magistrados da Justiça do Trabalho, militantes populares, entre outros seguimentos representativos.

Como é de conhecimento dos nobres senadores e senadoras, eu sou o relator deste projeto na CEDN - Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional, conhecida como Agenda Brasil.

Sr. Presidente, a terceirização precariza e desorganiza o mundo do trabalho. Na prática, é o primeiro passo para o fim de direitos e conquistas históricas garantidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e na Constituição Cidadã de 1988.

Cito como exemplos carteira de trabalho, previdência social, vale transporte, férias, fundo de garantia, 13º salário, piso salarial, entre outros. Isso diz respeito a 45 milhões de trabalhadores.

O caminho a seguir é o inverso. Ou seja, temos que fazer justiça aos 12,5 milhões de terceirizados hoje no Brasil. Eles não possuem direitos. Além do mais, a proposta enfraquecerá o sistema de negociação coletiva e o controle judicial.

Segundo o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), em cada dez acidentes de trabalho, oito acontecem em empresas terceirizadas. De cada cinco mortes, quatro são em empresas terceirizadas.

O levantamento das centrais sindicais, por sua vez, mostra que o salário é 30% inferior ao normal. Trabalham, em média, três horas semanais a mais, e permanecem menos tempo no emprego: 2,5 anos ao passo que os demais permanecem seis anos, em média. Os terceirizados não podem ser tratados como trabalhadores de segunda categoria.

Destaco a posição do magistrado Paulo Luiz Schimidt, presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra): "caso o projeto venha a ser aprovado, vamos inaugurar uma era de insegurança jurídica. Levaremos uma década ou mais para consolidar o real alcance da lei".

Antonio Baylos, catedrático de Direito do Trabalho e Previdência Social da Universidade de Castilla La Mancha, na Espanha, afirma que a terceirização é um dos grandes tumores no mundo do trabalho, sendo uma forma de evitar as responsabilidades básicas sobre os direitos trabalhistas.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, essas audiências públicas conceberam cartas contra o projeto da terceirização. Como exemplo, vou ler a "Carta de São Paulo".

"O Senador Paulo Paim, o Fórum Nacional em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores ameaçados pela Terceirização, e todas as entidades aqui reunidas, em Audiência Pública proposta pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal e da Assembleia Legislativa de São Paulo, afirmam seu repúdio a todas as formas de precarização das condições de trabalho potencializadas pela técnica da terceirização e, especialmente, ao conteúdo do PLC 30/2015 (antigo PL 4330).

É preciso compreender que capital e trabalho constituem uma totalidade: um complementa o outro; um não existe sem o outro. Não é possível conceber trabalho assalariado em uma racionalidade diversa daquela capitalista.

O trabalhador assalariado é vendedor (da força de trabalho) e comprador (das demais mercadorias – consumidor).

O capitalista é comprador (da força de trabalho) e vendedor (da mercadoria). Ambos perseguem legitimamente o maior benefício nessa relação. Estão, portanto, em lados contrapostos.

Exatamente porque estão em lados opostos, o capital sempre lutou contra a positivação de direitos dos trabalhadores, contra intervenções que implicassem limitações ao seu natural anseio de lucro.

Não é diferente em relação à terceirização. Terceirizar é uma forma de reduzir custos.

Regulamentar e ampliar a terceirização constitui medida que necessariamente atende a apenas um dos lados dessa relação: quando o capital ganha, o trabalho perde.

O discurso de que regulamentar a terceirização é algo positivo para os trabalhadores parte do pressuposto do mal menor.

Se a terceirização é um fato e a realidade revela distorções nessa prática (como a facilitação do trabalho infantil ou em condições análogas a de escravo), melhor regulá-la do que “manter na informalidade mais de doze milhões de trabalhadores”.

Ocorre que esses trabalhadores, caso combatamos a terceirização, voltarão a ser contratados diretamente.

Para eles, em lugar da precarização, haverá vínculo direto com o verdadeiro empregador da força de trabalho, hoje eufemisticamente chamado de tomador de serviços. Haverá responsabilidade, identidade de classe, visibilidade.

Tudo isso sem que lei alguma precise ser editada. Tudo isso a partir do que determina a própria Constituição.

O PLC 30/2015, a despeito de prometer a efetividade dos direitos trabalhistas e a maliação das oportunidades de emprego, serve, na verdade, para dividir ainda mais a classe trabalhadora, a tal ponto de impossibilitar sua organização e mobilização sindical, favorecendo a redução concreta dos direitos dos trabalhadores.

Portanto, a luta dos trabalhadores e da sociedade não deve ser pela modificação do projeto de lei, mas por sua rejeição.

Os cidadãos de São Paulo aqui reunidos reconhecem que estamos diante da possibilidade de optar entre a regulamentação da terceirização ou o seu combate intransigente.

Aparentemente, são dois caminhos possíveis.

Na verdade, porém, um deles conduz à reafirmação da Constituição de 1988 e dos parâmetros mínimos de convívio numa sociedade capitalista, que vem sendo gestados pelo menos desde a criação da OIT, em 1919.

O outro, conduz à barbárie. O PLC 30/2015 permite a terceirização de qualquer atividade; permite a contratação de “empresa individual” para prestação de serviços (estimulando a “Pejotização”) e não limita o repasse da força de trabalho. Permite até mesmo a quarteirização dos serviços.

O direito do trabalho sempre foi um campo de luta. A realidade da escravidão, do trabalho infantil, do adoecimento, foi combatida por normas muitas vezes gestadas no embate, no enfrentamento e até mesmo na morte.

As normas que regulam a relação entre capital e trabalho limitam os abusos que são inerentes ao sistema de produção que adotamos. Agora, não é diferente.

O direito do trabalho precisa responder à realidade precarizante da terceirização com a reafirmação da racionalidade constitucional, dentro da qual a interposição de atravessadores na relação de trabalho não tem espaço.

É preciso dizer não a qualquer forma de terceirização.

Por isso, exortamos todos os Senadores e Senadoras de São Paulo a dizerem NÃO ao PLC 30/2015!

São Paulo, 29 de junho de 2015.”

Sr. Presidente, informo que estou requerendo a presença na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) dos seguintes ministros de Estado para expor seus planos de trabalho: Ronaldo Nogueira, do Trabalho; Henrique Meirelles, da Fazenda; e Osmar Terra, do Desenvolvimento Social.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Paulo Paim. Vamos receber o documento na sua íntegra.

Louvo a preocupação de V. Ex^a com relação às questões colocadas sobre a reforma da Previdência e, ao mesmo tempo, com as questões colocadas pela terceirização.

Há muito que debater com relação à reforma da Previdência e com relação à própria terceirização, e ninguém melhor do que V. Ex^a, com a autoridade que tem agora, depois de percorrer todos os Estados da Federação nessa peregrinação. V. Ex^a poderá trazer aqui esclarecimentos importantes.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Capiberibe, lembrando que os últimos serão os primeiros.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Garibaldi Alves Filho, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores, eu tenho insistido aqui numa tese – e venho exaustivamente falando a mesma coisa e volto a repetir – de que o *impeachment* é uma opção pelo confronto. Não resolve a crise, ao contrário, o que nós estamos sentindo é que a crise está se aprofundando, não só a crise política, mas também a crise econômica. Crescem os desempregados, crescem as empresas em estado de falência e caminha-se para uma crise social.

Há uma preocupação enorme em todo o País em relação a essa rede de proteção social, criada pela Constituição de 1988, que nos parece em risco, Senador Paim, essa rede enorme... É verdade que, ao longo desses últimos anos, o cidadão e a cidadã brasileira passaram a ter uma proteção maior do Estado e é verdade também que o braço do Estado chegou a lugares inimagináveis.

Nesse final de semana, acompanhado da Deputada Janete, eu estive numa comunidade que conheço há 30 anos, no Livramento do Pacui, em Cutias do Araguari, uma pequena comunidade. Eu conheci aquela comunidade em 1986. Não havia energia elétrica, não havia água tratada, não havia a presença do Estado brasileiro ali de maneira nenhuma, a não ser uma pequena escola de ensino fundamental. Hoje eles têm energia elétrica, água tratada. Estava até com defeito o sistema, é verdade, mas eles dispõem de sistema de água tratada, eles dispõem de uma fábrica de farinha de mandioca e eles dispõem de atenção social do Estado. Eles recebem o Bolsa Família e estavam muito preocupados. Imaginem uma comunidade pobre, distante, preocupada com a situação política do nosso País. E é verdade, há uma preocupação, há uma tensão na sociedade provocada por uma opção, eu diria, equivocada do Senado Federal.

Sr. Presidente Garibaldi, eu ainda apresentei uma questão de ordem na esperança de frear a marcha da insensatez. A questão de ordem era no sentido de que se aguardasse o processo de *impeachment* do hoje interino Presidente Michel Temer, que tramita na Câmara Federal, para que pudéssemos respirar e dar uma explicação à sociedade, explicar melhor o que estava acontecendo, mas fomos vencidos, não fomos ouvidos. E nós marchamos de forma cada dia mais acelerada para o fundo do poço.

Hoje, com a revelação do Senador, do Ministro do Planejamento ou do Ministro agora licenciado – não sei se existe essa figura do licenciamento, porque o Ministro acaba de tomar posse e, menos de 15 dias depois, se licencia. Isso não me parece existir no mundo jurídico –, as revelações trazidas a público hoje mostram que nós tínhamos razão, mostram que a crise política não é responsabilidade apenas do outro lado da rua.

É verdade que a Presidente Dilma não deu os encaminhamentos políticos necessários, que ela foi frágil como Presidente e se deslegitimou no processo, porque, quando ela apresentou um programa político na campanha eleitoral de 2014, ao tomar posse, engavetou esse programa e decepcionou a sociedade brasileira. E ela teve a oportunidade de pedir desculpas ao povo e de retomar seu programa, mas não o fez.

É verdade que os dois lados estão comprometidos nessa guerra, nessa disputa insana pelo poder. E agora a sociedade brasileira está descobrindo que, de fato, é uma disputa pelo poder sem nenhum compromisso com a solução dos problemas que nos afligem, como o problema do desemprego, das falências e do retrocesso que a sociedade brasileira está vivendo.

O Parlamento, a representação política voltou as costas para os graves problemas da sociedade. Não se pode apontar o dedo apenas para o outro lado da rua, para o Palácio do Planalto, e dizer que a culpada é a Presidente Dilma. Ela também tem culpa, como todos têm, mas o maior responsável por essa crise que nós estamos vivendo é o Parlamento, porque ao Parlamento cabe a responsabilidade, Senador Moka, pela fiscalização dos atos do Executivo. Se nós tivéssemos fiscalizado, não teria havido corrupção, inclusive nos órgãos indiretos, como é o caso da Petrobras. Nós falhamos na fiscalização. O Parlamento falhou na fiscalização, e não falhou apenas por omissão, mas também falhou por participação nessas negociatas espúrias, tanto que vários dos nossos membros estão sendo investigados pela Operação Lava Jato e respondem diante do Supremo Tribunal Federal. Não só fomos omissos, mas também participamos das irregularidades.

Então, o Parlamento tem de fazer essa autocrítica. Precisamos fazer essa autocrítica para que a gente possa apresentar uma solução definitiva para a crise brasileira. Sem essa autocrítica, nós não temos como encaminhar soluções verdadeiras.

O Sr. Waldemir Moka (PMDB - MS) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador João?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Com o maior prazer, Senador Moka.

O Sr. Waldemir Moka (PMDB - MS) – V. Ex^a diz que alguns sobem à tribuna – e eu também vejo isto – e batem no peito arrotando honestidade e seriedade, sendo que foram citados em delações. Não quero citar nomes, pois, afinal de contas, são delações. O tempo dirá e isso é uma questão da Justiça. Quando V. Ex^a fala em participação, não foi só o PMDB que participou do governo. O Partido de V. Ex^a participou de ministérios,

como participa agora no Governo do Presidente Michel Temer. Agora, nós precisamos, e nisso estamos juntos, de um Parlamento forte. Nós dois estivemos juntos em momentos em que a Casa poderia ter escolhido outros rumos e perdemos. Faz parte da democracia. No entanto, como já disse, eu sou um daqueles que vai observar isso com muita tranquilidade. Cada um de nós, neste momento, tem de ter posições. Por exemplo, quando vejo alguém dizer: "Ah, está vendo o que aconteceu?", como aconteceu hoje e ontem, parece que no passado não aconteceu nada. Parece que aqueles que levaram o País ao caos, à situação econômica e política em que se encontra hoje, que está cabendo ao Presidente Michel Temer, em pouco mais de dez dias, colocar tudo isso para funcionar... E V. Ex^a já foi governador. Eu mesmo estive no seu Estado, onde reinava um caos muito grande – tenho certeza de que não por conta de V. Ex^a, mas essas coisas acontecem realmente. Então, quero, parabenizá-lo pelo discurso crítico, centrado. Agora, continuo dizendo que é preciso que tenhamos uma posição e acreditemos nela. E vamos prosseguir. O Brasil precisa, neste momento, de unidade, de união. É essa união – e as pessoas haverão de compreender isso – que vai levar o País a uma solução nacional. V. Ex^a tem uma posição pelas eleições diretas. Desculpe-me V. Ex^a, mas, a não ser que o TSE tome decisões diferentes, eu acho que não seria o caso de termos eleições ainda neste ano. E, no ano que vem, a solução é pior, porque aí teríamos uma eleição indireta. De qualquer forma, V. Ex^a é um Parlamentar por quem tenho profundo respeito. Coloque essas palavras como de alguém que, assim como V. Ex^a, realmente quer contribuir para que este País volte a crescer no rumo certo, que as pessoas voltem a acreditar e que o nosso País tenha credibilidade para atrair de volta investimentos capazes de gerar emprego. Hoje a minha maior preocupação é ver um chefe de família desempregado, sem condição e, às vezes, sem esperança de vir a ter um emprego ainda neste ano. Muito obrigado, Senador João Capiberibe. De antemão, peço desculpas pelo alongado aparte.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Senador Moka, hoje é segunda-feira e temos a possibilidade de nos estender no debate. Eu não tenho nenhum afeto pelos dois lados da disputa de poder, V. Ex^a sabe disso. Eu sou crítico à condução dada ao País pelo PT, pelo PT e o PMDB juntos, casados, inclusive com bolo de noiva festejado, e sou crítico à condução do PMDB, neste momento, através do Presidente Michel Temer...

O Sr. Waldemir Moka (PMDB - MS) – Mas coloque o seu Partido também, porque participou disso.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sou crítico também ao meu Partido, porque...

O Sr. Waldemir Moka (PMDB - MS) – Aí vou me sentir melhor.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – ... o Ministro de Minas e Energia não é indicação do Partido Socialista Brasileiro. O nosso Partido decidiu não só não indicar, tampouco chancelar qualquer indicação. Eu assinei embaixo, defendi essa posição e defendo.

O Sr. Waldemir Moka (PMDB - MS) – E o da Integração Nacional, Senador, do governo anterior?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Não, aí sim, mas estou criticando. Quando eu critico a condução política do PT é do conjunto dos partidos que sustentaram o Presidente Lula e que deram sustentação à Presidente Dilma. Eu não livro a cara de ninguém. Cometeram graves erros que terminaram, juntamente com o PMDB, empurrando o Brasil para essa situação caótica e que não temos previsão de saída.

O que digo e reafirmo é que o *impeachment* levou o País para o confronto, gerou e aprofundou ressentimentos, o sectarismo político. Sentimos isso nas ruas, nas relações entre amigos, inclusive nas relações entre parentes, e sentimos nas redes sociais que há um confronto maior. Eu não gostaria e não queria que chegássemos a isso.

Ainda há tempo. O que eu proponho é que o Presidente interino – temos dois Presidentes no País, o que é uma situação inédita, beira à ficção – convidasse a Presidente Dilma, que está afastada, e a chamasse para uma conversa. Não há outra alternativa que o entendimento, a saída política, a negociação e o pacto que deve ser sacramentado pelas urnas. Quem deve dar a palavra final é o povo.

Senador Paim, eu o ouço com a maior atenção.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Capiberibe, acho que, neste momento, nesta segunda-feira, temos que falar exatamente o que estamos pensando, o que estamos sentindo, porque é quando temos mais oportunidade. Vamos ser claros entre nós todos. É uma grande hipocrisia o que está acontecendo neste País. Aqueles, Sr. Presidente, que ficaram no governo por 13 ou 14 anos – falo de cadeira porque nem vou a governo, não vou a ministério, não peço emenda, não tenho cargo, não tenho nada –, que mamaram no governo, eu diria, de um monte de partido, vou dizer monte, porque inclui todos que estavam lá, do dia para noite viram um Boeing passar voando, pularam para o Boeing ao lado e disseram o seguinte: "Não temos nada a ver com isso." Como é que não tem? Como é que não tem? Isso é hipocrisia de todos os partidos que fizeram parte dos governos. É uma grande hipocrisia! Olha, como é que surgiu esse *impeachment*? Vamos ser

francos. Nós aqui acreditávamos que iria sair esse tal do *impeachment*? Claro que não. Claro que não. Foi no momento em que lá, na Câmara, o pessoal decidiu afastar, na Comissão de Ética, o Presidente da Casa, Eduardo Cunha. Quando aqueles votos foram dados – não importa quem deu o maior número de votos ou não –, ele decidiu aplicar o *impeachment*. E aplicou o *impeachment*, naquela sessão que, vamos ser claros, o mundo e o Brasil viram. Ninguém entendeu aquela sessão da Câmara. Veio para cá e vamos debater a mesma coisa. Vi Ministro... Como estou aqui, na Casa, há muito tempo, Presidente Garibaldi, na época do Collor, vi Ministro que estava jantando com o Collor e vinha aqui, depois à noite – eu estava aqui –, e, em nome da família e da mãe, votava pelo afastamento, pela cassação do Collor, quando, há duas horas, estava jurando fidelidade ao Collor. Aqui foi semelhante, Sr. Presidente. Ministros que, até ontem, estavam lá desfrutando, e elogiando, e levando, e querendo ir de avião com a Presidenta ou com o Presidente para o seu Estado, e levando recursos, e falando, falando, falando, falando, no outro dia, aqui disseram: "Olha, voto, porque meus eleitores querem, embora eu ache até que ela não é criminosa nem roubou coisa nenhuma." Não entendo isso, não consigo. Estou muito chateado com a política por causa disso e não sou também o soldadinho do passo certo, mas a farsa, a hipocrisia... Daí concordo até com o Senador Moka, vi muita gente aqui e lá, aqui e lá, como aquela que disse: "Vou votar para combater a corrupção." E, no outro dia, o marido dela estava preso por estar roubando o dinheiro da prefeitura. E coisas semelhantes que vimos nas duas Casas. Por isso, entrei na tese de V. Ex^a. Se somos tão críticos, então que saiam todos, então que saiam todos. E a melhor forma de saírem todos... Claro que a nossa emenda foi um gesto político. O Congresso estava sinalizando que a melhor saída eram as eleições gerais. Como gerais sabemos que é impossível, pelo menos para Presidente e Vice. Bastava, claro, o outro lado da rua ter concordado com a ideia e ter feito um grande entendimento. Também entendo e ainda tenho uma esperança lá, no próprio tribunal, que pode decidir. A única forma – e inúmeros países já fizeram isso – é o pacto, aí sim, do povo de baixo para cima, é o povo poder, nas urnas, dizer quem ele quer para Presidente e para Vice. E temos que fazer o que chamo de uma assembleia exclusiva, temática e revisional para fazer a reforma política, eleitoral e partidária. Apresentamos também, junto com outros Senadores, essa PEC, porque daí sim o número de 172, se não me engano, eleitos pelo voto direto, homens que sejam ficha limpa, de notável saber, que não estejam em Lava Jato...

(Soa a campainha.)

O Sr. Paulo Paim (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... como estão para todo lado, que não estejam na lista dos 300 nem na lista dos 500 possam ser eleitos para fazer essa reforma política, eleitoral e partidária. E aí, sim, em 2018, iremos eleger um novo Congresso, um Presidente e um Vice-Presidente da República. Se dependesse de mim, já adianto, seriam cinco anos de mandato para todo mundo, sem direito à reeleição. Quero cumprimentar V. Ex^a. Saiba que defendo a mesma tese de V. Ex^a quanto às eleições.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Obrigado, Senador Paim.

Eu queria aqui esclarecer que o meu Partido, o PSB, deixou o governo em 2013, graças à perspicácia e à leitura que fazia o nosso grande líder desaparecido, Eduardo Campos, que percebeu os rumos que o País estava tomando. É verdade que aquilo que acabei de falar, aquela pequena comunidade melhorou enormemente, não há como negar. Houve melhoria, sim, houve avanços importantes para os que vivem longe, para os mais pobres, porque essa gente mora numa distância enorme e nunca é lembrada. Sabemos disso. Isso é verdade no Amapá. Isso é verdade no Rio Grande do Sul. Isso é verdade em Mato Grosso. Isto é verdade em todo canto: os que vivem longe, os mais pobres o braço do Estado não alcançava, mas, nos últimos 20 anos, passou, sim, a alcançá-los e, nos últimos 15 anos, houve muito mais vantagem para os mais pobres.

Por isso, em 2013, o Presidente do meu Partido, Eduardo Campos, teve uma conversa com a Presidente Dilma e mostrou que a condução política estava levando o País para uma crise. Ele não seria candidato, Presidente. Ele não sairia candidato se ele tivesse sido ouvido e se o governo tivesse mudado de rumo. Ele não conseguiu, nós tivemos de sair do governo.

Agora a entrada de um Parlamentar do PSB, no Governo, à revelia do Partido, sem o aval, sem a chancela do nosso Partido. Nós consideramos que a opção do *impeachment* não resolve a crise política. Nós consideramos que o Governo que assumiu, o Presidente interino, ainda deveria se legitimar, mas ele já está enfrentando uma dificuldade gigantesca, porque, na sua configuração ministerial, estão algumas figuras, a presença de alguns líderes políticos que têm de responder diante da Justiça.

Hoje ficou muito claro que houve um entendimento entre um grupo de líderes políticos do nosso País – só agora estamos começando a conhecer a dimensão – para paralisar um dos acontecimentos mais importantes da história brasileira, que são as investigações da Lava Jato, que já mandou para a cadeia os maiores empresários do País, que está na cola dos políticos mais importantes do nosso País. Essas operações, essas investigações não podem parar.

O Sr. Waldemir Moka (PMDB - MS) – Senador, concede-me um aparte, por derradeiro?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Pois não, Senador.

O Sr. Waldemir Moka (PMDB - MS) – Senador, eu ouvi do próprio Presidente Michel Temer e do Ministro da Justiça do Governo atual que eles dariam apoio pessoal e irrestrito. Eu ouvi isso também do Ministro da Justiça. Eu quero dizer que a votação do *impeachment* não se deu porque os Parlamentares resolveram. Deve-se porque as ruas se mobilizaram, independentemente de partido. É bom que se diga isso, porque, no final do ano, esse *impeachment* estava enterrado, ninguém falava mais nele. Mas, logo no início do ano, começou-se novamente uma grande mobilização. Foi a mobilização popular, tanto que aqueles que tiveram de ir lá na frente dizer que eram contra o *impeachment* tiveram muita dificuldade no retorno aos seus Estados. Então, é preciso colocar essa constatação. O *impeachment* não ocorreu porque houve uma junção de líderes ou não. Eu acho que o *impeachment* ocorreu em função de uma grande mobilização popular, que fez com que cada Parlamentar fizesse do seu voto o anseio da população, porque mais de 70% da população saíram às ruas pedindo o *impeachment*.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Senador Moka, eu entendo e eu acompanhei. É verdade que havia uma aspiração, que o Governo do PT e da Presidente Dilma, junto com o PMDB, cometeu graves erros e merecia punição. Eu não tenho a menor dúvida disso. Mas a expectativa de quem foi à rua era colocar um governo cuja primeira medida seria combater a corrupção, e não foi o que aconteceu. Não foi o que aconteceu. Hoje nós tivemos o melhor exemplo declarado. Uma conversa em que fica muito claro que havia um desejo, que se estava trabalhando para barrar a Lava Jato. Ali está claro. Se há um golpe, esse golpe seria contra a Lava Jato. Seria contra a Lava Jato.

O Sr. Waldemir Moka (PMDB - MS) – ... Lava Jato?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Como?

O Sr. Waldemir Moka (PMDB - MS) – V. Ex^a acredita que alguém possa barrar a Lava Jato?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Não vai conseguir...

O Sr. Waldemir Moka (PMDB - MS) – Veja quem está preso: tesoureiros de grandes partidos e grandes empresários. Ninguém vai parar a Lava Jato. E, depois que você ouve do próprio Presidente e do Ministro da Justiça que terá todo o apoio, eu acho que isso é fantasioso demais, Senador, desculpando a expressão.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Não. Não. É a realidade. Eu imagino aquelas pessoas que foram para as ruas, porque aqui, nesta Casa, houve vários Senadores que votaram de boa-fé, acreditando que o *impeachment* resolveria a crise, que esse seria o caminho para construir a saída.

Eu dizia aqui e volto a insistir que o *impeachment* não era e não é... Nós precisamos de uma saída política. Nós precisamos de uma saída política, como o Senador Paim acaba de destacar. Nós somos políticos. Nós estamos aqui não é para fomentar o confronto. Ao contrário, nós estamos aqui para compor e negociar saídas que possam nos permitir responder ao povo brasileiro, tirar a preocupação da cabeça daquelas pessoas dos lugares mais distantes de que este País não vai retroceder nas suas políticas sociais, de que este País vai resolver o problema da economia. É nisto que nós temos que insistir: que se faça um pacto, que se converse, que não dá para ampliarmos essas barreiras do desentendimento, da falta de conversa, da falta de diálogo. Ao contrário, nós somos políticos e a política exige da gente que nos entendamos.

É isto que eu proponho, mais uma vez, ao Presidente interino Michel Temer: converse com a Presidente afastada. São da política as conversas, por que não? Se me convidarem para conversar, eu estou à disposição. O que eu quero é que construirmos um projeto que resolva a crise e que seja sacramentado pelas urnas, porque nós perdemos a chance. Nós perdemos a chance. Quando eu digo nós, eu falo da representação política, que perdeu a chance de construir uma saída negociada ainda aqui, no Senado.

Eu estava crente que, na hora em que chegasse da Câmara para o Senado, aqui nós iríamos colocar um freio na marcha da insensatez e sair com uma proposta conciliadora, negociada, pactuada para resolver esse problema da sociedade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Capiberibe.

Concedo a palavra ao Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMR MOKA (PMDB - MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, falo solitário da tribuna, mas não poderia ouvir o que ouvi aqui sem colocar também aquilo que penso.

O que o Senador João Capiberibe acabou de dizer, que ele chamou de “continuidade da insensatez”, ou seja, a continuidade da admissibilidade do *impeachment*, eu tenho que sair em defesa daqueles que, durante mais de 30 dias com certeza, ouviram exaustivamente as pessoas a favor e contra a admissibilidade. E, no final, houve uma votação democrática cujo resultado foi de 15 a 5. E todos aqui, os 81 Senadores tiveram a oportunidade de votar.

nidade de falar por quinze minutos, porque, depois da votação da Comissão Especial do *Impeachment*, veio para o Plenário do Senado, que votou com 55 votos favoráveis, quando precisava de apenas 41.

Então, eu quero dizer que muitas vezes se colocam alternativas que as pessoas sabem que não são viáveis, como essa história de eleição. Ela é inviável do ponto de vista democrático. Para quem está ouvindo, dá impressão de que eles não chamam a eleição porque não querem. Não é verdade. Teria que haver uma decisão do TSE ou então votar uma PEC aqui no Senado e, depois, na Câmara. Quanto tempo isso iria demorar?

Então, na verdade, o que houve foi uma manifestação popular de nenhum partido, de ninguém liderando. E as pessoas pediam, aonde você chegava – a verdade é essa –, aonde você ia, qualquer bar, qualquer festa, as pessoas só perguntavam uma coisa: vocês não vão votar o *impeachment*? Agora, evidentemente, com doze dias fica difícil arrumar um governo, tocar um governo.

Mas eu sou um daqueles – e V. Ex^a me conhece bem – que não vão compactuar com tudo. Não é porque o Presidente é do meu Partido, e é o meu Partido que está hoje, que eu vou compactuar com qualquer coisa que o Governo mande para cá. Aliás, se tem uma coisa que eu preservei a vida inteira na minha vida pública foi a minha independência.

Sou um homem disciplinado e partidário, mas muitas vezes – e não foram poucas – eu me insurjo. E tenho o cuidado de avisar ao meu Líder que isso não vou poder votar, não gostaria de votar, não tenho condições de votar.

Agora, eu vejo pessoas que ficam... Eu me lembro do Senador João Capiberibe, do Senador Cristovam Buarque e de vários outros que levaram uma carta para a Presidente Dilma pedindo essa solução de conversa. Aconteceu alguma coisa? Houve algum entendimento? Pediram ao Presidente Michel Temer para ficar como interlocutor. Depois que aprovaram duas ou três medidas, começou um boicote do Vice-Presidente, a ponto de ele pedir para sair.

Então, são coisas que aconteceram na prática. Não adianta querer tampar o sol com a peneira. E chegou um momento em que o único caminho é esse.

Agora, dá a impressão de que algumas coisas que aconteceram - e eu concordo que não deveriam ter acontecido - servem para muitos aqui... E eu fico horrorizado quando vejo gente que deve as coisas vir aqui defender, como se não houvesse consequências.

Ora, pelo amor de Deus! Vamos ter um pouco de coerência também. E tudo aquilo que aconteceu no passado? Ou esses R\$170,5 bilhões de rombo não são reais? Esse é o caos econômico que foi criado ao longo desses anos. E, junto com o caos econômico, porque muita gente não concordou, começou-se a criar um caos político também. Então, é preciso restabelecer também do ponto de vista...

Eu tenho certeza, e confio, pelo menos nesse momento, que o Presidente Michel Temer terá realmente condições de colocar aqui, no Plenário, tanto aqui quanto na Câmara dos Deputados, aprovar as reformas que são necessárias, evidentemente tomando cuidado com a garantia de direitos adquiridos, tomando o cuidado de fazer um balanço daquilo que a sociedade quer. Tenho certeza de que nós haveremos sim.

Eu não estou falando isso por conta de ser do PMDB. Eu faço isso porque tenho um sentimento muito grande para com o meu País, assim como tenho com o meu Estado. Ainda ontem, eu viajava pelo norte do meu Estado e, depois, para a minha querida cidade, que é Bela Vista, e via no olhar das pessoas a necessidade de homens e mulheres que estão desempregados e precisam realmente que este País retorne ao rumo do crescimento e do progresso.

É isso que todo chefe de família quer, para sustentar os seus filhos com dignidade. E eu quero crer que, se nos desfirmos das nossas dificuldades político-partidárias, do viés ideológico e pensarmos acima de tudo no País, nós haveremos de conseguir.

Está aqui um Senador da República, lá do Mato Grosso do Sul, que é capaz de passar por vários sacrifícios. Inclusive, se tiver que votar medidas impopulares eu votarei, mas sob uma condição: de que essas medidas impopulares sirvam realmente para colocar o País no rumo do crescimento, do desenvolvimento e do progresso. Agora, se eu sentir que isso não tem validade nenhuma, que é apenas uma disputa de poder, aí também não precisam contar comigo.

Eu estou aqui para engrossar a fileira daqueles que, acima de tudo, pensam no seu País, querem e sonham com o País. Como alguém já disse aqui, na tribuna, eu não quero morar em outro País. Eu quero morar num Brasil diferente.

Eu sou um daqueles que querem. E tenho certeza de que isso é possível, meu querido Presidente, Senador Garibaldi.

Então, apenas e tão somente para que as pessoas não fiquem pensando que aqui, neste Senado... Dos 81 Senadores, eu tenho certeza de que a maioria é capaz de dar a sua cota de sacrifício para fazer um governo de união nacional para tirar o País desta crise. E vão ficar sempre aqueles que ficaram órfãos ou têm uma outra

medida, uma mágica para que o País possa, de uma hora para outra, reverter tudo isso que está acontecendo. Eu acho que isso só vai reverter à custa do sacrifício pessoal de cada um, da determinação de cada um e principalmente de uma grande união nacional em torno do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Waldemir Moka.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião, convocando outra para amanhã, à hora regimental. Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 13 minutos.)

MATÉRIAS E DOCUMENTOS**EXPEDIENTE****Comunicações**

SENADO FEDERAL
Liderança do Bloco Moderador

A Publicação
Em 23/5/2016

Flávia

OF. Nº 0025/2016-BLOMOD

Brasília, 23 de maio de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente

Cumprimentando Vossa Excelência, indico o Senador **Cidinho Santos** (PR/MT), para compor, como membro **Suplente**, a **Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI**.

Atenciosamente

Fernando Collor
Senador FERNANDO COLLOR
Líder do Bloco Moderador
PTB – PR – PSC – PRB – PTC

Recebido em 23/5/16
Hora: 15:15
Assinatura: *[Signature]*
Marcelo Gomes de Souza - Matr. 246540
SCSF/SG/ma

ORDEM DO DIA
segunda-feira, 23 de maio de 2016

145

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
VAGO ⁽²²⁾	1. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)	2. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (10,13)
Senador Wilder Morais (PP-GO) ^(5,19)	6. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
 Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ^(24,27)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,8)	4. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽²¹⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁴⁾	5. Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ^(28,29)
Senador Hélio José (PMDB-DF)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,9)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁰⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. VAGO ⁽¹⁸⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁷⁾	2. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ^(15,16)	4.
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽¹¹⁾	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2.
	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²³⁾	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(3,26)	1. VAGO ⁽²⁵⁾
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(1,12,14)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) ^(12,14)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾
Notas:	
*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).	
**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).	
***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).	
****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).	
*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).	
*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).	
*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).	
1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).	



SENADO FEDERAL
Liderança do Bloco Moderador

A Publicação
Em 23/5/2016

Almeida

OF. N° 027/2016-BLOMOD

Brasília, 23 de maio de 2016.

À Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente

Cumprimentando Vossa Excelência, indico o Senador Pedro Chaves (PSC/MS), para compor, como membro Titular, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA e a Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE.

Atenciosamente

Fernando Collor
Senador FERNANDO COLLOR
Líder do Bloco Moderador
PTB – PSC – PTC – PRB – PR

Recebido em 23/5/16
Hor: 15:15
Assinatura: Marcelo Gomes de Souza - Melt. 25/540
SCLSF/SGM

ORDEM DO DIA
segunda-feira, 23 de maio de 2016

127

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	1. VAGO (8)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
VAGO (21)	3. Senador Zeze Perrella (PTB-MG) (4)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	4. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	5. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	6. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senador Wilder Morais (PP-GO) (11)	7. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (5)	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Wirlande da Luz (PMDB-RR) (18,24)	2. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	3. Senador Ricardo Ferreira (PSDB-ES)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	4. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (9)
Senador Dário Berger (PMDB-SC) (3)	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (7)	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁶⁾	
VAGO (14,15,20)	1. VAGO (13)
Senador José Agripino (DEM-RN) (12,13)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Álvaro Dias (PV-PR)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE)
Senador Romário (PSB-RJ)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) (22,23)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	2.
VAGO (19)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Ricardo Franco

A Publicação
Em 23/05/16

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Ricardo Franco".

COMUNICADO

Excelentíssimo Senhor Presidente
Senador Renan Calheiros,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em conformidade com o art. 7º do Regimento Interno, que reassumo, nesta data, a representação do Estado de Sergipe, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, adotarei o nome parlamentar Ricardo Franco e integrarei a bancada do Partido Democratas.

Sala das sessões, em 23 de maio de 2016

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Ricardo Franco".

Mensagem do Presidente da República, interino**SENADO FEDERAL MENSAGEM
Nº 51, de 2016**

(Nº 271/2016, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea *d*, da Constituição, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor ILAN GOLDFAJN para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil.

Brasília, 19 de maio de 2016.

MICHEL TEMER

Vice-Presidente no exercício da Presidência da República

CURRICULUM VITAE

Ilan Goldfajn

Brasileiro, nascido em Israel

RG: 06.642.201-5

CPF: 980.031.607-82

Rua Campo Verde, 486 – Casa 1 – Jd. Europa - São Paulo – SP – 01456-010

Celular: 11 97027-0011

Filiação: Cyla Goldfajn e José Jayme Goldfajn

FORMAÇÃO EDUCACIONAL

Doutorado em Economia, Massachusetts Institute of Technology, 1995.

Mestrado em Economia, PUC Rio de Janeiro, 1991.

Bacharel em Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1988.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Economista Chefe e Sócio, Itaú Unibanco, Abril 2009 – Maio 2016

Diretor Centro Debate Políticas Públicas, Julho 2013 – Maio 2016

Economista, Ciano Assessoria Econômica, Setembro 2008- Abril 2009.

Diretor do Instituto de Ensino e Pesquisa em Economia da Casa das Garças (IEPE-CdG), Jan 2006 – Abril 2009

Sócio, Ciano Investimentos, Janeiro 2007 – Agosto 2008

Sócio e Economista, Gávea Investimentos, Novembro 2003 – Junho 2006

Diretor de Política Econômica, Banco Central do Brasil, Setembro de 2000 – Julho 2003

Professor Assistente, Departamento de Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Fevereiro 1999 – Abril 2009.

Economista, Fundo Monetário Internacional, outubro de 1996 a janeiro de 1999.

Professor Assistente, Brandeis University, setembro de 1995 a agosto de 1996.

Consultor de organizações internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Nações Unidas), bancos internacionais, governo Brasileiro e bancos (Fevereiro de 99- Setembro de 2000).

16

PUBLICAÇÕES

Latin America During the Crisis: The Role of Fundamentals, Journal Monetaria do Centro de Estudios Monetarios Latinoamericanos com João Pedro Bumachar Resende, Volume XXXV, Jan-Jun, pgs 167-198, 2013.

Comentário sobre o artigo "Sudden Stops and IMF-Supported Programs", de Barry Eichengreen, Poonam Gupta e Ashoka Mody, em *Financial Markets Volatility and Performance in Emerging Markets* editado por Sebastian Edwards e Márcio G. P. Garcia, Chicago University Press, 2007.

"Capital Flows and Controls in Brazil: What Have We Learned?", Goldfajn, Ilan and Minella, A., in *Capital Controls and Capital Flows in Emerging Economies*, edited by Sebastian Edward, Chicago University Press, 2007, (<http://www.nber.org/papers/w11640>).

"O que fazer com as LFTs? Estimando o custo de sua redução", Goldfajn, Ilan; Carvalho, Bernardo; Parnes, Beny, in *Mercado de Capitais e Dívida Pública, Tributação, Indexação e Alongamento*, Bacha, Edmar and Chrysostomo, Luiz ,orgs., Contracapa ed., 2006.
(<http://www.econ.puc-rio.br/goldfajn/O que fazer com as LFTs - Carvalho Goldfajn Parnes 2006.PDF>)

"Inflation Targeting, Debt and the Brazilian Experience, 1999 to 2003", Giavazzi, Francesco; Goldfajn, Ilan and Herrera, Santiago (eds.), The MIT Press, 2005.

"Overview: Lessons from Brazil" em Giavazzi, Francesco; Goldfajn, Ilan and Herrera, Santiago (eds.) *Inflation Targeting, Debt and the Brazilian Experience, 1999 – 2003*.The MIT Press, 2005.

"Policy Responses to External Shocks: The Experience of Australia, Brazil and Chile". Economía Chilena, vol. 8 nº 2, Agosto 2005. Banco Central do Chile. Em conjunto com Céspedes, Luis Felipe; Lowe, Phil e Valdés, Rodrigo.

"Inflation Targeting in Brazil: Constructing Credibility under Exchange Rate Volatility", *Journal of International Money and Finance*, 2004 (também em *Texto para Discussão* n. 77 do Banco Central do Brasil). Em conjunto com Minella, André; Freitas, Paulo e Muinhos, Marcelo Kfoury. (<http://www.bcb.gov.br/pec/wps/ingl/wps77.pdf>)

"Fiscal Rules and Debt Sustainability in Brazil", Rules- Based Fiscal Policy in Emerging Markets, editado por Kopvitz, George, FMI, 2004 (também em *Nota Técnica* n. 39 do Banco Central do Brasil). Em conjunto com Guardia, Eduardo.
(<http://www.bcb.gov.br/pec/notastecnicas/ingl/2003nt39RegraFiscSustentDivBrasili.pdf>)

"Há Razões para Duvidar de Que a Dívida Pública é Sustentável?", BIS, v. Especial, 2003, (também em *Nota Técnica* n. 25 do Banco Central do Brasil).
(<http://www.bcb.gov.br/pec/notastecnicas/port/2002nt25fiscalsustainabilityp.pdf>)

"Inflation Targeting in Emerging Market Economies", *NBER Macro Anual 2003*, editado por Rogoff, Kenneth e Getler, Mark (também em *Texto para Discussão* n. 76 do Banco Central do Brasil). Em conjunto com Fraga, Arminio e Minella, André.
(<http://www.bcb.gov.br/pec/wps/ingl/wps76.pdf>)

Comentário sobre o artigo "On the Consequences of Sudden Stops", de Guidotti, Sturzenegger, and Villar, em *Economia, The Journal of Latin American and Caribbean Economic Association*, v. 4, n. 2, primavera de 2004. (http://www.econ.puc-rio.br/goldfajn/ppublicat_arquivos/comment.doc)

"The Brazilian Crisis, the Role of the IMF and Democratic Governability" Artigo apresentado no Clube de Madrid durante a conferência sobre globalização e o FMI, Madri, outubro de 2003. (http://www.econ.puc-rio.br/goldfajn/ppublicat_arquivos/clubmadrid9.doc)

"Brazil's Financial System: Resilience to Shocks, no Currency Substitution, but Struggling to Promote Growth", Stanford University Press (também em *Texto para Discussão* n. 75 do Banco Central do Brasil). Em conjunto com Hennings, Katherine e Mori, Hélio. (<http://www.bcb.gov.br/pec/wps/ingl/wps75.pdf>)

"Should Government Smooth Exchange Rate Risk?", *Journal of Development Economics*, v. 69, p. 393-421, 2002 (também em *Texto para Discussão* n. 48 do Banco Central do Brasil). Em conjunto com Silveira, Marcos Antonio. (<http://www.bcb.gov.br/pec/wps/ingl/wps48.pdf>)

"Does Monetary Policy Stabilize the Exchange Rate Following a Currency Crisis?", *IMF Staff Paper*, v. 50, n.1, 2003. (também em *IMF Working Paper* n.99/42, 1999). Em conjunto com Gupta, Poonam. (<http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/1999/wp9942.pdf>)

"Monetary Policy in the Aftermath of Currency Crises: The Case of Asia", *Review of International Economics*, v. 10, n. 1, p. 92-112, 2002 (também em *Texto para Discussão* n. 399, Departamento de Economia, PUC-Rio). Em conjunto com Baig, Taimur. (<http://www.econ.puc-rio.br/pdf/td399.pdf>)

"The Swings of Capital Flows and the Brazilian Crisis", em *International Capital Flows in Calm and Turbulent Times: The Need for New International Architecture*, editado por Jones, Stephanie Griffith, p. 267-290, 2002 (também em *Texto para Discussão* n. 422, Departamento de Economia, PUC-Rio, 2000). (<http://www.econ.puc-rio.br/pdf/td422.pdf>)

"Indexation of Public Debt: Analytical Considerations and Applications to the Case of Brazil", em *Indexation, Inflation and Monetary Policy*, editado por Lefort, Fernando e Schmidt-Hebbel, Klaus, Banco Central do Chile, 2002.

"Inflation Targeting in Brazil: Lessons and Challenges", *Texto para Discussão* n. 53, Banco Central do Brasil. Em conjunto com Minella, André; Freitas, Paulo e Muinhos, Marcelo Kfoury.

"Inflation Targeting in Brazil: Shocks, Backward-Looking Prices, and IMF Conditionality", em *Inflation Targeting: Design, Performance, Challenges*, editado por Loayza, Norman e Soto, Raimundo, Banco Central do Chile, 2002 (também em *Texto para Discussão* n. 24 do Banco Central do Brasil). Em conjunto com Bogdanski, Joel; Freitas, Paulo, e Tombini, Alexandre Antonio. (<http://www.bcb.gov.br/pec/wps/ingl/wps24.pdf>)

"Can Flexible Exchange Rate Still "Work" in Financially Open Economies", ONU, G-24, *Texto para Discussão*, n. 8, 2001. Em conjunto com Olivares, Gino. (<http://ksghome.harvard.edu/~drodriguez.academic.ksg/g24-goldfajn.pdf>)

"Hard Currency and Financial Development", *Texto para Discussão* n. 438, Departamento de Economia, PUC-Rio, 2000. Em conjunto com Rigobon, Roberto. (www.econ.puc-rio.br/pdf/td438.pdf)

"The Pass-through from Depreciation to Inflation: A Panel Study", *Texto para Discussão* n. 423, Departamento de Economia, PUC-Rio, 2000 (também em *Texto para Discussão*, n. 05, Banco Central do Brasil, 2000). Em conjunto com Werlang, Sergio R.C (www.econ.puc-rio.br/pdf/td423.pdf)

"Is Adopting Full Dollarization the Solution? Looking at the Evidence", *Texto para Discussão* n. 416, Departamento de Economia, PUC-Rio, 2000. Em conjunto com Olivares, Gino. (www.econ.puc-rio.br/pdf/td416.pdf)

"**Liquidity Crisis and the International Financial Architecture**", *Texto para Discussão n. 401*, Departamento de Economia, PUC-Rio, 1999. Em conjunto com Valdés, Rodrigo O. (www.econ.puc-rio.br/Goldfajn/architecture.pdf)

"**On Full Dollarization: The case of Panama**", *Economia, The Journal of Latin American and Caribbean Economic Association*, v. 1, n. 2, p. 101-140, 2001. Em conjunto com Olivares, Gino. (<http://www.econ.puc-rio.br/Goldfajn/PANAMAWB6.PDF>)

"**The Russian Default and the Contagion to Brazil**", em *International Financial Contagion*, editado por Claessens, Stijn e Forbes, Kristin J., p. 268-299 (também como *IMF Working Paper 00/160*, 2000). Em conjunto com Taimur, Baig. (<http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2000/wp00160.pdf>)

"**Uma nota sobre a composição da dívida pública - reflexões para o caso brasileiro**", *Revista de Economia Aplicada*, v. 4, n. 4, p. 667- 681, 2000 (também em *Texto para Discussão n. 411*, Departamento de Economia, PUC-Rio). Em conjunto com Paula, Áureo de. (<http://www.econ.puc-rio.br/pdf/td411.pdf>)

"**Monetary Policy Tightness during the Asian Crisis**", em *Credit Crunch in East Asia: What do we Know? What do we Need to Know?*, World Bank, editado por Ding.W, Domac.I e Ferri.G, 2000. Em conjunto com Baig,Taimur.

"**Public Debt Indexation and Denomination: The Case of Brazil**", *International Journal of Finance & Economics* v. 5, n. 1, p. 43-56, 2000 (também em *IMF Working Paper, 98/18*, 1998). Em conjunto com Baig, Taimur. (<http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/wp9818.pdf>)

"**The Aftermath of Appreciation**", *Quarterly Journal of Economics*, v. 114, n.1, p. 229-262, 1999. (também em *NBER Working Paper 5650*, 1996). Em conjunto com Valdés, Rodrigo O. (<http://papers.nber.org/papers/w5650.pdf>)

"**Financial Markets Contagion in the Asian Crises**", *IMF Staff Papers*, v. 46, n. 1, p. 167-195, 1999 (também em *IMF Working Paper, 98/155*, 1998). Em conjunto com Baig, Taimur. (<http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/wp98155.pdf>)

"**Capital Flows to Brazil -The Endogeneity of Capital Controls**", *IMF Staff Papers*, v. 45, n.1, 1998 (também em *IMF Working Paper, 97/115*, 1997). Em conjunto com Cardoso, Eliana. (<http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/wp97115.pdf>)

"**Are Currency Crises Predictable?**", *European Economic Review*, v. 42, p. 873-885, 1998 (também em *IMF Working Paper 97/159*, 1997). Em conjunto com Valdés, Rodrigo O. (<http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/wp97159.pdf>)

"**Capital Flows and the Twin Crisis: The Role of Liquidity**", *IMF Working Paper n. 97/98*, 1997. Em conjunto com Valdés.Rodrigo O. (<http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/wp9787.pdf>)

"**Balance of Payments Crises and Capital Flows: The Role of Liquidity**", *Working Paper n. 11*, Banco Central do Chile, 1997. Em conjunto com Valdés, Rodrigo O. (www.bcentral.cl/esp/estpub/estudios/documentos/trabajo/pdf/DTBC11A.PDF).

"**On the Optimal Denomination and Maturity of Government Debt**", *Working Paper n. 345*, Brandeis University,1996.

"**Predicting Current Account in the US and Japan - A Review**", *Journal of Asian Economics*, v.7, n.2, 1996. Em conjunto com Cline, William.

"The Long Run Appreciation Process", *Working Paper* n. 344, Brandeis University, 1996.

"Currency Crises and Collapses", *Brookings Papers on Economic Activity*, v. 2, p 219-315, 1995.
Em conjunto com Dornbusch, R. e Valdés, Rodrigo O.

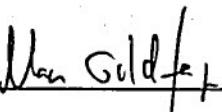
"Reforma Monetária: os Prós e Contras do Mercado Secundário", *Revista Brasileira de Economia*, v.45 n. especial, p. 205-223, 1991(também em "O Plano Collor: Avaliações e Perspectivas", Faro, Clóvis (Org.), *Livros Técnicos e Científicos*, Rio de Janeiro, 1990). Em conjunto com Carneiro, Dionísio D.

"On Public Debt and Exchange Rate", Massachusetts Institute of Technology, tese de doutorado, 1995.

"Controle de Liquidez e Política Monetária", tese de mestrado, Departamento de Economia, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 1991.

ARTIGOS

Colunista regular dos jornais Estado de SP e O Globo



ILAN GOLDFAJN

ASSACHUSETTS INSTITUTE OF TECHNOLOGY

UPON THE RECOMMENDATION OF THE FACULTY
HEREBY CONFERS ON

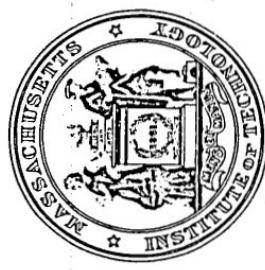
Ilan Goldfajn

THE DEGREE OF
DOCTOR OF PHILOSOPHY

IN RECOGNITION OF SCIENTIFIC ATTAINMENTS AND THE ABILITY
TO CARRY ON ORIGINAL RESEARCH AS DEMONSTRATED BY A THESIS
in the field of Economics entitled

On Public Debt and Exchange Rates

GIVEN THIS DAY UNDER THE SEAL OF THE INSTITUTE AT CAMBRIDGE
IN THE COMMONWEALTH OF MASSACHUSETTS
SEPTEMBER 20, 1995



Hollings A. Mumford,
SECRETARY

Clark M. Kerr
AUTENTICO, PARA OS DEVIDOS FINOS,
QUE A PRESENTE COPIA É REPRODUÇÃO
FIEL DO DOCUMENTO ORIGINAL
Brasília - DF 12.5.2016 / J. A. Jardim

Júlio Hartog de Andrade
Assessoria de Direitos



MEC - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
 Diploma registrado sob nº 23.295-
 Livro 07 fcs 111r em 25/08/92
 Processo nº 23.032.02.4181 / 22-22
 por delegação de competência do Ministério da Educa-
 ção e Cultura nas termos da Portaria MEC/DIAU
 nº 71 de 21/10/1997.

Diploma de Diploma 25/08/92

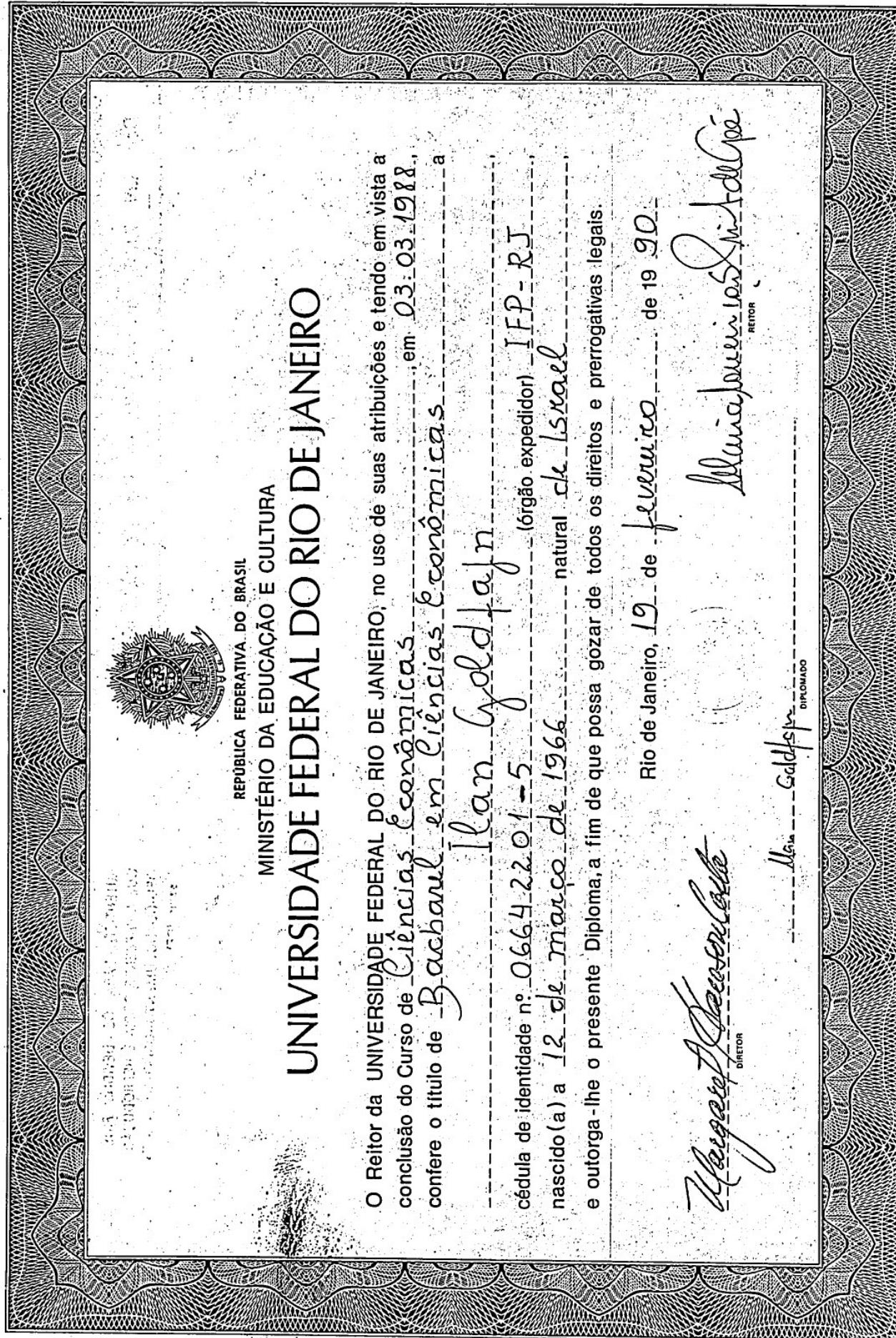
Juciara Gustavo Lima
FUNÇÃO: DIRETOR RESPONSÁVEL
 ADRIANA FURTADO LIMA
 Assist. Adm. Reg. 0041339

VISTO: *Soraya Silveira Rodrigues*
 17. DIRETOR DA D.D.

Soraya Silveira Rodrigues
 Substituta Eventual da Diretora
 da Diretoria de Documentação / SG - 1

A P Ú S T I L A

O Curs o a que se refere o presente diploma
 foi credenciado pelo parecer nº. 300/90
 do Conselho Federal de Educação.
Soraya Silveira Rodrigues



CURSO DE CIENCIAS ECONOMICAS CRIADO PELO
Decreto Lei 7.988, de 22/9/45 — DO dia 26/9/45

Margaret Hansen Corr.
 Diretora - FEA

AUTENTICO, PARA OS DEVIDOS FINIS,
 QUE A PRESENTE COPIA É REPRODUCAO
 FIEL-DO-DOCUMENTO-ORIGINAL. Ficue, a/o
 MEC/DO/DFM/1520/14
Maria

155-1 - Saldado Henrique de Araújo Coutinho
 Subsecretário da Diretoria

MEC - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
 Diploma registrado sob n. 5.001
 Livro 03 fls. 59 v em 23/03/1970
 Processo n. 23020.0003801/10-17/
 por delegação da competência do Ministério da Educação e Cultura nos termos da Portaria MEC/DAU
 n.º 71 de 21/10/1977.
 Divisão de Diplomas 23/03/1970

Lia
 DIRETORA
Lia
 Departamento Geral de Ensino do
 Graduação e Corpo Discente da UFRJ
 VISTO: _____
Maria
 M. REITOR

PROF. MARIA CONCEICAO PINTO DE QUESO
 Sub-Reitor de Ensino Graduação
 o Corpo Discente

SÉRIE B N° 005246

DECLARAÇÃO

(Ato nº 02 de 2011-CAE, Art. 1º, inciso III)

Excelentíssima Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Para fins do disposto no Art. 383, Inciso I, Alínea C, do Regimento Interno do Senado Federal, apresento a argumentação a seguir, que demonstra minha experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo de Presidente do Banco Central do Brasil, conforme indicação do Exmo. Sr. Presidente da República em exercício, Michel Temer.

Nessas últimas décadas, tive a oportunidade de combinar diversas experiências na área acadêmica, nos setores privado e público, no Brasil e no exterior. Acredito que essa rica combinação me capacitou para exercer, com dedicação, o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil, caso venha a merecer a aprovação do meu nome pelo Senado Federal.

Já tive, antes, o privilégio de servir ao Estado brasileiro, quando fui honrado com a aprovação do meu nome por esta Casa para o cargo de Diretor do Banco Central, após prévia sabatina por esta mesma Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal. Exerci a função de Diretor de Política Econômica do Banco Central entre os anos 2000-2003, nos primórdios do regime de Metas de Inflação, que tanto tem servido ao Brasil. O arcabouço de controle de inflação foi sendo aperfeiçoado desde então. Tenho orgulho de ter participado dessa construção com outros colegas e ex-colegas que passaram pela Autoridade Monetária.

Dediquei muitos anos da minha vida aos estudos, que incluíram a graduação em faculdade pública, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o mestrado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), culminando com Doutorado no exterior no *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) – ao todo foram 11 anos de estudos superiores em Economia.

Na academia, tive experiências no exterior e no Brasil. Lecionei na Universidade de Brandeis nos EUA, onde iniciei minha experiência internacional. Anos depois, na volta ao Brasil, ensinei economia por 10 anos como Professor da PUC-RJ. Foi uma satisfação poder conviver com gerações mais novas entusiasmadas em aprender e que me ensinaram tanto.

A experiência internacional prosseguiu no Fundo Monetário Internacional, onde tive a oportunidade de me dedicar na teoria e na prática às políticas econômicas dos países em desenvolvimento. Essa experiência me aproximou da realidade de outros países em diferentes estágios de desenvolvimento.

A experiência no setor público foi complementada pela experiência no setor privado. Neste último, fui responsável pela análise econômica em instituições relevantes do sistema financeiro, onde acompanhei de perto a economia brasileira, publicando análises, projeções e opiniões. Nos últimos sete anos, tive a honra de chefiar um grupo de analistas que cobriam com profundidade e dedicação os mais diversos aspectos da economia brasileira e de outras da América Latina, sem contar a necessidade de acompanhar os desenvolvimentos nas economias maduras e nas outras economias emergentes.

Em diversas oportunidades, fui também responsável por acompanhar os diferentes riscos que afetam as instituições no Brasil, o que pode ser útil no desempenho da minha função no Banco Central do Brasil, na hipótese da aprovação do meu nome para o cargo de Presidente.

Nesses anos todos, pude participar ativamente do debate público, escrevendo e publicando vários artigos e livros, além de escrever minhas colunas frequentes nos principais jornais do país. Tentei contribuir também com opiniões e sugestões participando de institutos de estudo e debate como o Instituto Estudos Política Econômica da Casa das Garças no RJ e o Centro de Debate de Políticas Públicas (CDPP) em SP.

Essa inserção ativa no debate público nas últimas décadas me permitiu contextualizar os desafios e oportunidades do nosso País.

Entendo que essa experiência relatada capacita-me para o desempenho do cargo de Presidente do Banco Central do Brasil, uma instituição pública respeitada pela sua competência técnica dentro e fora do Brasil.

É o que submeto à apreciação de Vossas Excelências.

Brasília, 19 de maio de 2016.


ILAN GOLDFAJN

DECLARAÇÃO

(Art. 383, INCISO I, ALÍNEA “B” DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL)

1. Existência de parentes seus que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional, com a discriminação dos referidos períodos.

Não possuo nenhum parente que trabalhe ou que tenha trabalhado nessa hipótese.

2. Participação, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais, com a discriminação dos referidos períodos.

Tenho participação acionária no “Itaú Unibanco”, CNPJ 60.701.190/0001-04, desde Agosto de 2010. As ações decorrentes dessa participação societária serão alienadas até a data da posse, caso o Senado Federal aprove minha indicação.

Tenho participação societária na empresa atualmente denominada “Ciano Assessoria Econômica”, CNPJ 08.412.433/0001-66, desde Setembro de 2006. Haverá alienação das cotas de minha propriedade na referida empresa ao outro sócio-cotista remanescente, inclusive com alteração do objeto social e da denominação da sociedade, até a data da posse, caso o Senado Federal aprove minha indicação.

Tenho, ainda, participação societária na empresa Igold LLC, como consta na minha Declaração de Capitais Brasileiros no Exterior (CBE).

Destaco, por oportuno, que todas essas participações societárias constam das minhas Declarações Anuais à Receita Federal e que os investimentos mantidos no Brasil e no exterior serão administrados por gestor independente sem minha participação efetiva durante o período em que estiver na Presidência do Banco Central, caso minha indicação seja aprovada pelo Senado Federal.

3. Regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Conforme atestam as certidões anexas, não consta em meu nome qualquer pendência relativa a tributos federais, estaduais e municipais.

4. Existência de ações judiciais nas quais figure como autor ou réu, com indicação atualizada da tramitação processual.

Não figuro como autor ou réu em nenhuma ação judicial.

5. *Quanto à sua atuação, nos últimos 5 (cinco) anos, contados retroativamente ao ano em que se deu sua indicação, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.*

Nos últimos cinco anos, não tive atuação em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.



ILAN GOLDFAJN

DECLARAÇÃO

(Ato nº 02 de 2011-CAE, Art. 1º, inciso II, alínea "e")

Declaro ter atuado, nos últimos cinco anos, contados a partir do ano em que se deu minha indicação ao cargo de Presidente do Banco Central, em instituição que esta sujeita a fiscalização dessa Autarquia, nos termos das informações constantes de meu currículo.


ILAN GOLDFAJN



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

**Nome: ILAN GOLDFAJN
CPF: 980.031.607-82**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.

Emitida às 12:46:44 do dia 18/05/2016 <hora e data de Brasília>.

Válida até 14/11/2016.

Código de controle da certidão: **OFF8.4A39.35E7.D883**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL N° 2016.1.0352573-1
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS - CND

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE	
CPF / CNPJ : 980.031.607-82	CAD-ICMS : Não Insrito
NOME / RAZÃO SOCIAL : *****	
<p>CERTIFICA-SE para fins de direito e de acordo com as informações registradas nos Sistemas Corporativos da Secretaria de Estado de Fazenda que, até a presente data, NÃO CONSTAM DÉBITOS perante a Fazenda Estadual para o requerente acima identificado, ressalvado o direito de a Receita Estadual cobrar e inscrever as dívidas de sua responsabilidade, que vierem a ser apuradas.</p>	
EMITIDA EM: 18/05/2016 12:57	
VÁLIDA ATÉ : 14/11/2016	
Certidão emitida com base na Resolução SEFAZ nº 639 de 18/05/2016 12:57	
OBSERVAÇÕES	
<p>1.Esta certidão deve estar acompanhada da Certidão da Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado, nos termos da Resolução Conjunta SEFAZ/PGE nº 33/2004. 2.A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na internet, no endereço: www.fazenda.rj.gov.br. 3.Esta certidão não se destina a atestar débitos do imposto sobre transmissão "causa mortis" e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITD). 4.Qualquer rasura ou emenda inválida este documento.</p>	



Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CPF: 980.031.607-82

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa física acima identificada, é certificado que não constam débitos declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do interessado. Tratando-se de CERTIDÃO emitida para pessoa física, não é pesquisado na base de dados se existe débito para pessoa jurídica da qual o interessado é sócio.



Certidão nº

16050027976-39

Data e hora da emissão

18/05/2016 12:34:44

Validade

6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio www.pfe.fazenda.sp.gov.br



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
AÇÕES E EXECUÇÕES
CÍVEIS, CRIMINAIS, EXECUÇÕES FISCAIS E JUIZADOS ESPECIAIS**

Nº da Certidão 2016.00458254

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos armazenados no Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais, a partir de 25/04/1967, até a presente data, exclusivamente na Seção Judiciária do Rio de Janeiro, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, que contra:

ILAN GOLDFAJN, ou vinculado ao **CPF: 980.031.607-82**,

NADA CONSTA, na Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente pela Internet, com base na Resolução nº TRF2-RSP-2014/00033, de 30/12/2014;
- b) A informação do Nº do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (<http://www.jfrj.jus.br>);
- d) A autenticidade poderá ser efetivada, no máximo, em até 90 (noventa) dias após a expedição.

Rio de Janeiro - RJ, 18/05/2016 , às 12:41.

Seção de Informações Processuais



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO**

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS**

Nº da Certidão 20160001041435

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, que contra: **ILAN GOLDFAJN**, ou vinculado ao **CPF de número 980.031.607-82**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfsp.jus.br, até 60 dias da liberação, através do código de segurança: W7ELGNES9a8C hJLQYW 4I6HAUYYAMA3ZZZ
- d) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.
- e) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos equiparados e os processos sigilosos.
- f) Esta Certidão não abrange os processos em tramitação no Sistema Eletrônico PJe.

São Paulo, 18 de maio de 2016 às 12h43min.

**Núcleo de Apoio Judiciário
nuaj@trf3.jus.br - (11) 3225.8666**

Aviso nº 311 - C. Civil.

Em 19 de maio de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ILAN GOLDFAJN para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

À COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ofício da Câmara dos Deputados**SENADO FEDERAL****OFÍCIO Nº S/8, DE 2016**

(Nº 726/2016, NA ORIGEM)

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal
Senado Federal

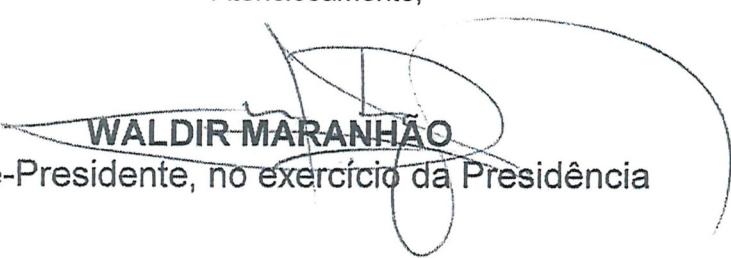
Brasília, 17 de maio de 2016.

Assunto: Ofício n. 236/16-Pres, do Senhor Deputado RICARDO IZAR,
Presidente da “Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a
investigar os fatos determinados como maus-tratos de animais”.
Encaminhamento do Relatório Final.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência cópia do Relatório Final da “Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar os fatos determinados como maus-tratos de animais”, para conhecimento e providências porventura cabíveis no âmbito do Senado Federal, solicitando especial atenção às recomendações constantes das fls. 265 a 267 do Relatório.

Atenciosamente,


WALDIR MARANHÃO
1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Vide item 2.1 do sumário

Projeto de Lei do Senado**SENADO FEDERAL****PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 217, DE 2016**

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para determinar que, na construção de escolas indígenas, seja estabelecida margem de preferência para a aquisição de materiais e serviços produzidos ou prestados por fontes do próprio território étnico-educacional onde ela estiver localizada.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar com acréscimo do seguinte parágrafo:

“Art. 3º

.....
§ 16. Na construção ou reforma de escolas indígenas, será estabelecida margem de preferência para aquisição de materiais de construção produzidos no território étnico-educacional onde a escola estiver localizada ou para serviços prestados por indígenas do mesmo território étnico-educacional. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial, não produzindo efeitos sobre os processos licitatórios que já estejam em andamento até a sua entrada em vigor.

JUSTIFICAÇÃO

Ao tratar de assuntos relativos aos povos indígenas, duas diretrizes fundamentais devem ser seguidas: promover o exercício de seus direitos, com especial atenção para a reprodução física e cultural desses povos, e realizar as intervenções mínimas necessárias para promover seu bem-estar e proteger seu modo de vida.

A construção de escolas indígenas atende ao direito desses povos à educação. Contudo, para que o impacto negativo dessas obras seja minimizado, condições peculiares podem e devem ser aplicadas. As licitações são, via de regra, pautadas pela busca do menor custo para o Estado, mas há, no caso dos povos indígenas, outros valores legítimos que devem ser levados em consideração.

A entrada de trabalhadores nas terras indígenas, ainda que seja para um fim desejável e necessário como a construção de escolas, causa impacto e, possivelmente, tensões na comunidade afetada. Se os próprios índios puderem realizar os trabalhos, organizando-se para isso, um eventual aumento de custo, dentro de uma margem razoável, pode ser uma contrapartida admissível para reduzir esse impacto.

Da mesma forma, o uso de materiais construtivos obtidos na própria terra indígena fortalece a cadeia produtiva interna, valoriza os materiais, saberes e técnicas construtivas tradicionais, além de diminuir o desafio logístico de levar materiais e equipes de construção para terras que, muitas vezes, são de difícil acesso.

Essas medidas favorecem, portanto, o desenvolvimento sustentável autônomo dos povos indígenas, diminuindo a passividade com que costumam ser tratados, ao inseri-los mais fortemente como agentes do próprio desenvolvimento.

São essas as razões que fundamentam a proposição, para a qual solicito o apoio dos ilustres Pares.

Sala das Sessões,

Senador **TELMÁRIO MOTA**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 - 8666/93](#)
[artigo 3º](#)

(*Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última decisão terminativa*)

Requerimentos**SENADO FEDERAL
REQUERIMENTO
Nº 366, DE 2016**

Requeiro, nos termos do artigo 218 e do artigo 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento de **ROGÉLIO CASADO MARINHO FILHO** – respeitado psiquiatra e aguerrido ativista na luta antimanicomial – ocorrido em 17 de maio do corrente ano.

Requeiro, ainda, seja transmitido o presente voto à família enlutada, representada neste ato pelo senhor Diego Casado, no endereço sito à rua 04, nº 71, Conjunto Beijar Flor II, Bairro de Flores, Manaus/AM. CEP 69.028-330.

JUSTIFICAÇÃO

Cumpre-nos registrar, com grande pesar, que, no dia 17 de maio do corrente ano, sofremos a perda do querido amigo e grande figura humana que exprimia, verdadeiramente, um imenso amor pelo campo da saúde pública, área na qual atuava no Amazonas.

Rogélio Casado Marinho Filho era um renomado psiquiatra, além de grande expoente da luta antimanicomial, não só no nosso estado, mas no Brasil. Podemos dizer que, dentre suas várias qualidades, a empatia lhe qualificava como a melhor pessoa para erguer a bandeira em favor dessa parcela da sociedade que muitas vezes é deixada de lado pelo poder público.

Sua capacidade de se colocar no lugar de seu semelhante era tamanha, que chegou a fazer greve de fome para direcionar os olhos do Estado, bem como da sociedade, para os retrocessos que as políticas implementadas na área da saúde mental representavam.

2

Inobstante seu engajamento, Rogélio também era um reconhecido propagador da cultura no nosso estado. Além de um dos fundadores da Banda Independente da Confraria do Armando (BICA), famoso elemento da cultura manauara, Casado também tinha uma paixão pela arte da fotografia.

Rogélio Casado partiu aos 63 anos e vai deixar muita saudade, mas, indubitavelmente, sua passagem por este mundo não foi em vão. Seus atos tiveram grande significância e, com certeza, sua pessoa sempre será lembrada e continuará a ser alvo da mais profunda gratidão; gratidão essa, fruto da dedicação com a qual desempenhou seu papel em favor dos mais vulneráveis.

Que Deus possa, neste momento de consternação, trazer conforto aos corações de todos aqueles que sofrem com a perda de uma pessoa tão estimada, principalmente aos seus filhos: Pablo, Diego e Ruan.

Portanto, é com grande pesar, sentimento este a ser estendido não somente à família enlutada, mas também a todos os amigos e admiradores dessa maravilhosa pessoa, representados neste ato por Diego Casado, que ofereço este Voto de Pesar.

Sala das Sessões, em de maio de 2016.

Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**

(Encaminhe-se)



SENADO FEDERAL REQUERIMENTO Nº 367, DE 2016

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de **Voto de Censura ao presidente interino da República, MICHEL TEMER**, por sua atitude desagregadora e discriminatória, uma vez que, quando da formação de sua equipe ministerial, desconsiderou por completo o papel, a importância e a capacidade da mulher, posto não haver nomeado sequer uma representante do gênero feminino no primeiro escalão do governo federal.

Requeiro, ainda, seja encaminhado o presente voto ao endereço sito à Praça dos Três Poderes, Palácio do Planalto, Brasília - DF, 70150-900.

JUSTIFICAÇÃO

O dia 12 de maio do ano de 2016 certamente ficará gravado como uma página obscura da história da República do Brasil. A data será lembrada, sobretudo, como o marco resultante de sucessivos e brutais ataques contra a democracia brasileira.

Não bastasse a violência praticada contra o sufrágio universal conquistado a duras penas; não bastasse a formação de um verdadeiro colégio eleitoral de exceção, que promoveu uma eleição indireta e antidemocrática, com o intuito de apear da Presidência da República uma mulher cujo poder foi-lhe atribuído legitimamente, pelo voto popular; não bastasse todos os ardis utilizados para atingir seu ilegítimo objetivo, o governo provisório, que ora se formou, já demonstrou que representa toda sorte de retrocesso, principalmente no que concerne às conquistas alcançadas pelas minorias que compõem a sociedade brasileira.

O presidente interino Michel Temer não hesitou em rechear sua equipe ministerial com homens investigados pela justiça. No entanto, dentre várias mulheres de

2

grande capacidade, competência e reconhecida higidez moral, nem uma sequer foi selecionada por esse senhor. Desde Geisel as mulheres não eram tão desprestigiadas por um presidente.

Na Procuradoria da Mulher do Senado, procuramos combater veementemente esse lamentável quadro de sub-representação feminino, mormente no que se refere ao campo político, uma vez que a ausência de representatividade de mulheres nesse meandro resulta na falta de políticas públicas em nosso benefício.

É digno de destaque que durante o período em que a presidenta Dilma Rousseff esteve à dianteira da nação brasileira, a bandeira da representação feminina foi verdadeiramente erguida.

O caminho optado por Temer é aquele no sentido contrário da crescente participação feminina na política brasileira. Contudo, não retrocederemos um milímetro na busca pela ampliação da participação da mulher nos espaços de liderança.

A cadeira presidencial, conquistada legitimamente por uma mulher eleita por mais de 54 milhões de brasileiros, temporariamente será ocupada por um senhor e sua equipe segregadamente constituída.

Não podemos nos furtar a repudiar essa atitude que representa um verdadeiro retrocesso às conquistas por espaço resultante de várias batalhas que nós mulheres travamos. Devemos, portanto, censurar a ausência de uma atitude inclusiva por parte do presidente interino, que não usou de sabedoria ao não indicar uma representante mulher para compor sua equipe.

Jamais deixaremos de lutar pelo empoderamento das mulheres, por maior participação na política e nos espaços de comando e direção. Censuramos esse retrocesso imposto pela vanguarda do atraso, ora no poder.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 2016.

Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Término de prazos

Encerrou-se no dia 20 de maio o prazo sem interposição do recurso no sentido da continuação da tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2007-Complementar.

A matéria vai ao Arquivo.

Encerrou-se em 20 de maio o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 205, de 2015; e ao Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2014.

Não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

MATÉRIAS DO CONGRESSO NACIONAL**Comunicações**

SENADO FEDERAL
Liderança do Bloco Moderador

Faça-se a substituição solicitada
Em 23/05/16

plomar

OF. Nº 026/2016-BLOMOD

Brasília, 23 de maio de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente

Cumprimentando Vossa Excelência, indico o Senador **Pedro Chaves (PSC/MS)**, para compor, como membro **Suplente**, a **Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC**.

Atenciosamente

fur

Senador **FERNANDO COLLOR**
Líder do Bloco Moderador
PTB – PSC – PTC – PRB – PR



SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do PT

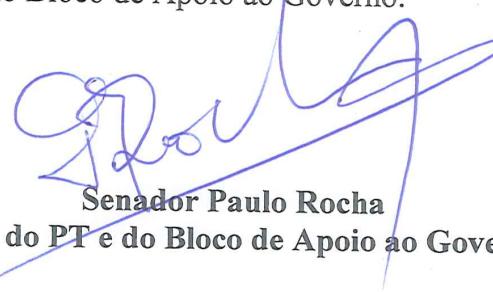
Ofício nº 035/2016 – GLDBAG

À publicação
Em 23/05/2016

Brasília, 23 de maio de 2016

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o **Senador Paulo Paim** como titular da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo.


Senador Paulo Rocha
Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Congresso Nacional



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do PTN/PTdoB/PSL

A publicação
Em 23/05/2016 J6


Brasília, 23 de maio de 2016.

Excelentíssimo Senhor
SENADOR RENAN CALHEIROS
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Assunto: Indicação para vagas da Comissão Mista de Orçamento

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Deputado **ADEMIR CAMILO (PTN/MG)** para integrar, como membro **TITULAR**, e o Deputado **JOZI ARAUJO (PTN/AP)**, como membro **SUPLENTE**, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – **CMO**, na vaga destinado ao Bloco PTN/PTdoB/PSL.


Deputado LUIZ CARLOS RAMOS

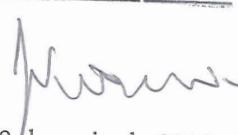
Líder do Bloco PTN/PTdoB/PSL



Câmara dos Deputados
Gabinete da Liderança do PR

Of. nº 176/2016 – Lid-PR

Faça-se a substituição solicitada
Em 23/05/16


Brasília, 18 de maio de 2016.

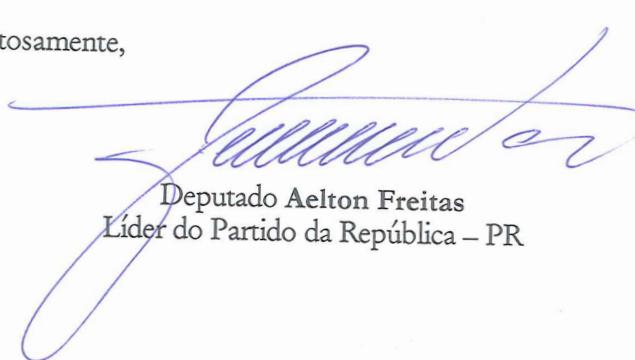
A Sua Excelência o Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente da Mesa do Congresso Nacional
Secretaria Legislativa do Congresso Nacional
Senado Federal

Assunto: Substituição na Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

Senhor Presidente,

Solicito especial atenção de Vossa Excelência no sentido de indicar o Deputado Remídio Monai (PR/RR) como membro titular em substituição ao Deputado Maurício Quintella Lessa (PR/AL) na Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

Respeitosamente,


Deputado Aelton Freitas
Líder do Partido da República – PR

De acordo, 
Deputado Maurício Quintella Lessa – PR/AL

Mensagens do Presidente da República, interino

CONGRESSO NACIONAL

MENSAGEM DO CONGRESSO NACIONAL

Nº 8, DE 2016

Encaminha, em cumprimento à Lei nº 13.242/2015, art. 55, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao 2º bimestre de 2016.

Mensagem nº 276 de 2016, na origem**DOCUMENTOS:**

- MENSAGEM PRESIDENCIAL
- EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
- RELATÓRIO

Publicado no DSF de 24/05/2016

Mensagem nº 276

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 55 da Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015, encaminho a Vossas Excelências o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao segundo bimestre de 2016, destinado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

Brasília, 20 de maio de 2016.



EM Interministerial nº 00093/2016/MP/MF

Brasília, 20 de maio de 2016.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. O art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, LRF, dispõe que, se verificado ao final de um bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes, o Ministério Público da União - MPU e a Defensoria Pública União - DPU promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela LDO.

2. O art. 55 da Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016, LDO-2016, estabelece que, se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da LRF, o Poder Executivo apurará o montante necessário e o informará a cada órgão orçamentário dos Poderes Legislativo e Judiciário, do MPU e da DPU até o vigésimo segundo dia após o encerramento do bimestre, observado o disposto no § 4º do art. 55 da LDO-2016.

3. No mês de fevereiro, o Poder Executivo efetuou, com base no § 5º do art. 55 da LDO-2016, contingenciamento dos seus limites de empenho e movimentação financeira, no montante de R\$ 23,4 bilhões, por meio do Decreto nº 8.676, de 19 de fevereiro 2016. Posteriormente, encaminhou ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem Presidencial nº 56, de 29 de fevereiro de 2016, Relatório Extemporâneo de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, de que trata o § 4º do art. 55 da LDO-2016, contendo as justificativas para o contingenciamento.

4. Transcorrido o 1º bimestre, conforme determina o art. 9º da LRF e art. 55 da LDO-2016, foram reavaliadas as projeções de receitas e despesas primárias com dados realizados até fevereiro de 2016, em sua maioria, e parâmetros macroeconômicos atualizados. Com base nessas atualizações apurou-se a necessidade de contingenciamento adicional, incidente sobre todos os Poderes, MPU e DPU, de R\$ 21.244,9 milhões, totalizando, no ano, um esforço de R\$ 44.615,3 milhões. O Relatório de Avaliação das Receitas e Despesas Primárias do 1º Bimestre foi encaminhado ao Congresso Nacional por meio da Mensagem Presidencial nº 94, de 22 de março de 2016. Os resultados dessa Avaliação no âmbito do Poder Executivo foram efetivados por meio do Decreto nº 8.700, de 30 de março de 2016.

5. Findo o segundo bimestre, em cumprimento ao art. 9º da LRF, foram reavaliadas as receitas e as despesas primárias do Governo Federal, observando a arrecadação das receitas federais e a realização das despesas primárias até o mês de abril de 2016, em sua maioria, bem como parâmetros macroeconômicos atualizados, compatíveis com o cenário econômico vigente.



6. A previsão do crescimento real do PIB para 2016 foi ainda mais reduzida em relação à última avaliação, passando de -3,1% a -3,8%. A estimativa da variação do índice de inflação (IPCA) foi revista de 7,4% para 7,0%.

7. Importante ressaltar que a presente Avaliação, diferentemente das anteriores, implementa uma mudança metodológica no que concerne à inclusão de medidas legislativas e/ou dependentes de fatores de mercado alheios ao controle do Governo Federal. Nesse sentido, em consonância com as recentes recomendações dos órgãos de controle quanto ao gerenciamento dos riscos associados ao processo de gestão fiscal, optou-se pelo conservadorismo, retirando-se das projeções da referida Avaliação as mencionadas medidas.

8. A revisão das estimativas de receita líquida de transferências a Estados, DF e Municípios demonstra um decréscimo de R\$ 107,9 bilhões, o que representa uma variação negativa de 9,1% em relação à avaliação de março.

9. No que se refere às Receitas Administradas pela RFB/MF, exceto a arrecadação líquida do RGPS, sua reestimativa aponta decréscimo de R\$ 77,3 bilhões ou de variação negativa de 9,0%, em relação ao relatório anterior. As maiores frustrações nesse grupo de receitas foram observadas nas projeções do Imposto sobre a Renda, COFINS, CPMF e Outras Receitas Administradas. Essas frustrações são decorrência não só da consideração de novos dados realizados e parâmetros nessas projeções, que refletem a deterioração da atividade econômica, como também da não consideração de medidas, tais como recriação da CPMF. Isso porque, apesar da factibilidade dessas medidas, o impacto de sua realização, assim como prazos para tanto, são incertos, uma vez que dependem de outros agentes além do Poder Executivo, tais como o Congresso Nacional, para entrarem em vigor.

10. Sobre as novas estimativas das Receitas Não-Administradas pela RFB/MF, essas mostram redução da R\$ 43,3 bilhões, ou de 22,9%, em relação ao relatório de março. As maiores frustrações observadas nesse conjunto de receitas estão concentradas nas projeções de Concessões e Permissões, Dividendos e Participações e Operações com Ativos. Assim como na estimativa das Receitas Administradas pela RFB/MF, além da frustração advinda da deterioração da atividade econômica, a redução nas estimativas das Receitas Não-Administradas pela RFB/MF se explica pela não consideração de medidas.

11. Nas estimativas das despesas primárias de execução obrigatória, observa-se um acréscimo líquido de R\$ 30,0 bilhões. Analogamente às estimativas de receita, parte desse aumento, especificamente R\$ 19,0 bilhões, deve-se à não consideração de medidas nas atuais estimativas, uma vez que mesmo que sejam factíveis, essas medidas são incertas no que se refere a seus impactos e prazo para surtirem seus efeitos.

12. A previsão de déficit do RGPS foi majorada em R\$ 10,3 bilhões devido à frustração observada na nova estimativa da arrecadação líquida do RGPS frente ao aumento da estimativa da despesa com benefícios previdenciários em relação à avaliação anterior. Desse aumento, R\$ 5,8 bilhões são relativos a medidas de gestão, conforme Nota Técnica no 01/2015/SPPS/MPS, de 25 de agosto de 2015.

13. Desse modo, diante da combinação dos fatores citados, mostra-se necessária a redução adicional dos limites de empenho e movimentação financeira das despesas discricionárias, em relação aos limites da avaliação de março em R\$ 137,9 bilhões, conforme demonstrado a seguir:

Discriminação	Variações em relação à Avaliação do 1º Bimestre	R\$ milhões
1. Receita Primária Total		(124.114,8)
2. Transferências aos Entes Subnacionais por Repartição de Receita		(16.248,8)
3. Receita Líquida de Transferências (1) - (2)		(107.866,0)
4. Despesas Obrigatórias		30.023,7
5. Compensação Déficit Estatais 1º Bimestre nas Discricionárias do Poder Executivo (*)		(2,5)
6. Despesas Discricionárias (3) - (4) - (5)		(137.887,2)

Fonte/Elaboração: SOF/MP.

(*) Conforme Decreto nº 8.700, de 30 de março de 2016.

14. Diante do exposto, submetemos à consideração de Vossa Excelência o relatório de avaliação das receitas e despesas primárias do segundo bimestre de 2016, em anexo, elaborado em observância ao disposto no art. 55, § 4º, da LDO-2016, propondo seu encaminhamento à Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição.

Respeitosamente,



ROMERO JUCÁ
Ministro de Estado do Planejamento,
Desenvolvimento e Gestão



HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES
Ministro de Estado da Fazenda





RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS

2º Bimestre de 2016

Brasília-DF

Maio/2016



Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 2º Bimestre de 2016

O RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS é uma publicação em cumprimento ao disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, e no art. 55 da Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016. O conteúdo presente neste documento foi produzido pelas seguintes instituições:

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Secretaria de Orçamento Federal (*)
Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria do Tesouro Nacional
Secretaria de Receita Federal do Brasil
Secretaria de Política Econômica

(*) Coordenação Técnica

Distribuição Eletrônica

<http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2016-2/orcamentos-anuais/view?anoOrc=2016>

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação, desde que mencionada a fonte.

BRASIL. Relatório de avaliação de receitas e despesas primárias: programação orçamentária e financeira de 2016. Secretaria de Orçamento Federal. Brasília. Maio de 2016.



Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 2º Bimestre de 2016**MENSAGEM AOS MINISTROS**

1. O art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, LRF, determina que, se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.
2. O art. 55 da Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016, LDO-2016, estabelece os critérios requeridos pela LRF, determinando que o Poder Executivo apure o montante da limitação de empenho e movimentação financeira necessária e informe aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público da União – MPU e à Defensoria Pública da União – DPU, até o vigésimo segundo dia após o encerramento do bimestre.
3. Este documento foi preparado em cumprimento ao § 4º do art. 55 da LDO-2016, o qual determina que o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao MPU e à DPU, relatório que será apreciado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, contendo, dentre outras informações, as memórias de cálculo e justificativas das alterações das projeções de receitas e despesas primárias.
4. Em obediência aos normativos supracitados, neste relatório são apresentados os parâmetros macroeconômicos que serviram de base para as projeções e as memórias de cálculo das novas estimativas de receitas e das despesas primárias de execução obrigatória. Essas projeções indicam a necessidade de redução dos limites de empenho e movimentação financeira de todos os Poderes no montante de R\$ 137,9 bilhões que, somada à redução apontada até o Relatório do 1º Bimestre, no valor de R\$ 44,6 bilhões, resulta em um corte de R\$ 182,6 bilhões até o momento.

Respeitosamente,


George Soares
Secretário de Orçamento Federal


Otávio Ladeira de Medeiros
Secretário do Tesouro Nacional

Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 2º Bimestre de 2016**ÍNDICE GERAL**

LISTA DE TABELAS	5
SIGLAS E ABREVIATURAS	6
1. DISPOSIÇÕES LEGAIS	7
2. HISTÓRICO	8
3. RESULTADO DESTA AVALIAÇÃO	8
4. PARÂMETROS (LDO-2016, art. 55, § 4º, inciso II)	11
5. ANÁLISE DAS ESTIMATIVAS DAS RECEITAS PRIMÁRIAS (LDO-2016, art. 55, § 4º, incisos I e IV)	12
5.1. Receitas Administradas pela RFB/MF, exceto arrecadação líquida do RGPS	14
5.2. Receitas Não-Administradas pela RFB/MF, exceto arrecadação líquida do RGPS	14
5.3. Transferências por Repartição de Receita aos Estados, DF e Municípios	19
6. ANÁLISE DAS ESTIMATIVAS DAS DESPESAS PRIMÁRIAS OBRIGATÓRIAS (LDO-2016, art. 55, § 4º, inciso III)	19
7. ESTIMATIVA DO RESULTADO DO RGPS (LDO-2016, art. 55, § 4º, incisos I e IV)	21
8. MEMÓRIA DE CÁLCULO DO RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS (LDO-2016, art. 55, § 4º, inciso V)	23
9. RESULTADO PRIMÁRIO DOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS	23
10. BASE DE CÁLCULO PARA A DISTRIBUIÇÃO DO CONTINGENCIAMENTO ENTRE OS PODERES, MPU E DPU (LDO-2016, art. 55, §§ 1º e 2º)	24
11. DISTRIBUIÇÃO DA REDUÇÃO DOS LIMITES DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA (LDO-2016, art. 55, caput, §§ 1º e 2º)	26
12. EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS E DE BANCADA (CF, art. 166, §§ 9º, 11 e 17 e LDO-2016, Seção X)	26
ANEXO I - PARÂMETROS (LDO-2016, art. 55, § 4º, inciso II)	30
ANEXO II - Memória de Cálculo das Receitas Administradas pela RFB/MF, exceto Receitas Previdenciárias e CPSS (LDO-2016, art. 55, § 4º, incisos I e IV)	37
ANEXO III - Memória de Cálculo das Receitas Previdenciárias – Secretaria da Receita Federal do Brasil (LDO-2016, art. 55, § 4º, incisos I e IV)	43
ANEXO IV - ESTIMATIVA ATUALIZADA DO RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS (LDO - 2016, art. 55, § 4º, inciso V)	45
ANEXO V – DEMAIS RECEITAS PRIMÁRIAS	48
ANEXO VI – HISTÓRICO DAS AVALIAÇÕES	49



Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 2º Bimestre de 2016**LISTA DE TABELAS**

<i>Tabela 1: Resultado desta Avaliação do 2º Bimestre.....</i>	10
<i>Tabela 2: Parâmetros Macroeconômicos.....</i>	11
<i>Tabela 3: Comparativo das estimativas das Receitas Primárias do Governo Central.....</i>	13
<i>Tabela 4: Comparativo das estimativas das Despesas Primárias Obrigatórias do Governo Central</i>	19
<i>Tabela 5: Variações nas estimativas das Despesas Primárias Obrigatórias</i>	20
<i>Tabela 6: Estimativa das despesas com benefícios previdenciários.....</i>	22
<i>Tabela 7: Déficit do RGPS</i>	23
<i>Tabela 8: Demonstrativo da Frustração das Receitas Primárias Líquidas de Transferências em relação ao PLOA-2016</i>	25
<i>Tabela 9: Base Contingenciável Total.....</i>	25
<i>Tabela 10: Distribuição da redução dos limites de empenho e movimentação financeira indicada na presente avaliação entre os Poderes, MPU e DPU</i>	26
<i>Tabela 11: Emendas Individuais 2016 – LOA x Execução Obrigatória antes dos Contingenciamentos.....</i>	27
<i>Tabela 12: Limitação das Emendas Individuais de execução obrigatória</i>	28
<i>Tabela 13: Emendas Individuais de execução obrigatória por Poder, MPU e DPU.....</i>	28
<i>Tabela 14: Limitação Máxima das Emendas Individuais por Avaliação</i>	29
<i>Tabela 15: Emendas de Bancada de execução obrigatória.....</i>	29
<i>Tabela 16: Limitação das Emendas de Bancada por Avaliação</i>	29



Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 2º Bimestre de 2016**SIGLAS E ABREVIATURAS**

ADCT:	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	FDNE:	Fundo de Desenvolvimento do Nordeste
ANA	Agência Nacional de Águas	FGTS:	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica	FNDE:	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
ANP	Agência Nacional do Petróleo	FPE:	Fundo de Participação dos Estados
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	FPM:	Fundo de Participação dos Municípios
CATI/ MCTI	Comitê da Área de Tecnologia da Informação do MCTI	FRGPs	Fundo do Regime Geral da Previdência Social
CF	Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos	Fundeb:	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
CFURH	Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos	GRU	Guia de Recolhimento da União
Cide:	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
CNMP:	Conselho Nacional do Ministério Público	ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	IGP-DI:	Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna
COFINS:	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
CPMF:	Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira	IPCA:	Índice de Preços ao Consumidor - Amplo
CPSS:	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público	IOF:	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro
CSLL:	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	IPI:	Imposto sobre Produtos Industrializados
DARF	Documento de Arrecadação de Receitas Federais	IPI-EE:	Transferência do IPI aos Estados Exportadores
DF:	Distrito Federal	IR:	Imposto sobre a Renda
FACTI	Fundação de Apoio à Capacitação em Tecnologia da Informação	ITR:	Imposto Territorial Rural
FDA:	Fundo de Desenvolvimento da Amazônia	LDO:	Lei de Diretrizes Orçamentárias
		LOA:	Lei Orçamentária Anual
		LOAS:	Lei Orgânica de Assistência Social



Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 2º Bimestre de 2016

LRF:	Lei de Responsabilidade Fiscal	STN:	Secretaria do Tesouro Nacional
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	TAR	Tarifa Atualizada de Referência
MIXIER	Índice Específico de Receita: parâmetro de projeção formado pela composição de 55% do IPCA e 45% do IGP-DI	UHE	Usina Hidrelétrica de Energia
MF:	Ministério da Fazenda		
MME	Ministério de Minas e Energia		
MP:	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão		
MPU:	Ministério Público da União		
MPV	Medida Provisória		
PCH	Pequena Central Hidrelétrica		
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento		
PIB:	Produto Interno Bruto		
PIS/ PASEP:	Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público		
PLOA:	Projeto de Lei Orçamentária Anual		
RFB:	Secretaria da Receita Federal do Brasil		
RGPS:	Regime Geral de Previdência Social		
RPVs	Requisições de Pequeno Valor		
Selic:	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia		
Simples:	Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte		
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal		
SOF:	Secretaria de Orçamento Federal		
SPE:	Secretaria de Política Econômica		
STJ:	Superior Tribunal de Justiça		

Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 2º Bimestre de 2016

1. DISPOSIÇÕES LEGAIS

1. O art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, LRF dispõe que, se verificado ao final de um bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes, o Ministério Público da União - MPU e a Defensoria Pública da União - DPU promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

2. A Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016, LDO-2016, por sua vez, estabelece, em seu art. 55, que, caso seja necessário efetuar limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da LRF, o Poder Executivo apurará o montante necessário e informará a cada órgão orçamentário dos Poderes Legislativo e Judiciário, do MPU e da DPU até o vigésimo segundo dia após o encerramento do bimestre.

3. Adicionalmente, o § 4º do citado art. 55 determina ao Poder Executivo divulgar na *internet* e encaminhar ao Congresso Nacional relatório que será apreciado pela Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, contendo:

a) a memória de cálculo das novas estimativas de receitas e despesas primárias e a demonstração da necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira nos percentuais e montantes estabelecidos por órgão;

b) a revisão dos parâmetros e das projeções das variáveis de que tratam o inciso XXI do Anexo II e o Anexo de Metas Fiscais;

c) a justificativa das alterações de despesas obrigatórias, explicitando as providências que serão adotadas quanto à alteração da respectiva dotação orçamentária, bem como os efeitos dos créditos extraordinários abertos;

d) os cálculos relativos à frustração das receitas primárias, que terão por base demonstrativos atualizados de que trata o inciso XI do Anexo II, e demonstrativos equivalentes, no caso das demais receitas, justificando os desvios em relação à sazonalidade originalmente prevista; e

e) a estimativa atualizada do superávit primário das empresas estatais, acompanhada da memória dos cálculos referentes às empresas que responderem pela variação; e

f) justificativa dos desvios ocorridos em relação às projeções realizadas nos relatórios anteriores.

4. Cumple ainda ressaltar que, apesar de o art. 9º da LRF exigir avaliação da receita orçamentária, torna-se também necessário proceder, para fins de uma completa



Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 2º Bimestre de 2016

avaliação para cumprimento das metas, à análise do comportamento das despesas primárias de execução obrigatória, uma vez que suas reestimativas em relação às dotações constantes da LOA podem afetar a obtenção do referido resultado.

2. HISTÓRICO

5. No mês de fevereiro, o Poder Executivo efetuou, com base no § 5º do art. 55 da LDO-2016, redução dos seus limites de empenho e movimentação financeira, no montante de R\$ 23.408,9 milhões. Em seguida, encaminhou, ao Congresso Nacional, Relatório Extemporâneo de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, de que trata o §4º do art. 55 da LDO-2016, contendo as explicações para a realização desse contingenciamento. O referido relatório¹ foi encaminhado ao Congresso Nacional em 29 de fevereiro, por meio da Mensagem Presidencial nº 56 dessa mesma data e o contingenciamento em questão foi operacionalizado pelo Decreto nº 8.676, de 19 de fevereiro 2016².

6. Transcorrido o 1º bimestre, conforme determina o art. 9º da LRF e art. 55 da LDO-2016, foram reavaliadas as projeções de receitas e despesas primárias com dados realizados até fevereiro de 2016, em sua maioria, e parâmetros macroeconômicos atualizados. Com base nessas atualizações apurou-se a necessidade de contingenciamento adicional, incidente sobre todos os Poderes, MPU e DPU, de R\$ 21.244,9 milhões, totalizando, no ano, um esforço de R\$ 44.615,3 milhões. O Relatório de Avaliação das Receitas e Despesas Primárias do 1º Bimestre³, foi encaminhado ao Congresso Nacional por meio da Mensagem Presidencial nº 94, de 22 de março de 2016. Os resultados dessa Avaliação no âmbito do Poder Executivo foram efetivados por meio do Decreto nº 8.700, de 30 de março de 2016⁴.

3. RESULTADO DESTA AVALIAÇÃO

7. Findo o 2º bimestre, em cumprimento ao art. 9º, foram reavaliadas as estimativas das receitas e despesas primárias do Governo Federal, observando a arrecadação das receitas federais e a realização das despesas primárias⁵ até o mês de abril de 2016, em sua maioria, bem como parâmetros macroeconômicos atualizados, compatíveis com o cenário econômico vigente.

8. A previsão do crescimento real do PIB para 2016 foi ainda mais reduzida em relação à última avaliação, passando de -3,1% a -3,8%. A estimativa da variação do índice de inflação (IPCA) foi revista de 7,4% para 7,0%. As demais projeções serão comentadas na seção “Parâmetros” deste Relatório.

¹ Disponível em: http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2016/relatorio-de-avaliacao-fiscal/relatorio_av_extemporanea_fev_2016.pdf

² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8676.htm

³ Disponível em: http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2016/relatorio-de-avaliacao-fiscal/relatorio-avaliacao-1o-bimestre_21bi.pdf

⁴ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8700.htm

⁵ Dados disponíveis em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/resultado-do-tesouro-nacional>

Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 2º Bimestre de 2016

9. Importante ressaltar que a presente Avaliação, diferentemente das anteriores, implementa uma mudança metodológica no que concerne à inclusão de medidas legislativas e/ou dependentes de fatores de mercado alheios ao controle do Governo Federal. Nesse sentido, em consonância com as recentes recomendações dos órgãos de controle quanto ao gerenciamento dos riscos associados ao processo de gestão fiscal, optou-se pelo conservadorismo, retirando-se das projeções deste Relatório as referidas medidas.

10. A revisão das estimativas de receita líquida de transferências a Estados, DF e Municípios demonstra um decréscimo de R\$ 107,9 bilhões, o que representa uma variação negativa de 9,1% em relação à avaliação de março.

11. No que se refere às Receitas Administradas pela RFB/MF, exceto a arrecadação líquida do RGPS, sua reestimativa aponta decréscimo de R\$ 77,3 bilhões ou de variação negativa de 9,0%, em relação ao relatório anterior. As maiores frustrações nesse grupo de receitas foram observadas nas projeções do Imposto sobre a Renda, COFINS, CPMF e Outras Receitas Administradas. Essas frustrações são decorrência não só da consideração de novos dados realizados e parâmetros nessas projeções, que refletem a deterioração da atividade econômica, como também da não consideração de medidas, tais como recriação da CPMF. Isso porque, apesar da factibilidade dessas medidas, o impacto de sua realização, assim como prazos para tanto, são incertos, uma vez que dependem de outros agentes além do Poder Executivo, tais como o Congresso Nacional, para entrarem em vigor.

12. Sobre as novas estimativas das Receitas Não-Administradas pela RFB/MF, essas mostram redução de R\$ 43,3 bilhões, ou de 22,9%, em relação ao relatório de março. As maiores frustrações observadas nesse conjunto de receitas estão concentradas nas projeções de Concessões e Permissões, Dividendos e Participações e Operações com Ativos. Assim como na estimativa das Receitas Administradas pela RFB/MF, além da frustração advinda da deterioração da atividade econômica, a redução nas estimativas das Receitas Não-Administradas pela RFB/MF se explica pela não consideração de medidas.

13. Nas estimativas das despesas primárias de execução obrigatória, observa-se um acréscimo líquido de R\$ 30,0 bilhões. Analogamente às estimativas de receita, parte desse aumento, especificamente R\$ 19,0 bilhões, deve-se à não consideração de medidas nas atuais estimativas, uma vez que mesmo que sejam factíveis, essas medidas são incertas no que se refere a seus impactos e prazo para surtirem seus efeitos.

14. A previsão de déficit do RGPS foi majorada em R\$ 10,3 bilhões devido à frustração observada na nova estimativa da arrecadação líquida do RGPS frente ao aumento da estimativa da despesa com benefícios previdenciários em relação à avaliação anterior. Desse aumento, R\$ 5,8 bilhões são relativos a medidas de gestão, conforme Nota Técnica no 01/2015/SPPS/MPS, de 25 de agosto de 2015.

15. Desse modo, diante da combinação dos fatores citados, mostra-se necessária a redução adicional dos limites de empenho e movimentação financeira das



Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 2º Bimestre de 2016

despesas discricionárias, em relação aos limites da avaliação de março em R\$ 137,9 bilhões, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 1: Resultado desta Avaliação do 2º Bimestre

Discriminação	R\$ milhões
Variações em relação à Avaliação do 1º Bimestre	
1. Receita Primária Total	(124.114,8)
2. Transferências aos Entes Subnacionais por Repartição de Receita	(16.248,8)
3. Receita Líquida de Transferências (1) - (2)	(107.866,0)
4. Despesas Obrigatórias	30.023,7
5. Compensação Déficit Estatais 1º Bimestre nas Discricionárias do Poder Executivo (*)	(2,5)
6. Despesas Discricionárias (3) - (4)	(137.887,2)

Fonte/Elaboração: SOF/MP.

(*) Conforme Decreto 8.700, de 30 de março de 2016.



Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 2º Bimestre de 2016**4. PARÂMETROS (LDO-2016, art. 55, § 4º, inciso II)****Tabela 2: Parâmetros Macroeconômicos****PROJEÇÕES DE PARÂMETROS - 2016**

Parâmetros	Avaliação do 1º Bimestre (a)	Avaliação do 2º Bimestre (b)	Variação %
PIB real (%)	-3,1	-3,8	24,5
PIB Nominal (R\$ bilhões)	6.247,1	6.198,9	-0,8
IPCA acum (%)	7,4	7,0	-5,9
IGP-DI acum (%)	7,8	7,2	-8,3
Taxa Over - SELIC Média (%)	14,2	14,0	-1,3
Taxa de Câmbio Média (R\$ / US\$)	4,2	3,7	-11,7
Preço Médio do Petróleo (US\$/barril)	40,8	43,4	6,4
Valor do Salário Mínimo (R\$ 1,00)	880,0	880,0	0,0
Massa Salarial Nominal (%)	3,0	2,4	-17,8

Fonte: SPE/MF.

Elaboração: SOF/MP.

16. As projeções dos parâmetros que servem de referência para a atualização das estimativas de receita e despesa no presente relatório refletem queda mais intensa na atividade econômica para o exercício corrente, porém, menor aceleração dos principais índices de preços do que inicialmente previsto no Relatório do 1º bimestre.

17. Estima-se ampliação de queda para o PIB real de -3,1% para -3,8%, enquanto a projeção para o PIB nominal também apresenta um decréscimo, de R\$ 6,24 trilhões para R\$ 6,19 trilhões, resultado da combinação de menor inflação e maior queda do PIB real.

18. Dado que os principais índices de preços registram desaceleração no acumulado de 12 meses e que há sinais de uma queda maior ao longo do ano, a projeção para o IPCA foi revisada de 7,4% para 7,0%, enquanto a previsão para o IGP-DI passou de 7,8% para 7,2%. Em linha com a trajetória das previsões de inflação, a projeção para a Selic média foi revisada de 14,2% para 14,0%.

19. A redução da projeção da taxa de crescimento da massa salarial, sendo revisada de 3,0% para 2,4%, reflete, sobretudo, a maior expectativa de deterioração econômica e, consequentemente, menor taxa de ocupação.

20. A projeção para a taxa de câmbio média, em reais por dólar, foi revisada de R\$ 4,2 para R\$ 3,7, refletindo menor incerteza em relação à conjuntura econômica e a queda recente da cotação no mercado à vista.



Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 2º Bimestre de 2016

21. A discreta recuperação da cotação do barril do petróleo no mercado internacional nos últimos dois meses reflete-se na revisão da projeção para o preço médio em 2016 de US\$ 40,8 para US\$ 43,4.

5. ANÁLISE DAS ESTIMATIVAS DAS RECEITAS PRIMÁRIAS (LDO-2016, art. 55, § 4º, incisos I e IV)

22. A projeção das receitas da União segue, de modo geral, um modelo incremental, em que se utilizam os principais parâmetros de projeção das contas públicas sobre uma base de cálculo composta pela arrecadação realizada no ano imediatamente anterior, excluídas da base de projeção as receitas extraordinárias. Aplicam-se a essa base também os efeitos decorrentes das alterações na legislação tributária.

23. A estimativa atual das receitas primárias do Governo Central, líquida de transferências a estados, DF e municípios, apresentou decréscimo de R\$ 107,9 bilhões em relação à avaliação anterior, conforme demonstrado na tabela seguinte:



Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 2º Bimestre de 2016

Tabela 3: Comparativo das estimativas das Receitas Primárias do Governo Central

Discriminação	Avaliação do 1º Bimestre (a)	Avaliação do 2º Bimestre (b)	Diferença (c = b - a)	R\$ milhões
I. RECEITA TOTAL	1.410.999,6	1.286.884,7	(124.114,8)	
Receita Administrada pela RFB/MF, exceto RGPS	861.496,8	784.195,2	(77.301,6)	
Imposto de Importação	37.346,1	33.502,6	(3.843,6)	
IPI	49.557,6	45.874,3	(3.683,3)	
Imposto sobre a Renda, líquido de incentivos fiscais	340.014,2	312.407,9	(27.606,3)	
IOF	36.468,9	36.675,5	206,6	
CORNS	216.351,5	207.393,3	(8.958,2)	
PIS/PASEP	57.441,5	55.340,7	(2.100,8)	
CSLL	67.204,4	66.612,6	(591,8)	
CPMF	13.644,9	1,8	(13.643,0)	
CIDE - Combustíveis	5.527,6	5.699,6	172,0	
Outras Administradas pela RFB/MF	37.940,1	20.686,9	(17.253,2)	
REFIS/PAES	0,0	0,0	0,0	
Arrecadação Líquida para o RGPS	360.411,8	356.909,0	(3.502,7)	
Receitas Não-Administradas pela RFB/MF	189.091,0	145.780,5	(43.310,5)	
Concessões e Permissões	30.957,3	23.674,6	(7.282,7)	
Complemento do FGTS	5.189,4	5.206,9	17,5	
Cont. para o Plano de Seguridade do Servidor	12.781,2	12.826,3	45,0	
Contribuição do Salário-Educação	19.589,7	19.506,0	(83,7)	
Cota-Parte de Compensações Financeiras	26.836,6	25.038,9	(1.797,7)	
Dividendos e Participações	10.765,4	4.941,8	(5.823,6)	
Operações com Ativos	30.862,0	2.902,6	(27.959,4)	
Receita Própria (fontes 50, 63 e 81)	15.972,1	16.112,8	140,7	
Demais Receitas	36.137,3	35.570,6	(566,7)	
II. TRANSF. A ESTADOS E MUNICÍPIOS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	225.281,2	209.032,4	(16.248,8)	
CIDE - Combustíveis	1.488,9	1.569,5	80,6	
Compensações Financeiras	17.909,1	16.738,7	(1.170,4)	
Contribuição do Salário-Educação	11.753,8	11.703,6	(50,2)	
FPE/FPM/IPI-EE	183.844,1	168.921,4	(14.922,7)	
Fundos Constitucionais	8.867,1	8.631,8	(235,4)	
Repasse Total	11.757,7	10.747,7	(1.010,1)	
Superávit Fundos	(2.890,6)	(2.115,9)	(774,7)	
Demais	1.418,1	1.467,4	49,3	
III. RECEITA LÍQUIDA (I - II)	1.185.718,4	1.077.852,3	(107.866,0)	

Fontes: RFB/MF; SOF/MP; STN/MF.

Elaboração: SOF/MP.



Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 2º Bimestre de 2016

5.1. Receitas Administradas pela RFB/MF, exceto arrecadação líquida do RGPS

24. A memória de cálculo de todas as receitas administradas pela RFB/MF encontra-se no Anexo II deste relatório.

5.2. Receitas Não-Administradas pela RFB/MF, exceto arrecadação líquida do RGPS

25. **Concessões e Permissões (-R\$ 7.282,7 milhões):** a revisão decorre da adoção de cenário mais conservador que inclui somente as receitas referentes a contratos de concessão vigentes, no total de R\$ 22.800 milhões, e, no caso de novas concessões, somente aquelas em estágio mais avançado, com edital publicado ou com estudos de viabilidade já apreciados pelo Tribunal de Contas da União, estimadas em R\$ 875 milhões.

26. **Complemento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (+R\$ 17,5 milhões):** o ligeiro crescimento dessa receita deve-se à combinação de movimentos opostos nas duas receitas que compõem esse grupo: a Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador teve arrecadação, em março e abril, R\$ 6,0 milhões abaixo do esperado, juntando a isso a queda na combinação inflação (IER) e PIB de 6,11% para 4,91%; já a arrecadação da Contribuição Relativa à Demissão sem Justa Causa no segundo bimestre superou o previsto em R\$ 57,0 milhões, acréscimo que foi parcialmente compensado pela queda na combinação inflação e PIB.

27. **Contribuição do Servidor para o plano de Seguridade Social do Servidor Público – CPSS (+R\$ 45,0 milhões):** esse grupo de receitas teve registro de arrecadação, no segundo bimestre, cerca de R\$ 180,0 milhões menor que o esperado. Entretanto, o crescimento da estimativa explica-se pela previsão de crescimento das despesas de pessoal, base para sua estimativa.

28. **Contribuição do Salário-Educação (-R\$ 83,7 milhões):** a queda na previsão desta Contribuição deve-se à soma de dois fatores: arrecadação em março e abril R\$ 16,5 milhões abaixo do esperado e queda na estimativa do parâmetro utilizado para sua estimativa – a massa salarial nominal passou de 2,97% para 2,44%.

29. **Cota-Parte de Compensações Financeiras (-R\$ 1.797,7 milhões):** a explicação da variação desse grupo de receita deve ser assim dividida.

- a) **Recursos do Petróleo (-R\$ 1.822,6 milhões):** apesar do valor estimado para o Brent ter aumento de 6% (40,78 para 43,40), a taxa de câmbio prevista sofreu redução de 12% (4,18 para 3,69), mais que compensando o aumento do Brent.
- b) **Recursos Minerais (+R\$ 84,1 milhões):** o crescimento na estimativa dessa receita é explicado pela arrecadação R\$ 88,9 milhões acima da esperada no segundo bimestre, compensada parcialmente pela queda na estimativa de inflação (9,45% para 9,06%)



Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 2º Bimestre de 2016

c) **Royalties de Itaipu (-R\$ 59,2 milhões):** a nova projeção deriva de informação inserida no SIOP pela ANEEL, cujas justificativa, metodologia e memória de cálculo estão transcritas a seguir

JUSTIFICATIVA:

"A CFURH foi instituída pela CF 1988 e trata-se de um percentual que as concessionárias de geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos. A ANEEL gerencia a arrecadação e a distribuição dos recursos entre os beneficiários: Estados, Municípios e órgãos da administração direta da União. Conforme estabelecido na Lei nº 8.001/1990, com modificações dadas pelas Leis nº 9.433/97, nº 9.984/00 e nº 9.993/00, são destinados 45% dos recursos aos Municípios atingidos pelos reservatórios das UHEs, enquanto que os Estados têm direito a outros 45%. A União fica com 10% do total. Geradoras caracterizadas como PCHs, são dispensadas do pagamento da Compensação Financeira. A previsão de geração foi baseada no valor médio em MWh gerado pelas usinas, mês a mês, entre os anos de 2010 e 2014. Para as usinas com entrada em operação em 2015/2016-UHE Colíder, UHE Ferreira Gomes, UHE Santo Antônio do Jari, UHE Belo Monte, UHE Teles Pires e UHE São Roque foram utilizadas as garantias físicas, de acordo com a entrada em operação de cada unidade geradora. A receita da Compensação Financeira no mês X corresponde à estimativa de geração prevista para o mês X-2. TAR em 2016: R\$ 93,35/MWh (Resolução Homologatória nº 1.990/2015)."

METODOLOGIA:

*"CFURH = 6,75% * energia gerada no mês x Tarifa Atualizada de Referência (TAR)*

A TAR é definida anualmente por meio de Resolução Homologatória da ANEEL.

A receita da Compensação Financeira no mês X corresponde à estimativa de geração prevista para o mês X-2."

MEMÓRIA DE CÁLCULO:

*"CFURH (mês) = 6,75% * TAR(2016) * Geração (MWh/mês)*

Onde

TAR (2016) = R\$ 93,35/MWh (Resolução Homologatória nº 1.990/2015)

Geração (X-2):

jan/2016: 135.884.254,44 (arrecadado)

fev/2016: 145.221.017,35 (arrecadado)

mar/2016: 168.619.119,10 (arrecadado)

abril/2016: 173.087.281,14 (arrecadado)

mai/2016: 212.562.374,84

jun/2016: 195.113.436,25

jul/2016: 184.688.601,92

ago/2016: 173.712.461,63

set/2016: 183.465.781,07

out/2016: 189.805.355,85

Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 2º Bimestre de 2016

nov/2016: 188.507.090,90
dez/2016: 194.200.894,68
TOTAL: 2.144.867.669,17"

30. **Dividendos e Participações (-R\$ 5.823,6 milhões):** a estimativa atualizada dessas receitas apresentou redução no valor de R\$ 5,8 bilhões, em relação à previsão anterior, devido à redução da expectativa de resultado, bem como de ajuste do percentual de distribuição do lucro líquido projetado para o exercício de 2016.

31. **Operações com Ativos (-R\$ 27.959,4 milhões):** houve revisão da estimativa com as operações de vendas de ativos da União e adoção de cenário conservador que inclui somente as operações com maior probabilidade de realização em 2016. A reavaliação considerou as incertezas quanto à execução do cronograma das medidas e quanto às condições de mercado.

32. **Receitas Próprias Primárias (+R\$ 140,7 milhões):** a projeção desse grupo de receitas incorporou a arrecadação dos meses de março e abril, parâmetros macroeconômicos atualizados e informações dos órgãos setoriais de orçamento nos termos da Portaria SOF nº 9, de 29 de janeiro de 2016. Os principais acréscimos nessas receitas aconteceram nos seguintes itens:

+ R\$ 188,3 milhões em “Transferências de Instituições Privada” para o CNPq: informação inserida no SIOP pela unidade, com a seguinte justificativa:

“TIM:

Os recursos repassados ao CNPq integram o “Programa de Investimento Social da TIM Celular 2014-2016”. Após negociações, foi definido que esses recursos, no valor de R\$ 2,5 milhões, poderiam ser aplicados – por meio do lançamento de uma Chamada Pública pelo CNPq – em ações de divulgação científica e de melhoria da qualidade do ensino de ciências relacionados com o Ano Internacional da Luz e voltadas para o público de 4 a 10 anos.

FACTI:

Facti - instituição depositária e custodiante dos recursos financeiros aportados pelas empresas beneficiárias da Lei de Informática (Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991), nos Programas e Projetos de Interesse Nacional na Área de Informática e Automação (PPI) considerados prioritários pelo Comitê da Área de Tecnologia da Informação-CATI, conforme Convênio PPI 01.0001.00/2007, celebrado entre o MCTI e a FaCTI.

ICMBio:

O recurso no valor global de R\$3.131.692,00 tem origem na compensação ambiental, e está depositado em uma conta em nome do ICMBio na Caixa Econômica Federal. Esses recursos provem de pagamentos feitos por empreendedores que causaram impactos



Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 2º Bimestre de 2016

ambientais. Neste caso específico, o repasse desse recurso ao CNPq se dará por meio de GRU para execução de Chamada publica para os Biomas Mata Atlântica e Caatinga.

SHELL:

A Shell justificou a necessidade de celebração de um aditivo para adiar o envio dos recursos previstos de 2015 para 2016, em virtude de:

- *O CNPq e a CAPES não tem previsão de realização de chamadas públicas para oferta de vagas para o ano de 2015;*
- *Do cenário econômico de baixa valorização dos barris de petróleo a produção da SHELL não gerou participação especial e, por consequência, não gerou verbas para investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento.”*

A metodologia colocada pelo CNPq está transcrita a seguir:

“CONVÊNIO CNPQ/TIM:

O valor de R\$ 2.500.000,00 foi estabelecido tendo em vista a disponibilidade de recursos do Programa de Investimento Social da TIM 2014-2016 e a necessidade de apoiar projetos em dois grupos de cidades: de menor porte (com até 200 mil habitantes) e de maior porte (acima de 200 mil habitantes).

CONVÊNIO CNPQ/FACTI-FaCTI - Fundação de Apoio à Capacitação em Tecnologia da Informação é pessoa jurídica de direito privado, com fins não econômicos e não lucrativos, dotada de autonomia administrativa, patrimonial e financeira, com sede e foro em Campinas - SP. Um dos objetivos da FaCTI é: - participar de projetos, associações e consórcios visando à promoção do desenvolvimento da Tecnologia da Informação de interesse do CTI e/ou do Ministério da Ciência e Tecnologia
- utilização - bolsas para empresas, universidades e instituições de P&D selecionadas por intermédio de editais do CNPq;
- áreas de apoio - microeletrônica, engenharia de SW, telecomunicações, segurança de redes, cloud, computação de alto desempenho;
- origem dos recursos - depósito de empresas beneficiárias da Lei de Informática nos Programas Prioritários do CATI/MCTI;

CONVÊNIO CNPQ/ICMBio:

A destinação do recurso de compensação ambiental é definida pelas Câmaras Técnicas de Compensação Ambiental sob responsabilidade do ICMBio. O CNPq possui um protocolo de cooperação assinado com o ICMBIO para execução de ações conjuntas que visem o fomento a pesquisa para gestão das unidades de conservação.

CONVÊNIO CNPQ/SHELL:

Os repasses seriam realizados conforme tabela abaixo, constante do Plano de Trabalho, sendo metade do valor para o CNPq e metade do valor para a CAPES:



Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 2º Bimestre de 2016

*2013, 2014 e 2015 - U\$D 1.500.000,00 e R\$ 3.165.000,00
(TX dólar R\$ 2,11).*

+ R\$ 44,0 milhões em “Transferências da União e de suas Entidades” para a Justiça Federal de Primeiro Grau: informação inserida no SIOP pela unidade, segundo a qual *“a reestimativa da receita se justifica tendo em vista a previsão de recebimento de R\$ 152.375.860,00 relativos a receitas provenientes dos contratos firmados entre a Justiça Federal, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal em contrapartida aos saldos depositados oriundos dos pagamentos de precatórios e RPVs. O contrato prevê repasses de R\$ 100.000.000,00 anuais para a Justiça Federal durante sua vigência (2015 a 2019), sendo que os saldos não solicitados em anos anteriores serão acumulados para utilização em exercícios posteriores. Desse modo temos que:*

Na UO 12101:

Previsão Inicial da receita.

R\$ 84.571.350

Valores não sacados em anos anteriores a serem utilizados no exercício atual.....R\$ 67.804.510

Previsão atual da receita (reestimativa)

R\$ 152.375.860"

+ R\$ 23,3 milhões em “Restituição de Convênios - Primárias” da CAPES: registro de arrecadação no SIAFI.

+ 23,0 milhões em “Aluguéis e Arrendamentos” do Fundo do Exército: informação inserida no SIOP pela unidade com a seguinte metodologia:

“Receita arrecadada no primeiro quadrimestre de 2016:

R\$ 36.660.996,78

Média mensal: R\$ 9.461.337,75

Média mensal x 12 = R\$ 109.982.990,34”

Além das variações citadas, de modo geral as receitas próprias primárias apresentaram queda na arrecadação no segundo bimestre de 2016 em relação ao previsto por ocasião da Avaliação do Primeiro Bimestre, o que resultou em reestimativas menores para 2016, compensando parcialmente as variações positivas apresentadas.

33. **Demais Receitas Primárias (-R\$ 566,7 milhões):** de modo geral, as demais receitas primárias apresentaram queda na arrecadação nos meses de março e abril em relação ao previsto por ocasião da Avaliação do Primeiro Bimestre, o que resultou em reestimativas menores para 2016. Adicionalmente, contribuiu para a redução na



Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 2º Bimestre de 2016

estimativa a previsão de variação do PIB real e da inflação (IER) para 2016, que, combinados, passaram de 6,11% para 4,91%.

Esse grupo de receitas será melhor detalhado no Anexo V deste Relatório

5.3. Transferências por Repartição de Receita aos Estados, DF e Municípios

34. Nesse item, a variação negativa observada em relação à avaliação de março reflete, de maneira geral, as alterações observadas nas projeções de receita.

6. ANÁLISE DAS ESTIMATIVAS DAS DESPESAS PRIMÁRIAS OBRIGATÓRIAS (LDO-2016, art. 55, § 4º, inciso III)

35. O comparativo das novas estimativas do total das despesas primárias obrigatórias do Governo Central, em relação ao relatório anterior, consta da tabela a seguir:

Tabela 4: Comparativo das estimativas das Despesas Primárias Obrigatórias do Governo Central

R\$ milhões

Descrição	Avaliação do 1º Bimestre (a)	Avaliação do 2º Bimestre (b)	Diferença (c = b - a)
Benefícios da Previdência	496.454,3	503.274,5	6.820,1
Pessoal e Encargos Sociais	255.341,9	258.839,3	3.497,4
Abono e Seguro Desemprego	59.866,1	59.866,1	0,0
Anistiados	242,9	243,6	0,7
Aporte à CDE	279,3	279,3	0,0
Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	799,5	681,4	(118,2)
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS / RMV	46.327,1	49.111,1	2.783,9
Complemento do FGTS	5.189,4	5.206,9	17,5
Créditos Extraordinários	4.760,9	6.214,5	1.453,6
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	18.489,5	18.901,8	412,3
Despesas Custeadas com Convênios/Doações (Poder Executivo)	1.253,2	1.360,4	107,2
Fabricação de Cédulas e Moedas	800,0	800,0	0,0
Complementação ao FUNDEB	12.544,7	12.544,7	0,0
Fundo Constitucional do DF	1.185,0	1.185,0	0,0
Fundos FDA, FDNE e FDCO	555,9	555,9	0,0
Lei Kandir (LCs nº 87/96 e 102/00)	3.917,8	5.867,8	1.950,0
Reserva de Contingência	1,4	1,4	0,0
Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	10.287,0	11.299,5	1.012,5
Subsídios, Subvenções e Proagro	30.284,4	30.284,4	0,0
Transferência ANA - Receitas Uso Recursos Hídricos	224,9	306,8	81,8
Transferência Multas ANEEL (Acórdão TCU nº 3.389/2012)	811,4	786,5	(24,9)
Pecatórios Federais	(12.000,0)	0,0	12.000,0
Subtotal	937.616,8	967.610,8	29.993,9
Poderes Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	11.962,5	11.962,3	29,7
Total	949.549,4	979.573,0	30.023,7

Fontes: SOF/MP; STN/MF.

Elaboração: SOF/MP.

36. As variações observadas nas estimativas das despesas obrigatórias e as explicações de suas variações encontram-se a seguir.



Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 2º Bimestre de 2016

Tabela 5: Variações nas estimativas das Despesas Primárias Obrigatórias

Descrição	Avaliação do 1º Bimestre (a)	Avaliação do 2º Bimestre (b)	Diferença (c) = (b) - (a)	R\$ milhões
A) Variações positivas				30.166,7
Precatórios Federais	-12.000,00	0,00	12.000,00	
Benefícios da Previdência	496.454,33	503.274,46	6.820,13	
Pessoal e Encargos Sociais	255.341,89	258.839,32	3.497,42	
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS / RMV	46.327,13	49.111,07	2.783,94	
Lei Kandir (LCs nº 87/96 e 102/00)	3.917,77	5.867,77	1.950,00	
Créditos Extraordinários	4.760,90	6.214,54	1.453,64	
Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	10.287,02	11.299,50	1.012,48	
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	18.489,46	18.901,76	412,30	
Despesas Custeadas com Convênios/Doações (Poder Executivo)	1.253,24	1.360,41	107,17	
Transferência ANA - Receitas Uso Recursos Hídricos	224,95	306,76	81,81	
Poderes Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	11.932,54	11.962,26	29,72	
Complemento do FGTS	5.189,44	5.206,89	17,46	
Anistiados	242,90	243,58	0,68	
B) Variações negativas				(143,1)
Transferência Multas ANEEL (Acórdão TCU nº 3.389/2012)	811,39	786,47	(24,9)	
Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	799,54	681,38	(118,2)	
Total				30.023,7

Fontes: SOF/MP; STN/MF.

Elaboração: SOF/MP.

37. **Precatórios Federais:** não consideração da medida relativa a essa despesa, cuja explicação se encontra no Relatório Extemporâneo de Fevereiro.

38. **Benefícios da Previdência:** a variação observada nessa projeção reflete a incorporação de dados realizados até março, na parte da projeção relativa ao pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor – RPV do RGPS, e, até abril, na parte relativa aos benefícios propriamente ditos, e também o aumento do parâmetro de crescimento vegetativo, de 3,0% para 3,5%. Além disso, a projeção em questão deixou de considerar os efeitos previstos pela implantação de medidas de gestão descritas Nota Técnica nº 01/2015/SPPS/MPS, de 25 de agosto de 2015.

39. **Pessoal e Encargos Sociais:** o incremento observado nessa projeção de despesa se deve, à (1) inclusão de dados até março na estimativa; (2) à frustração de medidas até então consideradas na projeção, que são aquelas relativas ao Abono de Permanência e ao Abate-Teto, estimadas em R\$ 1,5 bilhão e R\$ 0,8 bilhão, respectivamente, além do aumento da despesa com (3) os ingressos de professores nas universidades por meio do Banco de Professor Equivalente, com impacto de R\$ 0,5 bilhão.

40. **Benefícios de Prestação Continuada LOAS/RMV:** o aumento nessa estimativa se deve a dois fatores: (1) inclusão de dados realizados até abril nessa



Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 2º Bimestre de 2016

projeção e (2) não consideração de medidas de gestão descritas na Nota Técnica nº 01/2015/SPPS/MPS, de 25 de agosto de 2015. Nesse documento, o valor do impacto dessas medidas estava estimado em R\$ 2,2 bilhões. Por ocasião da Avaliação Extemporânea, foi considerado um valor de medida de cerca de R\$ 1,2 bilhão, conforme informações da SPE/MF.

41. **Lei Kandir:** esse item abriga dois tipos de despesa, (1) Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios para Compensação da Isenção do ICMS aos Estados Exportadores - (art. 91 ADCT) e (2) Auxílio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para fomento das exportações. Os valores que até então constam desse item Lei Kandir são: (1) R\$ 1.957,8 milhões da competência de 2015, sendo R\$ 1.950,0 milhões relativos ao Auxílio e o restante, à Transferência; e (2) R\$ 1.950,0 milhões que constam do orçamento de 2016, portanto, da competência 2016, relativos à parte da Transferência. A nova parcela de R\$ 1.950,0 milhões se refere à parte do Auxílio para 2016.

42. **Créditos Extraordinários:** a projeção desse item considera a previsão de pagamento das despesas primárias discricionárias do exercício, exceto PAC, constantes das Medidas Provisórias nºs 710, 711, 715, 716, 722, de 2016, reaberturas de créditos extraordinários realizadas pelos Decretos de 3 e 12 de fevereiro 2016, além dos restos a pagar inscritos. No caso da MPV nº 715, considerou-se despesa marcada como obrigatória, pois essa consta do grupo de obrigatoriedades com controle de fluxo.

43. **Sentenças Judiciais e Precatórios de Custeio e Capital, Anistiados e Benefícios de Legislação Especial e Indenizações, Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha:** as variações observadas nas estimativas desses itens se devem a incorporação de dados realizados até março e do emprego de parâmetros macroeconômicos atualizados. No caso da Compensações ao RGPS, trata-se de estimativa da RFB/MF e considera a realização até o mês de maio.

44. **Despesas custeadas com Doações e Convênios do Poder Executivo, Transferências ANA, Complemento do FGTS e Transferências Multas ANEEL:** nesses casos o valor da receita correspondente é igual ao da despesa. Desse modo, a variação na estimativa nessas despesas reflete integralmente a variação das projeções das respectivas receitas.

7. ESTIMATIVA DO RESULTADO DO RGPS (LDO-2016, art. 55, § 4º, incisos I e IV)

45. A previsão de arrecadação líquida do RGPS foi reduzida em R\$ 3,5 bilhões em relação à avaliação anterior. A memória de cálculo de tais receitas encontra-se no Anexo III deste relatório.

46. Na parte das despesas com benefícios previdenciários, observou-se aumento da projeção em R\$ 6.820,0 milhões, sendo R\$ 5.800,0 dessa variação relativos a não consideração, nessa nova estimativa, das medidas de gestão no âmbito da previdência, descritas na Nota Técnica nº 01/2015/SPPS/MPS, de 25 de agosto de 2015.



Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 2º Bimestre de 2016

47. Essas medidas vinham sendo consideradas nessa estimativa desde o PLOA-2016 até a Avaliação anterior. A razão para não mais considerá-las nessa projeção, assim como foi feito em outros itens de receita e de despesa, como já comentado ao longo deste relatório, é a incerteza acerca do tamanho dos impactos dessas medidas e de quando tais impactos serão materializados, mesmo considerando que tais medidas sejam factíveis.

48. O restante da variação observada nessa projeção de despesa se deve à inclusão de dados realizado até o mês de abril e da alteração do parâmetro crescimento vegetativo de beneficiários, de 3,0% para 3,5%, conforme dado da antiga Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPPS. O detalhamento da despesa em questão segue abaixo:

Tabela 6: Estimativa das despesas com benefícios previdenciários

R\$ milhões

Mês	Benefícios Normais	Sentenças Judiciais	COMPREV	TOTAL
jan/16	34.508	152	897	35.557
fev/16	37.768	181	328	38.278
mar/16	38.282	157	344	38.782
abr/16	38.213	182	550	38.944
mai/16	39.105	234	659	39.998
jun/16	38.310	234	734	39.278
jul/16	38.441	234	752	39.427
ago/16	41.706	234	473	42.412
set/16	50.712	234	418	51.364
out/16	38.838	234	327	39.399
nov/16	42.464	234	4.583	47.281
dez/16	51.812	234	510	52.555
TOTAL	490.158	2.540	10.576	503.274

Fonte/Elaboração: SOF/MP e STN/MF.

49. A conjunção das variações observadas nas estimativas da arrecadação líquida do RGPS e nas despesas com benefícios previdenciários, acima apresentadas, redundaram em uma projeção de aumento R\$ 10.323,0 milhões no déficit do RGPS, conforme abaixo:



Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 2º Bimestre de 2016**Tabela 7: Déficit do RGPS**

Discriminação	Avaliação do 1º Bimestre (a)	Avaliação do 2º Bimestre (b)	Diferença (c = b - a)	R\$ milhões
Arrecadação Líquida para o RGPS	360.412	356.909	(3.503)	
Benefícios Previdenciários	496.454	503.274	6.820	
Déficit	136.043	146.365	10.323	

Elaboração: SOF/MP

8. MEMÓRIA DE CÁLCULO DO RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS (LDO-2016, art. 55, § 4º, inciso V)

50. O Anexo IV deste Relatório apresenta essa Memória de Cálculo.

9. RESULTADO PRIMÁRIO DOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS

51. Dada a possibilidade, prevista no § 3º, art. 2º da LDO-2016, de haver, durante a execução orçamentária de 2016, compensação entre as metas estabelecidas para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e para o Programa de Dispêndios Globais, de que trata o art. 10, inciso VI, dessa mesma lei, e para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, comenta-se, nos parágrafos seguintes, a situação fiscal atual desses entes subnacionais, conforme recomendação da Controladoria-Geral da União, atual Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle.

52. Até março de 2016, os Estados acumularam superávit primário de R\$ 8,1 bilhões, enquanto que para os Municípios o valor foi de R\$ 1,2 bilhão, totalizando R\$ 9,3 bilhões, ou R\$ 2,7 bilhões acima da meta prevista na LDO-2016. O valor foi apurado segundo o conceito “abaixo-da-linha”, inclui as respectivas empresas estatais, e é aderente ao esforço fiscal exigido dos entes subnacionais para o cumprimento da meta anual. Projeções para o ano demonstram que os entes subnacionais deverão alcançar o resultado primário definido para eles na LDO-2016, motivo pelo qual não há necessidade de o Governo Central realizar contingenciamento adicional para compensar o seu não alcance. Entretanto, as projeções não consideram eventuais alterações legislativas ou decisões judiciais adversas para a União, as quais, à medida em que seus riscos fiscais sejam conhecidos, passarão a ser consideradas nas projeções.



Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 2º Bimestre de 2016

10. BASE DE CÁLCULO PARA A DISTRIBUIÇÃO DO CONTINGENCIAMENTO ENTRE OS PODERES, MPU E DPU (LDO-2016, art. 55, §§ 1º e 2º)

53. O art. 9º da LRF estabelece que a limitação de empenho e movimentação financeira deve ser efetivada mediante ato próprio de cada um dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do MPU e da DPU, nos montantes necessários e segundo critérios fixados na LDO vigente.

54. A LDO-2016, por sua vez, determina, em seu art. 55, que a limitação ocorra proporcionalmente à participação de cada Poder no agregado definido nos §§ 1º e 2º do mesmo artigo, conhecido como “Base Contingenciável”.

55. É importante destacar que o valor a que se chega ao se calcular tal agregado, a cada avaliação, não tem significado algum nele mesmo. O que realmente importa nesse agregado é a participação proporcional do Poder Executivo e dos órgãos orçamentários dos Demais Poderes, DPU e MPU nesse montante, uma vez que é essa proporção com que as variações dos limites de empenho e movimentação financeira de cada avaliação são distribuídos entre eles.

56. Essa base corresponde ao conjunto das despesas discricionárias de todos os Poderes, MPU e DPU, constantes da LOA-2016, de acordo com o § 4º, art. 6º da LDO-2016, exclusive: (1) as despesas custeadas com doações e convênios de todos os Poderes, MPU e DPU, nos valores de LOA-2016, e (2) as atividades⁶ dos Poderes, exceto Poder Executivo, nos valores do PLOA-2016. Essa segunda exclusão pode se dar parcialmente, na proporção frustração da receita primária, líquida de transferências constitucionais e legais, em relação à mesma estimativa contida no PLOA-2016, caso essa situação seja identificada.

57. Na presente avaliação, verificou-se uma estimativa de frustração de 8,7%, em relação ao PLOA-2016, da receita primária líquida das transferências aos entes subnacionais por repartição de receitas, conforme demonstrado abaixo:

⁶ Conforme pág. 41, do Manual Técnico de Orçamento 2016, MTO-2016, as Atividades são o “Instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção da ação de Governo.” Na programação orçamentária as atividades correspondem às ações orçamentárias iniciadas com dígitos pares, exceto zero. O MTO-2016 encontra-se disponível em: https://www.orcamentofederal.gov.br/informacoes-orcamentarias/manual-tecnico/mto_2016_2aedicao_220915.pdf



Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 2º Bimestre de 2016

Tabela 8: Demonstrativo da Frustraçāo das Receitas Primárias Líquidas de Transferências em relação ao PLOA-2016

Discriminação	R\$ milhões			
	(a)	(b)	(c = b - a)	(d = c / a)
I. RECEITA TOTAL	1.401.824,7	1.286.884,7	(114.940,0)	-8,2%
Receita Administrada pela RFB/MF, exceto RGPS, líquida de incentivos fiscais	862.752,7	784.195,2	(78.557,5)	-9,1%
Arrecadação Líquida para o RGPS	366.087,1	356.909,0	(9.178,1)	-2,5%
Receitas Não-Administradas pela RFB/MF	172.984,9	145.780,5	(27.204,4)	-15,7%
II. TRANSF. A ESTADOS E MUNICÍPIOS	221.747,3	209.032,4	(12.714,9)	-5,7%
III. RECEITA LÍQUIDA (I - II)	1.180.077,4	1.077.852,3	(102.225,0)	-8,7%

Fontes: RFB/MF; SOF/MP; STN/MF

Elaboração: SOF/MP

58. Considerando tal frustração, demonstra-se o cálculo atualizado da chamada “Base Contingenciável”, abaixo:

Tabela 9: Base Contingenciável Total

DESCRICAĀO	VALORES
A. Total de Despesas Aprovadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	2.953.546.387.308
B. Total de Despesas Financeiras	1.528.662.419.505
C. Total de Despesas Obrigatórias ⁽¹⁾	1.284.395.369.485
D. Total de Despesas Primárias Discricionárias ⁽¹⁾ (A - B - C)	140.488.598.318
E. Atividades dos Poderes Legislativo e Judiciário, do MPU e da DPU - Posição PLOA - 2016 ⁽²⁾	8.293.877.132
F. Despesas custeadas com recursos de doações e convênios - Posição LOA 2016 ⁽³⁾	1.267.783.913
G. Base Contingenciável (D -E -F)	130.926.937.273
H. Ajuste ⁽⁴⁾	1.495.118.373
I. Base Contingenciável Ajustada (G+H)	132.422.055.646

Fonte/Elaboração: SOF/MP.

(1) Esse montante equivale ao somatório das despesas marcadas com RP 2, 3 e 6 na LOA, ajustados conforme os conceitos constantes do 4º, do art. 6º, da LDO-2016. Foram remanejados R\$ 1.817,5 milhões das despesas discricionárias para as obrigatórias, uma vez que se trata de despesas que constam do Anexo III da LDO-2016, portanto, obrigatórias, mas que foram marcadas incorretamente na LOA-2016 como discricionárias. Dessas despesas, R\$ 3,5 milhões são relativas ao item 2 do referido Anexo III, são despesas no âmbito do Ministério da Saúde, e, R\$ 1.814,0 milhões, correspondentes ao item 5 desse anexo, relativos à reserva destinada ao pagamento de benefícios previdenciários, para cobrir os efeitos do aumento do salário-mínimo. A formalização desses remanejamentos será providenciada por esta SOF. Outro ajuste necessário foi o remanejamento de obrigatórias para discricionárias, no valor de R\$ 12,5 milhões, classificados incorretamente como despesas obrigatórias na LOA, quando na verdade são discricionárias, conforme Portaria SOF nº 13, de 18/02/16.

(2) Exclusive Doações e Convênios, considerados na linha imediatamente inferior. Considera a frustração de receita em relação ao PLOA, quando for o caso, conforme art. 55, §2º da LDO-2016

(3) Considera Doações e Convênios referentes às atividades do Poder Legislativo, Judiciário, MPU e DPU.

(4) Ajuste necessário para zerar a base dos órgãos que ficaram com base negativa após o cálculo realizado de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 55 da LDO-2016.



Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 2º Bimestre de 2016

59. Cabe um esclarecimento em relação à linha denominada ajuste na tabela anterior. Como na tramitação do PLOA-2016, no Congresso Nacional, as despesas discricionárias sofreram cortes expressivos, ao procedermos ao cálculo da “base contingenciável”, conforme §§ 1º e 2º do art. 55 da LDO-2016, esse agregado se mostrou negativo para alguns órgãos. A solução dada para esses casos foi tornar a “base contingenciável” desses órgãos igual a zero, o que foi possível por meio do ajuste demonstrado na tabela 9.

11. DISTRIBUIÇÃO DA REDUÇÃO DOS LIMITES DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA (LDO-2016, art. 55, *caput*, §§ 1º e 2º)

60. Conforme demonstrado neste relatório, a revisão das estimativas das receitas primárias e das despesas obrigatórias indica a necessidade de redução adicional, à realizada até o 1º Bimestre, dos limites de empenho e de movimentação financeira em R\$ 137.887,2 milhões, distribuídas entre os Poderes, MPU e DPU da seguinte forma:

Tabela 10: Distribuição da redução dos limites de empenho e movimentação financeira indicada na presente avaliação entre os Poderes, MPU e DPU

Poderes, MPU e DPU	Base Contingenciável	Participação %	R\$ 1,00
Poder Executivo	132.308.067.830	99,82	137.645.310.826
Poderes Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	232.491.937	0,18	241.870.549
Câmara dos Deputados	0	0,00	0
Senado Federal	91.955	0,00	95.664
Tribunal de Contas da União	33.530.907	0,03	34.883.527
Supremo Tribunal Federal	0	0,00	0
Superior Tribunal de Justiça	0	0,00	0
Justiça Federal	0	0,00	0
Justiça Militar da União	0	0,00	0
Justiça Eleitoral	0	0,00	0
Justiça do Trabalho	0	0,00	0
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	0	0,00	0
Conselho Nacional de Justiça	72.379.732	0,05	75.299.495
Defensoria Pública da União	9.961.600	0,01	10.363.446
Ministério Público da União	116.527.744	0,09	121.228.417
Conselho Nacional do Ministério Público	0	0,00	0
Total	132.540.559.767	100,0	137.887.181.375

Fonte/Elaboração: SOF/MP.

12. EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS E DE BANCADA (CF, art. 166, §§ 9º, 11 e 17 e LDO-2016, Seção X)

61. Conforme os §§ 9º, 10, 11 e 17, do art. 166, da CF, as Emendas Individuais – EI serão aprovadas no limite de 1,2% da Receita Corrente Líquida - RCL prevista no PLOA-2016, sendo a metade desse percentual destinada a “Ações e Serviços Públicos de



Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 2º Bimestre de 2016

“Saúde” - ASPS. Desse montante aprovado, no entanto, apenas o valor equivalente a 1,2% da RCL realizada no exercício de 2015 é de execução obrigatória.

62. A projeção da RCL para 2016, constante das Informações Complementares ao PLOA-2016, conforme inciso IX, Anexo II, da LDO-2016, totaliza R\$ 759,4 bilhões. A RCL realizada de 2015, publicada na Portaria STN nº 20, de 18 de janeiro de 2016, soma R\$ 674,5 bilhões. Considerando esses dados, os valores das EI aprovados na LOA-2016 comparados aos valores de execução obrigatória dessas emendas, abertos por Poder, MPU e DPU, estão abaixo demonstrados:

Tabela 11: Emendas Individuais 2016 – LOA x Execução Obrigatória antes dos Contingenciamentos

Poderes	LOA (A)	Execução Obrigatória (B)	R\$ 1,00 Diferença (B) - (A)
	1,2% da RCL do PLOA-2016	1,2% da RCL de 2015	
Legislativo	6.000.000	5.338.637	-661.363
Judiciário	30.391.218	27.041.280	-3.349.938
MPU	16.449.782	14.636.569	-1.813.213
DPU	0	0	0
Executivo	9.044.169.733	8.047.256.419	-996.913.314
TOTAL	9.097.010.733	8.094.272.905	-1.002.737.828

Fonte/Elaboração: SOF/MP.

63. Em caso de contingenciamento, a critério de cada Poder, MPU e DPU, essas EI de execução obrigatória poderão ser reduzidas em até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas relativas às alíneas b, c e d, inciso II, § 4º, art. 6º da LDO-2016, que são aquelas marcadas com os identificadores de resultado primário (RP) 2, 3 e 6, tanto no PLOA como na LOA-2016. A efetivação dessa limitação se dará por meio da publicação dos atos próprios dos Poderes, MPU e DPU previstos no *caput* do art. 9º da LRF.

64. Considerando que a limitação incidente no conjunto das despesas discricionárias até o momento, será de R\$ 182.540,9 milhões, e que, o total das despesas marcadas na LOA-2016 com os RPs 2, 3 e 6 soma R\$ 140.488,6 milhões, conclui-se que as EI de execução obrigatória poderão sofrer um corte total, conforme se demonstra abaixo:



Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 2º Bimestre de 2016

Tabela 12: Limitação das Emendas Individuais de execução obrigatória

Itens	Valores
(A) Contingenciamento Total até o 2º Bimestre	182.540.965.066
(B) Despesas RP 2, 3 e 6 todos os Poderes, DPU e MPU (*)	140.488.598.318
(C) Proporção Contingenciamento sobre as despesas RP 2, 3 e 6 de todos os Poderes, DPU e MPU (C)=(A)/(B)	129,93%
(D) Emendas Parlamentares Individuais de execução obrigatória em 2016 (1,2% da RCL-2015)	8.094.272.905
(E) Possibilidade Máxima de Contingenciamento das Emendas Parlamentares Individuais (E)=(C)*(D)	10.517.126.694
(F) Total das Emendas Individuais Disponíveis (F)=(D)-(E)	-2.422.853.789

(*) Esse montante equivale ao somatório das despesas marcadas com RP 2, 3 e 6 na LOA, ajustados conforme os conceitos constantes do 4º, do art. 6º, da LDO-2016. Foram remanejados R\$ 1.817,5 milhões das despesas discricionárias para as obrigatorias, uma vez que se trata de despesas que constam do Anexo III da LDO-2016, portanto, obrigatorias, mas que foram marcadas incorretamente na LOA-2016 como discricionárias. Dessa despesas, R\$ 3,5 milhões são relativas ao item 2 do referido Anexo III, são despesas no âmbito do Ministério da Saúde, e, R\$ 1.814,0 milhões, correspondentes ao item 5 desse anexo, relativos à reserva destinada ao pagamento de benefícios previdenciários, para cobrir os efeitos do aumento do salário-mínimo. A formalização desses remanejamentos será providenciada por esta SOF. Outro ajuste necessário foi o remanejamento de obrigatorias para discricionárias, no valor de R\$ 12,5 milhões, classificados incorretamente como despesas obrigatorias na LOA, quando na verdade são discricionárias, conforme Portaria SOF nº 13, de 18/02/16.

65. Por Poder, MPU e DPU, tem-se a seguinte demonstração das EI disponíveis:

Tabela 13: Emendas Individuais de execução obrigatória por Poder, MPU e DPU

Poderes	LOA (A)	Execução Obrigatória (B)	Corte Máximo de 129,93% sobre as EI de Execução Obrigatória (C)	(D)=(B)-(C)	R\$ 1,00
	1,2% da RCL do PLOA-2016	1,2% da RCL de 2015	(C)	(D)=(B)-(C)	
Legislativo	6.000.000	5.338.637	6.936.648	-1.598.011	
Judiciário	30.391.218	27.041.280	35.135.530	-8.094.250	
MPU	16.449.782	14.636.569	19.017.724	-4.381.155	
DPU	0	0	0	0	
Executivo	9.044.169.733	8.047.256.419	10.456.036.792	-2.408.780.373	
TOTAL	9.097.010.733	8.094.272.905	10.517.126.694	-2.422.853.789	

Fonte/Elaboração: SOF/MP.



Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 2º Bimestre de 2016

Tabela 14: Limitação Máxima das Emendas Individuais por Avaliação

Poderes	Avaliação Extemporânea Fevereiro (A)	Avaliação do 1º Bimestre (B)	Avaliação do 2º Bimestre (C)	R\$ 1,00
				(D) = (A) + (B) + (C)
Legislativo		1.696.866	5.239.782	6.936.648
Judiciário		8.594.971	26.540.558	35.135.530
MPU		4.652.180	14.365.545	19.017.724
DPU		0	0	0
Executivo	1.395.384.126	1.162.406.696	7.898.245.969	10.456.036.792
			0	
TOTAL	1.395.384.126	1.177.350.713	7.944.391.854	10.517.126.694

66. Ressalte-se, por fim, que metade dessa disponibilidade das EI de execução obrigatória deve ser referente às ASPS.

67. A LDO-2016 trouxe, em seu art. 68, uma inovação com relação aos anos anteriores, que é a obrigatoriedade de execução de programações incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual, constantes da Seção I do Anexo de Prioridades e Metas e aprovadas na LOA 2016, em valor equivalente a 0,6% (seis décimos por cento) da RCL realizada no exercício de 2015.

68. Essas emendas também se sujeitam à mesma regra de contingenciamento das EI, ou seja, podem ser reduzidas em até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas discricionárias, no caso, conforme indicado neste relatório, podem ser contingenciadas integralmente, conforme se segue:

Tabela 15: Emendas de Bancada de execução obrigatória

Execução 0,6% da RCL de 2015	Corte de 129,97%	Limite	LOA	Corte Efetivo
(a)	(b)	(c) = (a) - (b)	(d)	(e) = (d) - (c)
4.047.136.452,3	5.258.563.346,8	- 1.211.426.894,5	3.372.000.000,0	4.583.426.894

Fonte/Elaboração: SOF/MP.

Tabela 16: Limitação das Emendas de Bancada por Avaliação

Avaliação Extemporânea Fevereiro (A)	Avaliação do 1º Bimestre (B)	Avaliação do 2º Bimestre (C)	R\$ 1,00
			Corte Total (D) = (A) + (B) + (C)
26.631.911	584.599.057	3.972.195.927	4.583.426.894

Fonte/Elaboração: SOF/MP.



Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 2º Bimestre de 2016**ANEXO I - PARÂMETROS (LDO-2016, art. 55, § 4º, inciso II)**

Fonte: Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda – SPE/MF

Parâmetros Macroeconômicos

26-abr-16

Ano	PIB	
	Var. % Nom	Var. % Real
2015	3,82	-3,85
2016	4,99	-3,80

Ano	Atividade Industrial (Var. % Média)							
	Transformação (Prod.)		Bebidas (Prod.)		Fumo (Vendas Internas)		Veículos (Vends. Int. Atc.)	
	Preço	Qte.	Preço	Qte.	Preço	Qte.	Preço	Qte.
2015	6,98	-9,89	10,68	-5,36	13,30	-11,40	4,11	-25,21
2016	8,01	-6,56	9,58	0,63	20,19	-5,71	5,18	-12,50

Ano	Massa Salarial	
	Nominal	Real
2015	2,75	-6,25
2016	2,44	-4,56

Ano	IPCA (Var. %)		INPC (Var. %)		IGP-DI (Var. %)	
	Média	Acum.	Média	Acum.	Média	Acum.
2015	9,03	10,67	9,34	11,28	6,89	10,68
2016	8,59	7,00	9,06	7,34	9,63	7,19

Ano	Preço Médio Petróleo	Importação sem Combustível
	USS/b	USS milhões
2015	54,40	149.732
2016	43,40	127.813

Ano	Câmbio R\$/USS (Média)	Taxa Over SELIC % a.a.	Aplic. Fin. Média	TJLP % a.a.
	Ano	Acum. Ano	R\$ milhões	Variação Média
2015	3,33	13,27	4.283,663	25,00
2016	3,69	13,99	4.906,333	20,00

Ano	Gasolina A-75% das vendas de gasolina C (1.000.000 m³)		Óleo Diesel (1.000.000 m³)	
	Média Diária	Ano	Média Diária	Ano
2015	82.657	30,17	156.742	57,21
2016	86.832	31,69	126.576	46,20



Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 2º Bimestre de 2016

Produção Industrial

Período	Indústria - Transformação			Indústria - Bebidas			Fumo			Veículos		
	Produção Física	Preços	Faturamento	Produção Física	Preços	Faturamento	Vendas Domésticas	Preços	Faturamento	Vendas Internas	Preços	Faturamento
jan/15	85,70	281,91	302,93	104,70	275,33	421,07	42,57	290,15	142,86	208,145	169,78	342,65
fev/15	82,00	282,67	290,64	91,90	279,28	374,89	45,53	301,62	158,82	154,925	169,14	254,08
mar/15	92,80	285,00	331,63	91,40	279,60	373,28	53,08	326,55	200,49	196,864	169,17	322,91
abr/15	86,60	289,25	314,09	79,50	283,16	328,81	47,95	329,73	182,86	183,764	170,88	304,46
mai/15	90,90	290,78	331,43	83,20	287,03	348,82	45,04	318,52	165,93	180,319	171,21	299,34
jun/15	90,30	291,45	330,01	84,50	286,69	353,85	52,81	316,99	193,62	179,640	171,46	298,64
jul/15	93,40	292,93	343,07	82,70	287,29	347,03	43,08	317,44	158,17	189,936	172,40	317,50
ago/15	95,30	294,51	351,93	91,40	284,82	380,25	49,30	336,47	191,87	173,866	173,11	291,84
set/15	92,20	298,70	345,33	97,80	285,33	407,59	47,49	355,62	195,31	167,705	173,77	282,57
out/15	95,30	305,21	364,72	103,10	295,55	445,08	52,15	359,03	216,53	162,070	175,05	275,07
nov/15	86,40	309,09	334,86	105,80	305,33	471,85	46,88	358,81	194,55	166,935	174,70	282,77
dez/15	74,40	309,79	289,01	110,20	302,38	486,71	54,68	357,97	226,39	190,474	175,26	323,68
jan/16	74,50	314,20	293,51	92,30	306,65	413,42	46,86	402,44	218,10	130,178	177,51	224,06
fev/16	74,20	315,46	293,50	87,20	309,15	393,75	46,14	407,11	217,24	125,072	178,22	216,13
mar/16	82,63	314,57	325,72	98,97	308,90	446,52	48,19	388,15	216,36	153,246	179,32	266,44
abr/16	81,53	314,32	321,32	87,79	310,38	397,99	41,23	387,52	184,81	162,042	179,97	282,76
mai/16	86,28	314,92	340,71	89,71	312,11	409,00	45,69	389,51	205,85	160,055	180,94	280,80
jun/16	79,91	315,87	316,51	86,05	313,84	394,48	40,02	391,84	181,37	144,131	181,57	253,74
jul/16	88,41	317,05	351,46	89,23	315,59	411,34	43,08	394,26	196,45	161,090	181,97	284,23
ago/16	89,85	318,39	358,70	87,69	317,36	406,49	47,31	396,71	217,09	148,505	182,26	262,43
set/16	89,43	319,85	358,65	93,18	319,17	434,42	42,05	399,21	194,18	162,706	182,54	287,97
out/16	92,48	321,48	372,80	98,77	321,08	463,23	50,70	401,84	235,63	169,297	182,75	299,99
nov/16	84,16	323,23	341,10	102,92	323,03	485,60	46,57	404,53	217,87	164,186	182,92	291,20
dez/16	72,02	325,11	293,57	119,49	325,04	567,30	49,56	407,28	233,45	204,813	183,08	363,57

Variação Média Anual (%)												
2015	-9,89	6,98	-3,62	-5,36	10,68	4,71	-11,40	13,30	0,73	-25,21	4,11	-22,23
2016	-6,56	8,01	0,97	0,63	9,58	10,22	-5,71	20,19	13,06	-12,50	5,18	-7,85



Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 2º Bimestre de 2016**Trabalho**

	Massa Nominal (R\$ milhões)	Massa Real (R\$ milhões)
jan/15	23.633	26.295
fev/15	23.505	25.850
mar/15	23.363	25.300
abr/15	23.211	24.971
mai/15	23.496	25.041
jun/15	23.402	24.760
jul/15	23.396	24.587
ago/15	23.367	24.513
set/15	23.257	24.273
out/15	23.527	24.387
nov/15	27.994	28.712
dez/15	31.215	31.745
jan/16	24.579	25.478
fev/16	24.046	24.638
mar/16	23.901	24.113
abr/16	23.746	23.800
mai/16	24.037	23.866
jun/16	23.941	23.599
jul/16	23.935	23.433
ago/16	23.906	23.363
set/16	23.793	23.135
out/16	24.069	23.243
nov/16	28.639	27.365
dez/16	31.935	30.256

Variação Média Anual (%)		
2015	2,75	-6,25
2016	2,44	-4,56



Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 2º Bimestre de 2016**Inflação**

Período	IPCA		INPC		IGP-DI	
	Var. %	Índice	Var. %	Índice	Var. %	Índice
jan/15	1,24	404,37	1,48	407,56	0,67	517,24
fev/15	1,22	409,30	1,16	412,29	0,53	519,98
mar/15	1,32	414,71	1,51	418,52	1,21	526,28
abr/15	0,71	417,65	0,71	421,49	0,92	531,12
mai/15	0,74	420,74	0,99	425,66	0,40	533,24
jun/15	0,79	424,07	0,77	428,94	0,68	536,87
jul/15	0,62	426,70	0,58	431,43	0,58	539,98
ago/15	0,22	427,63	0,25	432,51	0,40	542,14
set/15	0,54	429,94	0,51	434,71	1,42	549,84
out/15	0,82	433,47	0,77	438,06	1,76	559,52
nov/15	1,01	437,85	1,11	442,92	1,19	566,18
dez/15	0,96	442,05	0,90	446,91	0,44	568,67
jan/16	1,27	447,66	1,51	453,66	1,53	577,37
fev/16	0,90	451,69	0,95	457,97	0,79	581,93
mar/16	0,43	453,64	0,44	459,98	0,43	584,43
abr/16	0,54	456,07	0,59	462,70	0,41	586,81
mai/16	0,51	458,38	0,45	464,80	0,34	588,79
jun/16	0,34	459,95	0,36	466,50	0,36	590,89
jul/16	0,26	461,16	0,42	468,47	0,36	593,00
ago/16	0,31	462,61	0,35	470,09	0,43	595,53
set/16	0,43	464,58	0,40	471,99	0,56	598,87
out/16	0,52	466,97	0,47	474,22	0,60	602,47
nov/16	0,58	469,67	0,55	476,84	0,66	606,46
dez/16	0,71	472,99	0,60	479,71	0,51	609,55

	Acum	Média	Acum	Média	Acum	Média
2015	10,67	9,03	11,28	9,34	10,68	6,89
2016	7,00	8,59	7,34	9,06	7,19	9,63



Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 2º Bimestre de 2016

Taxa de Juros, de Câmbio e Aplicação Financeira

Período	Selic % a.a.	TJLP % a.a.	Câmbio R\$/US\$ Média	Aplic. Financ. M4 - (M1 + Poup) R\$ milhões
jan/15	11,82	5,50	2,63420	4.020.237
fev/15	12,15	5,50	2,81650	4.074.969
mar/15	12,58	5,50	3,13950	4.125.793
abr/15	12,68	6,00	3,04320	4.188.004
mai/15	13,15	6,00	3,06170	4.250.413
jun/15	13,58	6,00	3,11170	4.306.265
jul/15	13,69	6,50	3,22310	4.325.471
ago/15	14,15	6,50	3,51430	4.348.863
set/15	14,15	6,50	3,90650	4.373.008
out/15	14,15	7,00	3,88010	4.408.177
nov/15	14,15	7,00	3,77650	4.460.999
dez/15	14,15	7,00	3,87110	4.521.756
jan/16	14,15	7,50	4,05240	4.591.259
fev/16	14,15	7,50	3,97370	4.644.406
mar/16	14,15	7,50	3,70390	4.689.916
abr/16	14,15	7,50	3,54945	4.746.308
mai/16	14,25	7,50	3,54000	4.806.454
jun/16	14,25	7,50	3,53500	4.868.471
jul/16	14,25	7,50	3,55000	4.931.154
ago/16	14,25	7,50	3,58500	4.989.565
set/16	14,25	7,50	3,62500	5.049.131
out/16	13,94	7,50	3,67500	5.115.795
nov/16	13,49	7,50	3,71000	5.185.909
dez/16	13,25	7,50	3,76000	5.257.626

	Variação Média	Câmbio Médio	Variação Média
2015	13,27	25,00	3,33
2016	13,99	20,00	3,69



Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 2º Bimestre de 2016**Importações (US\$ milhões)**

Período	Importações Subtotal	Petróleo - Brent
	Sem Combustíveis	US\$/barril
	US\$ Milhões	média de período
jan/15	14.616	52,99
fev/15	12.356	62,58
mar/15	14.622	55,11
abr/15	12.931	66,78
mai/15	12.330	65,56
jun/15	13.092	63,59
jul/15	14.360	52,21
ago/15	11.752	54,15
set/15	11.773	48,37
out/15	11.855	49,56
nov/15	10.823	44,61
dez/15	9.220	37,28
jan/16	9.476	34,74
fev/16	9.071	34,92
mar/16	10.448	39,57
abr/16	8.853	43,15
mai/16	10.377	45,24
jun/16	9.788	45,10
jul/16	10.932	45,49
ago/16	12.236	45,89
set/16	10.912	46,22
out/16	12.790	46,51
nov/16	12.156	46,83
dez/16	10.775	47,10

	Total	Var %	Total	Var %
2015	149.732	(21,06)	54,40	(44,22)
2016	127.813	(14,64)	43,40	(20,22)



Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 2º Bimestre de 2016**Combustíveis**

	Gasolina A -75% das vendas de gasolina C (1.000.000 m ³)	Óleo Diesel (1.000.000 m ³)
jan/15	2,895	4,733
fev/15	2,333	4,072
mar/15	2,484	5,014
abr/15	2,518	4,739
mai/15	2,391	4,637
jun/15	2,442	4,863
jul/15	2,498	4,963
ago/15	2,401	5,018
set/15	2,420	4,932
out/15	2,537	5,181
nov/15	2,372	4,558
dez/15	2,879	4,501
jan/16	2,426	3,942
fev/16	2,529	4,284
mar/16	2,720	4,744
abr/16	2,601	3,489
mai/16	2,628	3,575
jun/16	2,597	3,599
jul/16	2,618	3,690
ago/16	2,667	3,911
set/16	2,649	3,811
out/16	2,734	3,985
nov/16	2,572	3,702
dez/16	2,952	3,469

Média Diária	Ano	Média Diária	Ano
2015	82.657	30,17	156.742
2016	86.832	31,69	126.576

Variação Média Anual (%)		
2015	-9,33	-4,70
2016	5,05	-19,25



Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 2º Bimestre de 2016**ANEXO II - Memória de Cálculo das Receitas Administradas pela RFB/MF, exceto Receitas Previdenciárias e CPSS (LDO-2016, art. 55, § 4º, incisos I e IV)****ESTIMATIVA DE ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS FEDERAIS ADMINISTRADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 2016
(Exceto Receitas Previdenciárias)****NOTA METODOLÓGICA – 19/05/16****CONSIDERAÇÕES GERAIS**

A presente estimativa de arrecadação dos impostos e contribuições federais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB (exceto receitas previdenciárias) foi elaborada, para o ano de 2016, tomando-se por base a arrecadação efetivamente realizada de maio a dezembro de 2015, os parâmetros estabelecidos pela Secretaria de Política Econômica – SPE em 26/04/16 e as modificações na legislação tributária.

Os principais parâmetros básicos de 26/04/16 e respectivas variações médias, projetadas para o ano de 2016 em relação a 2015, foram os seguintes:

Índice Ponderado (55% IPCA e 45% IGP):	9,06%
PIB:	-3,80%
Taxa Média de Câmbio:.....	10,71%
Taxa de Juros (Over):	5,07%
Massa Salarial:.....	2,44%

A arrecadação-base 2015 foi ajustada em função, principalmente, da ocorrência de receitas atípicas verificadas durante o período base.

À base ajustada foram aplicados, mês a mês e por tributo, os indicadores específicos relativos a preço, quantidade e efeitos decorrentes de alterações da legislação tributária. Nos tributos para os quais não se dispõe de indicadores específicos e naqueles que se ajustam melhor aos indicadores gerais, utilizou-se, como indicador de preço, um índice ponderado (55% IPCA e 45% IGP-DI) e, como indicador de quantidade, o PIB.

Assim o valor da previsão da arrecadação administrada pela RFB, exceto receitas previdenciárias, para o ano de 2016, está estruturado na tabela abaixo.



Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 2º Bimestre de 2016

UNIDADE: R\$ MILHÕES

DISCRIMINAÇÃO		VALOR	
1) MAIO-DEZ (PREVISÃO)		529.015	
1.1) PREVISÃO FLUXO-ORIGINAL		520.014	
1.2) RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS		9.001	
2) JANEIRO-ABRIL (ARRECADAÇÃO EFETIVA)		287.221	
3)	ARRECADAÇÃO/PREVISÃO (VALORES BRUTOS)	2016	(1+2)
		2016	(1+2)
4) RESTITUIÇÕES		30.720	
5)	ARRECADAÇÃO/PREVISÃO (VALORES LÍQUIDOS)	2016	(3-4)
		2016	(3-4)
		785.516	

A seguir, o detalhamento da planilha básica (anexa) que consolida as planilhas mensais por tributo.



PREVISÃO DE ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB - MAIO A DEZEMBRO DE 2016
Período: 01/05/2016 - 31/12/2016
CONSOLIDAÇÃO DAS PLANILHAS MENSais
(A PREÇOS CORRENTES)
PERÍODO: MAIO A DEZEMBRO DE 2016

RECEITAS	ARRECADAÇÃO BASE-2015 [1]	ARRECADAÇÃO ATÍPICA	BASE AJUSTADA [3]	EFEITOS BÁSICOS (Média)			PREVISÃO 2016 [7]	RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	MEDIDAS ADICIONAIS	TOTAL
				PREÇO [4]	QUANT. [5]	LEGISL. [6]				
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	25.522	-	25.522	1.0284	0,8487	1.0000	22.275	447	-	22.722
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	26	-	-	1.0300	0,9692	1.0000	26	-	-	26
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	32.382	178	32.561	-	-	-	31.441	638	-	32.080
I.P.I. - FUMO	3.577	178	3.756	1.0000	0,9336	1.1239	3.941	69	-	4.009
I.P.I. - BEBIDAS	1.517	-	1.517	1.0000	1,0157	0,9121	1.405	39	-	1.444
I.P.I. - ALIMENTOS	2.597	-	2.597	1.0526	0,9642	1.0000	2.472	59	-	2.531
I.P.I. - VINCULADO À IMPORTAÇÃO	11.164	-	11.164	1.0302	0,8477	1.0000	9.767	185	-	9.956
I.P.I. - OUTROS	13.507	-	13.507	1.0000	0,9462	1.0129	13.696	204	-	14.140
IMPOSTO SOBRE A RENDA	201.289	(4.892)	196.397	-	-	-	208.327	3.544	-	211.871
I.R. - PESSOA FÍSICA	17.359	-	17.359	1.0644	0,9780	1.0072	18.200	329	-	18.522
I.R. - PESSOA JURÍDICA	0.680	(1.482)	60.158	1.0874	0,9661	1.0000	63.165	1235	-	64.400
I.R. - RETIDO NA FONTE	122.290	(3.400)	118.880	-	-	-	126.930	1.929	-	128.859
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO TRABALHO	59.968	(400)	59.568	1.0407	1.0000	61.994	1.045	-	-	63.039
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO CAPITAL	39.321	(1.500)	37.821	1.0642	1.0716	1.0000	43.131	535	-	43.666
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DE RESIDENTES NO EXTERIOR	16.653	(1.500)	15.153	1.0220	0,9778	1.0000	15.142	222	-	15.364
I.R.R.F. - OUTROS RENDIMENTOS	6.338	-	6.338	1.0868	0,9672	1.0000	6.663	127	-	6.790
I.O.F. - IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	23.808	-	23.808	1.0837	0,9701	1.0000	25.027	380	-	25.407
I.T.R. - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL CONVENIADO	1.123	-	1.123	1.0814	1.0000	1.0000	1.214	17	-	1.232
NÃO CONVENIADO	1.011	-	1.011	1.0814	1.0000	1.0000	1.093	16	-	1.108
112	-	112	1.0814	1.0000	1.0000	1.211	2	-	-	123
CPMF - CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA S/ MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
COFINS - CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SOCIAL	135.263	(2.500)	132.763	1.0870	0,9871	0,9901	138.184	2.441	-	140.625
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	35.715	(600)	35.115	1.0871	0,9671	0,9933	36.669	643	-	37.311
CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	33.762	(508)	33.254	1.0871	0,9664	1.0451	36.511	719	-	37.230
CIDE - COMBUSTÍVEIS	3.310	516	3.826	1.0000	0,9982	1.0000	3.819	-	-	3.819
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAF	106	-	106	1.0840	0,9698	1.0000	111	7	-	118
RECEITAS - RECEITAS ADMINISTRADAS	22.432	(7.205)	15.227	-	-	-	-	-	-	15.775
RECEITAS DE LOTERIAS	3.773	(225)	3.498	1.0823	1.0000	1.0000	3.775	-	-	3.775
CIDE-REMESSAS AO EXTERIOR	1.983	-	1.983	1.0162	0,9713	1.0000	1.957	30	-	1.987
DEMAIS	17.138	(6.980)	10.158	1.0840	0,9698	1.0000	10.678	135	-	10.813
TOTAL	515.137	(15.011)	500.100	-	-	-	520.014	9.001	-	529.015

Obs.: Receita Previdenciária = período de abril a dezembro.

Discriminação, por tributo, dos efeitos que influenciaram a estimativa de arrecadação para o período de maio a dezembro de 2016.

A) CORREÇÃO DE BASE:

Foi efetuada correção de base em função, principalmente, de fatores atípicos como as receitas pontuais ou extraordinárias.



Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 2º Bimestre de 2016

- 1) **IPI-Fumo: (+R\$ 178 milhões)**
 - Normalização da base, em função de antecipações de saída de cigarro, em janeiro de 2015, e que não se verificou em janeiro de 2016.
- 2) **IRPJ: (-R\$ 1.492 milhões); CSLL: (-R\$ 508 milhões)**
 - Normalização da base com vistas a refletir o comportamento da arrecadação da estimativa mensal do IRPJ/CSLL;
 - Arrecadação atípica relativa a transferência de ativos entre empresas.
- 3) **IRRF-Rendimentos do Trabalho: (-R\$ 400 milhões)**
 - Normalização de base;
- 4) **IRRF-Rendimentos do Capital: (-R\$ 1.500 milhões)**
 - Arrecadação atípica, principalmente no item relativo a operações com SWAP.
- 5) **IRRF-Rendimentos de Residentes no Exterior: (-R\$ 1.500 milhões)**
 - Normalização de base;
 - Arrecadação atípica no mês de maio/15, no item rendimentos do trabalho.
- 6) **COFINS: (-R\$ 2.500 milhões); PIS/PASEP (-R\$ 600 milhões)**
 - Arrecadação atípica relativa a transferência de ativos entre empresas.
 - Normalização da base para refletir, principalmente, o comportamento do setor automobilístico;
- 7) **CIDE-Combustíveis (+R\$ 516 milhões)**
 - Incorporação de uma base teórica da CIDE, para o período de janeiro a maio de 2015, para refletir a alteração nas alíquotas incidentes sobre diesel e gasolina (Decreto 8.395/15).
- 8) **Outras Receitas Administradas-Receitas de Loterias (-R\$ 225 milhões)**
 - Compatibilização com arquivo da CEF.
- 9) **Outras Receitas Administradas-Demais (-R\$ 6.980 milhões)**
 - Arrecadação atípica, em função de quitação antecipada de parcelamentos especiais;
 - Normalização da base para refletir, principalmente, o comportamento dos parcelamentos especiais, em 2016.

B) EFEITO PREÇO (ponderado de acordo com a participação mensal na arrecadação-base).

- 1) **Imposto de Importação: 1,0284; Imposto de Exportação: 1,0330; IPI-Vinculado à Importação: 1,0302; Outras Receitas Administradas-CIDE-Remessas ao Exterior: 1,0162**
 - Variação da taxa média de câmbio.



Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 2º Bimestre de 2016

- 2) IPI-Fumo; IPI-Bebidas e Cide-Combustíveis: 1,0000**
- O imposto é fixo por unidade de medida do produto. Portanto, o preço não interfere no valor do imposto.
- 3) IPI-Automóveis: 1,0526**
- Índice de preço específico do setor.
- 4) IPI-Outros: 1,0680**
- Índice de preço da indústria de transformação.
- 5) IRPF: 1,0644**
- Cotas (Declaração de Ajuste): crescimento da massa salarial em 2015. Incorpora variação de preço e de quantidade;
 - Ganhos em Bolsa: sem variação;
 - Demais: Índice Ponderado (IER) de 2016.
- 6) IRPJ: 1,0874 e CSLL: 1,0871**
- Declaração de Ajuste: Índice Ponderado (IER) de 2015;
 - Demais: Índice Ponderado (IER) de 2016.
- 7) IRRF-Rendimentos do Trabalho: 1,0407**
- Setor privado: crescimento da massa salarial;
 - Setor público: variação da folha de pagamento dos servidores públicos. Incorpora variação de preço e de quantidade.
- 8) IRRF-Rendimentos do Capital: 1,0642**
- Fundos e Títulos de Renda Fixa: variação da taxa de juros “over”;
 - Juros Remuneratórios do Capital Próprio: variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP;
 - Fundos de Renda variável: sem variação;
 - SWAP: Câmbio;
 - Demais: Índice Ponderado (IER).
- 9) IRRF-Rendimentos de Residentes no Exterior: 1,0220**
- Juros Remuneratórios do Capital Próprio: variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP;
 - Demais: Câmbio.
- 10) IRRF-Outros Rendimentos: 1,0868; IOF: 1,0837; ITR: 1,0814; COFINS: 1,0870; PIS/PASEP: 1,0871; FUNDAF: 1,0840; Outras Receitas Administradas-Receitas de Loterias: 1,0823 e Outras Receitas Administradas-Demais: 1,0840**
- Índice Ponderado (IER).



Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 2º Bimestre de 2016

C) EFEITO QUANTIDADE (ponderado de acordo com a participação mensal na arrecadação-base).

- 1) I. Importação: 0,8487 e IPI-Vinculado à Importação: 0,8477
 - Variação, em dólar, das importações.
- 2) IPI-Fumo: 0,9336
 - Vendas de cigarros ao mercado interno.
- 3) IPI-Bebidas: 1,0157
 - Produção física de bebidas.
- 4) IPI-Automóveis: 0,9042
 - Vendas de automóveis nacionais ao mercado interno.
- 5) IPI-Outros: 0,9482
 - Produção física da indústria de transformação.
- 6) IRPF: 0,9780
 - Cotas (Declaração de Ajuste): crescimento da massa salarial em 2015 já considerado no efeito-preço;
 - Ganhos em Bolsa: Sem variação;
 - Demais: PIB de 2016.
- 7) IRPJ: 0,9661 e CSLL: 0,9664
 - Declaração de ajuste: PIB de 2015;
 - Demais: PIB de 2016.
- 8) IRRF- Rendimentos do Trabalho: 1,0000
 - Crescimento da massa salarial já considerado no efeito-preço.
- 9) IRRF-Rendimentos do Capital: 1,0716
 - Fundos e Títulos de Renda Fixa: variação das aplicações financeiras;
 - Fundos de Renda variável: sem variação;
 - Juros Remuneratórios do Capital Próprio: IER e PIB;
 - Demais: PIB.
- 10) IRRF-Rendimentos de Residentes no Exterior: 0,9778
 - Juros Remuneratórios do Capital Próprio: IER e PIB;
 - Demais: PIB.
- 11) I. Exportação: 0,9692; IRRF-Outros Rendimentos: 0,9672; IOF: 0,9701; COFINS: 0,9671; PIS/PASEP: 0,9671; CIDE-Combustíveis: 0,9982; FUNDAF: 0,9698; Outras Receitas Administradas-CIDE-Remessas ao Exterior: 0,9713 e Outras Receitas Administradas-Demais: 0,9698
 - PIB.



Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 2º Bimestre de 2016

D) EFEITO LEGISLAÇÃO (ponderado de acordo com a participação mensal na arrecadação-base).

1) IPI-Fumo: 1,1239

- Elevação das alíquotas sobre cigarro (Decreto 8.656/16).

2) IPI-Bebidas: 0,9121

- Alteração da sistemática de recolhimentos do IPI Bebidas (Lei 13.097/15);

3) IPI-Outros: 1,0129

- Recomposição de alíquotas (Decretos 8.116/13 e 8.280/14);
- Equiparação à indústria de estabelecimentos atacadistas do setor de cosméticos (Decreto 8.393/15);
- Alteração da sistemática de tributação do IPI sobre, chocolates, sorvetes, fumo (picado, migado ou em pó) e rações (Decreto 8.656/16).

4) IRPF: 1,0072

- Efeito tabela: correção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física – Lei 13.149/15;

5) COFINS: 0,9901 e PIS/PASEP: 0,9933

- Aumento das Alíquotas do PIS/Cofins sobre combustíveis (Decreto 8.395/2015);
- Alteração das alíquotas do PIS/Cofins Importação (Lei 13.137/15);
- Restabelecimento das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa;

10) CSLL: 1,0451

- Elevação da alíquota das Instituições Financeiras, de 15% para 20%.

E) RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS

Acrescentou-se, a título de receitas extraordinárias, o valor de R\$ 9.001 milhões.

As receitas extraordinárias, como regra, decorrem da recuperação de arrecadação referente a fatos geradores passados, em função da atuação direta da administração tributária, seja pela aplicação de autos de infração ou cobrança de débitos em atraso.

Cabe ressaltar que essas receitas não guardam nenhuma relação com qualquer parâmetro nem se processam em períodos regulares.



Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 2º Bimestre de 2016

**ANEXO III - Memória de Cálculo das Receitas Previdenciárias –
Secretaria da Receita Federal do Brasil (LDO-2016, art. 55, § 4º, incisos I e
IV)**

**ESTIMATIVA DE ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS FEDERAIS ADMINISTRADAS PELA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 2016
(Receitas Previdenciárias)**

NOTA METODOLÓGICA – 19/05/2016

I- CONSIDERAÇÕES GERAIS

A presente estimativa de arrecadação das contribuições previdenciárias administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB foi elaborada tomando-se como base a arrecadação efetivamente realizada dos meses de janeiro a dezembro de 2015, os parâmetros estabelecidos pela Secretaria de Política Econômica – SPE em 26/04/16 e as modificações na legislação tributária.

Os parâmetros básicos principais de 26/04/16 e respectivas variações médias, projetadas para o ano de 2016 em relação a 2015, foram os seguintes:

Índice Ponderado (55% IPCA e 45% IGP):	9,06%
PIB:	-3,80%
Massa Salarial:	2,44%
Salário Mínimo:	11,68%

A arrecadação-base 2015 foi ajustada em função de atipicidades em relação ao ano de 2014.

À base ajustada foram aplicados, mês a mês, indicadores específicos relativos a preço, quantidade e efeitos decorrentes de alterações da legislação tributária: IER - Índice Ponderado (55% IPCA e 45% IGP-DI), crescimento do PIB, variação da massa salarial, aumento do salário mínimo e do teto previdenciário e desonerações.

O valor da previsão de arrecadação bruta, das contribuições previdenciárias, para o período de abril a dezembro de 2016, em consonância com as premissas citadas, resultou em um montante de **R\$ 287.736 milhões**. Excluídas a arrecadação de Outras Entidades (Terceiros), as restituições de contribuição e os resarcimentos de arrecadação (**R\$ 27.677 milhões**), a previsão da arrecadação líquida correspondente é de **R\$ 260.059 milhões**. Adicionada a arrecadação bruta efetiva dos meses de janeiro a março de 2016 (**R\$ 90.204 milhões**), a arrecadação bruta para o ano de 2016 resultou em **R\$ 377.941 milhões**. Excluídas a arrecadação de Outras Entidades (Terceiros), as restituições de contribuição e os resarcimentos de arrecadação (**R\$ 39.933 milhões**), a arrecadação líquida correspondente é de **R\$ 338.007 milhões**.

A seguir, o detalhamento da planilha básica que consolida as planilhas mensais por tributo.



Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 2º Bimestre de 2016



PREVISÃO DE ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB - MAIO A DEZEMBRO DE 2016 <small>Parâmetros SPE - Versão: 26/abr/16 CONSOLIDAÇÃO DAS PLANILHAS MENSais (A PREÇOS CORRENTES) PERÍODO: MAIO A DEZEMBRO DE 2016</small>											
UNIDADE: R\$ MILHÕES	RECEITAS	ARRECADAÇÃO BASE - 2015 [1]	ARRECADAÇÃO ATÍPICA	BASE AJUSTADA [3]	EFEITOS BÁSICOS (medias)			PREVISÃO 2016 [7]	RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	MEDIDAS ADICIONAIS	TOTAL
					PRECO [4]	QUANT. [5]	LEGISL. [6]				
	RECEITA PREVIDENCIÁRIA	277.020	(200)	276.820	1,0330	0,9943	1,0190	289.736	-	(2.000)	287.736

Obs.: Receita Previdenciária = período de abril a dezembro.

Discriminação dos efeitos que influenciaram a estimativa de arrecadação da receita previdenciária para o ano de 2016.

A) CORREÇÃO DE BASE (-R\$ 2.200 milhões):

- Arrecadação atípica.
- Ajuste da base em função da não realização de receitas nos meses de janeiro a março.

B) EFEITO PREÇO: 1,0330 (ponderado de acordo com a participação mensal da arrecadação-base).

- Contribuição incidente sobre folha de pagamento: crescimento da massa salarial. Incorpora variação de preço e de quantidade;
- Contribuição incidente sobre receita/faturamento: índice ponderado (IER).

C) EFEITO QUANTIDADE: 0,9943 (ponderado de acordo com a participação mensal da arrecadação-base).

- Contribuição incidente sobre folha de pagamento: crescimento da massa salarial já considerado no efeito preço;
- Contribuição incidente sobre receita/faturamento: PIB.

D) EFEITO LEGISLAÇÃO: 1,0190 (ponderado de acordo com a participação mensal da arrecadação-base).

- Contribuição incidente sobre folha de pagamento: aumento do salário mínimo e do teto previdenciário, elevação da alíquota da Contribuição Previdenciária sobre Receita bruta pela Lei 13.161/15.
- Contribuição incidente sobre receita/faturamento: diminuição decorrente da elevação da alíquota da CPRB citada anteriormente.



Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 2º Bimestre de 2016**ANEXO IV - ESTIMATIVA ATUALIZADA DO RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS (LDO - 2016, art. 55, § 4º, inciso V)**

Departamento de Coordenação e
Governança das Empresas Estatais

O Decreto nº 8.632, de 30 de dezembro de 2015, ao aprovar o Programa de Dispêndios Globais – PDG para 2016 fixou a meta de superávit primário para as empresas estatais federais, com a exclusão das empresas dos Grupos Petrobras e Eletrobras, em R\$ 0,00 (zero real), compatível, portanto, com a determinação contida no art. 2º da Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração do Orçamento Geral da União para 2016 (LDO/2016).

O resultado primário das empresas estatais federais, no conceito “acima da linha”, é calculado com base no regime de caixa, no qual são consideradas apenas as receitas genuinamente arrecadadas pelas empresas e abatidas todas as despesas correntes e de capital efetivamente pagas, inclusive dispêndios com investimentos. Excluem-se as amortizações de operações de crédito e as receitas e despesas financeiras. Para a apuração do resultado nominal, são consideradas as receitas e as despesas financeiras.

Considerando que as receitas e as despesas constantes do Programa de Dispêndios Globais – PDG das empresas estatais estão expressas segundo o “regime de competência”, para se chegar ao resultado primário instituiu-se a rubrica “Ajuste Critério Competência/Caixa”, onde são identificadas as variações das rubricas “Contas a Receber”, “Contas a Pagar” e “Receitas e Despesas Financeiras”.

Os dispêndios das instituições financeiras estatais também não afetam o resultado fiscal, uma vez que, por praticarem apenas intermediação financeira, suas atividades não impactam a dívida líquida do setor público.

Como se pode observar, o resultado primário das estatais é pautado, principalmente, na receita oriunda da venda de bens e serviços e nas demais receitas – operacionais e não operacionais. São considerados também os ingressos decorrentes de aportes de capital, bem como de outros recursos não resultantes da tomada de empréstimos e financiamentos junto ao sistema financeiro.

No que se refere à despesa, os gastos estimados com Pessoal e Encargos Sociais estão compatíveis com os planos de cargos e salários de cada empresa estatal e também com a política salarial a ser adotada pelo Governo Federal para as negociações dos acordos coletivos de trabalho em 2016. A rubrica Materiais e Produtos representa a previsão de gastos com a aquisição de matérias-primas, produtos para



Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 2º Bimestre de 2016

revenda, compra de energia, material de consumo e outros. Os dispêndios com Serviços de Terceiros resultam da contratação de serviços técnicos administrativos e operacionais, gastos com propaganda, publicidade e publicações oficiais e dos dispêndios indiretos com pessoal próprio. Na rubrica Tributos e Encargos Parafiscais, estão inseridos os pagamentos de impostos e contribuições incidentes sobre a receita, vinculados ao resultado e também relacionados aos demais encargos fiscais. Os Demais Custeios contemplam dispêndios com o pagamento de aluguéis em geral, de provisões para demandas trabalhistas, de participação dos empregados nos lucros ou resultados, bem como para a cobertura de eventuais déficits de planos de previdência complementar etc. Na rubrica Outros Dispêndios de Capital estão incluídas, principalmente, provisões para pagamento de dividendos pelas empresas estatais do setor produtivo e inversões financeiras em outras empresas, inclusive em Sociedade de Propósito Específico - SPE. Na rubrica Ajuste Metodológico, registra-se a previsão de descontos a serem concedidos pela Emgea, no exercício de 2016, nas renegociações dos contratos imobiliários, bem como as provisões para devedores duvidosos, ambas consideradas pelo Bacen como despesas primárias, e, registra-se também as amortizações de obrigações por Itaipu Binacional com entidades fora do sistema financeiro nacional, que também não são captadas pela metodologia de apuração do resultado “abaixo da linha” do Bacen, além do registro da exclusão do grupamento todas as empresas do setor produtivo do Banco do Brasil componentes das “Demais Empresas”, uma vez que o Bacen considera tais empresas no consolidado Banco do Brasil, ou seja, são consideradas instituições financeiras e, como tal, não integram a meta de resultado primário das estatais.

O valor dos investimentos representa os gastos destinados à aquisição de bens contabilizados no ativo imobilizado, necessários às atividades das empresas estatais do setor produtivo, excetuados os bens de arrendamento mercantil e os valores do custo dos empréstimos contabilizados no ativo imobilizado. Ademais, consideram-se investimentos também as benfeitorias realizadas em bens da União e as benfeitorias necessárias à infraestrutura de serviços públicos concedidos pela União. Esses dispêndios estão compatíveis com o Orçamento de Investimento constante na LOA 2016.

A projeção do resultado primário de responsabilidade das empresas estatais remanescentes, para 2016, está demonstrada na tabela a seguir:



Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 2º Bimestre de 2016

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões	% PIB
A - ITAIPU (I-II+III-IV) (*)	2.575	0,04
I - Receitas	8.574	0,14
II - Despesas	7.839	0,13
Investimentos	29	0,00
Demais Despesas (**)	7.810	0,13
III - Ajuste Competência/Caixa	(55)	0,00
IV - Juros	(1.895)	-0,03
B - Demais empresas (I-II+III-IV)	(2.572)	-0,04
I - Receitas	57.915	0,93
II - Despesas	58.240	0,93
Investimentos	3.841	0,06
Demais Despesas (**)	54.399	0,87
III - Ajuste Competência/Caixa	(28)	0,00
IV - Juros	2.219	0,04
RESULTADO PRIMÁRIO (A+B)	3	0

PIB considerado: R\$ 6.198.927 milhões

Obs. Valores positivos indicam "superávit".

(*) Estimativa DEST/MP

(**) Inclui Ajuste Metodológico

Observa-se que, embora a meta de resultado primário das empresas estatais federais, prevista na LDO 2016, seja R\$ 0,00 (zero), ao final do segundo bimestre a projeção atualizada é um superávit primário de R\$ 3.320.750,00 (Três milhões, trezentos e vinte mil, setecentos e cinquenta reais). Esse resultado se deve à reprogramação do PDG 2016 da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF), em abril de 2016, que reduziu o déficit programado individualmente para essa empresa, compensando o déficit gerado no primeiro bimestre, decorrente da reabertura de créditos especiais aprovados nos quatro últimos meses de 2015. Cabe ressaltar que, durante o exercício 2016 poderão ocorrer outras reprogramações no PDG 2016, nas quais deverão ser realizados ajustes nos dispêndios de forma a reestabelecer o equilíbrio no resultado primário, obtendo-se a meta R\$ 0,00 (zero).

O resultado de Itaipu Binacional foi estimado pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, uma vez que, embora a empresa, dada a sua natureza jurídica, não esteja sujeita aos sistemas de controle brasileiros, seus dados são considerados na meta consolidada das estatais, devido à corresponsabilidade da União na liquidação de suas dívidas. Cabe destacar que tanto as receitas, quanto a maioria dos seus dispêndios são indexados pela moeda norte americana e, ainda, que a meta atribuída à Itaipu corresponde à previsão de amortização de obrigações junto ao Tesouro Nacional no exercício de 2016.



Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 2º Bimestre de 2016

ANEXO V – DEMAIS RECEITAS PRIMÁRIAS

ANEXO DEMAIS RECEITAS

Descrição	Avaliação do 1º Bimestre	Avaliação do 2º Bimestre	Diferença	Justificativa
TOTAL "Demais Receitas"	36.137,3	35.570,6	-566,7	
Doações	720,7	726,5	5,8	Acréscimo de 0,8% decorrente de informações inseridas no SIOP pelas unidades orçamentárias, dentre as quais destaca-se "Transferências do Exterior" para o Serviço Florestal Brasileiro, cuja variação atingiu R\$ 4,8 milhões.
Outras Contribuições Econômicas (Fontes 100 e 172)	2.855,8	2.774,8	-80,9	Principal queda, no montante de R\$ 44,7 milhões, refere-se à Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, devido à arrecadação menor que o esperado no segundo bimestre, combinada com queda nos parâmetros inflação & PIB. Outros itens de receita foram reestimados em valores inferiores ao previsto na Primeira Avaliação Bimestral pelo mesmo motivo, dentre os quais destaca-se a "Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações", com queda de R\$ 17,3 milhões. Todos esses fatores contribuem para a queda de 2,8% na estimativa do grupo.
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia (Fonte 174)	10.176,3	10.148,7	-27,5	O grupo sofreu um decréscimo de 0,3% na estimativa. As principais quedas, nos montantes respectivos de R\$ 73,1 e de R\$ 49,0 milhões, ocorreram nas Taxas de Fiscalização de Funcionamento e de Fiscalização de Instalação da ANATEL devido à arrecadação no segundo bimestre ter ficado abaixo do esperado e à queda na previsão de variação real do PIB (-3,05% para -3,80%), parâmetro utilizado para estimar essas receitas. Houve também decréscimo na previsão das Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização da SURAFA e da Secretaria da Receita Federal nos valores de R\$ 40,6 e de R\$ 31,2 milhões, respectivamente, devido à arrecadação no segundo bimestre ficado abaixo do esperado e à queda na previsão de inflação e PIB, parâmetros utilizados para estimar essas receitas, que em conjunto passaram de 6,1% para 4,91%. Outras receitas foram reestimadas em valores superiores, compensando parcialmente as quedas citadas.
Taxas por Serviços Públicos (Fonte 175)	14,8	8,4	-6,4	A queda expressiva de 43,2% ficou concentrada em "Resarcimento de Custos" do Superior Tribunal de Justiça, decorrente do valor inserido no SIOP pela unidade, com a seguinte justificativa: "a previsão de recursos com a taxa de resarcimento pelo porte de Remessa e Retorno dos Autos, no âmbito do STJ, relativo à fonte 175, vem apresentando queda contínua nos últimos anos. Essa redução na receita ocorre em meio às publicações das Resoluções STJ n. 1 e 21º de fevereiro de 2014 e n. 3 de 3 de fevereiro de 2015, que concederam isenção do Porte de Remessa e Retorno dos Autos quando se tratar de recursos encaminhados ao STJ e por ele devolvidos integralmente por via eletrônica aos tribunais de origem. Em 2016 o nível de arrecadação tem decrescido de modo acentuado, o que pode ser constatado no valor de janeiro (R\$ 269.966,67), fevereiro (R\$ 341.112,87) e março (R\$ 275.206,29). Dessa forma, pode-se projetar o ano de 2016 somando os valores destes três meses mais a sua média de R\$ 295.000,00, totalizando R\$ 3.341.285,83."
Outras Contribuições Sociais (Fonte 176)	2.574,9	2.599,6	24,7	A principal variação positiva, no valor de R\$ 38,5 milhões, ocorreu em "Contribuição para o Ensino Aeroviário", devido à arrecadação no segundo bimestre ter superado a estimativa. Tal acréscimo foi parcialmente compensado por queda em outros itens de receita devido à redução na estimativa dos parâmetros de inflação e PIB. A combinação desses fatores levou ao acréscimo de 1,0% na estimativa do grupo.
Pensões Militares	2.851,5	2.821,5	-30,0	A queda de 1,1% na projeção é explicada pela arrecadação em março e abril R\$ 11,5 milhões abaixo do esperado. Ademais, os parâmetros utilizados na projeção dessa receita, inflação & PIB, sofreram redução de 6,11% para 4,91%.
Honorários Advocatícios - Dívida Ativa - PFN	789,0	804,0	15,0	O acréscimo de 1,9% nesse grupo deveu-se à arrecadação no segundo bimestre ter superado a projeção em cerca de R\$ 18,3 milhões, valor parcialmente compensado pela queda nos parâmetros inflação & PIB.
Rendas da SPU	765,7	699,4	-66,3	A variação de 8,7% justifica-se pela arrecadação menor que o esperado nos meses de março e abril, assim como pela queda na previsão dos parâmetros inflação & PIB.
Custas Judiciais	652,6	652,2	-0,4	Variação de 0,4%, explicada pela incorporação da arrecadação do segundo bimestre e atualização dos parâmetros macroeconômicos.
Cota-Parte Adic Frete Renovação Marinha Mercante	3.064,8	2.845,5	-219,3	A queda de 7,2% na estimativa justifica-se pela arrecadação menor que o esperado nos meses de março e abril (-R\$ 200,0 milhões), conjugada com a queda nos parâmetros inflação & PIB (6,11% para 4,91%).
DPVAT	4.494,8	4.435,8	-59,0	A queda de 1,3% na projeção é explicada pela arrecadação em março e abril R\$ 37,1 milhões abaixo do esperado. Ademais, os parâmetros utilizados na projeção dessa receita, inflação & PIB, sofreram redução de 6,11% para 4,91%.
RESTITUIÇÕES	2.407,3	2.033,5	-373,8	A queda de 15,5% nesse grupo concentrou-se em "Restituições de Despesas de Exercícios Anteriores" e deveu-se a um registro de arrecadação negativa no SIAFI - provavelmente um estorno - no valor de R\$ 210,9 milhões. Ademais, a queda nos parâmetros PIB & inflação contribuiu para a redução na projeção desse grupo de receitas.
ATAERO	1.151,4	1.152,1	0,8	A pequena variação de 0,1% explica-se pela incorporação dos valores arrecadados no segundo bimestre.
Alienação de Bens	24,1	19,4	-4,7	Realização em março e abril abaixo do esperado, combinado com a queda nos parâmetros inflação & PIB de 6,11% para 4,97%.
Outras	3.593,5	3.849,0	255,5	O aumento de 7,1% nesse grupo deveu-se, entre outras receitas com crescimento menos expressivo, ao aumento na estimativa dos seguintes itens: (1) + R\$ 116,9 milhões na CONDECINE, refletindo arrecadação maior que o esperado no segundo bimestre; (2) + R\$ 69,6 milhões em Multas e Juros da Dívida Ativa de Outras Receitas Primárias, devido a registro de arrecadação no segundo bimestre R\$ 71,4 milhões maior que o esperado, parcialmente compensado pela queda nos parâmetros inflação & PIB; (3) + R\$ 47,9 milhões em Prêmios Prescritos de Loterias Federais, devido a registro de arrecadação no segundo bimestre R\$ 49,9 milhões maior que o esperado, parcialmente compensado pela queda nos parâmetros inflação & PIB; (4) + R\$ 43,3 milhões em Multas Previstas em Legislação Específica, pelo registro de arrecadação maior que o esperado no segundo bimestre no valor de R\$ 41,1 milhões. Outras receitas tiveram redução em sua reestimativa, compensando parcialmente os acréscimos citados.



Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 2º Bimestre de 2016

ANEXO VI – HISTÓRICO DAS AVALIAÇÕES

Discriminação	PLOA-2016		LOA 2016		Avaliação Extemporânea		Avaliação do 1º Bimestre		Avaliação do 2º Bimestre	
	R\$ milhões,	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
I. RECEITA TOTAL	1.401.824,7	22,4	1.451.946,0	23,7	1.435.337,7	23,2	1.410.999,6	22,6	1.286.884,7	20,8
I.1. Receita Administrada pela RFB, exceto RGPS	862.882,8	13,88	889.690,7	14,54	871.504,1	14,07	862.817,5	13,81	785.515,9	12,67
I.1.1. Imposto de Importação	48.190,1	0,77	46.530,8	0,76	42.869,2	0,69	37.346,1	0,60	33.502,6	0,54
I.1.2. IPI	58.736,9	0,94	56.174,6	0,92	52.954,3	0,85	49.557,6	0,79	45.874,3	0,74
I.1.3. Imposto sobre a Renda	324.442,3	5,19	350.701,3	5,73	337.563,4	5,45	341.324,9	5,46	313.728,6	5,06
I.1.4. IOF	41.025,4	0,66	38.261,8	0,63	36.768,6	0,59	36.468,9	0,58	36.675,5	0,59
I.1.5. COFINS	232.846,1	3,72	227.862,0	3,73	222.741,6	3,60	216.251,6	3,46	207.309,3	3,35
I.1.6. PIS/PASEP	60.677,4	1,07	59.544,8	0,97	58.555,1	0,95	57.441,5	0,92	55.340,7	0,89
I.1.7. CSLL	67.594,7	1,08	65.975,4	1,08	67.166,5	1,08	67.204,4	1,08	66.612,6	1,07
I.1.8. CPMF/CCS										
I.1.9. CIDE - Combustíveis										
I.1.10. Outras Administradas pela RFB	6.505,4	0,10	7.577,1	0,09	5.527,5	0,09	5.527,6	0,09	5.629,6	0,09
I.1.11. REFIS e PAES	22.954,5	0,37	26.152,0	0,43	33.713,1	0,54	37.940,1	0,61	20.686,9	0,33
I.2. Incentivos Fiscais	-130,1	0,00	-121,6	0,00	-1.320,7	-0,02	-1.320,7	-0,02	-1.320,7	-0,02
I.3. Arrecadação Líquida para o RGPS	366.087,1	5,85	362.712,0	5,93	366.764,9	5,92	360.411,8	5,77	356.909,6	5,76
I.3.1. Projeção Normal	347.597,6	5,56	344.222,6	5,63	348.275,4	5,62	341.922,3	5,47	338.007,3	5,45
I.3.2. Resarcimento das desonerações previdenciárias	18.495,5	0,30	18.469,5	0,30	18.469,5	0,30	18.469,5	0,30	18.901,8	0,30
I.4. Outras Receitas	172.984,9	2,77	199.864,9	3,26	198.389,4	3,20	189.051,0	3,03	145.789,5	2,35
I.4.1. Concessões e Permissões	10.007,0	0,16	25.507,0	0,47	30.957,3	0,50	30.957,3	0,50	23.674,6	0,38
I.4.2. Complemento do FGTS	4.774,2	0,08	4.774,2	0,08	4.994,5	0,08	5.189,4	0,08	5.206,9	0,08
I.4.3. Cont. Plano de Seg. do Servidor	13.471,3	0,22	13.471,3	0,22	13.171,2	0,21	12.781,2	0,20	12.826,3	0,21
I.4.4. Contribuição do Salário-Educação	19.717,4	0,32	19.717,4	0,32	19.688,2	0,32	19.589,7	0,31	19.506,0	0,31
I.4.5. Cota-Parte de Compensações Financeiras	33.033,3	0,53	33.033,3	0,54	34.035,5	0,55	26.836,6	0,43	25.038,9	0,40
I.4.6. Dividendos e Participações	12.224,8	0,20	16.224,8	0,27	12.370,4	0,20	10.765,4	0,17	9.941,8	0,17
I.4.7. Operações com Ativos	27.262,4	0,44	30.862,4	0,50	30.862,0	0,50	30.862,0	0,49	2.902,6	0,05
I.4.8. Recalta Própria (fontes 50 & 81)	15.643,7	0,25	15.643,7	0,26	15.387,6	0,25	15.972,1	0,26	16.112,8	0,26
I.4.9. Demais Receitas	36.850,7	0,59	37.450,7	0,61	36.722,7	0,59	36.137,3	0,58	35.570,6	0,57
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	221.747,3	3,55	232.336,0	3,80	229.380,2	3,70	225.281,2	3,61	209.032,4	3,37
II.1. Cide combustíveis	1.564,5	0,03	1.408,6	0,02	1.488,9	0,02	1.488,9	0,02	1.569,5	0,03
II.2. Compensações Financeiras	21.361,1	0,34	21.361,1	0,35	22.060,8	0,36	17.909,1	0,29	16.739,7	0,27
II.3. Contribuição do Salário Educação	11.830,4	0,19	11.830,4	0,19	11.932,9	0,19	11.753,8	0,19	11.703,6	0,19
II.4. FPE/FPM/PIB/E	181.015,1	2,89	191.658,7	3,13	183.827,0	2,97	183.844,1	2,94	168.921,4	2,73
II.5. Fundos Constitucionais	4.737,4	0,08	4.737,4	0,08	8.759,2	0,14	8.867,1	0,14	8.631,8	0,14
Repasse Total	8.043,1	0,13	8.543,5	0,14	11.714,0	0,19	11.757,7	0,19	10.747,7	0,17
Supervisão Fundos	-3.305,7	-0,05	-3.606,1	-0,06	-2.954,8	-0,05	-2.890,6	-0,05	-2.115,9	-0,03
II.6. Demais	1.238,8	0,02	1.339,8	0,02	1.311,4	0,02	1.418,1	0,02	1.407,4	0,02
III. RECEITA LIQUIDA (I - II)	1.180.077,4	18,87	1.219.610,0	19,94	1.205.597,4	19,47	1.185.718,4	18,98	1.077.852,3	17,39
IV. DESPESAS	1.210.569,2	19,36	1.195.609,0	19,55	1.205.597,3	19,47	1.185.715,8	18,98	1.191.739,5	19,23
IV.1. Benefícios da Previdência	491.001,3	7,85	492.407,0	8,05	496.454,3	8,02	496.454,3	7,95	503.274,5	8,12
IV.2. Pessoal e Encargos Sociais	263.471,2	4,21	254.033,2	4,15	255.341,9	4,12	255.341,9	4,09	258.839,3	4,19
IV.3. Outras Desp. Obrigatórias	205.678,3	3,29	192.294,5	3,15	220.785,6	3,57	221.753,1	3,55	217.459,2	3,51
IV.3.1. Abono e Seguro Desemprego	55.025,6	0,88	55.025,6	0,90	59.866,1	0,97	59.866,1	0,96	59.866,1	0,97
IV.3.2. Anistia	242,9	0,00	242,9	0,00	242,9	0,00	242,9	0,00	243,6	0,00
IV.3.3. Apoio Fin. Municípios/Estados										
IV.3.4. Auxílio à CDE										
IV.3.5. Benefícios da Legislação Especial e Indenizações	799,5	0,01	799,5	0,02	799,5	0,01	799,5	0,01	681,4	0,01
IV.3.6. Benefícios da Prestação Continuada da LOAS / RMV	46.101,8	0,74	46.101,8	0,75	46.327,1	0,75	46.327,1	0,74	49.111,1	0,79
IV.3.7. Complemento do FGTS	5.974,2	0,10	5.974,2	0,10	4.994,5	0,08	5.189,4	0,08	5.206,9	0,08
IV.3.8. Créditos Extraordinários										
IV.3.9. Compensação ao RGPS pelas desonerações da folha	18.495,5	0,30	16.640,5	0,27	18.489,5	0,30	18.489,5	0,30	18.901,8	0,30
IV.3.10. Despesas Custeadas com Convênios/Doações (Poder Executivo)	878,5	0,01	878,5	0,01	878,5	0,01	1.253,2	0,02	1.360,4	0,02
IV.3.11. Fabricação de Cédulas e Moedas	800,0	0,01	800,0	0,01	800,0	0,01	800,0	0,01	800,0	0,01
IV.3.12. Fundef / Fundeb - Complementação	12.544,7	0,20	12.544,7	0,21	12.544,7	0,20	12.544,7	0,20	12.544,7	0,20
IV.3.13. Fundo Constitucional do DF	1.184,1	0,02	1.185,0	0,02	1.185,0	0,02	1.185,0	0,02	1.185,0	0,02
IV.3.14. Fundos FDA, FNE e FDCO	856,0	0,01	856,0	0,01	855,9	0,01	855,9	0,01	855,9	0,01
IV.3.15. Legislativo/Judiciário/MPU/DPJ	13.574,7	0,22	11.863,9	0,19	11.971,0	0,19	11.932,5	0,19	11.962,3	0,19
IV.3.16. Lei Kandir (Lis nº 87/96 e 102/00)	1.950,0	0,03	1.960,0	0,03	3.917,8	0,06	3.917,8	0,06	5.867,5	0,09
IV.3.17. Reserva de Contingência	7.594,5	0,12	99,5	0,00	1,4	0,00	1,4	0,00	1,4	0,00
IV.3.18. Resarcimento combustíveis fósseis										
IV.3.19. Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	10.287,0	0,16	10.287,0	0,17	10.287,0	0,17	10.287,0	0,16	11.299,5	0,18
IV.3.20. Subídios, Subvenções e Progred.	28.338,9	0,45	26.888,9	0,44	30.284,4	0,49	30.284,4	0,48	30.284,4	0,49
IV.3.21. Transferência ANA - Recetas Uso Recursos Hídicos	224,9	0,00	224,9	0,00	224,9	0,00	224,9	0,00	306,8	0,00
IV.3.22. Transferência Multas ANEEL	811,4	0,01	101,4	0,00	811,4	0,01	811,4	0,01	786,5	0,01
IV.3.23. Precatórios Federais										
IV.4. Despesas com Controle de Fluxo do Poder Executivo	250.418,4	4,00	256.784,4	4,20	233.375,4	3,77	212.166,5	3,40	212.166,5	3,42
IV.4.1. Obrigações (*)	122.072,1	1,95	124.572,1	2,04	124.572,1	2,01	124.828,7	2,00	124.828,7	2,01
IV.4.2. Demais	128.346,2	2,05	132.212,2	2,16	108.503,3	1,76	87.337,8	1,40	87.337,8	1,41
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL										
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	-30.491,8	-0,49	24.001,0	0,39	0,1	0,00	2,5	0,00	-113.887,2	-1,84
VI.1. Resultado do Tesouro	94.422,4	1,51	153.785,9	2,51	129.689,6	2,09	136.045,1	2,18	32.476,2	0,52
VI.2. Resultado da Previdência Social	-124.914,2	-2,00	-129.784,9	-2,12	-129.689,5	-2,09	-130.042,6	-2,18	-146.365,4	-2,36
VII. AJUSTE METODOLÓGICO										
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA										
VIII. PRIMÁRIO ABAIXO DA LINHA (VI+VII+VIII)	-30.491,8	-0,5	24.001,0	0,4	0,1	0,0	2,5	0,0	-113.887,2	-1,8

Memo:

SPE 07/08 - PIB 0,2%

CN - PIB -1,9%

SPE 06/01 - PIB -

2,9%

SPE 11/03 - PIB -3,05%

SPE 26/04 - PIB -3,8%

PIBs

6.253.178,0

6.116.900,0

6.194.002,5

6.247.067,4

6.198.927,1

(*) Considerou-se dotação atual de 19/05/16 para a posição do 2º Bimestre.



A Presidência comunica que recebeu a **Mensagem nº 270 de 2016** (Diário Oficial da União de 19/05/2016 – Edição Extra), do Senhor Vice-Presidente da República no exercício da Presidência da República, comunicando retificação à Medida Provisória nº 726, de 2016.

“Altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios”.

A matéria volta à Comissão Mista da Medida Provisória.

A matéria será publicada em avulso eletrônico.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.



CONGRESSO NACIONAL PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 1, DE 2016

Altera a Lei 13.242, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016.

**Mensagem nº 96 de 2016, na origem
DOU de 29/03/2016**

**Proposta de Modificação pela
Mensagem nº 282 de 2016, na origem**

DOCUMENTOS:

- PROJETO DE LEI ORIGINAL E ANEXO
- EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS ORIGINAL
- MENSAGEM Nº 96 DE 2016 (ORIGINAL)
- MENSAGEM Nº 282 DE 2016 (PROPOSTA DE MODIFICAÇÃO)
- EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA MENSAGEM Nº 282 DE 2016
- PROJETO DE LEI E ANEXO (PROPOSTA)

Publicação: DSF de 23/05/2016

PROJETO DE LEI N° 1 DE 2016-CN

Altera a Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2016.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A [Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º A elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2016, bem como a execução da respectiva Lei, deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de superávit primário para o setor público consolidado não financeiro de R\$ 9.310.000.000,00 (nove bilhões, trezentos e dez milhões de reais), sendo a meta de superávit primário dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social de R\$ 2.756.000.000,00 (dois bilhões, setecentos e cinquenta e seis milhões de reais), e R\$ 0,00 (zero real) para o Programa de Dispêndios Globais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante do Anexo IV a esta Lei.

.....

§ 4º A meta de superávit primário prevista no **caput** e no § 2º poderá ser reduzida:

I - dos montantes frustrados, até o limite de:

a) R\$ 40.256.000.000,00 (quarenta bilhões, duzentos e cinquenta e seis milhões de reais), das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil; e

b) R\$ 41.700.000.000,00 (quarenta e um bilhões e setecentos milhões de reais), das receitas de concessões e permissões, dividendos e participações e operações com ativos;

II - em até R\$ 17.450.000.000,00 (dezessete bilhões, quatrocentos e cinquenta milhões de reais), relacionados ao pagamento de despesas, sendo:

a) até R\$ 12.500.000.000,00 (doze bilhões e quinhentos milhões de reais), relativos a investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, dos quais R\$ 3.500.000.000,00 (três bilhões e quinhentos milhões de reais) referentes a ações do Ministério da Defesa;

b) até R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), referentes a ações de vigilância sanitária, combate a endemias e reforço do Sistema Único de Saúde - SUS, no âmbito do Ministério da Saúde; e

c) até R\$ 1.950.000.000,00 (um bilhão, novecentos e cinquenta milhões de reais), referentes ao pagamento do auxílio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para fomento das exportações; e

III - do valor equivalente à frustração da meta prevista no § 2º, desde que em decorrência dos processos de reestruturação e alongamento de dívidas dos Estados e do Distrito Federal junto à União, no âmbito da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e de renegociação dos contratos entre os Estados e o Distrito Federal e as instituições públicas federais, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.” (NR)

“Art. 99.

§ 14. Não se aplica o prazo previsto no § 2º para as proposições referentes aos seguintes cargos e carreiras:

I - cargos de Perito Médico Previdenciário e Supervisor Médico-Pericial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, de que trata a [Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009](#);

II - cargos de Analista de Infraestrutura, da Carreira de Analista de Infraestrutura, e cargo isolado de Especialista em Infraestrutura Sênior, de que trata a [Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007](#);

III - cargos de Analista Técnico de Políticas Sociais, de que trata a [Lei nº 12.094, de 19 de novembro de 2009](#);

IV - cargos das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, de que trata a [Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005](#);

V - cargos da Carreira de Perito Federal Agrário, de que trata a [Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002](#);

VI - cargos de Delegado de Polícia Federal, Perito Criminal Federal, Escrivão de Polícia Federal, Agente de Polícia Federal e Papiloscopista Policial Federal, de que trata o [Decreto-Lei nº 2.251, de 26 de fevereiro de 1985](#);

VII - cargos da Carreira de Policial Rodoviário Federal, de que trata a [Lei nº 9.654, de 2 de junho de 1998](#);

VIII - cargos de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil e Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil, da Carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil, de que trata a [Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002](#);

IX - cargos da Carreira de Diplomata, da Carreira de Oficial de Chancelaria e da Carreira de Assistente de Chancelaria, de que trata a [Lei nº 11.440, 29 de dezembro de 2006](#);

X - cargos de:

a) Médico, Médico de Saúde Pública, Médico do Trabalho, Médico Marítimo e Médico Veterinário do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, de que trata a [Lei nº 11.357, 19 de outubro de 2006](#);

b) Médico do Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União, de que trata a [Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2005](#);

- c) Médico do Quadro de Pessoal da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, de que trata a [Lei nº 11.907, de 2009](#);
 - d) Médico, Médico de Saúde Pública, Médico Cirurgião, Médico do Trabalho e Médico Veterinário da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a [Lei nº 11.355, de 2006](#);
 - e) Médico do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda - PECFAZ, de que trata a [Lei nº 11.907, de 2010](#);
 - f) Médico-Profissional Técnico Superior da Cultura, de que trata a [Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005](#);
 - g) Médico do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, de que trata [Lei nº 11.095, de 13 de janeiro de 2005](#);
 - h) Médico do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal, de que trata a [Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003](#);
 - i) Médico do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário, de que trata a [Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005](#);
 - j) Médico da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho dos Quadros de Pessoal do Ministérios da Saúde, do Ministério da Previdência Social, do Ministério do Trabalho e Emprego e da Fundação Nacional da Saúde - FUNASA, de que trata a [Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002](#);
 - k) Médico do Quadro de Pessoal do INSS, de que trata a [Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001](#);
 - l) Médico, de que trata a [Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970](#); e
 - m) Médico do Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional, de que trata a [Lei nº 11.090, de 2005](#); e
- XI - cargos de Auditor-Fiscal do Trabalho, da Carreira de Auditoria-Fiscal do Trabalho, de que trata a [Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002](#).” (NR)

Art. 2º O Anexo IV.1 à [Lei nº 13.242, de 2015](#), passa a vigorar na forma do Anexo a esta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ANEXO

(Anexo IV.1 à Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015)

Anexo IV**Metas Fiscais****IV.1 Anexo de Metas Fiscais Anuais**(Art. 4º-§ 2º, inciso III, da [Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000](#))

Em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Anexo de Metas Anuais da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016, LDO-2016, estabelece a meta de resultado primário do setor público consolidado para o exercício de 2016 e indica as metas de 2017 e 2018. A cada exercício, havendo mudanças no cenário macroeconômico interno e externo, as metas são revistas.

O objetivo primordial da política fiscal do Governo é promover a gestão equilibrada dos recursos públicos, de forma a assegurar a manutenção da estabilidade econômica, o crescimento sustentado, a distribuição da renda e a prover adequadamente o acesso aos serviços públicos universais. Para isso, atuando em linha com as políticas monetária, creditícia e cambial, o Governo procura criar as condições necessárias para a queda gradual do endividamento público líquido e bruto em relação ao PIB, a redução da estrutura a termo da taxa de juros, a melhora do perfil da dívida pública e o fortalecimento dos programas sociais.

Nesse sentido, anualmente, são estabelecidas metas de resultado primário no intento de garantir as condições econômicas necessárias para a manutenção do crescimento sustentado, o que inclui a sustentabilidade intertemporal da dívida pública. Ressalte-se que o resultado fiscal nominal e o estoque da dívida do setor público apresentados são indicativos, pois são impactados por fatores fora do controle direto do Governo, como por exemplo a taxa de câmbio.

Também é compromisso da política fiscal promover a melhoria da gestão fiscal, com vistas a implementar políticas sociais redistributivas e a financiar investimentos em infraestrutura que ampliem a capacidade de produção do País, por meio da eliminação de gargalos logísticos. O Governo também vem atuando na melhoria da qualidade e na simplificação da tributação, no combate à sonegação, evasão e elisão fiscal, na redução da informalidade, no aprimoramento dos mecanismos de arrecadação e fiscalização. Tem também procurado aprimorar a eficiência da alocação dos recursos, com medidas de racionalização dos gastos públicos e de tarifas públicas adequadas, com melhora nas técnicas de gestão e controle, com maior transparéncia, de forma a ampliar a prestação de serviços públicos de qualidade. O alinhamento de estruturas de governança pública às melhores práticas internacionais também fortalece a política fiscal.

Em 2015, o PIB real caiu 3,8%, forte desaceleração ante a taxa de crescimento observada em 2014 (0,1%). Concomitantemente, houve redução real na arrecadação, sem contraparte de redução na despesa, para preservar parcela do investimento e os programas sociais.

A meta de superávit primário do Setor Público para 2015 foi fixada inicialmente em 1,2% e a de 2016 em 2,0% do PIB estimado à época para o ano, quando da revisão da LDO em dezembro de 2014. Naquele momento, o Governo e o mercado trabalhavam com expectativa de obtenção de um superávit primário de 0,19% do PIB em 2014, crescimento de 0,80% do PIB em 2015 e de 2,0% em 2016 (conforme apontado pelo relatório Focus de 21/11/2014).

Para garantir que essas metas fossem atingidas, o Governo adotou um conjunto inicial de medidas para reduzir despesas e para elevar a arrecadação.

No âmbito do controle dos gastos, destacaram-se: (i) aumento das taxas de juros em diversas linhas de crédito para reduzir os subsídios pagos pelo Tesouro Nacional; (ii) racionalização dos gastos de diversos programas de Governo, com revisão das metas; (iii) fim do subsídio à CDE no valor de R\$ 9,0 bilhões; (iv) proposta de revisão das regras de pensão por morte e auxílio doença; e (v) proposta de revisão do seguro defeso, do seguro desemprego e do abono salarial.

Adicionalmente, deve-se considerar o contingenciamento total de gastos do Poder Executivo até outubro de 2015 no valor de R\$ 78,6 bilhões. O Governo também reviu as regras do Fundo de Financiamento

Estudantil (FIES), anunciando novos limites de comprometimento, prazos e taxas de juros com o objetivo de reduzir o subsídio dessa política.

Com relação à receita, destacam-se as recomposições dos seguintes tributos: (i) IPI para automóveis, móveis, laminados e painéis de madeira e cosméticos; (ii) PIS/Cofins sobre importação; (iii) IOF-Crédito para pessoa física; e (iv) PIS/Cofins e CIDE sobre combustíveis.

Além disso, foram enviadas propostas legislativas que visam o aumento da arrecadação: (i) o projeto de Lei nº 863/2015, que reverte parte da desoneração da folha de pagamento e; (ii) a Medida Provisória nº 675, que aumenta a CSLL cobrada das instituições financeiras de 15% para 20%.

Todavia, em função de vários choques que ocorreram desde o final de 2014, o cenário macroeconômico mostrou-se desafiador, levando a grande frustração da estimativa de receitas. O primeiro choque, que se deu ainda em 2014, foi a acentuação da queda do preço das **commodities**. Pelo lado doméstico, a crise hídrica mais grave da história do país combinada com a crise do setor de construção civil produziu forte incerteza sobre o cenário macroeconômico e os indicadores de confiança continuaram a apresentar deterioração. Com base neste cenário, a economia se deteriorou ainda mais.

Assim, apesar de todas as medidas adotadas, o Setor Público apresentou déficit de R\$ 111,2 bilhões em 2015, equivalente a 1,9% do PIB, sendo R\$ 116,7 bilhões do Governo central.

A deterioração do cenário econômico atingiu também as projeções para 2016, com estimativa de queda de 3,6% do PIB, segundo o relatório Focus de 18/03/2016, frente a estimativa de expansão de 2,0%, conforme relatório Focus de 21/11/2014.

Dessa forma, apesar dos dois contingenciamentos de despesas já realizados no primeiro trimestre de 2016, somando R\$ 44,6 bilhões, a meta para o ano teve que ser revista. Em termos nominais, a meta revista de superávit primário do setor público não financeiro consolidado para 2016 fica fixada em R\$ 9.310 milhões, equivalente a 0,15% do PIB. Para 2017 e 2018, define-se um cenário de elevação gradual do resultado primário para R\$ 1,3% do PIB e 2,0% do PIB, respectivamente.

Para a consecução dos resultados fiscais propostos, o cenário macroeconômico de referência (Tabela 1) pressupõe recuperação moderada da atividade econômica, atingindo crescimento de 2,9% em 2018. O cenário de inflação, por sua vez, prevê queda da inflação, após elevação temporária da inflação em 2015, por conta da política de realinhamento tarifário, em consonância com os objetivos da política macroeconômica. Assim, terminado o ajuste nos preços monitorados, há convergência da inflação para o centro da meta.

Com relação à política monetária, em julho de 2015, a taxa Selic atingiu 14,25%, com elevação de 7,0 p.p. desde o início do atual ciclo monetário em abril de 2013, quando a Selic estava em 7,25%. Entre julho de 2015 e março de 2016 a taxa Selic foi mantida em 14,25% ao ano.

O regime de câmbio flutuante garante o equilíbrio externo e, somado à elevada quantidade de reservas internacionais, permite que a economia se ajuste de maneira suave às condições externas. Diante deste arcabouço, o cenário de referência prevê que a taxa de câmbio médio se situe na faixa entre R\$/US\$ 4,18 e R\$/US\$ 4,37.

As perspectivas para 2016 e 2017 são de melhora gradual no cenário econômico internacional, com crescimento de 3,6% em 2016 e acelerando para 3,9% em 2018 (WEO/FMI de outubro de 2015), com expansão moderada da economia nos EUA, Alemanha, França e Reino Unido. Todavia, esse cenário também embute riscos como a desaceleração mais acentuada no crescimento chinês e problemas econômicos/financeiros na Área do Euro em virtude dos ajustes na Grécia.

Tabela 1 – Cenário macroeconômico de referência

	2016	2017	2018
PIB (crescimento real %a.a.)	-3,1	1,0	2,9
Inflação (IPCA acumulado – var. %)	7,44	6,00	5,44
Selic (fim de período - %a.a.)	14,25	12,75	11,50
Câmbio (fim de período – R\$/US\$)	4,36	4,40	4,33

Fonte: Ministério da Fazenda com base em projeções de mercado.

Para 2016, a meta de superávit primário está fixada em R\$ 9,31 bilhões para o setor público não-financeiro, o que equivale a 0,15% do PIB nominal estimado para o ano, e está dividida em R\$ 2,756 bilhões para o Governo central, R\$ 6,554 bilhões para os Estados e Municípios e R\$ 0,0 para as Estatais Federais.

Tabela 2 – Trajetória estimada para a dívida do setor público

Variáveis (em % do PIB)	2016	2017	2018
Superávit Primário do Setor Público Não-Financeiro	0,15	1,30	2,00
Previsão para o reconhecimento de passivos	0,2	0,2	0,2
Dívida Líquida com o reconhecimento de passivos	39,0	40,0	39,5
Dívida Bruta do Governo Geral	71,9	72,5	71,3
Resultado Nominal	-6,8	-4,1	-1,9

Fonte: Projeção do Banco Central para Dívida Bruta e Líquida, com base nas metas fiscais e nos parâmetros macroeconômicos

O cenário macroeconômico projetado, juntamente com a elevação gradual do resultado primário, permitirá a sustentabilidade da política fiscal, já que a dívida bruta do Governo geral como proporção do PIB apresenta queda a partir de 2018. Assim, a trajetória de superávit definida é suficiente para garantir a sustentabilidade da dívida bruta no médio prazo.

Anexo de Metas Fiscais**Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016**

(Art. 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

Anexo IV.1.a - Anexo de Metas Anuais 2016 a 2018

Discriminação	2016			2017			2018			Preços Correntes
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões							
I. Receita Primária	1.411.000	22,59	1.601.479	23,59	1.796.831	24,19				
II. Despesa Primária	1.408.244	22,54	1.530.205	22,54	1.674.282	22,54				
III. Resultado Primário Governo Central (I - II)	2.756	0,04	71.274	1,10	122.549	1,65				
IV. Resultado Primário Empresas Estatais Federais	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	
V. Resultado Primário Governo Federal (III + IV)	2.756	0,04	71.274	1,05	122.549	1,65				
VI. Resultado Nominal Governo Federal	-331.218	-5,30	-196.583	-2,90	-54.518	-0,73				
VII. Dívida Líquida Governo Federal	1.500.098	24,01	1.699.427	25,04	1.840.028	24,77				

Discriminação	Preços Médios de 2016 - IGP-DI		
	2016	2017	2018
	R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões
I. Receita Primária	1.411.000	1.508.064	1.606.457
II. Despesa Primária	1.408.244	1.440.948	1.496.892
III. Resultado Primário Governo Central (I - II)	2.756	67.117	109.565
IV. Resultado Primário Empresas Estatais Federais	0	0	0
V. Resultado Primário Governo Federal (III + IV)	2.756	67.117	109.565
VI. Resultado Nominal Governo Federal	-331.218	-185.116	-48.742
VII. Dívida Líquida Governo Federal	1.500.098	1.610.899	1.658.189

EM nº 00057/2016/MP

Brasília, 22 de março de 2016.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que “Altera os dispositivos que menciona da Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016”, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016, LDO-2016, para propor novo mecanismo de ajuste na meta de superávit primário, considerando que o cenário econômico nacional continuou a se deteriorar no início do ano de 2016. Assim, o orçamento aprovado contemplou projeção de queda do PIB real de 1,9%, mas o cenário de mercado divulgado pelo relatório Focus projeta retração da atividade econômica da ordem de 3,6%.

2. Do ponto de vista das contas públicas, a retração da atividade econômica tem provocado elevado grau de frustração de receitas, o que não ocorre do lado das despesas. Uma vez que essas decorrem de obrigações constitucionais e legais, em sua maioria, e, desse modo, não são passíveis de redução no curto prazo.

3. Dado esse cenário, mesmo ainda estando no início do exercício financeiro, torna-se necessário rever a meta de superávit primário para acomodá-la a atual conjuntura econômica brasileira.

4. Por outro lado, como é preciso garantir os investimentos públicos, propõe-se que seja permitido o abatimento da meta de superávit no valor de R\$ 12,5 bilhões. Montante esse a ser destinado para o pagamento de investimentos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, dos quais R\$ 3,5 bilhões estão no âmbito do Ministério da Defesa. Esses investimentos são fundamentais no auxílio à recuperação da atividade econômica. Seja por contrabalançarem a queda da demanda agregada, no plano macroeconômico, seja por melhorarem nossa infraestrutura e aumentarem a competitividade, no plano microeconômico, incentivando o aumento do investimento privado.

5. As alterações propostas também visam garantir recursos para as ações de vigilância sanitária, combate a endemias e reforço do Sistema Único de Saúde ao permitir o abatimento da meta de superávit em até R\$ 3,0 bilhões devido a pagamentos destas despesas.

6. Outra proposta visa auxiliar os Entes Federativos que sofrem prejuízos com perda de arrecadação devida a alteração do foco da atividade econômica para o mercado externo com pagamento do auxílio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para fomento das exportações em até R\$ 1,95 bilhão.

7. Deve-se levar em conta, ainda, que essa deterioração do ambiente macroeconômico está afetando sensivelmente as finanças dos Estados, do DF e dos Municípios. Dessa maneira, o processo em curso de reestruturação e alongamento de dívidas dos Estados e do Distrito Federal

junto à União no âmbito da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997 e de renegociação dos contratos entre os Estados e o Distrito Federal e as instituições públicas federais, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES , poderá impactar a meta indicativa de superávit primário desses Entes, motivo pelo qual propõe-se o abatimento da frustração decorrente dessa reestruturação.

8. Nesse sentido, as alterações propostas visam:

- a) acomodar os efeitos negativos da queda da atividade econômica sobre as receitas;
- b) manter o fluxo de restos a pagar, destinando recursos para o pagamento de investimentos públicos visando estimular a retomada da atividade econômica, inclusive de importantes investimentos no âmbito do Ministério da Defesa;
- c) garantir recursos para ações fundamentais no âmbito da saúde pública;
- d) auxiliar os Entes Federativos que sofrem prejuízos com perda de arrecadação devida a alteração do foco da atividade econômica para o mercado externo com pagamento do auxílio financeiro para fomento das exportações; e
- e) contemplar o efeito do processo de reestruturação e alongamento de dívidas dos Estados e do Distrito Federal junto à União no âmbito da [Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997](#) e de renegociação dos contratos entre os Estados e o Distrito Federal e as instituições públicas federais, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

9. Propõe-se, ainda, alteração do art. 99, com a exclusão do prazo de encaminhamento das proposições legislativas referentes à concessão de vantagens, aumentos de remuneração, alteração de estrutura de carreiras, para permitir que as carreiras cujas proposições de alteração ainda não foram encaminhadas ao Congresso Nacional possam ser contempladas com os respectivos aumentos acordados no âmbito do Poder Executivo.

10. Por fim, em decorrência da alteração da meta de superávit primário prevista no *caput* do art. 2º da LDO-2016, faz-se necessária a alteração do Anexo IV.1 - Metas Fiscais Anuais constante dessa Lei.

11. Diante do exposto, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que “Altera os dispositivos que menciona da [Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015](#), que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016”.

Respeitosamente,

Assinado por: Valdir Moysés Simão

Mensagem nº 96

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Altera a Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016”.

Brasília, 22 de março de 2016.

Mensagem nº 282

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da proposta de alteração do PLN nº 1, de 2016, que “Altera os dispositivos que menciona da Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016”.

Brasília, 23 de maio de 2016.

EM nº 00094/2016/MP

Brasília, 23 de maio de 2016.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. O § 5º do art. 166 da Constituição Federal permite que o Presidente da República envie mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO, enquanto não iniciada sua votação, na Comissão mista, da parte cuja alteração é proposta.

2. Em 2015, o PIB real caiu 3,8%, com forte retração na demanda interna, de 5,4% no ano, promovendo ajuste no setor externo. Concomitantemente, houve redução real na arrecadação, sem contraparte de redução na despesa, o que comprometeu o investimento e os gastos correntes.

3. A deterioração da arrecadação e o equacionamento de passivos junto aos bancos públicos em 2015 resultou que o Setor Público apresentasse déficit de R\$ 111,2 bilhões em 2015, valor equivalente a 1,9% do PIB, sendo déficit de R\$ 116,7 bilhões do Governo Central e superávit de R\$ 9,7 bilhões para Estados, Distrito Federal - DF e Municípios.

4. Esse resultado tornou inexequível a meta constante do LDO-2016, de R\$ 30,5 bilhões para o setor público consolidado não financeiro, sendo R\$ 24,0 bilhões relativos aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – OFSS.

5. Nesse sentido, para compatibilizar a meta do LDO-2016 com esse novo cenário foi encaminhada, em 23 de março do ano corrente, proposta de alteração da meta para o setor público consolidado não financeiro para R\$ 9,3 bilhões, sendo R\$ 2,8 bilhões para os OFSS, com possibilidade de abatimento de até R\$ 99,4 bilhões para esses últimos, além do abatimento relativo a reestruturação e alongamento de dívidas dos Estados e do Distrito Federal junto à União no âmbito da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997 e de renegociação dos contratos entre os Estados e o DF e as instituições públicas federais, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Essa proposta converteu-se no Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1, de 2016 – PLN nº 1/2016.

6. Após o encaminhamento dessa proposta, a deterioração do cenário econômico continuou a afetar as projeções para 2016, com estimativa de queda de 3,88% do PIB, segundo o relatório Focus de 13/05/2016, frente a: (i) estimativa de expansão de 2,0% conforme relatório Focus de 21/11/2014; (ii) estimativa de queda de 3,5% em 04/03/2016; e (iii) estimativa de queda de 1,9% no PIB, conforme previsto na grade utilizada no orçamento aprovado em 30 de dezembro de 2015 (Lei 13.242/2015).

7. Assim, ao analisar de modo mais acurado a situação fiscal atual do Governo Federal, verificou-se que o cenário utilizado para a definição da Meta Fiscal no PLN nº 01/2016 era otimista.

8. Nesse sentido, ressalta-se que entre março e abril houve forte frustração da arrecadação ante o previsto (perda de R\$ 7,7 bilhões) em função da continua deterioração do cenário macroeconômico.

9. Adicionalmente, o Governo reviu todas as estimativas de receitas de eventos extraordinários (e.g. R\$ 35 bilhões com a repatriação de recursos da Lei nº 13.254 de 2016) e de operações com ativos adotando cenário mais prudencial, haja vista que até maio, muitas das receitas não haviam ocorrido.

10. Desse modo, optou-se por excluir da arrecadação todas as receitas consideradas incertas, guiando-se pelo princípio da prudência, e em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como com os recentes entendimentos provenientes dos órgãos de controle, o Governo Federal avalia que os riscos associados a essas medidas recomendam que os efeitos das mesmas sejam retirados das projeções enquanto não sejam confirmadas.

11. O efeito da retirada de tais medidas, conjugado à reavaliação das receitas e despesas obrigatórias, é de uma projeção de déficit para os OFSS de 2016 da ordem de R\$ 113,9 bilhões.

12. Dessa forma, apesar dos dois contingenciamentos de despesas já realizados no primeiro trimestre de 2016, que somaram R\$ 44,6 bilhões, o Governo constatou a necessidade de propor nova alteração na meta para o ano. A proposta de nova meta de resultado primário do setor público não financeiro consolidado para 2016 será fixada em déficit de R\$ 163,9 bilhões, equivalente a -2,64% do PIB. Para 2017 e 2018 o governo está revendo o cenário macroeconômico e os números de projeção de receita de forma a adotar cenário mais prudencial, de forma a evitar frustrações de previsão de arrecadação tão elevadas quando as observadas nos últimos 2 anos

13. Assim, nesse primeiro momento, o Governo optou por manter o cenário fiscal, para os próximos exercícios, aprovado na Lei nº 13.242 de 30 de dezembro de 2015, embora reconheça que esse cenário não é factível e está em processo de revisão.

14. O Governo trabalha com cenário no qual serão realizadas reformas regulatórias que viabilizem novos investimentos na economia brasileira. Muitas dessas reformas já estão em andamento como as medidas no setor de petróleo e gás, ampliação da participação estrangeira na aviação civil, reforma do marco regulatório de telecomunicações. Contribuem para a aceleração do crescimento e para o equilíbrio fiscal, as reformas orçamentárias que possam reduzir o peso das despesas obrigatórias no orçamento.

15. Para 2016, propõe-se fixar a meta de resultado primário em déficit de R\$ 163,9 bilhões para o setor público não-financeiro, dividida em déficit de R\$ 170,5 bilhões para os OFSS, superávit de R\$ 6,554 bilhões para os Estados, DF e Municípios e R\$ 0,0 para as Estatais Federais. Essa proposta já contempla a projeção do resultado do processo de reestruturação e alongamento de dívidas dos Estados e do Distrito Federal junto à União no âmbito da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997 e de renegociação dos contratos entre os Estados e o Distrito Federal e as instituições

públicas federais, com recursos do BNDES, porém não incorpora a eventual necessidade de capitalização de empresas estatais federais além daquelas já previstas.

16. Por fim, a renegociação da dívida dos Estados é resposta do Governo Federal à deterioração das finanças dos Estados e DF. Assim, o Poder Executivo apresentou Projeto de Lei Complementar que permite a reestruturação e alongamento de dívidas dos Estados e do DF junto à União no âmbito da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997 e de renegociação dos contratos entre os Estados e o DF e as instituições públicas federais, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

17. Isso posto, submetemos à consideração de Vossa Excelência a proposta de alteração do PLN nº 1/2016, com vistas a modificar a meta de resultado primário da LDO-2016, em anexo, dentre outras providências, elaborada em observância ao disposto no § 5º, do art. 166 da Constituição Federal, propondo seu encaminhamento ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

ROMERO JUCÁ
Ministro de Estado do Planejamento,
Desenvolvimento e Gestão

**PROJETO DE LEI N° 1 DE 2016-CN
(PROPOSTA DA MENSAGEM N° 282 DE 2016)**

Altera os dispositivos que menciona da Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 2º e 99 da Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º A elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2016, bem como a execução da respectiva Lei, deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de déficit primário para o setor público consolidado não financeiro de R\$ 163.942.000.000,00 (cento e sessenta e três bilhões, novecentos e quarenta e dois milhões de reais), sendo a meta de déficit primário dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União de R\$ 170.496.000.000,00 (cento e setenta bilhões e quatrocentos e noventa e seis milhões de reais), e R\$ 0,00 (zero real) para o Programa de Dispêndios Globais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante do Anexo IV desta Lei.

.....”(NR)

“Art. 99.....
.....

§ 14. Não se aplica o prazo previsto no § 2º para as proposições referentes aos seguintes cargos e carreiras:

I - Cargos de Perito Médico Previdenciário e Supervisor Médico-Pericial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, de que trata a Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009;

II - Cargos de Analista de Infraestrutura, da Carreira de Analista de Infraestrutura, e cargo isolado de Especialista em Infraestrutura Sênior, de que trata a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007;

III - Cargos de Analista Técnico de Políticas Sociais, de que trata a Lei nº 12.094, de 19 de novembro de 2009;

IV - Cargos das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento

Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, de que trata a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005;

V - Cargos da Carreira de Perito Federal Agrário, de que trata a Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002;

VI - Cargos de Delegado de Polícia Federal, Perito Criminal Federal, Escrivão de Polícia Federal, Agente de Polícia Federal e Papiloscopista Policial Federal, de que trata o Decreto-Lei nº 2.251, de 26 de fevereiro de 1985;

VII - Cargos da Carreira de Policial Rodoviário Federal, de que trata a Lei nº 9.654, de 2 de junho de 1998;

VIII - Cargos de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil e Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil, da Carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil, de que trata a Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002;

IX - Cargos da Carreira de Diplomata, da Carreira de Oficial de Chancelaria e da Carreira de Assistente de Chancelaria, de que trata a Lei nº 11.440, 29 de dezembro de 2006;

X - Cargos de:

a) Médico, Médico de Saúde Pública, Médico do Trabalho, Médico Marítimo e Médico Veterinário do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, de que trata a Lei nº 11.357, 19 de outubro de 2006;

b) Médico do Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União, de que trata a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2005;

c) Médico do Quadro de Pessoal da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, de que trata a Lei nº 11.907, de 2009;

d) Médico, Médico de Saúde Pública, Médico Cirurgião, Médico do Trabalho e Médico Veterinário da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº 11.355, de 2006;

e) Médico do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda - PECFAZ, de que trata a Lei nº 11.907, de 2010;

f) Médico-Profissional Técnico Superior da Cultura, de que trata a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005;

g) Médico do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, de que trata Lei nº 11.095, de 13 de janeiro de 2005;

h) Médico do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal, de que trata a Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003;

i) Médico do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário, de que trata a Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005;

j) Médico da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho dos Quadros de Pessoal do Ministérios da Saúde, do Ministério da Previdência Social, do Ministério do Trabalho e Emprego e da Fundação Nacional da Saúde - FUNASA, de que trata a Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002;

k) Médico do Quadro de Pessoal do INSS, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de

2001;

l) Médico, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970; e

m) Médico do Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional, de que trata a Lei nº 11.090, de 2005; e

XI - Cargos de Auditor-Fiscal do Trabalho, da Carreira de Auditoria-Fiscal do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002.” (NR)

Art. 2º O Anexo IV.1 da Lei nº 13.242, de 2015, passa a vigorar na forma do Anexo desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

Anexo IV Metas Fiscais

IV.1 Anexo de Metas Fiscais Anuais

(Art. 4º, § 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

Em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Anexo de Metas Anuais da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016, LDO-2016, estabelece a meta de resultado primário do setor público consolidado para o exercício de 2016 e indica as metas de 2017 e 2018. A cada exercício, havendo mudanças no cenário macroeconômico interno e externo, as metas são revistas.

O objetivo primordial da política fiscal do governo é promover a gestão equilibrada dos recursos públicos, de forma a assegurar a manutenção da estabilidade econômica, o crescimento sustentado, a distribuição da renda e a prover adequadamente o acesso aos serviços públicos universais. Para isso, atuando em linha com as políticas monetária, creditícia e cambial, o governo procura criar as condições necessárias para a queda gradual do endividamento público líquido e bruto em relação ao PIB, a redução da estrutura a termo da taxa de juros, a melhora do perfil da dívida pública e o fortalecimento dos programas sociais.

Nesse sentido, anualmente, são estabelecidas metas de resultado primário no intento de garantir as condições econômicas necessárias para a manutenção do crescimento sustentado, o que inclui a sustentabilidade intertemporal da dívida pública.

Ressalte-se que o resultado fiscal nominal e o estoque da dívida do setor público apresentados são indicativos, pois são impactados por fatores fora do controle direto do governo, por exemplo taxa de câmbio.

Também é compromisso da política fiscal promover a melhoria da gestão fiscal, com vistas a implementar políticas sociais redistributivas e a financiar investimentos em infraestrutura que ampliem a capacidade de produção do País, por meio da eliminação de gargalos logísticos. O governo também vem atuando na melhoria da qualidade e na simplificação da tributação, no combate à sonegação, evasão e elisão fiscal, na redução da informalidade, no aprimoramento dos mecanismos de arrecadação e fiscalização. Tem também procurado aprimorar a eficiência da alocação dos recursos, com medidas de racionalização dos gastos públicos e de tarifas públicas adequadas, com melhora nas técnicas de gestão e controle, com maior transparência, de forma a melhorar a prestação de serviços públicos.

Em 2015, o PIB real caiu 3,8%, com forte retração na demanda interna, que caiu 5,4% no ano, promovendo ajuste no setor externo. Concomitantemente, houve redução real na arrecadação, sem contraparte de redução na despesa, o que comprometeu o investimento e os gastos correntes.

A meta de superávit primário do Setor Público para 2015 foi fixada inicialmente em 1,2% e a de 2016 em 2,0% do PIB estimado à época para o ano, quando da revisão da LDO em dezembro de 2014. Naquele momento, o governo e o mercado trabalhavam com expectativa de crescimento de 0,8% do PIB em 2015 e de 2% em 2016 (conforme apontado pelo relatório Focus de 21/11/2014).

Para garantir que essas metas fossem atingidas, o governo adotou um conjunto inicial de medidas para reduzir despesas e para elevar a arrecadação.

No âmbito do controle dos gastos, destacaram-se: (i) aumento das taxas de juros em diversas linhas de crédito para reduzir os subsídios pagos pelo Tesouro Nacional; (ii) racionalização dos gastos de diversos programas de governo, com revisão das metas; (iii) fim do subsídio à CDE no valor de R\$ 9,0 bilhões; (iv) proposta de revisão das regras de pensão por morte e auxílio doença; e (v) proposta de revisão do seguro defeso, do seguro desemprego e do abono salarial.

Adicionalmente, deve-se considerar o contingenciamento de gastos da União no valor de R\$ 79,5 bilhões, o maior desde a implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal. O governo também reviu as regras do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), anunciando novos limites de comprometimento, prazos e taxas de juros com o objetivo de reduzir o subsídio dessa política.

Com relação à receita, destacam-se as recomposições dos seguintes tributos: (i) IPI para automóveis, móveis, laminados e painéis de madeira e cosméticos; (ii) PIS/Cofins sobre importação; (iii) IOF-Crédito para pessoa física; e (iv) PIS/Cofins e CIDE sobre combustíveis.

Além disso, foram enviadas as seguintes propostas legislativas que visavam o aumento da arrecadação: (i) projeto de Lei que reverte parte da desoneração da folha de pagamento; (ii) Medida Provisória que aumenta de 15% para 20% a CSLL cobrada das instituições financeiras; e (iii) Proposta de Emenda à Constituição que cria contribuição provisória sobre movimentação financeira para financiar parte do déficit com a Previdência Social.

No entanto, a continuidade da deterioração da arrecadação e a previsão de equacionamento de passivos junto aos bancos públicos ainda em 2015 exigiu do Poder Executivo o envio ao Congresso Nacional de alteração ao PLN 5/2015-CN, em 27/10/2015. A alteração no projeto propôs outra mudança da meta de resultado primário para 2015, assim como a introdução da possibilidade de abatimento relativo ao pagamento de passivos e à frustração de receita dos leilões das Usinas Hidroelétricas (UHEs).

A Lei nº 13.199/15, que alterou a LDO 2015, foi sancionada em dezembro de 2015 e permitiu o abatimento adicional na meta de resultado primário do Setor Público de R\$ 68,1 bilhões, sendo, R\$ 57,0 bilhões referentes ao equacionamento de passivos junto aos bancos públicos e FGTS (equacionamento conforme determinado pelo Acórdão TCU nº 825/2015) e até R\$ 11,1 bilhões com a frustração de receitas, em 2015, dos leilões de Usinas Hidroelétricas.

Assim, apesar de todas as medidas adotadas, o Setor Público apresentou déficit de R\$ 111,2 bilhões em 2015, valor equivalente a 1,9% do PIB, sendo déficit de R\$ 116,7 bilhões do Governo Central e superávit de R\$ 9,7 bilhões para Estados e Municípios.

A deterioração do cenário econômico atingiu também as projeções para 2016, com estimativa de queda de 3,88% do PIB, segundo o relatório Focus de 13/05/2016, frente a: (i) estimativa de expansão de 2,0% conforme relatório Focus de 21/11/2014; (ii) estimativa de queda de 3,5% em 04/03/2016; e (iii) estimativa de queda de 1,9% no PIB, conforme previsto na grade utilizada no orçamento aprovado em 30 de dezembro de 2015 (Lei 13.242/2015).

Assim, ao analisar de modo mais acurado a situação fiscal atual do Governo Federal, verificou-se que o cenário utilizado para a definição da Meta Fiscal no PLN nº 01/2016 era otimista.

Nesse sentido, ressalta-se que entre março e abril houve forte frustração da arrecadação ante o previsto (perda de R\$ 7,7 bilhões) em função da continua deterioração do cenário macroeconômico.

Adicionalmente, o Governo reviu todas as estimativas de receitas de eventos extraordinários (e.g. R\$ 35 bilhões com a repatriação de recursos da Lei 13.254 de 2016) e de operações com ativos adotando cenário mais prudencial, haja vista que até maio, muitas das receitas não haviam ocorrido.

Desse modo, optou-se por excluir da arrecadação todas as receitas consideradas incertas, guiando-se pelo princípio da prudência, e em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como com os recentes entendimentos provenientes dos órgãos de controle, o Governo Federal avalia que os riscos associados a essas medidas recomendam que os efeitos das mesmas sejam retirados das projeções enquanto não sejam confirmadas.

O efeito da retirada de tais medidas, conjugado à reavaliação das receitas e despesas obrigatórias, é de uma projeção de déficit para 2016 da ordem de R\$ 114 bilhões.

Dessa forma, apesar dos dois contingenciamentos de despesas já realizados no primeiro trimestre de 2016, que somaram R\$ 44,6 bilhões, o Governo constatou a necessidade de propor nova alteração na meta para o ano. A proposta de nova meta de resultado primário do setor público não financeiro consolidado para 2016 foi fixada em déficit de R\$ 163,9 bilhões, equivalente a -2,64% do PIB. Para 2017 e 2018 o governo está revendo o cenário macroeconômico e os números de projeção de receita (administrada e extraordinária) de forma a adotar cenário mais prudencial, de forma a evitar frustrações de previsão de arrecadação tão elevadas quanto as observadas nos últimos 2 anos.

Assim, nesse primeiro momento, o Governo optou por manter o cenário fiscal aprovado na Lei 13.242 de 30 de dezembro de 2015, embora reconheça que esse cenário não é factível e está em processo de revisão.

O Governo trabalha com cenário no qual serão realizadas reformas regulatórias que viabilizem novos investimentos na economia brasileira. Muitas dessas reformas já estão em andamento como as medidas no setor de petróleo e gás¹, ampliação da participação estrangeira na aviação civil, reforma do marco regulatório de telecomunicações². Contribuem para a aceleração do crescimento e para o equilíbrio fiscal, as reformas orçamentárias que possam reduzir o peso das despesas obrigatórias no orçamento.

O cenário de inflação, por sua vez, prevê manutenção da queda da inflação já iniciada em março de 2016, após elevação temporária da inflação em 2015, por conta da política de realinhamento tarifário, em consonância com os objetivos da política macroeconômica. Assim,

¹ Ver, SPE (2016). "Medidas regulatórias no setor de óleo e gás elevarão o crescimento da economia".

² Ver, SPE (2016, Maio) "Alteração do marco regulatório do setor de telecomunicações viabilizará novos investimentos". Link: <https://www.spe.fazenda.gov.br/noticias/marco-regulatorio-do-setor-de-telecomunicacoes-viabilizara-novos-investimentos>

terminado o ajuste nos preços monitorados, há convergência da inflação para o centro da meta.

Com relação à política monetária, em julho de 2015, a taxa Selic atingiu 14,25% com elevação de 7,0 p.p. desde o início do atual ciclo monetário em abril de 2013 quando a Selic estava em 7,25%. Entre julho de 2015 e maio de 2016 a taxa Selic foi mantida em 14,25% ao ano.

O regime de câmbio flutuante garante o equilíbrio externo e, somado à elevada quantidade de reservas internacionais, permite que a economia se ajuste de maneira suave às condições externas. Diante deste arcabouço, o cenário de referência prevê que a taxa de câmbio médio se situe na faixa entre R\$/US\$ 3,80 ao final de 2016 e R\$/US\$ 4,20 ao final de 2019.

As perspectivas para 2016 e 2017 são de melhora gradual no cenário econômico internacional, com crescimento de 3,2% em 2016 e acelerando para 3,8% em 2019 (WEO/FMI de abril de 2016), com expansão moderada da economia nos EUA, Alemanha, França e Reino Unido. Todavia, esse cenário também embute riscos, como a desaceleração mais acentuada no crescimento chinês e problemas econômicos/financeiros na Área do Euro.

Tabela 1 – Cenário macroeconômico de referência

	2016	2017	2018
PIB (crescimento real %a.a.)	-3,80	1,0	2,90
Inflação (IPCA acumulado – var. %)	7,0	5,90	5,50
Selic (fim de período - %a.a.)	14,15	13,25	12,00
Câmbio (fim de período – R\$/US\$)	3,80	4,00	4,11

Fonte: Ministério da Fazenda com base em projeções de mercado.

Para 2016, a meta de resultado primário está fixada em R\$ -163,9 bilhões para o setor público não-financeiro, e está dividida em R\$ -170,5 bilhões para o Governo Central, R\$ +6,554 bilhões para os Estados e Municípios e R\$ 0,0 para as Estatais Federais.

Tabela 2 – Trajetória estimada para a dívida do setor público

Variáveis (em % do PIB)	2016	2017*	2018*
Superávit Primário do Setor Público Não-Financeiro	-2,64	1,30	2,00
Previsão para o reconhecimento de passivos	0,2	0,2	0,2
Dívida Líquida com o reconhecimento de passivos	43,9	44,3	43,5
Dívida Bruta do Governo Geral	73,4	73,8	72,2
Resultado Nominal	-8,96	-4,61	-3,22

Fonte: Projeção do Banco Central para Dívida Bruta e Líquida, com base nas metas fiscais e nos parâmetros macroeconômicos

*Cenário mantido igual ao aprovado no Anexo IV.1 da Lei 13.242 de 30 de dezembro de 2015 e em processo de revisão.

Com relação ao resultado fiscal de Estados e Municípios, ressalta-se que até março de 2016, os Estados acumularam superávit primário de R\$ 8,1 bilhões, enquanto que para os Municípios o valor foi de R\$ 1,2 bilhão, totalizando R\$ 9,3 bilhões, ou R\$ 2,7 bilhões acima da meta prevista na LDO 2016.

Esse valor foi apurado segundo o conceito “abaixo-da-linha”, inclui as respectivas empresas estatais, e é aderente ao esforço fiscal exigido dos entes subnacionais para o cumprimento da meta anual. Projeções para o ano demonstram que os entes subnacionais deverão alcançar o resultado primário definido para eles na LDO 2016, motivo pelo qual não há necessidade de o Governo Central realizar contingenciamento adicional para compensar o seu não alcance. Entretanto, as projeções não consideram eventuais alterações legislativas ou decisões judiciais adversas para a União, as quais, à medida em que seus riscos fiscais sejam conhecidos, passarão a ser consideradas nas projeções.

O cenário base de 2016 não incorpora a eventual necessidade de capitalização de empresas estatais federais além daquelas já previstas anteriormente.

Por fim, a renegociação da dívida dos Estados é resposta do Governo Federal à deterioração das finanças dos Estados. Assim, o Poder Executivo apresentou Projeto de Lei Complementar que permite a reestruturação e alongamento de dívidas dos Estados e do Distrito Federal junto à União no âmbito da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997 e de renegociação dos contratos entre os Estados e o Distrito Federal e as instituições públicas federais, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Anexo de Metas Fiscais**Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016**

(Art. 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

Anexo IV.1.a - Anexo de Metas Anuais 2016 a 2018

Discriminação	2016		2017		2018		Preços Correntes
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	
I. Receita Primária	991.220	15,99	1.531.906	22,73	1.642.482	22,73	
II. Despesa Primária	1.161.716	18,74	1.457.762	21,63	1.523.234	21,08	
III. Resultado Primário Governo Central (I - II)	-170.496	-2,75	74.144	1,10	119.248	1,65	
IV. Resultado Primário Empresas Estatais Federais	0	0,00	0	0,00	0	0,00	
V. Resultado Primário Governo Federal (III + IV)	-170.496	-2,75	74.144	1,10	119.248	1,65	
	0,00						
VI. Resultado Nominal Governo Federal	-473.433	-7,64	-148.689	-2,21	-108.633	-1,50	
VII. Dívida Líquida Governo Federal	1.866.473	30,11	1.660.649	24,64	1.749.715	24,21	

Preços Médios de 2016 - IGP-DI

Discriminação	2016		2017		2018	
	R\$ milhões		R\$ milhões		R\$ milhões	
I. Receita Primária	991.220		1.443.877		1.468.406	
II. Despesa Primária	1.161.716		1.373.993		1.361.796	
III. Resultado Primário Governo Central (I - II)	-170.496		69.884		106.610	
IV. Resultado Primário Empresas Estatais Federais	0		0		0	
V. Resultado Primário Governo Federal (III + IV)	-170.496		69.884		106.610	
VI. Resultado Nominal Governo Federal	-473.433		-140.144		-97.119	
VII. Dívida Líquida Governo Federal	1.866.473		1.572.799		1.573.812	

Término de prazo

Encerrou-se em 22 de maio do corrente o prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, e § 11 do art. 62 da Constituição Federal, para edição de decreto legislativo destinado a regular as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 695, de 2015, convertida no Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2015, e sancionada a Lei nº 13.262, de 22 de março de 2016 (DOU 23/03/16). Não foi apresentado projeto de decreto legislativo.

Extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria, nos termos do § 3º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

Por se tratar de matéria vetada, o processado retornará à Secretaria Legislativa do Congresso Nacional para aguardar deliberação do Veto aposto à matéria.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
S/Partido - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

PMDB - Edison Lobão*
PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Aníbal** (S)

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PTB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
Bloco-PSD - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
PMDB - Raimundo Lira* (S)
PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PV - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSC - Pedro Chaves* (S)
PMDB - Waldemir Moka*
PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
PMDB - Hélio José* (S)
S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
PMDB - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
PMDB - Wirlande da Luz* (S)
Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 19

Dário Berger	SC
Edison Lobão	MA
Eduardo Braga	AM
Eunício Oliveira	CE
Garibaldi Alves Filho	RN
Hélio José	DF
Jader Barbalho	PA
José Maranhão	PB
João Alberto Souza	MA
Kátia Abreu	TO
Marta Suplicy	SP
Raimundo Lira	PB
Renan Calheiros	AL
Roberto Requião	PR
Rose de Freitas	ES
Simone Tebet	MS
Valdir Raupp	RO
Waldemir Moka	MS
Wirlande da Luz	RR

Bloco Parlamentar da Oposição - 15**PSDB-11 / DEM-3 / PV-1**

Aécio Neves	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira	PSDB / SP
Alvaro Dias	PV / PR
Antonio Anastasia	PSDB / MG
Ataídes Oliveira	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima	PSDB / PB
Dalírio Beber	PSDB / SC
Davi Alcolumbre	DEM / AP
Flexa Ribeiro	PSDB / PA
José Agripino	DEM / RN
José Aníbal	PSDB / SP
Paulo Bauer	PSDB / SC
Ricardo Ferraço	PSDB / ES
Ronaldo Caiado	DEM / GO
Tasso Jereissati	PSDB / CE

Bloco de Apoio ao Governo - 13**PT-10 / PDT-3**

Acir Gurgacz	PDT / RO
Angela Portela	PT / RR
Fátima Bezerra	PT / RN
Gleisi Hoffmann	PT / PR
Humberto Costa	PT / PE
Jorge Viana	PT / AC
José Pimentel	PT / CE
Lasier Martins	PDT / RS
Lindbergh Farias	PT / RJ
Paulo Paim	PT / RS
Paulo Rocha	PT / PA
Regina Sousa	PT / PI
Telmário Mota	PDT / RR

Bloco Moderador - 11**PTB-3 / PR-4 / PSC-2 / PRB-1****PTC-1**

Armando Monteiro	PTB / PE
Cidinho Santos	PR / MT
Eduardo Amorim	PSC / SE

Elmano Férrer	PTB / PI
Fernando Collor	PTC / AL
Magno Malta	PR / ES
Marcelo Crivella	PRB / RJ
Pedro Chaves	PSC / MS
Vicentinho Alves	PR / TO
Wellington Fagundes	PR / MT
Zeze Perrella	PTB / MG

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10**PSB-7 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1**

Antonio Carlos Valadares	PSB / SE
Cristovam Buarque	PPS / DF
Fernando Bezerra Coelho	PSB / PE
João Capiberibe	PSB / AP
Lídice da Mata	PSB / BA
Lúcia Vânia	PSB / GO
Randolfe Rodrigues	REDE / AP
Roberto Rocha	PSB / MA
Romário	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin	PCdoB / AM

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 10**PP-6 / PSD-4**

Ana Amélia	PP / RS
Benedito de Lira	PP / AL
Ciro Nogueira	PP / PI
Gladson Cameli	PP / AC
Ivo Cassol	PP / RO
José Medeiros	PSD / MT
Omar Aziz	PSD / AM
Otto Alencar	PSD / BA
Sérgio Petecão	PSD / AC
Wilder Morais	PP / GO

S/Partido - 2

Reguffe	DF
Walter Pinheiro	BA

PMDB	19
Bloco Parlamentar da Oposição	15
Bloco de Apoio ao Governo	13
Bloco Moderador	11
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	10
Bloco Parlamentar Democracia Progressista	10
S/Partido	2
Vago	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)
 Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)
 Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)
 Alvaro Dias** (Bloco-PV-PR)
 Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)
 Angela Portela* (Bloco-PT-RR)
 Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)
 Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)
 Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)
 Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)
 Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)
 Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)
 Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)
 Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)
 Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)
 Dalírio Beber* (Bloco-PSDB-SC)
 Dário Berger** (PMDB-SC)
 Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)
 Edison Lobão* (PMDB-MA)
 Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)
 Eduardo Braga* (PMDB-AM)
 Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)
 Eunício Oliveira* (PMDB-CE)
 Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)
 Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)
 Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)
 Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)

Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)
 Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)
 Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)
 Hélio José* (PMDB-DF)
 Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)
 Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)
 Jader Barbalho* (PMDB-PA)
 João Alberto Souza* (PMDB-MA)
 João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)
 Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)
 José Agripino* (Bloco-DEM-RN)
 José Aníbal** (Bloco-PSDB-SP)
 José Maranhão** (PMDB-PB)
 José Medeiros* (Bloco-PSD-MT)
 José Pimentel* (Bloco-PT-CE)
 Kátia Abreu** (PMDB-TO)
 Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)
 Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)
 Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)
 Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)
 Magno Malta* (Bloco-PR-ES)
 Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)
 Marta Suplicy* (PMDB-SP)
 Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)
 Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)
 Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)
 Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)

Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
 Pedro Chaves* (Bloco-PSC-MS)
 Raimundo Lira* (PMDB-PB)
 Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
 Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
 Reguffe** (S/Partido-DF)
 Renan Calheiros* (PMDB-AL)
 Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
 Roberto Requião* (PMDB-PR)
 Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
 Romário** (Bloco-PSB-RJ)
 Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
 Rose de Freitas** (PMDB-ES)
 Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
 Simone Tebet** (PMDB-MS)
 Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
 Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
 Valdir Raupp* (PMDB-RO)
 Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
 Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
 Waldemir Moka* (PMDB-MS)
 Walter Pinheiro* (S/Partido-BA)
 Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
 Wilder Moraes* (Bloco-PP-GO)
 Wirlande da Luz* (PMDB-RR)
 Zeze Perrella* (Bloco-PTB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

VAGO

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PTB-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º - VAGO

COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT) - 13 Líder Paulo Rocha - PT (31,49,65,69) Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,32) Lindbergh Farias (29,68,70) Telmário Mota (4,35,39,50,66) Gleisi Hoffmann (67,71,75) Regina Sousa (41) Líder do PT - 10 Paulo Rocha (31,49,65,69) Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias (29,68,70) Gleisi Hoffmann (67,71,75) Fátima Bezerra (36,72) Líder do PDT - 3 Acir Gurgacz (3,32) Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,35,39,50,66)	Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM/PV) - 15 Líder José Agripino - DEM (37,60) Vice-Líderes Ricardo Ferraço (89) Davi Alcolumbre (87) Ataídes Oliveira (88) Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima (16,56) Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (22) Aloysio Nunes Ferreira (38) Líder do DEM - 3 Ronaldo Caiado (6) Vice-Líder do DEM José Agripino (37,60) Líder do PV - 1 Alvaro Dias (21,76)	Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 10 Líder Lídice da Mata - PSB (15,25) Vice-Líderes Antonio Carlos Valadares (61,79) Vanessa Grazziotin (19,23) Líder do PSB - 7 Antonio Carlos Valadares (61,79) Vice-Líderes do PSB Fernando Bezerra Coelho (63) Roberto Rocha (43,64) Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (74) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (19,23) Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (27,28)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 10 Líder Omar Aziz - PSD (12,52) Vice-Líderes Benedito de Lira (10,17,42,51,55) Otto Alencar (58) Líder do PP - 6 Benedito de Lira (10,17,42,51,55) Líder do PSD - 4 Omar Aziz (12,52) Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (11)	Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 11 Líder Fernando Collor - PTC (5,9,77,80) Vice-Líderes Wellington Fagundes (47,54,81) Elmano Férrer (78,82) Eduardo Amorim (83) Líder do PTB - 3 Elmano Férrer (78,82) Vice-Líder do PTB Zeze Perrella (84) Líder do PR - 4 Wellington Fagundes (47,54,81) Vice-Líder do PR Vicentinho Alves (53) Líder do PSC - 2 Eduardo Amorim (83) Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,7) Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,9,77,80)	PMDB - 19 Líder Eunício Oliveira - PMDB Vice-Líderes Waldemir Moka (85) Rose de Freitas (86)
Governo		

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).

7. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
10. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
11. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
12. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
13. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
17. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN),.
18. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
19. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
20. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
21. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
22. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
23. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
24. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
25. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
26. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
27. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
29. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
30. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
33. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
34. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
35. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
36. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
37. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
38. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
39. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
40. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
41. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB)
44. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
45. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Morais foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
46. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
47. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
48. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
49. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
50. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
51. Em 15.10.2015, o Senador Benedito de Lira deixou de exercer a função de segundo Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em virtude da criação do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. s/n/2015-GLPP).
52. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
53. Em 19.11.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado vice-líder do PR (Ofício s/n-GABLIDPR).
54. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado Líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
55. Em 24.11.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 2/2015-GLDP).
56. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
57. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
58. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
59. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
60. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
61. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
62. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
63. Em 01.03.2016, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado vice-líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
64. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB)
65. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT)
66. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).

67. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4^a vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
68. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
69. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG)
70. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
71. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2^a vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
72. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
73. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
74. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
75. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2^a vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
76. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
77. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
78. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB)
79. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDEM.
80. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
81. Em 06.04.2016, o Senador Wellington Fagundes foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
82. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
83. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
84. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
85. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
86. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freita foi designada 2^a vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
87. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
88. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
89. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
90. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Finalidade: Acompanhar, nos termos do Requerimento nº 976, de 2015, o Programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida.

MEMBROS

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

Prazo final: 15/04/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽³⁾	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

**. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

3. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33035492

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

8) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO GARIMPO IRREGULAR NO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA (MT)

Finalidade: Verificar "in loco" a situação do garimpo irregular no município de Pontes e Lacerda, no Estado de Mato Grosso.

Requerimento nº 1.208, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

9) COMISSÃO PARA DISCUSSÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PARLAMENTARISMO

Finalidade: Comissão Especial, composta por 14 membros titulares e igual número de suplentes, para formular proposta de adoção de sistema de governo de matriz parlamentarista.

Requerimento nº 131, de 2016

Número de membros: 14 titulares e 14 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

10) COMISSÃO TEMPORÁRIA DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA DE BARRAGENS

Finalidade: Avaliar toda a PNSB - Política Nacional de Segurança de Barragens, criada pela Lei 12.334/2010, bem como o SNISB - Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, a partir do acidente ocorrido com o rompimento de duas barragens de rejeitos de minérios no município de Mariana/MG e, assim, propor soluções eficazes.

Requerimento nº 1.305, de 2015

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)

Instalação: 01/12/2015

Prazo final prorrogado: 10/06/2016

TITULARES	SUPLENTES
Senador Jorge Viana (PT-AC)	
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	

Notas:

*. Em 19.11.2015, a Presidência designou os Senadores Jorge Viana, Ricardo Ferraço, Antonio Anastasia, Fernando Bezerra Coelho, Wilder Morais e Rose de Freitas para compor o Colegiado.

**. Em 19.11.2015, a Presidência designou os Senadores Antonio Anastasia e Ricardo Ferraço para ocupar, respectivamente, os cargos de Presidente e Relator da Comissão.

***. Em 10.05.2016, foi lido o Requerimento nº 332, de 2016, de prorrogação do prazo final da Comissão por 30 dias.

Secretário(a): Felipe Costa Geraldes

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br

11) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Finalidade: Destinada a propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional.

Requerimento nº 935, de 2015

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 01/09/2015

Prazo final: 22/12/2015

Prazo final prorrogado: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁸⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	3. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Senador Wilder Morais (PP-GO) ^(2,17)	4. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽²⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁵⁾	5. VAGO ^(5,13,16)
 Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹¹⁾	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽²⁵⁾	3. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	4. VAGO ^(7,19)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁶⁾	5. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁵⁾	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1. Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽²³⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹²⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	3. VAGO ^(14,21)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁸⁾	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(20,22)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽⁹⁾
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(24,26)	2. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) ⁽¹⁰⁾

Notas:

- *. Em 26.08.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular e o Senador Fernando Bezerra Coelho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).
- **. Em 26.08.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Simone Tebet, Romero Jucá e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho e Waldemir Moka, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 224/2015-GLPMDB).
- ***. Em 26.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Morais, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).
- ****. Em 26.08.2015, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim e Cristovam Buarque, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDBAG).
- *****. Em 26.08.2015, os Senadores Antonio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e o Senador José Serra, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofs. 159 e 162/2015-GLPSDB).
- *****. Em 26.08.2015, os Senadores Douglas Cintra e Blairo Maggi foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 63/2015-BLUFOR).
- *****. Em 27.08.2015, foi aprovado o Requerimento nº 982, de 2015, que amplia o número de vagas da comissão de 14 para 17.
- *****. Em 12.11.2015, foi aprovado o Requerimento nº 1.289, de 2015, que prorroga o prazo final de funcionamento da Comissão para 22.12.2016.
- 1. Em 1º.09.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar, Romero Jucá e Blairo Maggi, respectivamente, Presidente, Vice Presidente e Relator deste Colegiado (Mem. 1/2015-CDNE).

2. Em 01.09.2015, o Senador Benedito de Lira foi indicado membro titular, e o Senador Gladson Cameli, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a comissão (Of. 106/2015-GLDBAG).
3. Em 01.09.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho passa a compor a Comissão como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, em sua substituição (Memo. 82/2015-BLSDEM).
4. Em 01.09.2015, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Memo. 82/2015-BLSDEM).
5. Em 01.09.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado membro titular e a Senadora Angela Portela membro suplente, para compor a Comissão, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 109/2015-GLDBAG).
6. Em 01.09.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 234/2015-GLPMDB).
7. Em 03.09.2015, as Senadoras Sandra Braga e Lúcia Vânia foram designadas membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a comissão (Of. 238/2015-GLPMDB).
8. Em 29.09.2015, a Senadora Gleisi Hoffman foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao senador Humberto Costa, que deixa de compor a Comissão (Of. 122/2015-GLDBAG).
9. Em 30.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 69/2015-BLUFOR).
10. Em 06.10.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado membro suplente, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 71/2015-BLUFOR).
11. Em 07.10.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição ao senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 255/2015-GLPMDB).
12. Em 28.10.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 193/2015-GLPSDB).
13. Em 19.11.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela, que deixa de compor a Comissão (Of. 136/2015-GLDBAG).
14. Em 15.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco da Oposição em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a Comissão (Of. nº 120/2015-GLDEM).
15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
16. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
17. Em 13.04.2016, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Democracia Progressista em substituição ao Senador Benedito de Lira, que deixa de compor a Comissão (Of. nº 2/2016).
18. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
19. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
20. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
21. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
22. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
23. Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).
25. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
24. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
26. Em 17.05.2016, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (Of. 24/2016-BLOMOD).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

E-mail: coceti@senado.leg.br

12) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que conte com, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

Prazo final prorrogado: 17/06/2016

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figueiredo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinícius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agostini Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agostini Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br

13) COMISSÃO ESPECIAL DO IMPEACHMENT 2016

Finalidade: Proferir parecer sobre a Denúncia nº1, de 2016, relativa à autorização para o processo e o julgamento da Presidente da República por suposto crime de responsabilidade.

Denúncia nº 1, de 2016

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁶⁾

Instalação: 26/04/2016

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽²⁾	1. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	2. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽⁴⁾	4. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	2. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador José Pimentel (PT-CE)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ^(1,3)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senador Romário (PSB-RJ)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	2. Senador Magno Malta (PR-ES)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) ⁽¹⁾	
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador José Medeiros (PSD-MT)	2. Senador Wilder Morais (PP-GO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA)

Notas:

*. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo PMDB: titulares - Raimundo Lira, Rose de Freitas, Simone Tebet, Dário Berger e Waldemir Moka; suplentes - Hélio José, Marta Suplicy, Garibaldi Alves e João Alberto Souza (Of. 55/2016-GLPMDB);

**. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar da Oposição: titulares - Aloysio Nunes Ferreira, Antonio Anastasia, Cássio Cunha Lima e Ronaldo Caiado; suplentes - Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, Paulo Bauer e Davi Alcolumbre (Of. s/n/2016-OPOSIÇÃO);

***. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista: titulares - Ana Amélia, José Medeiros e Gladson Cameli; suplentes - Sérgio Petecão, Wilder Morais e Otto Alencar (Memo 6/2016-GLDPRO).

****. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia: titulares - Fernando Bezerra Coelho, Romário e Vanessa Grazziotin; suplentes - Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque (Memo. 24/2016-BLSDEM);

*****. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Moderador: titulares - Wellington Fagundes e Zeze Perrella; suplentes - Eduardo Amorim e Magno Malta (Of. 14/2016-BLOMOD);

*****. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo: titulares - Gleisi Hoffmann, Lindberg Farias, José Pimentel e Telmário Mota; suplentes - Humberto Costa, Fátima Bezerra, Acir Gurgacz e João Capiberibe (Of. 32/2016-GLDBAG);

1. Os blocos parlamentares Socialismo e Democracia, Moderador e Democracia Progressista compartilharão mais duas vagas na comissão.
2. Em 20.04.2016, o Senador Raimundo Lira foi indicado pelo Bloco da Maioria para a Presidência da Comissão (Of. 56/2016-GLPMDB).
3. Em 22.04.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 33/2016-GLDBAG).
4. Em 22.04.2016, o Senador Dário Berger foi indicado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à indicação do Senador José Maranhão (Of. 57/2016 - GLPMDB).
5. Em 22.04.2016, o Senador João Capiberibe foi indicado pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia como membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 25/2016-BLSDEM).
6. Em 26.04.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Antônio Anastasia, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2016 - CEI2016).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá e Leandro Bueno

Telefone(s): 33033511

E-mail: coceti@senado.leg.br

14) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI GERAL DO DESPORTO BRASILEIRO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro, reunindo, sistematizando, e atualizando a legislação em vigor sobre o tema, e regulamentando as relações jurídicas oriundas da prática desportiva ainda pendentes de disciplina legal.

Ato do Presidente nº 39 de 2015

Número de membros: 13

PRESIDENTE: Caio Cesar Vieira Rocha

VICE-PRESIDENTE: Álvaro Melo Filho ⁽¹⁾

RELATOR: Wladimir Vinícius de Moraes Camargos

Instalação: 29/10/2015

Prazo final: 06/06/2016

MEMBROS

Caio Cesar Vieira Rocha

Wladimir Vinícius de Moraes Camargos

Marcos Motta ⁽²⁾

Álvaro Melo Filho

Ana Paula Terra

Carlos Eugênio Lopes

Flávio Diz Zveiter

Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira

Luiz Felipe Santoro

Pedro Trengrouse

Roberto de Acioli Roma

Marcos Santos Parente Filho

Mizael Conrado de Oliveira

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 39, de 27 de outubro de 2015, fixa em 11 o quantitativo de membros da Comissão de Juristas, indicando os Senhores Caio César Vieira Rocha, Wladimir Vinícius de Moraes Camargos, Alexandre Sidnei Guimarães, Álvaro Melo Filho, Ana Paula Terra, Carlos Eugênio Lopes, Flávio Diz Zveiter, Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira, Luiz Felipe Santoro, Pedro Trengrouse e Roberto de Acioli Roma, indicando também os Senhores Caio César Vieira Rocha e Wladimir Vinícius de Moraes Camargos, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 40, de 11 de novembro de 2015, altera o Ato do Presidente nº 39, de 2015 para incluir os Senhores Marcos Santos Parente Filho e Mizael Conrado de Oliveira como membros integrantes deste Colegiado.

1. Em 29.10.2015, foi designado Vice-Presidente o Senhor Álvaro Melo Filho (Memorando nº 01/2015-CJDB)

2. O Ato do Presidente nº 44, de 16 de dezembro de 2015, substitui o senhor Alexandre Sidnei Guimarães pelo senhor Marcos Motta.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): (61) 3303-3514

15) COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE REFORMA DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.

(Ato do Presidente nº 11, de 2015)

Número de membros: 24

PRESIDENTE: Georges de Moura Ferreira

VICE-PRESIDENTE: Dorieldo Luiz dos Prazeres

RELATORA: Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Designação: 16/06/2015

Instalação: 16/06/2015

Prazo final: 12/12/2015

Prazo final prorrogado: 15/04/2016

MEMBROS

Georges de Moura Ferreira

Donizeti de Andrade

Respício Antônio do Espírito Santo Júnior

Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Dorieldo Luiz dos Prazeres

Antônio Ivaldo Machado de Andrade

Celso Faria de Souza

Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira

Tercio Ivan de Barros

Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva

Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira

Kerlington Pimentel de Freitas

Ronei Saggioro Glanzmann

Ricardo Bisinotto Catanant

Thiago Pereira Pedroso

Roberto José Silveira Honorato

Claudio Jorge Pinto Alves

Geraldo Vieira (2)

Enio Paes de Oliveira (1,3)

Ricardo Nogueira da Silva

José Adriano Castanho Ferreira

Ricardo Bernardi

Fernando Silva Alves de Camargo

Carlos Ebner

Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 11, de 16 de junho de 2015, fixa em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Georges de Moura Ferreira, Donizeti de Andrade, Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Dorieldo Luiz dos Prazeres, Antônio Ivaldo, Celso Faria de Souza, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tercio Ivan de Barros, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Kerlington Pimentel de Freitas, Ronei Saggioro Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato, Claudio Jorge Pinto Alves para compor a Comissão, indicando também os Especialistas Georges de Moura Ferreira e Maria Helena Fonseca de Souza Rolim para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relatora do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 16, de 25 de junho de 2015, fixa em 24 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Eduardo Sanovicz, Milton Arantes Costa, Ricardo Nogueira da Silva, José Adriano Castanho Ferreira, Ricardo Bernardi, Fernando Silva Alves de Camargo e Carlos Ebner para compor a Comissão.

***. O Ato do Presidente nº 30, de 14 de setembro de 2015, fixa em 25 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Especialista Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira para compor o Colegiado.

****. O ato do Presidente nº 42, de 24 de novembro de 2015, prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão para o dia 15 de março de 2016.

*****. O ato do Presidente nº 8, de 5 de abril de 2016, prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão para o dia 15 de abril de 2016.

1. Em 17.08.2015, o Sr. Milton Arantes Costa deixou de compor a comissão (Mem. 12/2015-CERCBA).

2. Em 21.08.2015, o Sr. Geraldo Vieira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 25, de 2015).

3. Em 1º.09.2015, o Sr. Enio Paes de Oliveira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 27, de 2015).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 3303 3511

E-mail: coceti@senado.leg.br

16) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadão e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Mauro Roberto Gomes de Mattos

Ives Gandra Martins

Otavio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Leandro Paulsen

Heleno Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues
Telefone(s): 33033501
E-mail: coceti@senado.gov.br

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar, no prazo de 180 dias, as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 25/03/2015

Instalação: 31/03/2015

Prazo final: 28/09/2015

Prazo final prorrogado: 15/08/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ^(6,7)
VAGO ^(6,10)	
Maioria (PMDB)	
Senador Wirlande da Luz (PMDB-RR) ^(11,12)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽⁸⁾	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁹⁾	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).

**. Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).

***. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).

****. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).

*****. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.032, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 22 de dezembro de 2015.

*****. Em 03.12.2015, foi lido o Requerimento nº 1.394, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão em 180 dias.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLBAG).

2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).

3. Em 31.03.2015, a Comissão reuniu elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).

4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).

5. Em 13.05.2015, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

6. Em 15.10.2015, o Senador Donizeti Nogueira passa a ocupar como membro titular, pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de ocupar a Comissão (Ofício nº 131/2015-GLDBAG).
7. Em 15.10.2015, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 132/2015-GLDBAG).
8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
9. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
10. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
11. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
12. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz é designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Ofício nº 73/2016-GLPMDB).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 61 33033492/3501

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

2)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 18/03/2015

Instalação: 24/03/2015

Prazo final: 21/09/2015

Prazo final prorrogado: 30/04/2016

Prazo final prorrogado: 27/10/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁹⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(5,6,7)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Maioria (PMDB)	
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(2,10)	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹¹⁾	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁸⁾	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹²⁾	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(13,14)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).

**. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).

***. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).

****. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).

*****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).

*****. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.031, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 180 dias.

*****. Em 29.03.2016, foi lido o Requerimento nº 227, de 2016, de prorrogação do prazo final da Comissão por 180 dias.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).

3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).

4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).

5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).

6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).

7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).
8. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).
10. Em 20.05.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 161/2015-GLPMDB).
11. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
12. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
13. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
14. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).

Secretário(a): Eduardo Bruno do Lago de Sá

Telefone(s): 61 33033511/10

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

3) CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Investigar o assassinato de jovens no Brasil, no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 115, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

Leitura: 05/03/2015

Designação: 29/04/2015

Instalação: 06/05/2015

Prazo final: 03/11/2015

Prazo final prorrogado: 12/06/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾
Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽³⁾	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽⁸⁾	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁷⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁹⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁴⁾	1. VAGO ^(6,10)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁵⁾

Notas:

*. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).

**. Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).

***. Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).

****. Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).

*****. Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR).

*****. Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 e 52/2015-GLDBAG).

*****. Em 27.10.2015, lido o Requerimento nº 1.213, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 90 dias.

*****. Em 09.03.2016, lido o Requerimento nº 148, de 2016, de prorrogação do prazo final da Comissão por 45 dias.

*****. Em 27.04.2016, foi lido o Requerimento nº 314, de 2016, de prorrogação do prazo final da Comissão por 45 dias.

1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIADJ).

2. Em 06.05.2015, vago em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).

3. Em 25.08.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia em vaga cedida pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que deixa de compor a comissão (of. 78/2015-BLSDEM).

4. Em 26.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco União e Força, no lugar do Senador Magno Malta, que deixa de compor a Comissão (Of. 62/2015-BLUFOR).

5. Em 02.09.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a Comissão (Of. 84/2015-BLSDEM).
6. Em 06.10.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente, pelo Bloco União e Força (Of. 70/2015-BLUFOR).
7. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
9. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
10. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 33033508/3514

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

4) CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015

Designação: 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) (1)
Senador Telmário Mota (PDT-RR) (1)	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
VAGO (6)	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (4)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (3)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (3)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (5)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (2)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (7,8)

Notas:

- *. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).
- **. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB).
- ***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).
- ****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).
- *****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).
- 1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).
- 2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).
- 3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).
- 4. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- 5. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
- 6. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
- 7. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
- 8. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).

5) CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 616, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁶⁾

Leitura: 28/05/2015

Designação: 07/07/2015

Instalação: 14/07/2015

Prazo final: 22/12/2015

Prazo final prorrogado: 16/08/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽¹³⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(2,13)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	2. VAGO ^(9,11)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	
VAGO ^(1,15)	
 Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁷⁾	1. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁶⁾	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹²⁾	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁰⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁴⁾	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

**. Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

***. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membros titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015-BLUFOR).

****. Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

*****. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membros titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

*****. Em 11.11.2015, foi lido o Requerimento nº 1.288, de 2015., que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).

7. Em 01.09.2015, o Senador João Alberto Souza foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 233/2015-GLPMDB).

8. Em 02.09.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 235/2015-GLPMDB).
9. Em 24.09.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 121/2015-GLDBAG).
10. Em 30.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 180/2015-GLDPSDB).
11. Em 15.10.2015, vago em virtude de o Senador Lasier Martins ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 133/2015-GLDBAG).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 08.03.2016, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. nº 015/2016-GLDBAG).
14. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
15. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
16. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 061 33033508/3501

E-mail: coceti@senado.leg.br

6)CPI DAS BARRAGENS

Finalidade: Apurar e analisar possíveis irregularidades na fiscalização e manutenção das barragens da Samarco Mineradora S.A., no Município de Mariana/MG, bem como para investigar responsabilidades pelo desastre ambiental causado pelo rompimento dessas barragens, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, além de averiguar a situação atual de outros locais de mineração em que haja risco de desastres semelhantes.

Requerimento nº 1.343, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 24/11/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
	1. 2.
Maioria (PMDB)	
	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²⁾	
	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
	1.

Notas:

1. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
2. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,23,26)

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
VAGO (25,36)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(10,16,24,27)
Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁴⁾	5. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	6. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹⁹⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	8. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽⁴⁰⁾	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	3. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ^(32,44)	4. Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(7,31)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	6. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹¹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹³⁾
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ^(12,37)	8. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ^(8,14,21)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador José Aníbal (PSDB-SP) ^(38,43)
VAGO (17,28,34)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁵⁾
Senador Alvaro Dias (PV-PR) ⁽¹⁾	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(2,18,20,28)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²²⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽³⁰⁾	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(33,35)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁴¹⁾
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(4,39,42)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

*****. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).

10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).

11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).

12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).

14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).

15. Em 19.05.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).

16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Grugacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira (Of. 90/2015-GLDBAG).

17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLDEM).

18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 109/2015-GLDEM).

19. Em 07.10.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 130/2015-GLDBAG).

20. Em 08.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 121/2015-GLDEM).

21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares (Of. 005/2016-GLBSD).

23. Em 01.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixou de ocupar a Presidência da Comissão (Ofício SDA nº 003/2016).

25. Em 01.03.2016, o Senador Donizetti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 2/2016-GLDBAG).

24. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. nº 013/2016-GLDBAG).

26. Em 07.03.2016, a Comissão reunida elegeu a Senadora Gleisi Hoffmann Presidenta deste colegiado (Of. nº 12/2016/CAE).

27. Em 22.03.2016, a Senadora Regina Sousa foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 22/2016-GLDBAG).

28. Em 22.03.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 15/2016-GLDEM).

29. Em 06.04.2016, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 16/2016-BLSDEM).

30. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

31. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 053/2016-GLPMDB).

32. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

33. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

35. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).

34. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).

36. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).

37. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo bloco da Maioria (Of. 068/2016-GLPMDB).
38. Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).
39. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
40. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
41. Em 17.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Amorim (Of. 23/2016-BLOMOD).
42. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
43. Em 18.05.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, em substituição ao Senador José Serra (Of. 28/2016-GLPSDB)
44. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 74/2016-GLPMDB)

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034544

E-mail: cae@senado.leg.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	1. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1.

Notas:

1. Em 1º.09.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-CAE).
 2. Em 16.09.2015, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste Colegiado (Of. 152/2015-CAE).
 3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- *. Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(7,19)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽⁴⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(11,21)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	4. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3. Senador Wirlande da Luz (PMDB-RR) ^(25,26)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁶⁾	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	6. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽²⁰⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁶⁾	
VAGO ^(14,15,23)	1. VAGO ⁽¹⁷⁾
VAGO	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(5,8)
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽¹³⁾	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(9,18)	2. Senador Romário (PSB-RJ) ⁽⁹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ^(1,22)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Morais, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalírio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
17. Em 16.02.2016, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. 004/2016-GLDEM).
18. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha (Of. 004/2016-GLBSD).
19. Em 24.02.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Ricardo Franco Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 032/2016-PRESIDÊNCIA/CAS).
20. Em 24.02.2016, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 019/2016-GLPMDB).
21. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 018/2016-GLDBAG).
22. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
23. Em 10.05.2016, vaga em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
24. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
25. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
26. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 72/2016-GLPMDB).

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁸⁾	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(9,28)
Senador José Pimentel (PT-CE)	3. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	5. Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	6. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(25,29)	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
 Maioria (PMDB)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³³⁾
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ^(32,36)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ^(42,44)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁶⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ^(11,15)	7. Senador Hélio José (PMDB-DF) ^(31,37)
Senador José Maranhão (PMDB-PB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ^(7,30)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ^(10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	2. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ^(10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(1,12,17,32)	4. VAGO ^(26,27,39)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(2,24)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ^(14,22)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	3. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽³⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽³⁵⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(20,21,38,40)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(18,19,41,43)
Senador Magno Malta (PR-ES)	3. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽²³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edíson Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).

2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).

6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).

7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).

8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).

9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).

10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).

11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).

13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).

14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).

15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).

16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).

17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).

18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).

19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).

20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).

21. Em 02.09.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 65/2015-BLUFOR).

22. Em 09.09.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixa de compor a Comissão (Of. 80/2015-BLSDEM).

23. Em 30.09.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a Comissão (Of. 68/2015-BLUFOR).

24. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDEM).

25. Em 20.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 8/2015-GLDPP).

26. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

27. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

28. Em 08.12.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 140/2015-GLDBAG).

29. Torna-se sem efeito a indicação apresentada nos termos do Ofício nº 008/2015-GLDPP.

30. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

31. Em 1º.03.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. 024/2016-GLPMDB).

32. Em 1º.03.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, deixando de ocupar vaga de titular pelo Bloco da Maioria (Of. 009/2016-GLPSDB).

33. Em 09.03.2016, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Omar Aziz (Memo. 4/2016-GLPSD).

34. Em 05.04.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 13/2016-BLSDEM).

35. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

36. Em 14.04.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 050/2016-GLPMDB).

37. Em 04.05.2016, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 58/2016-GLPMDB).

38. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

39. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
40. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
41. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
42. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
43. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
44. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 75/2016-GLPMDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	1. VAGO (8)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
VAGO (21)	3. Senador Zeze Perrella (PTB-MG) (4)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	4. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	5. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	6. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senador Wilder Morais (PP-GO) (11)	7. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (5)	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Wirlande da Luz (PMDB-RR) (18,24)	2. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	3. Senador Ricardo Ferreira (PSDB-ES)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	4. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (9)
Senador Dário Berger (PMDB-SC) (3)	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (7)	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁶⁾	
VAGO (14,15,20)	1. VAGO (13)
Senador José Agripino (DEM-RN) (12,13)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Alvaro Dias (PV-PR)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
Senador Romário (PSB-RJ)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) (22,23)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	2.
VAGO (19)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferreira e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

- *****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).
- *****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).
1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).
 2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
 3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).
 4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).
 5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).
 6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).
 7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).
 8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).
 9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).
 10. Em 19.05.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).
 11. Em 23.09.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. 117/2015-GLDBAG).
 12. Em 23.09.2015, vago em virtude de o Senador Wilder Morais ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 117/2015-GLDBAG).
 13. Em 30.09.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 107/2015-GLDEM).
 14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
 15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
 16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
 18. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
 19. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
 20. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
 21. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
 22. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
 23. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
 24. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 70/2016-GLPMDB).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
VAGO (20)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹³⁾	3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(7,13,15)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	4. VAGO ^(5,14)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽³⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽²²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽¹⁷⁾	4. VAGO ^(6,18)
Senador Wirlande da Luz (PMDB-RR) ⁽²⁴⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ^(8,12)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁶⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(4,21,23)
VAGO (19)	2. Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽¹¹⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Souza e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezzerino, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. 14/2016-GLDBAG).
14. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
15. Em 30.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 30/2016-GLDBAG).
16. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
17. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 052/2016-GLPMDB).
18. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
19. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
20. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
21. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
22. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
23. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
24. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 71/2016-GLPMDB)

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1.
Senador Reguffe (S/Partido-DF)	2.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: socomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1. Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2.
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	3.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2.
VAGO ⁽¹⁾	3.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scocomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(1,5)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ^(6,7)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).
 2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).
 3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).
 4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).
 5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).
 6. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 7. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- *. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).
- **. Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	1. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. VAGO

Notas:

1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

**. Em 29.02.2016, foram reativados os trabalhos da Subcomissão (Memo. nº 1/2016-CMA)

***. Em 05.04.2016, foram designados como membros suplentes os Senadores Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força; e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 18/2016/CMA).

****. Em 17.05.2016, foram designados os Senadores Ivo Cassol, como titular, e Benedito de Lira, como suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo; José Medeiros, como suplente, pelo Bloco da Maioria; e Eduardo Amorim, como titular, pelo Bloco Moderador (Memo. 26/2016/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽⁴⁾	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (8,10,14)
Senadora Angela Portela (PT-RR) (8)	3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (3)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)
VAGO (23)	5. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) (14)	6. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (20)
 Maioria (PMDB)	
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
Senador Hélio José (PMDB-DF)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (7,12)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (9)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (12)	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (13)	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁹⁾	
VAGO (17,18,22)	1. VAGO (16)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (11)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (11)	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (11)	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Romário (PSB-RJ)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²¹⁾	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (5)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)	2. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (15)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizetti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).
15. Em 01.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco União e Força (Of. 64/2015-BLUFOR).
16. Em 1º.10.2015, vago em razão do Senador Davi Alcolumbre ter deixado de compor a comissão (Of. 106/2015-GLDEM).
17. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
18. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
19. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
20. Em 16.02.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 001/2016-GLDBAG).
21. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
22. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
23. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).
2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- *. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Souza foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).
- **. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).
- ***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).
- ****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ^(3,14)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. VAGO ⁽¹⁶⁾
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(10,11)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹²⁾	4. Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ⁽¹⁸⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁵⁾	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽²⁾	3. Senador José Aníbal (PSDB-SP) ^(19,20)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)
Senador Magno Malta (PR-ES)	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMD).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira(Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
12. Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão(Of. 252/2015-GLPMDB).
13. Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
14. Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).
15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
16. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
18. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente pelo bloco da Maioria, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 067/2016-GLPMDB).
19. Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).
20. Em 18.05.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, em substituição ao Senador José Serra (Of. 29/2016-GLPSDB)

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
VAGO (22)	1. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)	2. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ^(10,13)
Senador Wilder Morais (PP-GO) ^(5,19)	6. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ^(24,27)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,8)	4. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽²¹⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁴⁾	5. Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ^(28,29)
Senador Hélio José (PMDB-DF)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,9)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁰⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. VAGO (18)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁷⁾	2. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ^(15,16)	4.
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽¹¹⁾	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2.
	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²³⁾	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(3,26)	1. VAGO (25)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(1,12,14)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) ^(12,14)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).
14. Em 09.09.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Vicentinho Alves membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 67/2015-BLUFOR).
15. Em 17.09.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Bauer ter deixado de compor a Comissão (Of. 176/2015 - GLPSDB).
16. Em 22.09.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 177/2015-GLPSDB).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 108/2015-GLDEM)
19. Em 02.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 123/2015-GLDBAG).
20. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
21. Em 23.03.2016, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo PMDB, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixou de compor a Comissão (Of. 37/2016-GLMPDB).
22. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
23. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
24. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
25. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
26. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 18/2016-BLOMOD).
27. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo bloco da Maioria (Of. 069/2016-GLPMDB).
28. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
29. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 76/2016-GLPMDB).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Morais e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).
 2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RJSF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).
 3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- *. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Morais, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) (18)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
VAGO (18,28)	4. VAGO (1,10)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	5. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
 Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. VAGO (24)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (11,12)	2. Senador Hélio José (PMDB-DF) (7,15)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (7)	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (29)
	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²¹⁾	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (19,20,30)
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (5,16)	2. VAGO
VAGO (6,13,17,26,30)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (9)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (22)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²³⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (14,25,27)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG)

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB)

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).
18. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa à suplência (Of. 110/2015-GLDBAG).
19. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
20. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. 006/2016-GLBSD).
23. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
24. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
25. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
26. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
27. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
28. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
29. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
30. Em 02/03/2016, os Senadores Ricardo Franco e Ronaldo Caiado permudam suas vagas pelo Bloco Parlamentar da Oposição na Comissão, passando a titular e suplente, respectivamente (Of. nº 8/2016-GLDEM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
VAGO (12)	2. Senador Lasier Martins (PDT-RS)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	3.
VAGO (9)	4.
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
 Maioria (PMDB)	
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	1. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁴⁾	5. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽⁸⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Wilder Moraes (PP-GO)
VAGO (3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁰⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(13,15)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

Notas:

- *. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- **. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).
- ***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).
- ****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).
- *****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).
- *****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).
- *****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).
- 1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).
- 2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
- 3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).
- 4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).
- 5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
- 6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).
- 7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).
- 8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- 9. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios n°s 25 a 29/2016-GLDBAG).

10. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
11. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
12. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
13. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
14. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
15. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lasier Martins (PDT-RS) ^(1,13,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
VAGO	1. Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁵⁾
Senadora Angela Portela (PT-RR)	4. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. VAGO ⁽¹⁹⁾
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	3. Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(8,18)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁵⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹¹⁾	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹⁶⁾	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ^(10,12)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Camelli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD)

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015- GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDEM).

10. Em 04.11.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, que deixa de compor a comissão (Of. 73/2015-BLUFOR).
11. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
12. Em 16.02.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a comissão (Of. 01/2016-BLUFOR).
13. Em 23.02.2016, o Senador Cristovam Buarque renuncia ao cargo de Presidente da Comissão (Ofício GSCB nº 02-002/2016).
14. Em 01.03.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Lasier Martins Presidente deste colegiado (Mem. 8/2016-CCT).
15. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral, que deixa de compor a comissão (Of. 019/2016-GLDBAG).
16. Em 06.04.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 017/2016-BLSDEM).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
18. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 051/2016-GLPMDB).
19. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 8h:45min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹¹⁾

RELATOR: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. VAGO (13,19)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	3. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (3,6,8,10)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
VAGO (4)	3. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁶⁾	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1. VAGO (14,15,18)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT) (7,9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (9,12)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (2,20,21)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldermir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB)

7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM)

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD)

10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).

11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).

12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Grazziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM)

13. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela (Of. 111/2015-GLDBAG)

14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

18. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).

19. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
20. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
21. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2.
Senador Paulo Paim (PT-RS)	3.
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4.
	5.
 Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1. VAGO ⁽⁷⁾
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽¹⁾
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽⁹⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1.
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁵⁾	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁶⁾	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾	2.

Notas:

*. Em 14.10.2015, os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Waldemir Moka e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga e Valdir Raupp, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CTG (Of. 243/2015-GLPMDB).

**. Em 14.10.2015, os Senadores Fernando Collor e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e o Senador Wellington Fagundes, como membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CTG (Of. 66/2015-BLUFOR).

***. Em 14.10.2015, os Senadores Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares, pelo Bloco da Oposição, para compor a CTG (Of. 165/2015-GLPSDB).

****. Em 14.10.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e o Senador Donizeti Nogueira, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CTG (Of. 125/2015-GLDBAG).

*****. Em 14.10.2015, os Senadores Joao Capiberibe e Lúcia Vânia foram designados membros titulares, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CTG (Of. 85/2015-BLSDEM).

1. Em 22.10.2015, foi designado o Senador Dário Berger como membro suplente pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 266/2015-GLPMDB)

2. Em 17.11.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Bauer e João Capiberibe, respectivamente, Presidente e Vice-presidente deste Colegiado (Of. 1/2015-CTG).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

4. Em 01.03.2016, o Senador Wellington Fagundes deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 6/2016-BLUFOR)

5. Em 16.03.2016, foi designado o Senador Ronaldo Caiado como membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofício nº 16/2016-GLDEM)

6. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

7. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

8. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)

9. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior
Reuniões: Terças-Feiras 14h30 -
Telefone(s): 61 33033284
E-mail: ctg@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

1^a Eleição Geral: 19/04/1995

6^a Eleição Geral: 06/03/2007

2^a Eleição Geral: 30/06/1999

7^a Eleição Geral: 14/07/2009

3^a Eleição Geral: 27/06/2001

8^a Eleição Geral: 26/04/2011

4^a Eleição Geral: 13/03/2003

9^a Eleição Geral: 06/03/2013

5^a Eleição Geral: 23/11/2005

10^a Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES

SUPLENTES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)

Senador José Pimentel (PT-CE)

1. Senadora Angela Portela (PT-RR)

Senadora Regina Sousa (PT-PI)

2. VAGO ⁽³⁾

Senador Lasier Martins (PDT-RS)

3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

4.

Maioria (PMDB)

Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)

1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)

Senador Otto Alencar (PSD-BA)

3.

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

4.

Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(9,10)

1. VAGO ^(4,5,15)

Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁵⁾

Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽⁵⁾

3. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ^(6,7)

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽⁸⁾

Senador João Capiberibe (PSB-AP)

2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁸⁾

Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)

Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ^(11,12)

1.

Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(13,14)

2.

Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)

(/)

Atualização: 01/03/2016

Notas:

- *. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 02/06/2015.
- 1. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.
- 2. Eleitos na 1^a reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.
- 3. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).
- 4. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.
- 5. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 01/12/2015.
- 6. O Senador Flexa Ribeiro comunica renúncia a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme ofício lido na sessão plenária de 1º.12.2015.
- 7. O Senador Dalírio Beber foi eleito para ocupar a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme Ofício nº 206/2015 GLPSDB, lido na sessão plenária de 1º.12.2015.
- 8. Eleitos na Sessão do Senado Federal do dia 09/12/2015.
- 9. Em 15.12.2015, foi lido em Plenário Ofício nº 323/2015 - GSWMOR, do Senador Wilder Morais, comunicando renúncia como titular do Conselho em vaga destinada ao Bloco da Parlamentar da Oposição.
- 10. O Senador Davi Alcolumbre foi eleito na sessão plenária de 16.12.2015, para ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Oposição, conforme Ofício nº 122/2015, do Líder do Democratas.
- 11. O Senador Elmano Férrer comunica renúncia como membro titular do Conselho, na vaga destinada ao PTB, conforme o MEMO nº 110/2015-GSEFERRE, datado e lido na sessão Plenária do dia 17.12.2015.

12. O Senador Douglas Cintra foi eleito membro titular para ocupar a vaga destinada ao PTB, conforme Ofício nº 0004/2016-BLUFOR, do Líder do Bloco Parlamentar União e Força, lido na sessão plenária nesta data.
13. Nos termos do Of.nº0005/2016-BLUFOR,datado de 25.02.2016, o Líder do Bloco Parlamentar União e Força cede vaga de membro titular deste bloco para o Partido Democrático Trabalhista - PDT.
14. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força ao PDT, na sessão plenária de 01/03/2016.
15. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)⁽¹⁾

- 1^a Designação: 03/12/2001
- 2^a Designação: 26/02/2003
- 3^a Designação: 03/04/2007
- 4^a Designação: 12/02/2009
- 5^a Designação: 11/02/2011
- 6^a Designação: 11/03/2013
- 7^a Designação: 26/11/2015

MEMBROS

PMDB

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senadora Fátima Bezerra (RN)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)

PSB

Senadora Lúcia Vânia (GO)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Wellington Fagundes (MT)

PSD

Senador Hélio José (PMDB-DF)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 26/11/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

1. Designada para ocupar o cargo de Presidente do Conselho pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:**Senador Fernando Collor (PTC-AL)**MEMBROS****PTB**

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: ^(1,2,3)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽¹⁾

1^a Designação: 23/03/2010

2^a Designação: 14/03/2011

3^a Designação: 11/03/2013

4^a Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Eunício Oliveira (CE)

PT

Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS)

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Acir Gurgacz (RO)

PR

Senador Blairo Maggi (MT)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senador Ciro Nogueira (PI)

PTB

VAGO ^(2,3)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 19/05/2016

Notas:

1. Eleitos na 1^a reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.
2. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
3. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

1^a Designação: 30/11/2010
2^a Designação: 14/03/2011
3^a Designação: 21/03/2012
4^a Designação: 11/03/2013
5^a Designação: 20/05/2014
6^a Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Flexa Ribeiro (PA)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

VAGO ⁽²⁾

PP

Senador Gladson Cameli (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

1. Eleitos na 1^a reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.
2. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 12/09/2012

2^a Designação: 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

PTB

VAGO

PP

VAGO

PDT

PSB

VAGO

DEM

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

Representante da sociedade civil organizada

VAGO

Pesquisador com produção científica relevante

VAGO

Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente

VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303.5258

Fax: 3303.5260

E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÉA NOWILL

(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽²⁾

1^a Designação: 22/08/2013

2^a Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Lindbergh Farias (RJ)

PSDB

Senador Cássio Cunha Lima (PB)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Elmano Férrer (PI)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

PSOL

Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

Atualização: 07/07/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Eleitos na 1^a Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

1^a Designação: 20/12/2013

2^a Designação: 16/09/2015

MEMBROS

PMDB

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Cássio Cunha Lima (PB)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)

PR

Senador Vicentinho Alves (TO)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

VAGO ⁽²⁾

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Elmano Férrer (PI)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

*. Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

1. Eleitos na 1^a Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

2. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

1^a Designação: 16/11/1995
2^a Designação: 30/06/1999
3^a Designação: 27/06/2001
4^a Designação: 25/09/2003
5^a Designação: 26/04/2011
6^a Designação: 21/02/2013
7^a Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁽¹⁾	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015

Notas:

*. Designados conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015

Notas:

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(*Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005*)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE:Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

1^a Designação: 14/03/2011

2^a Designação: 21/03/2012

3^a Designação: 11/03/2013

4^a Designação: 26/03/2014

5^a Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senadora Fátima Bezerra (RN)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Reguffe (S/Partido-DF)

PR

Senador Wellington Fagundes (MT)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

Senador Wilder Morais (PP-GO)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Douglas Cintra (PE)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 03/11/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

1. Eleitos na 1^a Reunião do Conselho, em 28/10/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
*(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do****RISF):**

15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO

(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do

RISF):

**16) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO**
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

DEM

Senador José Agripino (RN)

PCdoB

Senador Lasier Martins (PDT-RS) ⁽¹⁾

PDT

Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)

PMDB

Senador Jader Barbalho (PA)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PR

Senador Blairo Maggi (MT)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

PSB

Senador Roberto Rocha (MA)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PSD

Senador Omar Aziz (AM)

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PT

Senador Jorge Viana (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 04/08/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

Número de membros: 10 Senadores e 31 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Arthur Lira (PP-AL)

1º VICE-PRESIDENTE: VAGO

2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

3º VICE-PRESIDENTE: VAGO

Designação: 03/05/2016

Instalação: 05/05/2016

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Waldemir Moka - MS	1. Marta Suplicy - SP
VAGO (9)	2. VAGO
Eunício Oliveira - CE	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
VAGO (8)	1. Regina Sousa - PT/PI
Telmário Mota - PDT/RR	2. Fátima Bezerra - PT/RN
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA (4)	1. Dalírio Beber - PSDB/SC (11)
VAGO (7)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Cristovam Buarque - PPS/DF
Bloco Moderador (PTC, PTB, PSC, PR, PRB)	
Wellington Fagundes - PR/MT	1. Zeze Perrella - PTB/MG
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Otto Alencar - PSD/BA (12)	1. Sérgio Petecão - PSD/AC (12)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PR, PSD, PROS	
Milton Monti - PR/SP	1. Lúcio Vale - PR/PA
Vicentinho Júnior - PR/TO	2. Luiz Cláudio - PR/RO
Ronaldo Fonseca - PROS/DF	3. George Hilton - PROS/MG
Júlio Cesar - PSD/PI	4. Danrlei de Deus Hinterholz - PSD/RN
Irajá Abreu - PSD/TO	5. VAGO
PP, PTB, PSC	
Simão Sessim - PP/RJ (6)	1. Hiran Gonçalves - PP/RR (6)
Arthur Lira - PP/AL (6)	2. Covatti Filho - PP/RS (6)
Nelson Meurer - PP/PR (6)	3. VAGO
Sérgio Moraes - PTB/RS (6)	4. Zeca Cavalcanti - PTB/PE (6)
VAGO	5. VAGO
PMDB, PEN	
José Priante - PMDB/PA	1. Celso Maldaner - PMDB/SC
Junior Marreca - PEN/MA	2. Daniel Vilela - PMDB/GO
Saraiva Felipe - PMDB/MG	3. Dulce Miranda - PMDB/TO
Sergio Souza - PMDB/PR	4. Marx Beltrão - PMDB/AL
PT	
Assis Carvalho - PI (3)	1. Adelmo Carneiro Leão - MG (3)
Beto Faro - PA (3)	2. Caetano - BA (3)
Reginaldo Lopes - MG (3)	3. Paulão - AL (3)
Waldenor Pereira - BA (3)	4. Valmir Assunção - BA (3)
PSDB	
Duarte Nogueira - SP (10)	1. VAGO
Geraldo Resende - MS	2. VAGO
Rodrigo de Castro - MG	3. VAGO
PRB, PTN, PTdoB, PSL	
Cleber Verde - PRB/MA	1. Ronaldo Martins - PRB/CE
VAGO	2. VAGO
PSB	
Bebeto - BA	1. Tereza Cristina - MS
Luciano Ducci - PR	2. Rodrigo Martins - PI (5)
DEM	
Claudio Cajado - BA	1. Juscelino Filho - MA
Paulo Azi - BA	2. Marcos Rogério - RO (14)
PDT	
Dagoberto - MS (2)	1. André Figueiredo - CE (2,13)
SD	
Benjamin Maranhão - PB	1. Wladimir Costa - PA
PCdoB	
Davidson Magalhães - BA	1. Rubens Pereira Júnior - MA
PPS (1)	

TITULARES	SUPLENTES
Leandre - PV/PR	1. Alex Manente - SP

Notas:

1. Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Dagoberto, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Roberto Goés, em 4-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 84, de 2016, da Liderança do PDT.
3. Designados, como membros titulares, os Deputados Assis Carvalho, Beto Faro, Reginaldo Lopes e Waldenor Pereira e, como membros suplentes, os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Caetano, Paulão e Valmir Assunção, em vagas existentes, em 4-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 207, de 2016, da Liderança do PT.
4. Designado, como membro titular, o Senador Flexa Ribeiro, em vaga existente, em 4-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2016, da Liderança do PSDB.
5. Designado, como membro suplente, o Deputado Rodrigo Martins, em substituição ao Deputado Fabio Garcia, em 4-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 77, de 2016, da Liderança do PSB.
6. Designados, como membros titulares, os Deputados Simão Sessim, Arthur Lira, Nelson Meurer e Sérgio Moraes, e, como membros suplentes, os Deputados Hiran Gonçalves, Covatti Filho e Zeca Cavalcanti, em 5-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130, de 2016, da Liderança do Bloco PP/PTB/PSC.
7. Vago em virtude da reassunção da titular, Senadora Maria do Carmo Alves, em 10-05-2016 (Senado Federal).
8. Vago em virtude da reassunção da titular, Senadora Kátia Abreu, em 12.05.2016.
9. Vago em virtude do afastamento do Senador Romero Jucá, que assumiu cargo no Executivo, em 13.05.16.
10. Designado, como membro titular, o Deputado Duarte Nogueira, em substituição ao Deputado Bruno Araújo, em 16-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2016, da Liderança do PSDB.
11. Designado, como membro titular, o Senador Dalírio Beber, em vaga existente, em 18-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 13, de 2016, da Liderança do PSDB.
12. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em substituição ao Senador Gladson Cameli, e, como membro suplente, o Senador Sérgio Petecão, em substituição ao Senador Otto Alencar, em 18-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 13, de 2016, da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia Progressista.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado André Figueiredo, em substituição ao Deputado Roberto Góes, em 18-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 112, de 2016, da Liderança do PDT.
14. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcos Rogério, em vaga existente, em 19-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155, de 2016, da Liderança do DEM.

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo

Telefone(s): (61) 3216-6892

E-mail: cmo.decom@camara.leg.br

Local: Câmara dos Deputados, Plenário 2

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I - Comitê de Avaliação , Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e
Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI****Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
---------------	------------------

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Daniel Vilela (PMDB-GO) (19,20)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (19,20)

RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) (19,20)

Designação: 19/03/2015

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Hélio José - PMDB/DF (4,16,21)	1. VAGO
Dário Berger - PMDB/SC (21)	2. VAGO
Marta Suplicy - PMDB/SP (9,21)	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Jorge Viana - PT/AC (2)	1. VAGO
Donizeti Nogueira (2)	2. VAGO
Cristovam Buarque - PPS/DF (2)	3. Ivo Cassol - PP/RO (2)
Gladson Cameli - PP/AC (2)	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves (5)	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO (5)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Moderador (PTC, PTB, PSC, PR, PRB)	
Zeze Perrella - PTB/MG (22)	1. VAGO (22,23)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Eros Biondini - PROS/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO
Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15)	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. Julio Lopes - PP/RJ (12,14,18)
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13)
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - REDE/RJ
Leônidas Cristina - PDT/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. Ivan Valente - PSOL/SP (11)
Leonardo Monteiro - PT/MG (10)	4. João Paulo Papa - PSDB/SP (17)
PSDB, PSB	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PV/SP
Sarney Filho	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT (1)	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana ,Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.
4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria,
5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.
6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015(Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do Liderança do PDT.
8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.
9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).
10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.
11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP, em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.
14. Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC
15. Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
16. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em vaga existente, em 18-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 217, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado João Paulo Papa, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 394, de 2015, da Liderança do PR.
18. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em vaga existente, em 16-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 435, de 2015, da Liderança do PP.
19. Encerrado mandato de Presidente, Vice-Presidente e Relator do ano de 2015, em 25/02/2016, conforme art. 6º da Resolução nº4/20018-CN.
20. Mesa eleita em 16-03-2016.

21. Designados, como membros titulares, Hélio José, Dário Berger, Marta Suplicy em substituição, respectivamente, Otto Alencar, Sandra Braga, Roberto Rocha, em 13-4-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 48, de 2016, da Liderança do PMDB.
22. Designado, como membro titular, o Senador Zeze Perrella, em substituição ao Senador Douglas Cintra, e, como membro suplente, o Senador Douglas Cintra, em vaga existente, em 4-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 16, de 2016, da Liderança do Bloco Moderador.
23. Vago em virtude da reassunção do titular, Senador Armando Monteiro, em 09-05-2016 (Senado Federal).

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum

Telefone(s): (61) 3303-3534

E-mail: cocm@senado.gov.br

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Pedro Vilela (PSDB-AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputado Pedro Vilela (PSDB/AL)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder da Maioria Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) (6)	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PV/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) (2)	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Cristovam Buarque (PPS/DF) (7)
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) (1)	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) (4)
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) (3)	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP) (5)

Notas:

- Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
- Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.
- Designada, como membro titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Leonardo Picciani, em 11-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1128, de 2015, da Liderança do BLOCO PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
- Designado, como membro titular, o Senador Cristovam Buarque, em vaga existente, em 8-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 201, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva

Telefone(s): 61 3303-3502

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015

Instalação: 10/03/2015

Proxima Reunião: 24/05/2016 às 14:00

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maoria (PMDB)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
VAGO (24)	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - PMDB/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Lúcia Vânia - PSB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Vanessa Grazzotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Moderador (PTC, PTB, PSC, PR, PRB)	
Wellington Fagundes - PR/MT (19)	1. Eduardo Amorim - PSC/SE (14)
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. VAGO (25)
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSD/MG
Laura Carneiro - PMDB/RJ (17,21)	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Araújo - PTN/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
Darcísio Perondi - PMDB/RS (22)	7. Delegado Edson Moreira - PR/MG (7)
Tia Eron - PRB/BA (11)	8. Dâmina Pereira - PSL/MG (16)
Ezequiel Teixeira - PTN/RJ (2)	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (3)	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PR/PR (7)	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI (8)	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO (12)	2. VAGO (12)
VAGO (4,23)	3. Benedita da Silva - PT/CE (15)
Luizianne Lins - PT/CE (4)	4. Margarida Salomão - PT/MG (15)
Moema Gramacho - PT/BA (4)	5. Maria do Rosário - PT/RS (15)
Rogério Rosso - PSD/DF (5)	6. Beto Salame - PP/PA
Alice Portugal - PCdoB/BA (6)	7. VAGO
Givaldo Carimbão - PHS/AL	8. VAGO
PSDB, PSB	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Eliziane Gama - PPS/MA (18)
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO (13)	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO (10)	6. VAGO
PDT	
Flávia Morais - GO (9)	1. Rosângela Curado - PSOL/RJ (20)
PSOL (1)	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luzianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Morais, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonseca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).
18. Designada, como membro suplente, a Deputada Eliziane Gama, em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, em 20-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 209, de 2015, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro titular, o Senador Wellington Fagundes, em substituição ao Senador Magno Malta, em 26-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 61, de 2015, da Liderança do Bloco União e Força.
20. Designada, como membro suplente, a Deputada Rosângela Curado, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 332, de 2015, da Liderança do PDT.
21. Designada, como membro titular, a Deputada Laura Carneiro, em vaga existente, em 29-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1472, de 2015, da Liderança do PMDB/PEN.
22. Designado, como membro titular, o Deputado Darcísio Perondi, em vaga existente, em 1-3-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2016, da Liderança do PMDB/PEN.
23. A Deputada Érika Kokay deixa de integrar a Comissão nos termos do Ofício 74, de 2016, da Liderança do PT, em 4 de março de 2016 (Sessão do Senado Federal).
24. Vago em virtude da reassunção do titular, Senador Eduardo Braga, em 22-04-2016 (Senado Federal).
25. A Deputada Cristiane Brasil deixa de ser membro suplente em 10/05/2016, conforme Ofício nº 132, de 2016, da Liderança do PRB.

Secretário: Gigliola Ansiliero
Telefone(s): 61 3303-3504
E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

RELATOR: Romero Jucá (-)

Designação: 02/06/2015

Prazo final prorrogado: 01/11/2016

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)
Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)
Deputado Sergio Zveiter
Deputado Miro Teixeira (REDE/RJ)
Deputado Sandro Alex (PSD/PR)
Deputado Bruno Araújo
VAGO

SENADO FEDERAL
Senador Romero Jucá
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)
Senador Jorge Viana (PT/AC)
Senador Walter Pinheiro (S/Partido/BA)
Senador Blairo Maggi
VAGO

CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Edio Lopes (PR-RR)

2ª VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Designação: 07/04/2015

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO (2)
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ (2)	3. Gladson Cameli - PP/AC
Maioria (PMDB)	
VAGO (8)	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP (7)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Moderador	
Cidinho Santos - PR/MT (21)	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Arthur Oliveira Maia - PPS/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Professor Victório Galli - PSC/MT (19)
Edio Lopes - PR/RR	5. Maia Filho - PP/PI (14)
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Paes Landim - PTB/PI (15)	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Benito Gama - PTB/BA (15,16)
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC (4)
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB (10)
Mandetta - DEM/MS (5)	11. VAGO
PSD	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva	2. Pepe Vargas - PT/RS (3,13)
Danrlei de Deus Hinterholz - RS	3. Hugo Leal - PSB/RJ
Domingos Neto - CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Ságuas Moraes - PT/MT (11)	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PB (6)	6. Jaime Martins - MG (6)
Luiz Cláudio - PR/RO	7. VAGO (11)
Maurício Quintella Lessa	8. Zeca do Pt - PT/MS (9)
PSDB, PSB	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Sandro Alex - PSD/PR (18)
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Heitor Schuch - PSB/RS (1,12)
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PR/TO (1)
Rocha - PSDB/AC	4. Elizeu Dionizio - PSDB/MS (17)
Jose Stédile - PSB/RS (1)	5. Paulo Abi-Ackel - PSDB/MG (20)
Heráclito Fortes - PSB/PI (1)	6. VAGO
PDT	
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - MA
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

- Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
- Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
- Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.

7. Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
8. Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
9. Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
10. Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.
11. Designado, como membro titular, o Deputado Ságua Moraes, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, em 8-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 668, de 2015, da Liderança do PT.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Schuch, em substituição à Deputada Tereza Cristina, em 15-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 238, de 2015, da Liderança do PSB.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Pepe Vargas, em vaga existente, em 20-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 697, de 2015, da Liderança do PT.
14. Designado, como membro suplente, o Deputado Mainha, em substituição ao Deputado Elizeu Dionizio, em 24-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2015, da Liderança do Solidariedade.
15. Designado, como membro titular, o Deputado Paes Landim, que deixa de ser suplente, em substituição ao Deputado Luis Carlos Busato, em 4-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 19, de 2016, da Liderança do PTB.
16. Designado, como membro suplente, o Deputado Benito Gama, em vaga existente, em 17-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 27, de 2016, da Liderança do PTB.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado Elizeu Dionizio, em vaga existente, em 9-7-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 135, de 2016, da Liderança do PSDB.
18. Designado, como membro suplente, o Deputado Sandro Alex, em substituição ao Deputado Moses Rodrigues, em 16-3-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34, de 2016, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro suplente, o Deputado Professor Victório Galli, em substituição ao Deputado Edmar Arruda, em 13-4-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 43, de 2016, da Liderança do PSC.
20. Designado, como membro suplente, o Deputado Paulo Abi-Ackel, em vaga existente, em 13-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 465, de 2016, da Liderança do PSDB.
21. Designado, como membro titular, o Senador Cidinho Santos, em substituição ao Senador Blairo Maggi, em 17-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2016, da Liderança do Bloco PTB/PR/PSC/PRB/PTC.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	
Presidente Deputado Eduardo Cunha	
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)	
2º Vice-Presidente Deputado Giacobo (PR/PR)	
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)	
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PROS/RJ)	
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)	
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)	
Líder da Maioria VAGO	
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo	
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)	
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	

MESA DO SENADO FEDERAL	
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)	
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)	
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá	
1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)	
2º Secretário Senador Zeze Perrella (PTB/MG)	
3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)	
4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)	
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO	
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PV/PR)	
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador José Maranhão (PMDB/PB)	
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)	

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

**Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

PRESIDENTE: Miguel Ângelo Cançado⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Ronaldo Lemos⁽¹⁾

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

Eleição Geral: 08/07/2015

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Marcelo Antônio Rech	Maria Célia Furtado ^(2,4)
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	Murillo de Aragão ⁽⁵⁾

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO ⁽³⁾	Aldo Rebelo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fernando César Mesquita	Davi Emerich

Atualização: 07/12/2015

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
2. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).
3. O Conselheiro Henrique Eduardo Alves renunciou à vaga de membro titular, representante da sociedade civil, nos termos da Carta s/n - HELA, datada de 1º.12.2015, lida na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
4. A Conselheira Maria Célia Furtado foi eleita em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossada na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
5. O Conselheiro Murillo de Aragão foi eleito em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossado na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
 Telefone(s): 3303-5255
 Fax: 3303-5260
 CCSCN@senado.leg.br

Já sabe pesquisar o diário na Internet?

Siga o passo a passo!



Na página inicial do Senado Federal, selecione **Publicações** no menu superior.

Em **Publicações Oficiais**, clique em **Diários**.



Escolha entre **Diário do Senado Federal** e **Diário do Congresso Nacional**. Há também um link para os diários da **Câmara dos Deputados**.

Selecione a **data da sessão** publicada no diário.



Você tem a opção de fazer **pesquisas textuais** pelo inteiro teor de documentos e notas taquigráficas.



Acesse: www.senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211

